

Manuel Saíd Ali Ida

**Primeiros
Escritos &
Outros Textos**

1886 – 1945

Organizadoras

**Thaís de Araujo da Costa
Daniele Barros de Souza**

*Do sempre amigo
Saíd*

Manuel Said Ali Ida

Primeiros Escritos & Outros Textos (1886-1945)



Do sempre amigo
Said

Despedida e assinatura de Said Ali em correspondência enviada a Capistrano de Abreu em 27 de setembro de 1913.
Fonte: IDA, Manuel Said Ali. Carta a Joao Capistrano de Abreu, falando-lhe sobre a divisão de tempos verbais em árabe. Rio de Janeiro: [s.n.],
27/09/1913. 2 p., Autógrafo, 18,5x14,5 cm. Localização: Manuscritos - I-01,10,077.

Organização:
Thaís de Araujo da Costa
Daniele Barros de Souza

Pesquisa:
Daniele Barros de Souza

Transcrição:
Bruna Alves Goulart
Daniele Barros de Souza
Thairly Mendes Santos

Comentário, preparação textual e revisão:
Daniele Barros de Souza
Thaís de Araujo da Costa

Este livro foi realizado com apoio da Faperj (Ref. Proc. E-26/211.851/2021) ao projeto “Arquivos de saberes linguísticos: um primeiro gesto de organização, catalogação, digitalização e análise de dizeres de Said Ali”, de coordenação de Thaís de Araujo da Costa.


**ARQUIVOS DE
SABERES
LINGUÍSTICOS**

 **FAPERJ**
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Manuel Said Ali Ida

**Primeiros Escritos &
Outros Textos (1886-1945)**



Copyright © Autoras e autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e do autor.

Thaís de Araujo da Costa; Daniele Barros de Souza [Orgs.]
Manuel Said Ali Ida [Autor]

Manuel Said Ali Ida: Primeiros Escritos & Outros Textos (1886-1945). São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 310p. 21 x 21 cm.

ISBN: 978-65-265-1253-1 [Impresso]
978-65-265-1255-5 [Digital]

1. Língua Portuguesa. 2. Linguística. 3. Literatura. 4. Ensino. I. Título.

CDD – 370/410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Lourdes Kaminski

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

... não pode a morte levar este gigante de saber e de bondade! Manuel Said Ali Ida estará eternamente presente na cultura brasileira e presente no coração de todos os seus amigos!

(Evanildo Bechara. Manuel Said Ali Ida. *In: Mestres da língua*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022, p. 209).

Entre as menos aquinboadas com trabalhos científicos está a língua portuguesa. Nas gramáticas portuguesas ainda em voga, porque não as há melhores ou talvez porque as tentativas científicas são realmente muito deficientes, a maior parte das regras são arbitrarias, são apenas filhas da especulação de quem aí as escreveu, ou antes de quem há muitos anos as escreveu pela primeira vez. Não são elas fruto da observação feita com critério, e às vezes se apresentam tão contrárias aos fatos que, a serem verdadeiras, um Camões teria escrito pessimamente o português, um Herculano não teria conhecido a própria língua.

(Manuel Said Ali Ida. Prosa e verso. *Jornal Novidades*, RJ, 4 abr. 1887, p.2).



Manuel Said Ali Ida (1881-1953)
(Foto de quadro)
Fonte: Arquivo Histórico de
Petrópolis.

Said Ali, à direita, e o também professor do Colégio Pedro II, Raja Gabaglia, à esquerda, caminhando pelo centro do Rio de Janeiro, em 1910.

Foto publicada pelo periódico *O Malho* sob o título “Professores celebres” e seguida da legenda: “Os distintos e conhecidíssimos professores de línguas, Drs. Raja Gabaglia e Said Ali, passeando em nossa grande avenida”.

Fonte: *O Malho*, edição 392, de 19 de março 1910, p. 44. Disponível em: <<https://bit.ly/3VnfbXb>>





Residência de verão de Said Ali em Petrópolis, sito à Estrada da Saudade nº. 215, em 1936 (Foto digitalizada)
Fonte: Museu Imperial, Coleção José Kopke Fróes [0877-CF-A 06 – 152]. Disponível em: <<https://bit.ly/3KbqevY>>.



Gertrudes Gierling (1877-1944), esposa de Said Ali
(Foto de quadro)
Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.



Foto digitalizada de Said Ali e família no jardim da casa de Petrópolis

Fonte: Acervo pessoal do Prof. Evanildo Bechara, cedida pelo Prof. Ricardo Cavaliere.

Sumário

APRESENTAÇÃO

Said Ali – um intelectual <i>avant-garde</i>	15
Thaís de Araujo da Costa	
Daniele Barros de Souza	

1886

Sons e Letras	31
---------------	----

1887

Questões gramaticais: a ortografia de A. Herculano, sons nasais	35
Questões gramaticais: a ortografia de A. Herculano, sons nasais (continuação)	37
Questões gramaticais: a ortografia de A. Herculano, sons nasais (continuação)	39
Questões gramaticais: a ortografia de A. Herculano, sons nasais (conclusão)	41
Prosa e Verso	43
Prosa e Verso II	47
Prosa e Verso (continuação)	49
Prosa e Verso III	51
Prosa e Verso IV	53
Prosa e Verso V	55

1891

Bibliografia: um livro novo	61
Crítica literária: traduções do romancista de H. Heine, por José de Souza Monteiro, publicadas na Revista de Portugal	63
Crítica literária: Coelho Neto Rapsódias	65
Crítica literária: Contour...?	67
Crítica literária	69
Crítica literária: Crítica de uma crítica	71
Crítica literária: tributos e crenças	73
Revista literária: Adherbal de Carvalho – A poesia e a arte no ponto de vista filosófico	77

1893		
	Advertência a <i>Primeiras noções de Gramática Francesa</i> , de Carlos Ploetz	83
1895		
	Estudos de Linguística: Verbos sem sujeito segundo publicações recentes	87
	Estudos de Linguística: Verbos sem sujeito segundo publicações recentes (conclusão)	93
	<i>Obras completas de Casimiro de Abreu</i> , notícia sobre o autor	99
1896		
	Os exames de madureza na Alemanha	105
	<i>Poesias de Gonçalves Dias</i> , notícia sobre o autor	112
	<i>Obras completas de Castro Alves</i> , notícia sobre o autor	115
1898		
	Questões ortográficas	121
	Uma notícia sobre o Ensino Moderno por M. Said Ali – prefácio à <i>Nova Seleta Francesa</i> , de Carlos Kühn	129
	Prefácio de <i>O estudante de inglês</i> , de Emilio Hausknecht	133
1906		
	O infinitivo pessoal	139
	O infinitivo pessoal (conclusão)	144
1911		
	Questões de português	153
	Questões de português (conclusão)	164
1914		
	Correções injustas	179
1921		
	Verbos transitivos e intransitivos	187
1924		
	“Lições de português”	201

1936

Versificação portuguesa I 205

1937

Versificação portuguesa (conclusão) 221

1945

Os vocábulos: espécies, formas e significação 253

APÊNDICE

Duas cartas inéditas do Prof. Said Ali, por Zdeneck Hampejs 275

A escrita dos vocabulários Pano, com informações de anotações de J. Capistrano de Abreu e M. Said 279

Ali Ida

Ferdinand Hestermann

Tradução: Marcelo Moraes Caetano

POSFÁCIO

Presença de Manuel Said Ali na Linguística Brasileira 293

Ricardo Cavaliere

APRESENTAÇÃO

SAID ALI – UM INTELLECTUAL *AVANT-GARDE*

É com grande alegria que trazemos a público os primeiros escritos de Manuel Said Ali Ida (1861-1953) e outros textos nem tão primeiros assim, mas que por motivos diversos conquistaram o seu lugar neste livro.

A proposta editorial de **Manuel Said Ali Ida: Primeiros Escritos & Outros Textos** (1886-1945) foi concebida e realizada no âmbito do projeto **Arquivos de Saberes Linguísticos**, em desenvolvimento no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (SaberLing/UERJ/Faperj)¹. Calcado no tripé ensino-pesquisa-extensão, o SaberLing tem por objetivo norteador intervir na gestão das coisas-a-saber sobre a história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil. Para tanto, propõe-se a construir acervos de obras raras, escassas ou especiais do campo dos estudos da linguagem com vistas a disponibilizá-los on-line e gratuitamente no site do projeto. Com isso, almeja ainda promover a democratização do acesso ao conhecimento, recolocar em circulação ideias linguísticas e nomes de autores, muitas vezes, historicamente apagados, viabilizar o desenvolvimento de novas pesquisas e contribuir para a formação de pesquisadores e de professores-pesquisadores (Cf. Costa, 2023).

O **Arquivo Said Ali** foi o primeiro arquivo a ser construído com essa finalidade. Em um primeiro momento, contava apenas com obras doadas pela coordenadora do projeto do seu acervo pessoal. Com a sua institucionalização e com a obtenção do apoio da Faperj, novas obras foram adquiridas e passaram a integrar o seu acervo. Porém, devido à inexistência no mercado de alguns itens e à falta de espaço físico para guarda e conservação, iniciou-se, em um segundo momento, o mapeamento de documentos da produção intelectual de Said Ali disponíveis para consulta on-line e/ou presencial em entidades custodiadoras públicas do Rio de Janeiro

¹ Coordenado por Thaís de Araujo da Costa, o SaberLing foi cadastrado em 2022 na UERJ como projeto de extensão sob o título “Arquivos de saberes linguísticos: organização, catalogação, digitalização e análise de obras raras” (nº. 6545/2022) e, durante o período de organização deste livro, contou com duas bolsistas, sendo uma delas Daniele Barros de Souza, que o assina como coorganizadora. Também em 2022, com o projeto intitulado “Arquivos de saberes linguísticos: um primeiro gesto de organização, catalogação, digitalização e análise de dizeres de Said Ali”, obteve apoio da Faperj, por meio do edital de Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1) em ICTS Estaduais UERJ, UENF e UEZO-2021 (Ref. Proc. E-26/211.851/2021), para construção do Arquivo Said Ali. Atualmente, conta com uma bolsa de extensão, duas bolsas de estágio interno complementar e três de iniciação científica, das quais duas são da Faperj. Para mais informações sobre o SaberLing, acesse o site do projeto em: <<https://www.saberling.institutodeletras.uerj.br/>>.

e de São Paulo². Desse trabalho minucioso, resultou um catálogo de mais de 130 itens, incluindo edições e reedições com alterações ou acréscimos, que se encontra disponível para o pesquisador no site do projeto³.

A partir desse mapeamento, observou-se que muitos textos de Said Ali, sobretudo os primeiros publicados em periódicos no final do século XIX e início do XX, ainda não haviam sido reeditados, permanecendo de certa maneira inéditos para a nossa geração. Esse foi, portanto, o primeiro critério adotado para a seleção dos textos que viriam a compor este livro. Acontece que Said Ali, além de ter publicado inúmeros textos autorais, organizou coleções literárias e realizou traduções e adaptações de compêndios escolares de línguas estrangeiras para os quais produziu prefácios, notas críticas etc. Esses paratextos, que também nos dizem do gesto de autoria filiado ao nome de autor Said Ali, permaneciam do mesmo modo até então inéditos para a geração atual, por isso foram igualmente incluídos nesta obra, que conta, portanto, com 39 textualidades publicadas entre 1886 e 1945.

Os textos aqui contemplados estão dispostos em ordem cronológica e foram transcritos por bolsistas do projeto, diretamente dos originais, após sua digitalização ou de arquivos digitais disponíveis nos sites das instituições que detêm a sua custódia. As informações a respeito das fontes consultadas encontram-se em nota de rodapé indexada após o título. Para as transcrições, embora se tenha buscado intervir o mínimo possível no texto original, visando promover a fluidez da leitura, adotou-se como método a atualização da pontuação e da ortografia – esta última tanto para deixar os textos em conformidade com as normas ortográficas em vigor como também para reparar questões atinentes a restrições ou erros tipográficos. A exceção são os textos em que o autor versa sobre problemas de ortografia próprios a uma determinada época. Nesses casos, a decisão foi por manter a grafia original no corpo dos textos e trazer a atualizada em nota.

O passeio pelos textos saidalinos que buscamos proporcionar ao leitor começa em março de 1886, quando o então jovem Said Ali ainda não havia completado os seus 25 anos. O artigo “Sons e letras” foi publicado no primeiro e único número do jornal *A Fanfarra: Órgão Acadêmico*, de Alcindo Guanabara (1865-1918), importante jornalista e fundador da cadeira nº 19 da Academia Brasileira de Letras, que tem como patrono Joaquim Caetano (1810-1873). Nesse artigo, Said Ali, criticando a adoção de critérios subjetivos em se tratando de questões gráficas e, por conseguinte, a falta de critério científico nos estudos linguísticos, propõe, a partir da perspectiva histórica, uma reflexão sobre a representação do que define como “som sibilante dental brando”, em palavras como *zele*, *tesouro*, *pobreza*, entre outras.

Também sobre ortografia versam os quatro textos intitulados “Questões gramaticais: a ortografia de A. Herculano, sons nasais” publicados em fevereiro de 1887 no *Jornal Novidades* – periódico que, fundado pela facção

² Agradecemos às instituições e, sobretudo, aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, da Biblioteca do Livro Didático e da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, ambos da USP, que gentilmente nos receberam e nos possibilitaram consultar os textos saidalinos sob sua guarda.

³ Sobre o gesto de organização do Arquivo Said Ali, ver: Costa; Souza; Fernandes; Santos, 2023.

escravocrata do Partido Conservador em janeiro desse mesmo ano⁴, também contava com a direção de Alcindo Guanabara. Nessa série, em resposta a artigo publicado na coluna “Questões de ortografia”, assinada por L. e editada no periódico *A Semana*, Said Ali põe em relação estudos linguísticos e literários ao discorrer sobre o papel do que formula como as duas faces da crítica literária, quais sejam, a benévola e a de descompostura, no que compete à influência exercida sobre os leitores. Chama atenção, em especial, para a influência concernente a questões ortográficas, notadamente à representação dos sons vocálicos nasais, a qual, segundo L., seria realizada pelo escritor português **Alexandre Herculano** Carvalho de Araújo (1810-1877) de uma determinada forma. Para tanto, propondo uma distinção entre som e letra e mobilizando o argumento da lógica no que diz respeito à possibilidade de generalização da regra descrita, em detrimento do uso, questiona a validade da regra atribuída por L. à escrita de Herculano, bem como o modo como recorta dados do texto literário em seu gesto de descrição, chegando a acusar-lhe, na série seguinte, de buscar no nome do autor português legitimidade para invenções suas.

Ainda de 1887 são os textos intitulados “Prosa e Verso” e publicados de abril a junho no mesmo *Novidades*. Neles, o autor reflete sobre o papel da ciência e do sábio na busca da verdade a partir da observação calcada em critérios científicos e da exposição de fatos. Discorre especialmente sobre as ciências da linguagem, pontuando que as leis e os fatos depreendidos são dispostos na gramática que, em sua acepção científica moderna, isto é, calcada, a seu ver, no método histórico-comparado, opõe-se à gramática filosófica. Quanto a isso, critica, a princípio de um modo geral, as gramáticas da língua portuguesa – língua a que faltam, em seu entender, trabalhos científicos e sobram trabalhos especulativos a partir dos quais são formuladas regras arbitrárias. Para ilustrar tal posicionamento, retoma a crítica tecida à coluna de L. em *A Semana*, atribuindo uma regra ali apresentada a **Júlio César Ribeiro** Vaughan (1845-1890), em sua *Gramática Portuguesa* de 1881, que passa então também a ser o alvo das críticas de Said Ali.

Para Ali, falta a **Júlio Ribeiro** critério científico devido à não consideração da história da língua no tocante à representação dos sons nasais, à confusão conceitual entre quantidade e acento e à ausência de didatismo de sua gramática, um compêndio escolar que, em sua estruturação, não respeitaria a lógica, a concisão ou a clareza. Outro alvo das críticas saidalinas nessa série de textos é **João Batista Ribeiro** de Andrade Fernandes (1860-1934), em sua coluna “Notas filológicas”, também editada no periódico *A Semana*. Partindo de textos publicados nessa coluna, Ali avalia, mais uma vez, o papel da crítica e do crítico, pondo-os em relação, de forma bastante irônica – o que, aliás, é uma marca dos seus textos –, com a questão da responsabilidade quanto à produção do saber científico. Por fim, no último texto da série, comenta ainda a polêmica sobre o possível plágio realizado por **Raimundo** da Mota de Azevedo **Correia** (1859-1911), em *As pombas* e em *Colombo*, respectivamente, de *Les colombes* de Gautier e de *Columbus* de Schiller. Aí, comparando textos de diferentes línguas, embora negue ser um *crítico literário*, reflete *críticamente* sobre a questão da tradução e da imitação, posicionando-se a respeito.

⁴ Cf.: Alcindo Guanabara – Biografia. Disponível em: <<https://bit.ly/3UTZt47>>. Acesso em: 31 jan. 2024.

A década de 90 do século XIX se inicia. Em agosto, após prestar concurso, Said Ali assume o cargo de professor de alemão do Externato do Colégio Pedro II, então nomeado Instituto Nacional de Instrução Secundária. Nessa instituição, já atuava como substituto de Inglês, desde fevereiro do mesmo ano, e lá permaneceria como catedrático por mais de 30 anos, até junho de 1925, quando foi jubilado, aos 64 anos. Em 1893, seria aprovado ainda em mais um concurso, agora para a cadeira de alemão da Escola Militar da Capital Federal. A tese apresentada à banca organizadora divide-se em três partes: na primeira, discorre sobre a teoria lógica e gramatical da preposição, discordando da tradição; na segunda, reflete sobre língua e literatura alemã de 1500 a 1785; e, na terceira, estabelece uma série de aproximações e contrastes entre a língua alemã e as línguas portuguesa, francesa e inglesa⁵.

Não bastasse o sucesso alcançado profissionalmente, a sua produção intelectual, a essa época, também está em efervescência. Estamos mais especificamente em 1891. Meses antes de completar 30 anos, o já então lente de alemão do Colégio Pedro II inicia sua trajetória no *Jornal do Brasil*. De abril a agosto, são publicados oito artigos. O propósito de sua coluna, de um modo geral, é apresentar criticamente obras recém-publicadas. O primeiro texto, sob o título “Bibliografia: um livro novo”, apresenta uma ácida resenha do *Dicionário manual etimológico da língua portuguesa contendo a significação e prosódia*, de Francisco **Adolfo Coelho** (1847-1919), então publicado pela editora P. Plantier em Lisboa. Ao ver de Said Ali, Coelho, com o objetivo de ser mais rigoroso, mais simples e mais claro nas definições do que os lexicógrafos que o precederam, teria extrapolado os limites, deixando em diversos momentos a desejar tanto na significação quanto na terminologia de vocábulos e locuções.

Do segundo texto em diante, o foco da coluna passa a ser o texto literário. Os seis artigos subsequentes intitulam-se, inclusive, “Crítica literária”, ao que pode ou não suceder um subtítulo. Publicada quase que semanalmente, essa coluna é encerrada após a publicação de 12 de junho, sendo substituída pelo folhetim “Às segundas-feiras”, de José Veríssimo (Souza, 2008). Já o oitavo e último texto assinado por Said Ali, nesse ano, no *Jornal do Brasil* é publicado somente em agosto com o título “Revista Literária: Adherbal de Carvalho – A poesia e a arte no ponto de vista filosófico”. Com tais textos, Ali inscreve-se/é inscrito oficial e inegavelmente na posição de crítico literário, o primeiro – diga-se – desse renomado jornal.

Em 1893, Said Ali divide-se entre a atuação no magistério e as atividades desenvolvidas para a editora alemã Laemmert & Cia. – Editores, onde trabalhava desde os 14 anos de idade (Bechara, 1962). Nesse ano, especificamente, inicia-se como tradutor de manuais didáticos de língua estrangeira da livraria. A obra em questão intitula-se *primeiras noções de Gramática Francesa*, do alemão **Karl Julius Pioetz** (1819-1881), cuja primeira edição teria

⁵ A tese submetida por Said Ali à Escola Militar foi reeditada em 2023 no número 64 da *Revista Confluência* e pode ser lida na íntegra em: <<https://bit.ly/4ayl2gx>>. Embora nos concursos para professor catedrático fosse comum à época, além de ser submetido à prova escrita e oral, apresentar uma tese sobre algum tema da área pleiteada, em 1890, quando Ali prestou o concurso para o Colégio Pedro II, um Decreto havia substituído a apresentação da tese pela arguição a ser realizada pela banca examinadora sobre assunto da prova escrita e oral. Cf. *Jornal do Commercio*, edição 166, 15 de junho de 1890. Disponível em: <<https://bit.ly/4e3F1Xs>>. Acesso em: 22 jan. 2024. Agradecemos à bibliotecária do NUDOM-CPII Elisabeth Monteiro da Silva por essa informação.

vindo a lume, na Alemanha, em meados do século XIX. A edição traduzida por Ali foi a 39ª, como nos avisa na Advertência que aqui reeditamos. Nela, defende que o ensino de língua estrangeira, posta como uma necessidade às atividades comerciais e científicas, para estar de acordo com o que nomeia como “pedagogia moderna”, deve eliminar, na medida do possível, as “longas e enfadonhas regras”, substituindo-as por algumas poucas claras e concisas que abranjam “o estritamente necessário para compreender os fenômenos mais comuns da língua” com vistas a levarem os alunos a “traduzirem ou verterem linguagem fácil sem cometerem graves erros”.

O ano de 1895 é marcado pela publicação, na *Revista Brasileira*, de três artigos intitulados “Estudos da Linguística” e subintitulados: “I. Verbos sem sujeito segundo publicações recentes”, “II. A colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente” e “III. A acentuação segundo publicações recentes”. Os dois primeiros saíram no tomo 1 da revista; e o terceiro, no tomo 2. Aqui trazemos apenas o primeiro, “Verbos sem sujeito segundo publicações recentes”, em função de os outros dois terem sido recentemente reeditados na *Revista Confluência*.

Mais maduro, Said Ali, nesse artigo publicado em duas partes, cita autores europeus contemporâneos, como Karl **Brugmann** (1849-1919), Berthold Gustav Gottlieb **Delbrück** (1842-1922), Martin Anton Maurus **Marty** (1847-1914) e Franc Ritter von **Miklosich** (1813-1891), entre outros, para refletir acerca das orações sem sujeito em língua portuguesa, inscrevendo-se, ao lado desses, como um cientista da ciência da linguagem, a Linguística, que, como assevera, é “uma ciência de observação”. Assim, propondo a distinção entre sujeito psicológico e sujeito sintático ou gramatical e comparando estruturas do português, do francês, do italiano, do alemão e do inglês, advoga a aceitação dos “fenômenos da linguagem tais quais se apresentam” e condena a adoção de um “princípio apriorístico” que, a seu ver, leva, por meio da consideração da elipse, a sofismar a análise ao pressupor o que não está materialmente presente na oração. Refuta, ainda, posicionamentos que tendem a identificar um pronome pessoal como sujeito de construções com verbos existenciais e que expressam fenômenos da natureza. Por fim, distanciando-se da tradição, defende que, em construções como *aluga-se casa*, tem-se também orações sem sujeito, e não o que até hoje chamamos de voz passiva sintética, a qual é inexistente, a seu ver, em língua portuguesa.

1895 também é o ano em que Said Ali se lança, pela primeira vez, à organização de antologias literárias autorais. A primeira delas é *Obras completas de Casimiro de Abreu*, publicada também pela Livraria Laemmert. Além de organizar a edição, selecionando os textos e os ordenando, Ali redigiu, para introduzi-la, uma “notícia sobre o autor”, que aqui reeditamos. Nessa notícia sobre **Casimiro** José Marques de **Abreu** (1839-1860) narra fatos da infância e da vida adulta do poeta, cujas canções, segundo pontua, são “por si só bastantes para imortalizá-lo e recomendá-lo à gratidão de todo brasileiro”, destacando a complicada relação com o pai, o exílio, a descoberta da doença e os seus momentos finais até a morte por tuberculose aos 23 anos.

Ainda em 1895, Said Ali foi designado pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores para ir à Europa com o objetivo de estudar a organização do ensino secundário e, em especial, das chamadas línguas

vivas. Como fruto dessa viagem, redigiu um Relatório, de cerca de 50 páginas, intitulado *O ensino secundário na Europa*, publicado em 1896 pela Imprensa Nacional⁶, o qual inicia com a seguinte afirmação: “Dentre os países que o governo me incumbiu de visitar na Europa, nenhum mais me prendeu a atenção do que a Alemanha” (1896, p. 3). Talvez por isso tenha redigido, ainda em 1896, o artigo “Os exames de madureza na Alemanha” publicado na *Revista Brasileira* e reeditado logo em seguida na *Revista Pedagógica*⁷. É, pois, esse artigo que trazemos ao olhar do leitor.

Na Alemanha, Said Ali parece ter encontrado eco do que dizia, anos antes, na advertência das *Primeiras noções de Gramática Francesa*. Assim é que, nesse artigo, dedica-se inicialmente a explanar de forma detalhada como se dá a organização do ensino secundário na Alemanha, ressaltando que, apesar de haver diferentes tipos de estabelecimentos com essa finalidade, em nenhum deles busca-se “esgotar as matérias”, trabalho considerado da alçada de especialistas. Em vez disso, estuda-se somente “aquilo que possa educar o espírito e ao mesmo ser útil para a vida prática”. Em seguida, detalha a aplicação do chamado exame de madureza que, com o objetivo de “verificar a madureza do espírito do estudante”, consiste, a seu ver, no “coroamento de uma obra modelo: a organização do ensino secundário”. Afirmando ser a orientação brasileira totalmente diversa, aponta, então, a necessidade de tomar a Alemanha como exemplo no que concerne à orientação prática do ensino, tal como fazem outros países europeus, como a França, “para que o curso ginásial dê frutos sazonados”. Paralelamente, referindo-se à lei do ensino secundário brasileiro de 1890, que estatui que os exames de madureza sejam feitos em seções no Brasil, o que a seu ver contraria o modo como é aplicado na Alemanha, defende, não apenas que a sua aplicação seja realizada nos moldes europeus, mas que passe a substituir o chamado “exame final”.

Ainda em 1896, no âmbito educacional, Said Ali publica na *Revista Pedagógica* a tradução do *Relatório da Comissão de Escolas Secundárias* constituído a partir de conferências realizadas em 1892 nos Estados Unidos⁸. Já no âmbito literário, dá sequência à organização de antologias autorais com *Poesias de Gonçalves Dias* e *Obras completas de Castro Alves*, ambas publicadas pela Livraria Laemmert em dois tomos e para as quais escreveu também notícias sobre os autores, que aqui reeditamos.

Na notícia sobre Antônio **Gonçalves Dias** (1823-1864), Ali dá a saber sobre a sua infância no Maranhão, a formação na Europa, a sua carreira, o acometimento por problemas de saúde e a sua trágica morte em um naufrágio aos 41 anos. A mudança para o Rio de Janeiro em 1846 coincide com o ano em que veio a

⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/4aAuEr9>>. Acesso em: 28 out. 2023.

⁷ Segundo Bechara (1956; 1962) e Hackerott (2011), Said Ali teria escrito ainda, a pedido de Medeiros e Albuquerque, um artigo intitulado “Metodologia e Ensino” e publicado em maio de 1896, na *Revista do Pedagogium*. A *Revista do Pedagogium*, do Museu Escolar do Distrito Federal, conforme Fernandes (2006), era a *Revista pedagógica* e foi publicada por essa instituição de 1890 a 1896. Nas edições 47 e 48, de março e junho de 1896, respectivamente, que se encontram disponíveis na Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, porém, não conseguimos encontrar o referido artigo. Note-se ainda que o artigo “Os exames de madureza na Alemanha” foi publicado justamente na edição 48 desse mesmo ano.

⁸ O relatório traduzido por Said Ali está disponível em: <<https://bit.ly/3QVuO5a>>.

lume a sua obra prima “Primeiros cantos”, a qual foi seguida de tantas outras de igual relevância literária. Essas publicações, segundo Ali, teriam proporcionado a Gonçalves Dias reconhecimento público, o que lhe rendeu, não apenas a cadeira de latinidade e de história no Colégio Pedro II, mas também o cargo de oficial da secretaria de estados dos negócios estrangeiros. Foi por determinação do governo que Dias retornou à Europa para estudar “os métodos mais seguidos e que melhor se adaptassem às nossas condições de ensino”. Nessa época, realizou pesquisas em “arquivos de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, de onde extrai apontamentos e dados importantes para a nossa história colonial”, publicando, logo em seguida, em Leipzig na Alemanha, o “Dicionário da língua Tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil” (Brockhaus, 1858).

Na notícia sobre Antônio Frederico de **Castro Alves** (1847-1871), Said Ali narra a sua vida curta, porém, cheia de privilégios, primeiramente na Bahia e, posteriormente, em Recife e em São Paulo para onde se mudou para completar os estudos, mas onde permaneceu por pouco tempo devido a um acidente de caça que lhe levou a amputar um dos pés e ao desenvolvimento de uma tuberculose. Regressando à terra natal, Castro Alves faleceu logo em seguida precocemente aos 24 anos. Em sua vertiginosa carreira literária iniciada aos 17 anos, não teve tempo, segundo Ali, “para examinar por miúdo os encantos ou as misérias da vida humana”, interessando-lhe “mais a sociedade do que os indivíduos isoladamente”. Traçando um paralelo entre Castro Alves e os outros dois escritores românticos de cujas obras organizou antologias, Ali afirma que aquele ocupa, ao lado destes, “lugar de honra” como “um poeta verdadeiramente brasileiro”. Ressalta, porém, que, apesar das semelhanças, “é exatamente a sua feição particular, original, que o engrandece”: trata-se, a seu ver, de “um poeta socialista” cujo amor à pátria, conciliando sentimentos de indignação e cólera, se revelou no desejo de uma “pátria livre” e “sem escravos”.

Em 1898, no artigo “Questões ortográficas”, publicado originalmente na *Revista Brasileira*, Said Ali, de início, admite a imprecisão dos conceitos de certo e errado em se tratando de ortografia e a inutilidade da gramática enquanto ciência linguística ou filológica na busca de uma base científica para o tema. Em seu texto, lemos sobre a polêmica existente à época entre defensores das perspectivas histórico-etimologizante e foneticista. Diz o autor que os gramáticos que defendem a primeira consideram a segunda como uma “utopia” e que, embora, inicialmente, tenha com eles concordado, passou a discordar ao perceber que “ainda hoje sabem só o que sabiam os filólogos há 15 ou 20 anos”. Tal percepção, como explica, se deu a partir de um exame minucioso da forma como tal questão vem sendo desenvolvida em diferentes línguas e levou-o a concluir que, “se por um lado o modo de escrever rigorosamente fonético — e toda argumentação pressupunha esta hipótese — era utopia, maior utopia ainda era adotar a grafia rigorosamente histórica, que seria latim puro”. Para Ali, mais que adotar uma postura ou outra, é “preciso procurar fixar a escrita das palavras onde o uso vacila entre duas ou três formas diferentes” e, para isso, é preciso compreender as causas que levam a tal vacilação. Assim, tomando como exemplo a dupla grafia com as letras s ou z para representar o som [z], Ali elenca fatores motivadores, por vezes, conflitantes, da oscilação gráfica. A partir disso, tece uma crítica à chamada grafia

individual, que, a seu ver, só é válida em caso de nomes próprios e, assinalando a dificuldade de se adotar os argumentos histórico ou fonético para definir a grafia de topônimos provenientes de línguas ágrafas e das quais pouco se sabe, como o tupi, pontua que o problema não tem uma resolução em tempos próximos, visto que se faz preciso aguardar que o uso geral se decida por uma forma única para que a maneira de grafar se estabeleça de vez. Apesar disso, uma proposta de resolução para essa questão seria publicada anos depois, em seu *Vocabulário ortográfico precedido das regras concernentes as principais dificuldades orthographicas da nossa língua* (1905)⁹.

Nesse mesmo ano, Said Ali, dando prosseguimento à reflexão sobre a reforma do ensino secundário no Brasil, a partir da orientação para o ensino moderno de língua estrangeira observada em sua visita à Europa, propõe-se a tornar conhecidos aqui livros didáticos que lá são considerados exemplares. Esse é o caso da *Nova Seleta Francesa*, de **Carlos Kühn** (? - ?), obra cuja primeira edição data de 1894 e que era à época adotada em toda a Alemanha, bem como na Áustria, na Suíça, na Holanda e na Suécia. A tradução para o português foi realizada por Said Ali a partir da segunda edição, de 1896. Nela, além da notícia sobre o ensino moderno que aqui reeditamos, são de sua autoria algumas tantas notas explicativas adaptadas ao português. Para Ali, no que toca ao estudo de francês, não existe nenhum livro que melhor atenda aos requisitos da orientação moderna para o ensino de línguas estrangeiras que a obra de Kühn, autor inclusive “conhecido e respeitado em toda a Alemanha como um dos propugnadores” de tal ensino e que defende a tese de que “o ensino de francês deve também facultar à mocidade o conhecimento da França e seus habitantes”.

Também em 1898, Said Ali realiza a tradução e a adaptação da obra *The English Student (o estudante inglês): método prático e natural para o ensino da língua inglesa, com iniciação no conhecimento dos usos, costumes e história dos países onde se fala o inglês*, do Professor Dr. **Emilio Hausknecht** (? - ?), à época diretor da XII Escola Real de Berlim. A versão brasileira desse livro publicado na Alemanha em 1894 é igualmente fruto da viagem oficial realizada anos antes. No prefácio aqui reeditado, Ali afirma ter dado conhecimento sobre ele há dois anos “ao Governo da República em relatório apresentado em desempenho de honrosa comissão na Europa”. Trata-se, a seu ver, de mais um livro que, surgido a reboque das “provas da incontestável superioridade do método moderno no ensino de línguas estrangeiras”, pode “servir para os discípulos e ao mesmo tempo fornecer aos professores o material próprio para ser elaborado nas classes”. Ali cita ainda diversos fragmentos de um longo artigo de Martin **Hartmann** (1851-1918), que é apresentado como o “propugnador do ensino pela intuição” e para quem, dentre outros fatores, o compêndio de Hausknecht se destaca por colocar o estudante “de súbito no caudal da linguagem viva”, tornando-lhe familiarizado primeiramente “com a linguagem usual e genuinamente idiomática”, de modo semelhante “ao processo pelo qual aprendeu o idioma materno”.

Um novo século se inicia. “Infinitivo pessoal” é o título do artigo publicado em duas partes em *Século XX: Revista de Letras, Artes e Ciências* entre junho e julho de 1906. Esse texto passou a integrar a primeira edição

⁹ Cf. Pfeiffer, Costa e Medeiros (2022).

de *Dificuldades da língua portuguesa*, em 1908, após passar por algumas alterações e acréscimos – fato que justifica o seu comparecimento nesta coletânea. Nele, Said Ali joga luz sobre o emprego do verbo no infinitivo pessoal e impessoal a partir de uma perspectiva que articula o elemento psicológico no estudo das formas analíticas e aproxima “mais do terreno semântico o árido estudo gramatical”. Com esse propósito, ressaltando a escassez de investigações sobre essa temática, afasta-se do que nomeia como estudos formalistas, “que até agora têm concebido a classificação dos verbos quase que exclusivamente à luz das formas sintéticas latinas”, e posiciona-se contrariamente às regras formuladas por outros estudiosos, nomeadamente os portugueses **Jeronimo Soares Barbosa** (1737-1816) e Antônio Pereira **Cândido de Figueiredo** (1846-1925) e o brasileiro **Rui Barbosa** de Oliveira (1849-1923). Cabe pontuar que, para muitos, até hoje a proposta saidalina é tomada como a “solução definitiva” para essa questão (Cf. Bechara, 1962).

Na virada da primeira década desse século, Said Ali protagoniza ainda ao lado de Cândido de Figueiredo um “duelo de titãs, cujo objeto de disputa é a língua e cuja arena são exemplos que dizem respeito à questão pronominal” (Costa; Medeiros, 2023, p. 73). No âmbito desse duelo, Ali publica, em 1911, na *Revista Americana* em duas partes, “Questões de Português”, artigo-ressenha sobre a obra *O problema da colocação de pronomes* (1909), de autoria de Figueiredo. Das suas duas partes, porém, apenas a primeira compõe, em 1975, *Investigações filológicas*, coletânea organizada por Evanildo Bechara. A segunda ficou inédita por 31 anos até que, em 2006, foi acrescida à terceira edição da obra. É por esse motivo que decidimos trazer aqui, uma vez mais, as duas partes conjuntamente.

Lendo “Questões de português”, observamos uma disputa entre o estudioso brasileiro e o lusitano pela paternidade da consideração de aspectos intencionais e entonacionais na colocação pronominal. Há ainda uma crítica rigorosa ao trabalho de Figueiredo, notadamente no que diz respeito ao método empregado na descrição/prescrição por ele realizada. E isso porque, ao ver de Said Ali, falta-lhe critério espacial e temporal, já que mistura autores de tempos e espaços distintos. Falta-lhe também critério quantitativo para recorte, agrupamento e análise do exemplário a fim de se evitarem falsas estatísticas. Nesse sentido, Ali afirma ser Figueiredo um “coleccionador de exemplos”, mas, ao longo de sua argumentação, buscando deslegitimar o ponto de vista de seu rival, revela-se também enquanto tal, demonstrando, porém, ter um olhar atento e extremamente minucioso para sua coleção. Em suma, como pontuam Costa e Medeiros (2023, p. 95-96), o embate travado nessa textualidade toca “a questão da descrição e da normatividade – uma normatividade que põe em evidência um certo dizer sobre a língua, o lugar desse dizer e o dizer a/na língua”, bem como “a questão do rigor metodológico e, portanto, do que se toma (...) como prática científica em estudos da linguagem”.

Em 1914, o “coleccionador de exemplos” ataca novamente, agora para se posicionar a respeito da distinção que vinha sendo construída entre as formas duplicatas *todo o* e *todo*. Trata-se de “Correções injustas”, artigo publicado no *Anuário do Colégio Pedro II* – 1º ano. Visando comprovar tese contrária à regra que hoje vigora na gramática normativa e que a então tradição gramatical da época vinha defendendo quanto à distinção entre essas duas formas com base em exemplos colhidos de clássicos literários, Said Ali retorna a esses textos alegando

fazer-se necessário, quando tal autoridade é invocada, apurar esse ponto. Dessa maneira, primeiramente recorta diversos exemplos de autores quinhentistas e seiscentistas e, a partir de um estudo estatístico, demonstra que, embora haja hesitações, neles há propensão ao “contrário do que a suposta regra pretende sustentar”. Em seguida, recorre a exemplos de autores oitocentistas e comprova, também estatisticamente, a permanência dessa propensão. Por fim, ressaltando que o artigo pertence ao substantivo acompanhado por *todo*, e não a esse pronome, como faz supor a regra imposta pela tradição gramatical, detém-se a explicar, a partir de uma perspectiva histórica, como o sentido de *todo* enquanto “qualquer”, secundariamente, se desenvolveu a partir da noção de *todo* enquanto “inteiro”. Assim, conclui Ali que tal regra, “apesar de proclamada a altas vozes e tão a miúdo como rigorosa e exata, (...) contraria a verdadeira índole da língua”, já que nunca havia sido predominante em textos do cânone literário.

Na década de 1920, já com sessenta anos, Said Ali estava às voltas com a escrita simultânea de três gramáticas – a histórica, a elementar e a secundária. Sua saúde inclusive dava sinais de esgotamento¹⁰ quando foi agraciado em 1921, pela primeira vez, com o Prêmio Francisco Alves da Academia Brasileira de Letras pela obra *Lexeologia do português histórico* da Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados)¹¹, primeira parte da polêmica *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*¹². O segundo prêmio viria em 1927, em reconhecimento por *Meios de expressão e alterações semânticas*, obra que veio a público somente em 1930 pela Editora Francisco Alves.

Também em 1921, é publicado o artigo “Verbos transitivos e intransitivos” na *Revista de Língua Portuguesa*. Nele, o autor, defendendo que a significação de um verbo não está presente somente nele, elabora um minucioso estudo sobre transitividade verbal em português. Para tanto, primeiramente, examina os papéis semânticos desempenhados pelo objeto direto, pelo objeto indireto e também pelo que propõe chamar de objeto indireto circunstancial (termo não agasalhado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira), que, a seu ver, se distingue de casos em que uma locução adverbial, sem ser exigida pelo verbo, com ele se relaciona. Em seguida, demonstra que a linha de demarcação entre um verbo transitivo e um verbo intransitivo, bem como entre um instrumento da ação e o objeto, nem sempre é rigorosa. Por fim, discorre sobre situações em que o complemento verbal é expresso por um verbo no infinitivo, iluminando-nos quanto ao progressivo apagamento da preposição anteposta ao infinitivo-objeto. E tudo isso, como de costume, sempre calcado em inúmeros exemplos extraídos do cânone literário.

¹⁰ Em Carta a Luís Sombra em 7 de dezembro de 1921, Capistrano de Abreu conta que Said Ali, “na gana de acabar o mais depressa possível com a Gramática” (provavelmente a histórica, que foi a primeira a ter uma parte publicada), adoecera, e a esposa, que então não podia sair de casa por causa da mãe idosa, chegou a pedir-lhe para acompanhar o esposo a uma estação das águas (Abreu, 1977, p. 60).

¹¹ A cerimônia de entrega do prêmio foi noticiada por *O Jornal*, em 16 de dezembro de 2021, p. 12, pela *Gazeta de notícias*, no mesmo dia, p. 2 e por *Para Todos*, de 24 de dezembro de 1921, p. 2. Disponível, respectivamente, em: <<https://bit.ly/3VcXt8B>>, <<https://bit.ly/4bOKxv8>> e <<https://bit.ly/3WPqHeZ>>.

¹² Sobre tal polêmica, ver: Costa, 2021.

“Lições de português” é o título de um brevíssimo comentário escrito por Said Ali para a *Revista de Língua Portuguesa* a respeito da obra assim intitulada de autoria de seu ex-aluno Álvaro Ferdinando de **Sousa da Silveira** (1883-1967). Tal obra, que, como explica De Azevedo Filho (2015), veio a lume em 1923, é composta por textos impressos nessa mesma revista a partir de 1921 e desde a sua primeira edição foi dedicada a Said Ali. Publicado na seção “Bibliografia” em 1924, o comentário, elaborado a partir de cartas enviadas à revista, ressalta como pontos positivos do livro de Sousa da Silveira a citação de autores brasileiros, a sua orientação e a compreensão dos fatos da linguagem.

Entre 1936 e 1937, Said Ali publicou na *Revista de Cultura*, em duas partes, um artigo intitulado *Versificação portuguesa*, o qual, mais de uma década depois, foi acrescido, revisado e reeditado em obra de título homônimo pelo Instituto Nacional do Livro. *Versificação Portuguesa* (1949) foi prefaciado por **Manuel Carneiro de Sousa Bandeira** Filho (1886-1968), ex-aluno de alemão de Said Ali no Colégio Pedro II e já então um célebre poeta brasileiro. No artigo que aqui trazemos, Said Ali propõe, à luz do que designa como “moderna fonética”, a retomada de um sistema de contagem de sílabas anterior e distinto daquele hoje naturalizado cuja autoria é atribuída a Antônio Feliciano de **Castilho** (1800-1875), no *Tratado de Metrificação Portuguesa* (1851). Sua proposta, que inclui a consideração da última sílaba de cada verso, independentemente de ela ser tônica ou átona, como argumenta, estaria mais em conformidade com o falar cotidiano do falante da língua. À vista disso, para Said Ali faltaria coerência para o modelo de contagem hoje adotado, já que, como falantes, não omitiríamos a última sílaba em nossa leitura e fala¹³.

Em 1945, vem a lume na mesma revista o artigo “Os vocábulos: espécies, formas e significação”. Nele, Said Ali sai em defesa da designação *lexeologia* para nomear o estudo dos vocábulos, em detrimento de *morfologia* – termo usualmente empregado para significar o estudo dos elementos mórficos de uma palavra. Tal nome, a seu ver, é mais restrito, uma vez que não implicaria o estudo da evolução das palavras em língua moderna já constituída e porque, como advoga, uma análise lexicológica não se faz sem que primeiramente se divida as palavras em “um número de grupos de acordo com certos caracteres comuns”¹⁴. Em seguida, o autor, detendo-se à classe dos nomes, especificamente aos nomes substantivos, discorre, a partir de princípios lexicológicos,

¹³ Apesar de o livro contar com o prefácio extremamente elogioso de um literato e crítico de renome, deve-se pontuar que a reflexão saidalina foi alvo de críticas rigorosas, como a de Agripino Grieco, sendo produzido em relação a ela na história dos conhecimentos linguísticos e literários, conforme afirmou Barros, no I Arquivos de Língua Jovens Pesquisadoras/es: teorias em contato (UFJF, 2022), um efeito de (des)legitimação. Assim, se, por um lado, para Bandeira “O Prof. Said Ali [...] não é um poeta”, “mas o seu íntimo conhecimento da poesia latina e da poesia das grandes literaturas ocidentais dá-lhe competência para versar o assunto com uma autoridade que não terá talvez atualmente nenhum poeta de língua portuguesa.” (Bandeira, 1949, p. 9); por outro, para Agripino, ele seria “[...] homem de inteligência estritamente gramatical”, que “só governava bem no seu pequeno reino [...]” (Grieco, 1972, p. 320). Para saber mais, Cf. Souza, Fernandes e Santos (2022) e Souza, Goulart e Santos (2023).

¹⁴ Bechara (2015 [1993]) afirma ser o emprego do termo lexeologia, em lugar de morfologia, uma das ressonâncias produzidas na reflexão de Said Ali pela leitura do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure, ainda que seus motivos sejam distintos daqueles apontados pelo mestre genebrino.

sobre o emprego do grau diminutivo e aumentativo, sobre o uso dos nomes coletivos e sobre as categorias de número e gênero.

Além da seleta de textos saidalinos ora apresentada, este livro conta ainda com um *Apêndice* no qual reeditamos dois textos. O primeiro é uma coluna publicada em 1961 no *Jornal do Comércio*, pelo filólogo tcheco Zdeněk Hampejs em que transcreve duas cartas enviadas, em 1931 e 1939, por Said Ali a **Antenor de Veras Nascentes** (1886-1972), seu ex-aluno de alemão e colega no Colégio Pedro II¹⁵. O segundo é a tradução realizada por Marcelo Moraes Caetano do artigo intitulado “A escrita dos vocabulários Pano: com informações de anotações de J. Capistrano de Abreu e M. Said Ali Ida”, de autoria do alemão Ferdinand Heinrich Hertermann (1878-1959). Publicado, originalmente em 1919, no *Journal de la société des américanistes*, nesse artigo encontramos a transcrição de um esboço fonético da língua caxinauí que teria sido produzido por Said Ali em outubro de 1912. Parece-nos que esse estudo de Said Ali jamais fora publicado no Brasil, mas julgamos de extrema importância, para uma história das ideias saidalinas, registrar aqui o seu interesse por línguas indígenas brasileiras, o que também pode ser constatado em suas correspondências para João **Capistrano Honório de Abreu** (1853-1927), assim como nas de Capistrano para outros interlocutores em que tece comentários sobre Said Ali¹⁶.

Encerra a presente obra o posfácio “Presença de Manuel Said Ali na Linguística Brasileira”, de Ricardo Stavola Cavaliere, no qual o historiógrafo da linguística e imortal da Academia Brasileira de Letras, esmiuçando aspectos biográficos e bibliográficos da vida de Said Ali, nos ilumina, dentre outros aspectos, quanto aos seus afetos e desafetos teóricos.

Na expectativa de que com a presente obra possamos contribuir para a concretização dos propósitos do Arquivos de Saberes Linguísticos, desejamos a todos uma excelente leitura.

Rio de Janeiro, primeiros dias de fevereiro de 2024.

Thaís de Araujo da Costa
Daniele Barros de Souza
(As organizadoras)

¹⁵ É digno de nota o fato de Antenor Nascentes, Manuel Bandeira e Sousa da Silveira terem sido colegas de turma no Colégio Pedro II, então nomeado Ginásio Nacional, onde conheceram Said Ali e se formaram como bacharéis em Ciências e Letras em 1902.

¹⁶ Tais correspondências foram reunidas em três volumes por José Honório Rodrigues, sob o título *Correspondência de Capistrano de Abreu*, e publicadas pelo Instituto Nacional do Livro em 1956. Os manuscritos originais encontram-se sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Referências

- ABREU, C. de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. v. 3. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.
- ALI, S. **O ensino secundário na Europa**. Relatório apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios por Manoel Said Ali Ida, lente de alemão do externato do gymnasio nacional, com desempenho da comissão de que foi encarregado em aviso do mesmo Ministério de 20 de março de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
- BANDEIRA, M. “Prefácio”. *In: Versificação portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.
- BECHARA, E. Manuel Said Ali Ida. *In: Revista Letras*, vol. 5/6, 1956, p. 167-182.
- BECHARA, E. Manuel Said Ali Ida. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. Tese de concurso para cátedra de Língua e Literatura do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1962, 46 p.
- BECHARA, E. Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa (1993). *In: Revista Confluência*, n. 48, 1.º semestre de 2015, p. 9-16.
- COSTA, T. de A. da. Grammatica historica da lingua portugueza de Said Ali cem anos depois: considerações acerca do movimento de (re)significação de uma obra. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 61–109, 2021.
- COSTA, T. de A. da. Para um arquivo do Arquivos de Saberes Linguísticos: notícias de um projeto em andamento. *In: VENTURINI, M. C.; LACHOVSKI, M. (orgs.). Museus, memoriais e arquivos em (dis)curso: a língua na história*. Campinas: Pontes, 2023.
- COSTA, T. de A. da.; SOUZA, D. B.; FERNANDES, L. F. da S.; SANTOS, T. M. Arquivos em rede: a montagem do arquivo Said Ali. **Acervo**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 1–29, 2023.
- COSTA, T. de A. da; MEDEIROS, V. G. de. O colecionador de exemplos: reflexões sobre o estatuto do exemplo a partir de Said Ali. **Redis: Revista de Estudos do Discurso**, nº 12, ano 2023, p. 73-98.
- DE AZEVEDO FILHO, L. A. O filólogo Sousa da Silveira. **Letras De Hoje**, 2(1), 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/21159>>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- FERNANDES, A. L. C. Educação, ciência e progresso: a Revista Pedagógica e o “problema social” do Brasil no final do século XIX. *In: Revista Contemporânea de Educação*, v. 1, n. 1, p. 45-64, 2006.
- GRIECO, A. **Memórias de Agrippino Grieco**. 2º vol. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- HACKEROTT, M. M. S. Said Ali e a acentuação: primórdios da Linguística no Brasil. *In: Estudos de Linguística Galega*, vol. 3, 2011, p. 51-64.
- PFEIFFER, C. R. C.; COSTA, T. de A. da; MEDEIROS, V. G. de. Notas sobre o “Vocabulario Orthographico da Lingua Portugueza, precedido das regras concernentes às principaes dificuldades orthographicas da nossa língua”, de Said Ali. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 297–333, 2022.

SOUZA, E. B. **Ideias, livros e polêmicas:** a nossa vida literária nas páginas do Jornal do Brasil. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, 86f.

SOUZA, D. B.; FERNANDES, L. F. da S.; SANTOS, T. M. Saberes linguísticos e literários no Arquivo Said Ali. *In:* Alice Müller *et al.* **Caderno de Resumos:** Arquivos de Língua Jovens Pesquisadoras/es: teorias em contato. Niterói-RJ: Grupo Arquivos de Língua, 2022, p. 28-29.

SOUZA, D. B. de; GOULART, B. A.; SANTOS, T. M. Língua e identidade nacional em dizeres de Said Ali. El-Jaick, A. P. *et al.* (orgs.). **Nas brechas das teorias:** notas dos jovens pesquisadores do Grupo Arquivos de Língua. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2023.

1886

SONS E LETRAS¹⁷

Em questões de língua portuguesa muito se discute, muito se escreve, mas pouco se faz que tenha merecimento, que se funde em critério científico. Se se pergunta a alguém que se dedique ao que vulgarmente se chama linguística qual seja a ortografia certa de uma palavra qualquer, é comum ouvir-se esta resposta: *Eu escrevo assim*. De outro que também passe por entendido nessa matéria, ouvireis a opinião contrária. Faz isto crer que a solução de uma questão ortográfica é, se me permitem a expressão, uma questão de olhos, assim como em se tratando de uma questão de pronúncia, a um soa melhor assim, a outro melhor assado. Explico-me: não nos dão os entendidos um critério para saber se devemos escrever *meza* ou *mesa*, *pobreza* ou *pobresa*, *tezouro* ou *tesouro* etc. Pois bem, é exatamente da representação do som sibilante dental brando que hoje me proponho tratar.

Este som representa-se em português ora por *s*, ora por *z*. No princípio das palavras, representa-se exclusivamente por *z*, sendo o *s* nesse caso sempre duro. Basta comparar *zelo*, *zero* com *selo*, *sele*; *zagal*, *zambar* com *saga*, *sonda*. *Z* também representa o som brando no meio das palavras depois de consoante. Compare-se *bronze* com *manso*, *banza* com *denso*. Excetuam-se a esta regra *obséquio* e outros raros exemplos. Pelo contrário, antes de consoante só se emprega a letra *s*: *esmo*, *mesmo*, *losna*, *lesma*, *prisma*, *purismo*.

Em todos os mais casos tanto *s* como *z* representam o som sibilante dental brando. Assim sendo uma destas letras foneticamente supérflua, é necessário conhecer-lhes a diferença histórica. Nas palavras que nos vieram com *s* diretamente do latim, conservamos a mesma letra em português: *caso* (*casus*), *casa* (*casa*), *pausar* e *pousar* (*pausare*); *causa* e *coisa* (*causa*), *lousa* (*lausus*), *musa* (*musa*), *ausência* (*absentia*), *ousar* (*ausus*), *formoso*, *harmonioso*, *idoso* e todos os adjetivos com sufixo — *oso*; *tesouro* (*thesaurus*), *tesoura* (*tonsoria*), *despesa* (*dispensa*), *mesa* (*mensa*), *coser* (*consuere*) *asa* (*ansa*), *defesa* (*defensa*), *siso* (*sensus*), *paraíso* (*paradisus*), *presa* (*prehensa*); *peso* e *pesar* (*pensare*), *teso* (*tensus*), *esposo* (*sponsus*), *posição* e *depósito* (*positum*)¹⁸; *resina*, *base*, *pisar*, *ileso*, *acusar*, *vaso*, *mas* e *mais* (*magis*); *nós* (*nos*), *vós* (*vos*), *três* (*tres*).

Exceção a esta regra é a palavra *mez* (*mensem*). O uso também rejeita o *s* em *carthaginez* (*carthaginensem*), *portuguez*, *milanez* e em geral nas palavras com o sufixo — *ez* (*ense*), formadas quase todas no românico e exprimindo principalmente nomes de povos: *aragonez*, *francez*, *inglez*, *genovez*, *escossez*, *bolonez*, *burguez*, *cortez*, *camponez*, *arnez*, *monez*, *paiz* por *paez*, *pagense*, com seus derivados *paizano* e *paizagem* são todas dessa formação.

¹⁷ N.O.: Texto originalmente publicado no jornal *A Fanfarra: Órgão Acadêmico*, p. 3-4, em 24 de março de 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/4dVqLzK>>.

¹⁸ N.A.: A ortografia *pós* (*posuit*) é pouco usada, sendo, todavia histórica. Os que escrevem *poz*, para serem consequentes, deveriam escrever também *pozição*, *propóziito* em vez de *posição*, *propósito*.

Onde em latim se encontra *t* ou *c* antes de *e* ou *i*, empregamos exclusivamente a letra *ç*: *razão* (*rationem*), *dez* (*decem*), *capuç* (*capucem*), *foç* (*faucem*), *feliz* (*felicem*), *onze* (*undecim*), *doze* e *dúzia* (*duodecim*), *vez* (*vicem*), *peç* (*picem*), *fazer* (*facere*), *produzir*, *induzir*, *conduzir* etc. (*ducere*), *prazer* (*placere*), *treze* (*tredecim*), *prezar* (*prætiare*), *noz* (*nucem*), *voz* (*vozem*), *rezar* (*recitare*), *cruz* (*crucem*), *raiz* (*radicem*), *veloz* (*velocem*), *fugaç* (*fugacem*), *vizinho* (*vicina*), *cozinha* e *cozer* de **cocere* (*coquere*); *avareza* (*avaritia*), *dureza* (*duritia*), *pureza*, *nobreza*, *rapidez*, *pequenez*, *languidez* e todos os nomes com o sufixo — *eza* ou *ez* (*itia* ou *ities*); *luz* (*lucem*), *juízo* (*judicium*), *jazer* (*jacere*).

Nas palavras de origem arábica, *ç* representa exclusivamente o som sibilante dental brando: *açul*, *açougue*, *borçegum*, *alazão*, *alçoç*, *alçares*, *almofariç*, *açagaia*, *açar*, *çambujo*, *açete*, *açurracha*, *reçalgar*, *alfaraç*, *açebre*, *algaçarra*, *armazém*, *açemola*, *açeviche*, *açinhavre*, *açenba*, *reç*, *çorgal* (*chegar*), *çanga*, *carçaç*, *alguaziç*, *alfoç*, *alcaçar*, *jaeç*.

Comparando dos exemplos acima *fugaç* com *fugas*, *feroç* com *feros*, *franceç* com *lances*, *raiz* e *paiz* com *vais* e *pais*, *monteç* com *montes*, *alfaraç* com *alferes*, *cartas* e *cartaç* com *monarcas* e *cartas*, nota-se um fato muito importante na língua portuguesa: o *ç* final só aparece, quando a vogal precedente é acentuada. Daí a ortografia muito usada de *atraz* (*ad trans*), *apoz* (*ad post*), *assaç* (*ad satis*), *atraveç* (*ad transversum*), em vez de *atras*, *apos*, *assas*, *atraves*.

São consequentes os que escrevem *atras*, *apos assas*, *atraves*, assim como os que conservam o *s* em *depois* (*post*) e nas composições *tresandar* e *trasandar* (*transandar*), *transitar*, *transitivo*.

O sufixo — *izar* tem a sua verdadeira origem no grego — *izein*: *moralizar*, *judaiizar*, *fanatizar*, *tiranizar*, *vulgarizar*, *escravizar*, *latinizar*, *pulverizar*, *eternizar*, *suavizar*, *organizar*, *catequizar*, *autorizar*, *batizar*, *herborizar*, *agonizar*. Os verbos *precisar*, *divisar*, *frisar*, *avisar*, *alisar* e outros, não sendo formados com o sufixo — *izar*, evidentemente nada têm que ver com esses exemplos.

M. Said Ali

1887

QUESTÕES GRAMATICAIIS: A ORTOGRAFIA DE A. HERCULANO, SONS NASAIS¹⁹

Uma definição especial deve ter a crítica entre nós a julgar pelo uso ou antes abuso que dela aqui se faz.

Duas faces, nos apresenta ela. A benévola, que é comuníssima, é destinada à obra cujo autor tem por si a amizade ou a simpatia do crítico, ou precisa de um anúncio barato, mas de muito efeito.

Este autor, a quem chamam escritor, muitas vezes só porque escreve e encontra quem lhe imprima o que escreve, será mimoseado pelo “crítico” com os qualificativos “inteligente, ilustrado, erudito, douto, provector, sábio”; revelará “conhecimentos profundos” da matéria em que perante a sã razão acabou de mostrar-se perfeito ignorante e que o “crítico” só conhece de nome.

Diz então o vulgo que a tal obra (chama-lhe obra e não livro) é muito importante e que foi muito “elogiada” etc.

O segundo gênero de crítica, o mais raro, é o da descompostura. Se o pobre do autor do escrito caiu no desagrado do “crítico” ou se entre um e outro há uma rixa antiga, eis aí a ocasião de dizer-lhe quanta coisa feia há, é chegada a ocasião de se ajustarem contas.

O crítico vai demonstrar que o que o outro disse à pág. tantas é asneira, pura asneira, chega até a concluir que todo o livro é uma sucia de disparates; porque o sábio tal à pág. 220 escreveu coisa bem diferente, porque o que o “imortal” X disse na sua “monumental” obra – *De infallibilitate* – não é nada daquilo que se lê no livro que acaba de sair à luz.

Em suma, fica provado, como 3 e 2 são 32, que o tal senhor escritor não é nada mais nem menos do que um perfeito ignorante.

E se perguntardes a alguém que tenha notícia da tal crítica o que pensa do livro, responder-vos-á imediatamente:

– Aquilo é uma porcaria; foi muito criticado; F. pôs aquilo raso...

– Como assim? Então F. fez uma crítica em regra?

– Pois se chegou a citar lá umas passagens dos clássicos... (de que eu não tenho a menor ideia – concluirá mentalmente...).

Caracterizados mais ou menos os dois gêneros bem conhecidos da crítica da nossa terra, e a sua influência sobre os leitores que estão habituados a aceitar os tais arrazoados sem suspeita de que lhes possam impingir gato por lebre, vejamos a que ponto pode chegar o desplante do “crítico”, o que determinou a publicação destas linhas, fruto de observações próprias, para repelir a crítica que será tudo menos séria.

¹⁹ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2-3, em 8 de fevereiro de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/4bLrLEK>>.

O público habituado a ver provar tudo por meio das “citações”, mal sabe que também “lhe citam”, coisas que não existem.

Em um artigo intitulado – *Questão de ortografia*, assinado L. e publicado na *Semana*, lê-se este trecho: “... escreve-se com *an* a terminação feminina, quando breve, no singular e no plural, como em *orphan*, *orphans*, e com *ã* essa terminação quando longa, como em *irmã*, *irmãs*.”

É ainda o que se observa na ortografia de A. Herculano.”

Ora é simplesmente falsa essa asserção. A Herculano não escrevia, *irmã*, *irmãs*; o que se encontra constantemente nas suas obras mais modernas é *irman*, *irmans*, *christan*, *van*, *lan*, *pagan*, *barregan*²⁰ etc. etc.

Diante de tal inexatidão também de L. se pode dizer: *A ortografia que ele defende mostra-se puramente arbitrária.*

M. Said Ali
(Continua.)

²⁰ N.O.: Palavras hoje, grafadas *irmãs*, *irmãs*, *cristã*, *vã*, *lã*, *pagã*, *barregã*.

QUESTÕES GRAMATICAIIS: A ORTOGRAFIA DE A. HERCULANO, SONS NASAIS (CONTINUAÇÃO)²¹

Por que razão Herculano desprezou a tão usada ortografia do til e preferiu escrever *irman*, *christan*? Naturalmente porque, sendo muito escrupuloso, obedeceu mais à lógica do que ao uso.

Para compreender os raciocínios que têm por fim justificar a proposição com que respondo à questão, é necessário primeiro que tudo não confundir os dois termos *letra* e *som*. Chamarei letra a cada um dos 25 sinais do alfabeto de que fazemos uso para escrever, isto é, para representar aos *olhos* as nossas ideias, os nossos pensamentos; ao passo que reservo o nome de som ao processo de que o homem se serve para apresentar as mesmas ideias, os mesmos pensamentos não já aos olhos, mas aos *ouvidos*. É ainda por amor à clareza e à concisão que divido não as letras, mas os sons em vogais e consoantes.

Um mesmo som pode ser representado por duas letras diversas, e do mesmo modo uma mesma letra pode representar dois sons diversos. Assim em grego a letra *g* representa dois sons; um gutural em *agathos*, o outro nasal em *aggelos* (que se pronuncia *angelos*).

Em português cada uma das letras *m* e *n* representa mais de um som. *M* e *n* representam verdadeiras consoantes no princípio das palavras sempre, e no meio das palavras em dois casos: 1º, entre duas vogais; 2º, precedido de consoante e seguido de vogal. A outra função dessas duas letras é nasalizar a vogal precedente: parcialmente se à labial *m* se seguir outra labial, ou à dental *n* outra dental; totalmente, em todos os mais casos.

Sirvam de exemplo as palavras *campo*, *manto*, *lenço*, *pensar*. Torna-se bem saliente essa nasalidade, se compararmos a pronúncia das palavras portuguesas *afan*²², *quem*, *fim*, *dom*, *algum* com a das palavras alemãs *man*, *bequem*, *nimm*, *Rom*, *Ruhm*.

É fato incontestável que em português a nasalidade total das vogais *e*, *i*, *o*, *u*, quando finais, se apresenta por meio da letra *m*, escrita imediatamente após a vogal; fazemos, porém, emprego exclusivo do *n*, desde que a nasal é seguida de uma consoante. Nada influi na ortografia o fato de ser a última sílaba acentuada ou não, como se prova com os exemplos *imagem*, *imagens*; *palafrem*, *palafrens*²³.

Resta-nos agora saber como se deve representar a nasalidade total da vogal *a*. A lógica exige que façamos o mesmo que fazemos com as outras vogais nasais. É por isso que representamos por *n* a nasalidade total de *a* seguida de consoante em *crisandade*, *irmandade*. É pela mesma razão que Herculano, escrevendo *irmans*, *rans*, *vans*, *maçans*, *orphans*²⁴, só deu provas de que é um escritor que sabe ser coerente.

²¹ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2, em 9 de fevereiro de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/4dWeQBZ>>.

²² N.O.: Hoje, grafada *afã*.

²³ N.O.: Hoje, grafadas *palafrem*, *palafrens*.

²⁴ N.O.: *irmãs*, *rãs*, *vãs*, *maças*, *órfãs*.

Não empregou outra ortografia pela mesma razão por que não escreveu *imagēs*, nem *palafrēs*²⁵, nem *mãso*, nem *Mãlio*²⁶. O singular daquelas palavras não o escreveu *Herculano irmam*, *ram*, *vam*, *orphan*, *maçam*, como o pede a lógica, simplesmente por ser ortografia *inteiramente* fora de uso, ou antes porque não queria o criterioso escritor introduzir uma inovação que tinha a certeza de não ser aceita, uma vez que não se tratasse de verbos.

Dispunha, portanto, da outra maneira de representar a vogal nasal, isto é, deveria empregar a letra *n*.

E foi exatamente isso o que ele fez, escrevendo: *irman*, *ran*, *van*, *orphan*, *maçan*. Não lançou mão do til, porque não via a necessidade de escrever por cima da vogal o que podia escrever ao lado.

M. Said Ali
(Continua.)

²⁵ N.O.: Entendemos que Said Ali está se referindo aqui hipoteticamente à representação com til do som vocálico nasal final em plural de palavras paroxítonas e oxítonas já citadas anteriormente com a grafia *-ens*: *imagens* e *palafrens* (hoje, *palafrens*), respectivamente. Assim, em conformidade com o projeto editorial do livro, realizamos a alteração da grafia do texto original, no qual por uma questão de restrição tipográfica comparece *imagēs* e *paladrēs*, com acento circunflexo no lugar do til. Há ainda emprego da consoante *d* em vez de *f* em *paladrēs* (*palafrens*), mas nesse caso a substituição consiste em erro tipográfico (gralha), por isso a grafia também foi retificada quanto a esse aspecto. Por fim, ressalte-se que a marcação de nasalidade com circunflexo na vogal *e* é uma constante nos artigos dessa série, tendo sido procedida à reparação gráfica também nas demais ocorrências.

²⁶ N.O.: Nome próprio de origem romana: *Mãlio*.

QUESTÕES GRAMATICAIIS: A ORTOGRAFIA DE A. HERCULANO, SONS NASAIS²⁷ (CONTINUAÇÃO)

O til nada mais é do que um pequeno *n* colocado por cima da letra *a*, artifício de que em época muito remota foi necessário aos escritores da península ibérica lançar mão, quando o gênio da língua não permitia colocar a letra *n* lateralmente. Um exemplo explicará esta proposição.

A palavra latina *manus* para ser o que hoje é em português, teve de transformar-se gradualmente, lentamente. Uma fase primitiva por que passou, é a forma *mano*, isto é, *ma-no*, se separarmos por um traço as sílabas. Pouco a pouco, a vogal *a* foi-se nasalizando, à custa da consoante pura *n*, que ia desaparecendo, de sorte que a forma *ma-no* veio a metamorfosear-se na forma *man-o*; mas o resultado final dessa transformação foi a ditongação da vogal nasal *a* com a pura *o*, o que deu a forma portuguesa atual.

Nesta última fase, não se podendo escrever *mano*, que se pronunciaria diversamente, como representar graficamente em português a palavra *manus*? A ideia que ocorreu foi a de colocar a letra *n* não ao lado da vogal nasalizada, mas em outro qualquer lugar, em cima por exemplo. Assim se fez e se escreveu *mão*, e assim se faz e se escreve ainda hoje *mão*, onde o til não é senão a modificação da letra *n*.

De perfeito acordo com esta teoria estão as três terminações de plural *-ãos* (*anos*), *-ões* (*ones*) e *-ães* (*anes*). A uniformidade da terminação *ão* do singular parece à primeira vista ser um argumento contra a teoria exposta; porém este argumento desaparecerá diante dos fatos. Em primeiro lugar, a uniformidade gráfica das terminações das palavras *ação*, *mão* e *pão*, as quais pelas leis fonéticas deveriam terminar diferentemente, só em uma época relativamente moderna é que se estabeleceu definitivamente, em uma época em que já estava esquecida a verdadeira função do til.

Não há muito tempo que ainda se escrevia indiferentemente uma mesma palavra de três modos, como *acção*, *acçam* e *açom*; a partícula negativa, cuja ortografia está hoje determinada pela analogia e pelo uso, chegou a ser representada de cinco modos: *nom*, *non*, *nam*, *nõ* e *não*.

Em segundo lugar, a fonologia demonstra que as palavras latinas *actionem*, *manum*, e *panem* deram em português palavras de terminações que ao ouvido eram semelhantes, mas desiguais. Efetivamente essas palavras eram *açom*, *mão* e *pam*; mas o esquecimento da sua origem e o fato de serem as terminações foneticamente muito semelhantes produziram a confusão, de que devia resultar uma forma comum a todas.

A luta pela existência travada entre as três formas durou até que a forma em *ão* repelisse de todo, quer foneticamente, quer graficamente, as outras duas. É por isso que hoje se escreve com terminação igual as

²⁷ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2, em 10 de fevereiro de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/3WRjMS0>>.

palavras *açãõ, mão, pão* e outras, apesar da desvantagem que daí resulta para o conhecimento dos respectivos plurais.

M. Said Ali
(Continua.)

QUESTÕES GRAMATICAIIS: A ORTOGRAFIA DE A. HERCULANO, SONS NASAIS²⁸ (CONCLUSÃO)

Da doutrina exposta deduz-se que a palavra latina *orphanus* transformada em português deve escrever-se *orphão*. A lógica não admite nenhuma outra maneira de grafá-la.

Nem se pode objetar contra essa ortografia que a sílaba final não é acentuada, porquanto, por um lado, a distinção gráfica da terminação acentuada e não acentuada não é necessária em se tratando de nomes, por outro lado para sermos consequentes deveríamos também fazer essa distinção nos nomes que terminam em outra vogal nasal. Ora ninguém está disposto a escrever *cecê*, *palafrê* e *Santarê*²⁹ com terminações diferentes das de *imagem*, *marginem* e *virgem*.

Em A. Herculano encontrei a palavra *orphão* escrita de dois modos: no *Eurico*, ed. de Lisboa 1876, à pág. 24 lê-se *orpham*, ao passo que nas *Lendas e Narrativas*, ed. de Lisboa 1882, tomo II, pág. 119, se encontra *orphãos*. Uma dessas ortografias deve-se atribuir ao descuido do editor.

Infelizmente ocorrendo a palavra poucas vezes nas obras do autor, e outras do mesmo gênero, sendo mais raras ainda, os dados que eu possuo são insuficientes para determinar com precisão qual daqueles dois modos de escrever A. Herculano resolveu adotar. Como quer que seja, se Herculano preferiu escrever *orpham*, ele foi nada menos do que inconsequente, deixou-se levar por um princípio que, como ficou demonstrado, não tem a menor razão de ser em se tratando de nomes e que só pode ter aplicação aos verbos, como vamos ver.

*

* *

A terceira pessoa do plural dos verbos portugueses terminam, sob o ponto de vista fonético, igualmente em *-ão* no perfeito simples e no futuro simples. A ortografia em *-ão* também seria a única consequente quer para uma quer para outra forma verbal. Foi necessário, porém, sacrificar a lógica a um meio prático que apresentasse aos olhos a mesma diferença que naqueles dois tempos existe para os ouvidos.

Efetivamente o pretérito tem a penúltima sílaba acentuada, ao passo que o futuro tem o acento na última. Ocorreu naturalmente o processo de colocar na respectiva vogal um sinal que representasse o acento fônico, escrevendo, por exemplo, *amárão* para o pretérito e *amarão* para o futuro.

Este meio, porém, não é expedito: exige em cada uma das formas verbais em questão dois sinais, o chamado acento agudo e o til. Ora o uso frequente de tais sinais não é processo prático e rouba o tempo a quem tem necessidade de escrever com rapidez.

²⁸ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2, em 12 de fevereiro de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/3KjIRik>>.

²⁹ N.O.: *Cecê* (de *cecêm*), *palafrê* (de *palafrêm*) e *Santarê* (de *Santarém*).

É por isso que A. Herculano seguiu a seguinte regra, puramente convencional: Escrever com *ão* todas as formas verbais acentuadas, e com *am* todas aquelas que não são acentuadas. É assim que Herculano escreve: *são, estão, vão, amarão e venderão; amam, amavam, amaram e amariam*.

Aí está o que é a verdade em relação à ortografia de A. Herculano. Fica, portanto, provado: 1º, que a regra que L. na “Questão de ortografia” pretende provar, citando esse autor, é simplesmente arbitrária; 2º, que a citação é falsa.

M. Said. Ali

PROSA E VERSO³⁰

O homem que se dedica à ciência é um amigo da verdade: porque o esforço intelectual cujo fim não seja o conhecimento da verdade estampada no imenso livro da natureza é uma tentativa louca ou uma vaidosa pretensão que não digna é do nome de ciência no século chamado das luzes.

É por isto que damos o nome de sábio ao homem que trabalhou anos e anos na aquisição de fatos, de que reuniu e coordenou o maior número possível, observando e comparando, analisando-os perante a razão, perante a razão despida, quanto as suas forças lho permitiram, dos preconceitos que lhe legaram avós, que bebeu com o leite materno, preconceitos no meio dos quais foi educado, que são comuns a todo um povo, a toda uma raça. E se o material de que dispunha neste árduo trabalho, nesta luta com tantas e tamanhas adversidades, foi insuficiente para bem analisar, para estudar largamente o assunto, o verdadeiro homem de ciência é sincero, é modesto; não procura ocultar-nos essa circunstância, antes nos declara que não conseguira obter todo o material necessário.

É só ao cabo deste enorme trabalho que o sábio vem dar à publicidade um pensamento que outrora mal traduzia a realidade, mas que já agora é com muita probabilidade a expressão da verdade. É com os fatos e a longa observação que se descobrem as grandes leis e se dá base firme aos princípios; é ainda com os fatos aliados à longa experiência que se estabelecem as regras práticas da vida.

Um dos ramos da grande árvore da ciência, para cujo conhecimento se tem empregado e se vão empregando bastantes esforços, é sem contestação a ciência da linguagem. Baseando-se na observação e fazendo estudos comparativos, homens de talento e de gênio notaram e estudaram à luz da ciência os fenômenos naturalíssimos a que o espírito ignorante, satisfazendo-se com uma simples denominação, chamara figuras; descobriram leis que talvez não foram sequer entrevistas nos tempos anteriores.

E as leis e os fenômenos se foram dispendo metodicamente em um livro, a que deram o nome de gramática. Científica na acepção moderna da palavra, esta obra devia banir a chamada gramática filosófica.

É assim que apareceram os escritos de Bopp e de Schleicher; e um Grimm nos deu a gramática das línguas teutônicas, e um Diez a gramática das línguas românicas. Depois também foram aparecendo trabalhos especiais sobre cada uma das línguas, escrevendo-se, segundo o permitia a literatura, sobre umas pouco, sobre outras muitíssimos volumes.

Entre as menos aquinhoadas com trabalhos científicos está a língua portuguesa. Nas gramáticas portuguesas ainda em voga, porque não as há melhores ou talvez porque as tentativas científicas são realmente muito deficientes, a maior parte das regras são arbitrárias, são apenas filhas da especulação de quem aí as

³⁰ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2, em 4 de abril de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/4aynaVz>>.

escreveu, ou antes de quem há muitos anos as escreveu pela primeira vez. Não são elas fruto da observação feita com critério, e às vezes se apresentam tão contrárias aos fatos que, a serem verdadeiras, um Camões teria escrito pessimamente o português, um Herculano não teria conhecido a própria língua.

Os exemplos que nos dão nos seus livros esses gramáticos parece que foram escritos mais com o fim de dar ao leitor uma prova de erudição do que com a intenção de provar a verdade das asserções. É a mesma conclusão a que se chega depois da leitura de muito livro escrito em português.

Foi isso também o que eu pensei de L., colaborador da *Semana*, quando nesta folha vi pela primeira vez as duas regras ortográficas mais ou menos assim concebidas:

1º) Escrever com *ão* a terminação longa e com *am* a terminação breve, quer nos verbos, quer nos substantivos, quer nos adjetivos. É o que se observa na ortografia de A. Herculano.

2º) Escrever com *an* a terminação breve e com *ã* a longa, tanto nos substantivos, como nos adjetivos. É ainda o que se observa na ortografia de A. Herculano.

Pouco depois eu também lia em artigo dirigido a Julio Verim que ele L. formulara essas regras e que estas regras ele as colhera da ortografia de Herculano.

Coagido a explicar como colhera em Herculano a segunda regra (que a exatidão da primeira ocasião não era nem negada nem tão pouco afirmada), L. só soube citar os *Opúsculos*, como se Herculano não tivesse escrito outros livros de mais importância, revistos com muito mais cuidado, e apresentando, portanto, ortografia mais uniforme.

Não parecem os mais apropriados para o caso os volumes de cuja publicação o velho Herculano, que não tinha pretensão à infalibilidade (advert. prévia pag. V), julga desnecessário, em um trabalho tedioso e frequentemente interrompido, dirigir a atenção por muito tempo e sem desvio para ideias até certo ponto congêneres ou pelo menos análogas (XIII). Se isso era desnecessário, se era tedioso o trabalho de coordenar e de rever os escritos, não é provável que o escritor envelhecido lesse não só as primeiras, mas também as segundas e ainda as terceiras provas de cada página, o que seria indispensável se nesses volumes ele quisesse ver impressas as palavras com ortografia rigorosamente igual àquela que ele empregava em as escrevendo.

Que as provas não foram rigorosamente revistas pelo autor demonstra ainda o fato de ter sido necessário ajuntar a cada um dos três primeiros volumes uma tábua de erratas, onde só se veem corrigidos os erros mais crassos.

Se ajustarmos a isto a tendência natural dos tipógrafos a empregar, não a ortografia especial de Herculano, mas sim aquela a que estavam habituados, não seria para estranhar que os *Opúsculos* aparecessem com ortografia bem inconsequente.

Todavia, suponhamos por um momento que esse inconveniente não existe, e não o tomemos já como argumento contra a exatidão da observação. Admitindo a hipótese difícil que L. não conheça de Herculano

senão os *Opúsculos*, vejamos se a sua segunda regra foi realmente colhida nesses volumes com todo o critério de um homem de ciência.

Do primeiro volume, L. cita apenas estes três exemplos: *amanhã*, *manhã* e *irmã*; como se neste mesmo volume não se encontrassem com ortografia diferente à pág. 28 *sans*, 63 *vans*, 96 *van*, 129 *sans*, 160 *van*; como se aquelas mesmas três palavras se não pudessem opor vol. II, 20 *amanhã*, 50 *amanhan*, 144 *irmans* vol. III, 267 *irmans*, 268 *irman*.

Para não omitir nenhum dos exemplos citados por L., devo dizer que ele também encontrou no segundo volume *irmãs* à pág. 264 e *amanhã* à pág. 273.

Neste segundo volume, L. encontrou a palavra *cãs* uma só vez. Ora, esta palavra podia ele encontrar no mesmo vol. à pág. 41, onde se vê *cans*, tal qual no vol. I, 149 *cans* e no vol. III, 15 *cans*.

Se no segundo volume viu ainda *cortezã* e *Grã-Bretanha*, admira muito que lhe tivessem escapado do vol. I 158 *Gran-Bretanha*, 176 *Gran-Bretanha*, 178 *Gran-Bretanha*, 182 *Gran-Bretanha*.

Finalmente, encontrou *christã*, *christãs* no mesmo volume que apresenta à pág. 13 *christan*, e 18 *christans*. Dizendo isto, parecerá supérfluo que eu lhe oponha ainda os exemplos do vol. III pág. VII *christan*, 239 *christan*, 247 *christan*, *ib. christan*.

À vista de exemplos tão contraditórios, pode-se asseverar que o colaborador da *Semana* nem sequer abriu os *Opúsculos* para formular a sua segunda regra.

Só lançou mão dos *Opúsculos* quando se viu constrangido a dar uma explicação de um procedimento leviano sem dúvida, mas inadmissível em uma questão séria. Foi então que, no seu orgulho e não querendo dar as mãos à palmatória, o colaborador da *Semana* com aqueles dez exemplos buscou defender a sua asserção, como um advogado defende um grande criminoso; mas esta defesa é indigna de um homem de ciência, cujo fim é a exposição da verdade pura.

Se à sua discussão não faltasse lealdade, L. teria confessado que havia encontrado nos *Opúsculos* dois modos de grafar o *a* nasal no fim das palavras; daí tiraria a conclusão errada, mas até certo ponto desculpável, que Herculano a esse respeito não tinha ortografia fixa. Errada seria esta conclusão, porque, consultando as primeiras obras de Herculano, aquelas em que ele mais se esmerou, onde mais limou e onde, portanto, há a máxima probabilidade de uma revisão muito cuidadosa, L. veria a terminação *a* nasal na maioria dos casos e, maioria absoluta, representada com *an* e não com *til*.

No *Eurico*, por exemplo, edição lisbonense de 1876, publicada ainda em vida do autor (Herculano morreu em setembro de 1877), o colaborador da *Semana* acharia constantemente a ortografia em *an* constantemente leria: *irman de Pelagio*, *christan*, *christans* etc. Se encontrasse por exceção *irmã* à pág. 186, pouco depois de ter lido (na página anterior) *irman*, *irman*, não quero eu crer que essa exceção o determinasse a estabelecer a sua regra. Penso antes que tomaria esse exemplo como um descuido de revisão.

Quando se quer investigar a ortografia de um autor, é preciso lembrarmo-nos de que uma coisa é ler o livro *impresso* e outra coisa é ter diante de si o livro *escrito*, isto é, aquilo que realmente escreveu o autor.

Esta prova *direta* da ortografia de Herculano nenhum de nós a possui; mas, como as obras de Herculano (pelo menos as melhores) apresentam a maioria dos casos terminados em *an*, quer fossem as obras editadas pela casa Bertrand, quer pela Imprensa Nacional de Lisboa, se de todos estes fatos se pode tirar uma conclusão a respeito da maneira de *escrever* de Herculano, outra não pode ser senão a seguinte: A. Herculano escrevia com *an* e nunca com o til sobre o *a* todas as terminações de *a* nasal, sendo-lhe indiferente serem elas acentuadas ou não.

M. Said Ali

PROSA E VERSO II³¹

Se não foi em Herculano que L. colheu a sua segunda regra, se ele não a funda no uso, se a não baseia em nenhum argumento de razão *histórica* ou de transcrição *fonética*, poderia pensar-se que o colaborador da *Semana*, inventando uma ou talvez duas regras, buscou com essa sua invenção no nome do escritor português fazer jus ao título de investigador. Apoiam a suposição de uma tal pretensão as próprias palavras de L.: “Formulando essa regra, colhida na ortografia de Herculano, se não conseguimos esclarecer o debate, não foi por culpa nossa.”

Não é, porém, a L. que cabe a glória da invenção de qualquer das duas regras que ele apresentou há três meses ao público. Há seis anos já o Sr. Júlio Ribeiro tinha escrito na sua *Gramática Portuguesa* § 37, 2: “*An* é a forma gráfica de *ã* breve” e § 37,4: “*Am* é a forma gráfica de *ão* breve.” Destas duas proposições diferem, é verdade, as regras de L. não na essência, mas em serem talvez mais explícitas.

Em compensação, porém, o Sr. Ribeiro, na seção – Ortografia §§ 64 e 112, é não só muito mais explícito, mas também mais correto, porque aí não se encontram confundidos os termos longo e breve com acentuação ou falta de acentuação. O que se encontra, no primeiro destes dois parágrafos tocantes à regra de L. de que me tenho ocupado, pode exprimir-se em linguagem vulgar assim: A voz³² nasal *an* representa-se por *ã* na terminação dos vocábulos, se esta terminação tiver o acento tônico, ex: *irmã*. Representa-se esta voz por *an* na terminação dos vocábulos, se esta terminação não tiver o acento tônico, ex: *iman*.

Não falemos, porém, mais no colaborador da *Semana* e ocupemo-nos desde já com esta regra do Sr. Ribeiro, deixando para o fim a questão da confusão de quantidade e acento.

Parece-me arbitraria a regra do Sr. Ribeiro: 1º, porque o autor não apresenta para ela nenhuma justificação no seu livro; 2º, porque não há nenhuma razão histórica para fazer a distinção entre *ã* e *an* no fim das palavras, segundo a que o Sr. Ribeiro; 3º, porque o uso, não tendo feito até hoje essa distinção, também não se trata de uma regra usual que o Sr. Ribeiro viesse sancionar; 4º, finalmente, porque a regra não é consequente com os princípios que o uso estabeleceu na representação das outras vogais nasais em casos análogos.

Que não é argumento a favor da regra a razão histórica, não é difícil de demonstrar. Efetivamente as palavras *orphana*, *pagana*, *lana*, *hermana* só deram em português palavras com terminações *idênticas*, qualquer que fosse a acentuação do penúltimo *a*, isto é, *orphan* de *orphan(a)* *pagan* de *pagan(a)*, *lan* de *lan(a)*, *irman* de *berman(a)*.

³¹ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2, em 10 de abril de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/3KjIzOQ>>.

³² N.O.: Leia-se *vogal*.

A conclusão a tirar daí é que o Sr. Ribeiro deveria grafar de uma só maneira todas as terminações em *a* nasal; deveria escrevê-las todas com o til (que representa o *n*) sobre o *a* ou grafá-las todas com *an*.

Admira muito que o Sr. Ribeiro, que parece às vezes partidário fervoroso da ortografia histórica, que chega até a exigir a inovação de *k* e *kb* em certas palavras, só por causa da sua origem grega, desprezasse completamente a origem latina das palavras em *an*, deixasse aqui de lado exatamente a fonte mais rica dos vocábulos portugueses, sem nos dar sequer uma explicação desta incoerência. A julgar por este procedimento, a gramática não é a exposição metódica dos fatos da linguagem; deveria antes definir-se – a imposição de arbitrariedades e a exposição de inovações e invenções sem utilidade.

Vejamos agora se a regra tem por base o uso. É sabido que antigamente se costumava escrever *irmãa*, *vãa*, que depois se rejeitou o segundo *a* nessas palavras, escrevendo-se *irmã*, *vã* (o que ainda é muitíssimo usado no Brasil), e que modernamente se vai introduzindo a grafia *irman*, *van*, como se encontra no dicionário contemporâneo de Aulete e em muitas obras impressas ultimamente em Portugal.

O Sr. Ribeiro não desconhecerá também que ainda os que empregam o segundo destes três modos de grafar abrem exceção para as palavras *talisman* e *afan* as quais, apesar da regra, ninguém se lembra de escrever com til. Ainda mais: em qualquer dos três modos de escrever, o uso nunca sentiu a necessidade de distinguir a terminação acentuada da não acentuada. Se a sentisse, não esperaria pelo Sr. Ribeiro; estabeleceria ele mesmo a regra, como a estabeleceu muito antes do Sr. Ribeiro em relação às terminações verbais.

Na língua portuguesa, o uso estabeleceu que se representasse a nasalidade das vogais *e*, *i*, *o* e *u*, no princípio, no meio ou no fim das palavras, por meio destas letras seguidas de *m* ou *n*. Da mesma maneira, o uso estabeleceu que se representasse a nasalidade da vogal no princípio e no meio das palavras, só no modo de grafar o *a* nasal final que o uso tem vacilado. O que neste caso faria quem quisesse ser consequente com o que há de fixo no uso, desprezando de todo a razão histórica, creio que não preciso de dizer. A lógica sem dúvida pediria que não fizesse distinção gráfica, quanto à acentuação, em *talisman* e *iman*, ou entre *irman* e *orphan* quem a não fizesse entre *palafrem* e *imagem* ou entre *cecem* e *ordem*³³.

M. Said Ali
(Continua.)

³³ N.O.: Hoje, respectivamente: *talismã* e *imã*, *irmã* e *órfã*, *palafrem* e *imagem*, *cecem* e *ordem*.

PROSA E VERSO (CONTINUAÇÃO)³⁴

O Sr. Ribeiro não tem ideia clara de cada uma das duas palavras – quantidades e acento. Pelo menos ele as confunde no seu livro.

Sem nos dizer que uma vogal, independente das consoantes que com ela concorram em uma sílaba, pode ser breve ou longa, isto é, que na sua pronúncia só pode gastar um tempo ou dois tempos; sem declarar que a quantidade das vogais não depende da quantidade das sílabas, mas sim esta daquela, o Sr. Ribeiro começa por uma definição segundo a qual se chamaria quantidade “a duração do tempo que se gasta em proferir as sílabas, sendo, portanto, as sílabas longas ou breves”. Nenhum bom gramático escreveria tal proposição senão como consequência deste princípio: as *vogais* são longas ou breves. É por isso que se encontra em Guardia e Wierzeyski, *Grammatique latine*, p. 26 (obra mais de uma vez citada pelo Sr. Ribeiro): “Les voyelles, et par conséquent les syllabes, sont longues ou brèves. La brève vaut un temps, la longue, deux, etc.”.

Em um trabalho didático, como deveria ser o do Sr. Ribeiro, era *indispensável* falar primeiro sobre a quantidade das vogais, senão o leitor pode facilmente ser induzido a erro e acreditar que a quantidade da sílaba depende das consoantes ou talvez da maior ou menor elevação da voz.

A segunda hipótese não lembrará a quem souber um pouco de música; eu não creio que mesmo um péssimo tocador de piano diga que a maior ou menor duração de uma nota depende de ser ela aguda ou grave. Entretanto o Sr. Ribeiro, que no princípio do seu livro não parece ser alheio ao estudo da acústica e da fisiologia da voz, faz essa confusão, considerando “verdadeiramente longa só a sílaba predominante”. É mais ou menos como quem dissesse este absurdo: nas sete notas musicais, só a nota *si* tem verdadeiramente o valor da semibreve.

Diz mais o Sr. Ribeiro que Soares Barbosa “tenta em vão combater esta doutrina que já era corrente entre os gramáticos do século passado.”

Parece-me a mim que não é nenhum argumento valioso a favor de uma doutrina o fato de ter sido ela corrente no século passado. Antes pelo contrário: creio que no século XIX se tem estabelecido muitas doutrinas importantíssimas que rejeitam completamente as do século passado; nem o Sr. Ribeiro deve ignorar que a ciência da linguagem só no século atual é que se firmou definitivamente no Ocidente, com muitas teorias que banem completamente as dos séculos anteriores.

O autor da *Gramática Portuguesa*, a julgar pelas suas muitas citações, deve ter bastante leitura, será mesmo um erudito; mas do muito que leu parece que pouco digeriu, pouco lhe aproveitou. Assim é que ele só cita Soares Barbosa como contrário à doutrina da confusão de quantidade e acento. Ora é realmente para admirar

³⁴ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 2, em 20 de abril de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/3QYtluS>>.

que o Sr. Ribeiro, que dedica o seu livro à memória veneranda de Friedrich Diez, nem sequer saiba que o grande gramático escreveu no vol. I pág. 381 o seguinte: “Que as línguas novo-latinas fazem uma distinção entre longas e breves é fácil de observar, o it. *quadro* tem um *a* mais longo que *quattro etc.*”.

Eu penso que também em português se pode *observar* a mesma diferença na vogal *a* de *quadro* e *quatro*, no *e* de *sede* e *sete*, no *o* de *rosa* e *croça*.

Finalmente o seguinte trecho da gramática do Sr. Ribeiro é incompreensível: “Em Português bem como na pluralidade das línguas modernas quantidade e acento tônico confundem-se.”

O que quer dizer línguas modernas? Será línguas românicas?

Consideremos bem estas palavras: “em português quantidade e acento tônico confundem-se.” Se não me engano, quando duas coisas se confundem, dá-se o seguinte: ou as duas coisas confundidas *se misturam*, ficando em um estado caótico, informe, de sorte que nenhum dos dois elementos se nos apresenta em estado de pureza; ou então os dois elementos *se combinam*, donde resulta um corpo composto com propriedades bem diversas das dos elementos componentes.

Ora nenhum destes fatos se deu em português. Não há um terceiro produto, resultante da combinação dos elementos quantidade e acento, nem há mistura desses elementos, porque o acento tônico existe tão claro, tão manifesto em português como ele existiu e existe em todas as outras línguas. Ou quereria o Sr. Ribeiro dizer unicamente que a palavra quantidade deve desaparecer da língua portuguesa porque ele aí não nota a diferença entre breves e longas? Mas neste caso em uma terceira edição do seu livro o Sr. Ribeiro em lugar da proposição “quantidade e acento tônico confundem-se” deverá escrever:

As breves e as longas desapareceram e com elas naturalmente a quantidade; mas o acento tônico conserva-se em toda a sua pureza.

M. Said Ali

PROSA E VERSO III³⁵

Como todo o livro se escreve ou com o fim de deleitar ou com a intenção de instruir, claro é que em qualquer dos casos ele há de satisfazer a certas condições, se o autor não quiser ver um trabalho perdido; uma obra sem o desejado proveito para os leitores, dado que o livro chegue a encontrar quem o leia. Se se trata de instruir e se o livro instrutivo é, por exemplo, uma gramática, em todas as suas regras se devem respeitar a lógica, a concisão e a clareza.

Que não é por estas qualidades que se recomenda o livro do Sr. Júlio Ribeiro já foi até certo ponto demonstrado, parecendo talvez que a ausência delas se deve atribuir tão somente ao fato do Sr. Ribeiro não ter compreendido o que leu. As seguintes observações, porém, fazem acreditar que também às vezes o Sr. Ribeiro não sabe o que ele próprio escreveu.

No § 37, 1 da *Gramática Portuguesa*, consideram-se como exceções de uma regra coisas que nesta regra não estão compreendidas. Assim diz o Sr. Ribeiro que são oxítonos “os vocábulos acabados por *á, é, ê, i, y, ó, ô, u*, excetuando-se, porém, dessa regra vocábulos terminados em *is* e *us*, como *cúitis* e *Vênus*.”

Perfeitamente. Aceito a lição e peço vênua para fazer já aplicação dessa nova lógica em duas proposições:

1º Todos os meus primos, excetuando minha irmã que é casada, nasceram no sertão.

2º As gramáticas portuguesas são muito boas, excetuando, porém, as aritméticas e os colarinhos.

Eu prometo deixar estar aquela regra com a tal exceção, sem fazer mais comentários e passo a tratar de outro assunto.

Algumas proposições tendentes a afirmar coisas semelhantes, mas tão dispersas no livro (sem que o autor faça uma referência às respectivas páginas a que a custo se sabe estarem relacionadas entre si) e tão confusamente expostas que, à primeira vista, parece negar-se em uma página o que se afirma em outra – essas proposições, digo, provam que a gramática do Sr. Ribeiro é de uma utilidade muito duvidosa. Vou tentar expor amenamente uma dessas dificuldades fazendo o possível para não fatigar a atenção do leitor.

Eu suponho que um estudante da língua portuguesa viu no dicionário de Fonseca e Roquette que as palavras *fóssil*, *réptil* e *projétil* podem ser tanto adjetivos como substantivos. Suponho mais que ele, tendo necessidade de conhecer o plural de cada um desses vocábulos como adjetivos, vai consultar a 2ª edição da gramática de Júlio Ribeiro.

Naturalissimamente, o estudante cuidará que basta abrir o livro no capítulo que trata do plural dos adjetivos à pág. 111. Engana-se, porém; a respeito dos adjetivos variáveis quanto ao número o Sr. Ribeiro

³⁵ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 1, em 3 de maio de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/3yA0oPN>>.

escreveu apenas uma única proposição: “Os adjetivos tanto descritivos como determinativos seguem geralmente na flexão numeral as regras dadas para a flexão numeral dos substantivos.”

Lá vai o pobre do estudante de Herodes para Pilatos à procura da tal flexão à pág. 97, pois que aí se trata do plural dos substantivos. Exultará de contentamento, cuidando achar enfim resposta à sua questão ao ler estas regras: 1ª os substantivos terminados em *il* não acentuado formam o plural em *eis*, como *fóssil*, *fósseis*; 2ª os substantivos em *il* acentuado formam o plural em *is*, como *reptil*, *reptis*.

Ora, sendo os exemplos apresentados pelo Sr. Ribeiro exatamente duas das palavras em questão, o estudante supondo que vai tirar uma conclusão muito lógica, exclamará: Logo, o plural do adjetivo *fóssil* é *fósseis* e o do adjetivo *reptil* é *reptis*. O plural do adjetivo *projétil* deve ser também *projétis*.

Puro engano – lhe responderá o Sr. Ribeiro – falta ainda consultar a pág. 17, onde se trata da acentuação daqueles adjetivos que diverge da pronúncia vulgar; divergência esta que, seja dito de passagem, não pode ser prevista por qualquer estudante.

Se depois de tanto trabalho o estudante puder combinar o que a respeito da questão leu à pág. 17 com o que leu à pág. 97 e mais o que leu à pág. 111, ele finalmente estará habilitado a compreender que o Sr. Ribeiro em poucas palavras poderia ter dito o que não disse bem em muitas. Se o Sr. Ribeiro fosse claro e conciso, a sua opinião estaria escrita mais ou menos assim:

A palavra *fóssil*, tanto adjetivo como substantivo, forma o plural em *eis*, isto é, *fósseis*. As palavras *projétil* e *reptil*, sendo substantivos, formam em *is*, isto é, *projétis* e *reptis*; mas se forem adjetivos, formam o plural em *eis*, portanto *projéteis* e *répteis*.

Para aprender a formar assim o plural dos adjetivos *projétil* e *réptil*, naturalmente é preciso pronunciar, como o faz o Sr. Ribeiro, deixando cair o acento tônico na penúltima sílaba e desprezar, como ainda faz o Sr. Ribeiro, aquilo que “querem alguns gramáticos e lexicógrafos.”

M. Said Ali

PROSA E VERSO IV³⁶

Notas Filológicas é o título de uma série de escritos que têm aparecido em uma folha hebdomadária cuja colaboração é, diz a redação, a mais variada e importante do Brasil. Quando o primeiro desses artigos foi impresso, convidaram-se, naturalmente com consentimento do autor, os entendidos na matéria a contraditar na mesma folha as opiniões do colaborador; e esse convite só fazia gostosamente por serem tais polêmicas, dizia-se então, sempre interessantes e geralmente profícuas.

Não se fez esperar quem quisesse contraditar tais opiniões: aceitara o convite o Sr. Pacheco Junior. Com que mimo e delicadeza o convidado foi recebido pelo Sr. João Ribeiro, sabem-no todos os leitores da *Semana*. E é bom saberem: mesmo os que não costumam ler aquela folha acho que deveriam procurar pelo menos o número 118; porquanto quem lê as *Notas Filológicas* desse número fica sabendo que também em filologia há convites que não convém aceitar.

Desse longo artigo o que principalmente me interessa são estas poucas palavras: “Críticos não escasseiam. Há por aí muito olheiro de obras. O que falta é gente de serviço”. Como se nós outros, que não somos trabalhadores e para quem o Sr. João Ribeiro faz as tais obras, não tivéssemos o direito de achar defeito naquilo que nos é destinado.

Ou eu não sei o que significa a palavra *crítico*, ou o Sr. Ribeiro deveria acolher mais benevolmente quem lhe censurasse os trabalhos. Como eu não creio que os trabalhadores do edifício da Filologia sejam infalíveis, parece-me que o crítico, se mais não fizesse, ao menos sempre teria o merecimento de encaminhar os operários para o trabalho, quando eles por descuido se fossem desviando do seu dever.

Lá porque um indivíduo discorda de outro, não acho razão para que este diga: “Não me venha por mestre, mas, se quiser, venha trabalhar comigo”. Quem sabe lá se aquilo são dois gênios para trabalharem juntos, ainda quando não façam exatamente o mesmo serviço! Se um deles estiver talhando as pedras para o edifício, enquanto o outro, por ser mais novo, amassar ali perto o barro que as deve consolidar, suponhamos que os dois um dia briguem.

O mais novo atirará barro às ventas daquele que já tem fama de pedreiro; este, que não está para graças, bradará: “Lá vai pedral!”

Verdade é que a minha comparação é muito malfeita; porque em discussões filológicas, como em quaisquer discussões científicas, as coisas não chegam nem nunca chegaram a tais extremos. Mas o Sr. João Ribeiro convirá que por uma circunstância qualquer pode um dia haver, mesmo fora do Rio de Janeiro, uma polêmica um pouco calorosa demais; e que neste caso um olheiro de obras não é coisa tão ruim assim.

³⁶ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 1, em 20 de maio de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/3wDJH5x>>.

Eu não entendo que criticar uma obra seja falar mal dela. Não sei se o Sr. João Ribeiro concorda comigo; apenas estranho que o investigador, referindo-se à gramática de Júlio Ribeiro, não dissesse a criticada, mas sim a caluniada gramática.

Não quero dizer que o Sr. João Ribeiro não tem razão. Se não se tem provado o que por aí com severidade se tem escrito a respeito dessa gramática; se lhe foram atribuídos defeitos que ela na realidade não tem, eu não nego que haja por aí gente muito malvada, que calunia, isto é, que diz de quem tem já um nome feito coisas que na realidade nunca existiram.

O que me parece a mim é que entre esses homens aparentemente caluniadores há quem censure obras tão excelentes simplesmente por ignorância. Para não ir muito longe basta dizer que também eu já li uma nota filológica, excelente sem dúvida, onde encontrei uma coisa que com a melhor vontade não consegui compreender. Foi o caso que entre os exemplos de formas contratas eu li o vocábulo *Juca* como contraído de *José*. Como me haviam ensinado que, quando uma coisa se contrai, o seu volume se reduz, eu não pude conceber como um vocábulo de quatro letras (que se pronunciam todas) seja contração de outro vocábulo que tem igualmente quatro letras. Mas enfim o Sr. João Ribeiro que o escreveu, é porque a coisa é assim mesmo; e eu acredito piamente sem ousar contraditar, ainda que o pudesse fazer, porque não quero passar por caluniador.

Confesso ainda que não foi exatamente a opinião do Sr. João a que encontrei na excelente e caluniada gramática de Júlio Ribeiro. Este autor diz que *Juca* é o diminutivo caseiro de *José*. Se os diminutivos se formam, como manda a regra, por meio de certas desinências, *Juca* não seria contração, mas sim amplificação de *José*.

No § 240 da *Gramática* de Júlio Ribeiro, onde se diz que *Juca* é o diminutivo de *José*, também se diz que são diminutivos de *senhor* as formas *sôr*, *sô* e até *sen*. Se o Sr. Ribeiro das *Notas Filológicas* me desse licença, eu faria uma pequenina reflexão a respeito do que escreve o Sr. João Ribeiro da *Gramática Portuguesa*. Eu diria que até agora acreditava que o diminutivo de *senhor* era *senhorzinho*, e que as formas *sôr*, *sô* e até *sen* pronunciadas pelos pretos e pela gente inculta supunha eu exprimirem exatamente a mesma coisa que a palavra *senhor* na boca daqueles que se prezam de falar bem o português.

M. Said Ali

PROSA E VERSO V³⁷

Há mais de uma semana se discute, pela imprensa, para convencer o público, sobre se um soneto do Sr. Raimundo Correia é ou não plagiado de Gautier. Se as questões literárias na nossa terra se tratassem menos apaixonadamente, provavelmente isso já estaria liquidado. Infelizmente, porém, o crítico que deverá ser um *juiz* severo e justo, é sempre representado por um *advogado* que acusa ou defende conforme as conveniências. Um Lessing ou um Macaulay não é entre nós os brasileiros que se devem procurar.

Como advogado de Raimundo apresentou-se o Sr. Valentim Magalhães, defendendo o réu com muitíssimo interesse. E até certo ponto com razão. Depois que o Sr. Raimundo Correia, na galeria da bajulação mútua, disse que “Valentim Magalhães possui uma extraordinária paleta, rica de cores rutilantes e quentes, que seus quadros têm uma vivacidade particular, a qual nos de nenhum outro autor se nota”, deveria parecer justo, justíssimo até, que o Sr. Valentim por sua vez dissesse que “a originalidade de Raimundo não se parece nem se confunde com a de nenhum poeta nosso ou de fora”. Naturalmente o Sr. Valentim quis provar mais uma vez que *amor com amor se paga*.

Conquanto não seja eu um crítico, todavia ainda não pude, em questão nenhuma, resolver-me a elogiar sem motivo ditado pela razão, ou a condenar sem mostrar ao leitor os erros que a razão descobrira. É por isso que aquele soneto de Raimundo Correia eu o tenho não como original, mas como uma bela tradução ou imitação das quadras *Les colombes* de Gautier.

Bela lhe chamo eu, porque, confrontando *As pombas* com *Les colombes* (o que não faço agora, porque já outros o fizeram), não sei o que falta à poesia de Raimundo para ter pelo menos tanta beleza como a de Gautier. Algumas alterações que sofreu a poesia ao passar para o português talvez a tornem mais bela ainda.

As ideias, os pensamentos em que consistem algumas dessas alterações, também não são originais de Raimundo; fornecera-os o próprio Gautier na sua *Mlle. de Maupin*: “Mon âme est comme un colombier – Les colombes reviennent au colombier, mais les *désirs* ne reviennent point au coeur.”³⁸

Daí o Sr. Raimundo tirou (salvo se há uma estranha coincidência) a ideia do pombal (*colombier*) para substituí-la à da palmeira (*palmier*). Daí ainda tirou ele para terminar o seu soneto estes pensamentos: “Les colombes reviennent au colombier mais les *désirs* ne reviennent point au coeur”; pensamentos estes que foram traduzidos literalmente pelo Sr. Raimundo Correia:

... mas aos pombais as pombas voltam,
E eles aos corações não voltam mais.

³⁷ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal Novidades*, p. 1, em 1 de junho de 1887. Disponível em: <<https://bit.ly/4dUrtgU>>.

³⁸ N.O.: Tradução nossa – “Minha alma é como um pombal – As pombas voltam ao pombal, mas os desejos não voltam ao coração”.

Verdade é que me poderiam objetar que este *eles*, de Raimundo, refere-se a *sonhos* e não a *desejos* (*désirs*). Responderia eu, porém, que não podia deixar de ser assim, e que estes sonhos também lá estão nas quadras de Gautier. Pois que outra coisa pode ser senão *sonhos* os “brancos enxames de loucas visões que palpitam com as asas, e que dos céus caem todas as noites na alma para tornarem a partir em chegando à alvorada”?

Um merecimento, porém, teve aí o Sr. Raimundo, exprimindo com elegância (talvez inconscientemente) e em uma só palavra o pensamento para cuja expressão Gautier lançou mão de tantos vocábulos.

O Sr. Valentim é que não compreendeu isso. Continuando a defender e talvez a comprometer a reputação do seu constituinte, ele provavelmente tentará fazer ver por meio de citações de Vappereau, Nodier etc., que o soneto de Raimundo continua a ser original e que o autor da *Prosa e Verso* é que não sabe o que é tradução nem imitação.

Mas como eu antevejo que não posso arcar com a erudição do advogado, apresso-me a dizer-lhe que no que acabo de expor não houve a menor intenção de sofismar a questão e que tenho (coisa singular!) fatos extraídos das próprias poesias de Raimundo Correia, os quais me ensinam como eu deva compreender a tradução ou a imitação feita por ele. Por esses fatos se vê que ele é tão original, originalíssimo até, que não se importa lá com os Vappereau, Nodier, Littré etc.

O Sr. Valentim há de querer naturalmente que eu cite um desses fatos. Pois bem, uma vez que temos tratado de uma poesia de Gautier, cujo título é *Colombes*; uma vez que o autor do *Colombo e Nenê* gosta tanto do nome Colombo que no seu artigo fala dos Colombos de supostos crimes literários, eu fico pela poesia da página 173 das *Sinfonias*, que tem por título Colombo, lendo-se logo por baixo o nome Schiller.

Francamente, com a melhor vontade não consigo saber em que aqueles versos se parecem com o *Columbus* de Schiller. Pelo lado da forma, o Sr. Raimundo empregou adjetivos e palavras que Schiller não escreveu nem podia ter escrito, porque os poetas alemães não são bombásticos como muito poetastro brasileiro; por outro lado, suprimiu os melhores pensamentos de Schiller quase todos, desfigurando assim o *Columbus*.

Com certeza Raimundo Correia, não conhecendo a língua alemã, guiou-se por alguma tradução francesa. Assim é que as palavras “verás em seu todo esplendor” se encontram em Gérard de Nerval que traduzira: “il t’apparaîtra bientôt dans toute sa splendeur”³⁹. Só o próprio Schiller é que não fala em esplendor; ele apenas diz: Ali há de a costa mostrar-se.

“Nem aos *teus*, nem a ti (venha esmagar) a fadiga, o torpor” é adulterar completamente o original.

Gérard de Nerval traduziu pessimamente o alemão, quando escreveu: “les bras de *tes marins* peuvent tomber de fatigue”⁴⁰. Aquele *teus* de Raimundo e *tes marins* (no plural!) só podiam ter sido escritos por quem não

³⁹ N. O.: Tradução nossa – “Em breve ele aparecerá em todo o seu esplendor”.

⁴⁰ N. O.: Tradução nossa – “os braços dos teus marinheiros podem cair de fadiga”.

estudou bem história, porque ignora que para dirigir o navio de Colombo só os braços de um só homem, o do leme, é que podiam cair de fadiga.

Um Schiller não podia escrever disparates. De fato: “*Und der Schiffer am Steu'r (mag) senken die lässige Hand*”, é um pensamento que se traduz em português assim: E ainda que o homem do leme (literalmente: o marujo do leme) deixe cair a cansada mão.

Raimundo suprimiu completamente de Schiller “confia no Deus que te guia etc.”, apesar de ter sido literalmente traduzido por Gérard de Nerval.

Em vez das belas palavras “Sempre, sempre para o oeste”, igualmente bem traduzidas por Gérard, o Sr. Raimundo Correia escreveu um aranzel bombástico e insípido: “e a região que entreviste em teus sonhos fecunda, e o clarão de outro sol, no outro hemisfério, inunda o que buscas etc.”

Foi com Gérard que Raimundo errou, escrevendo: “Se é acaso esse mundo ilusão, rutilante das águas romperá”, em vez de “se ela ainda não existisse, ela emergiria agora das águas”. Schiller *assevera* a Colombo que essa terra existe. Raimundo, copiando de Gérard, põe na boca de Schiller a *dúvida* (!) de que a América exista.

“Como do caos a luz” é uma comparação inventada pelo Sr. Raimundo Correia.

Francamente, por muita tinta que o Sr. Valentim Magalhães gaste em defender o seu constituinte, custa muito menos acreditar que o soneto *As pombas* de Raimundo Correia seja uma tradução de Gautier, do que supor que o *Colombo* de Raimundo seja o *Columbus* de Schiller.

M. Said Ali

1891

BIBLIOGRAFIA: UM LIVRO NOVO⁴¹

Dicionário manual etimológico da língua portuguesa contendo a significação e prosódia, por F. Adolfo Coelho. Lisboa. P. Plantier.

É este o dicionário mais novo que a língua portuguesa possui, porque é o último que em nosso idioma se tem publicado. Quiséramos poder dizer dele que é não só o mais novo quanto à publicação, mas sim o mais moderno em toda a extensão da palavra.

Fora, porém, necessário que ele destoasse em todos os sentidos de quantos léxicones portugueses anteriormente se publicaram, não só aproveitando melhor os materiais por eles reunidos, mas também ajuntando a esses muitos outros de cuja falta se ressentem todos os nossos dicionários, materiais que convenientemente dispostos dão a um dicionário um caráter essencialmente prático, de sorte que ele se torna um livro indispensável a todos quantos falam, escrevem e leem a língua portuguesa.

Não é a origem das palavras, ou pelo menos não é só isso o que se exige de um bom dicionário. A origem das palavras tem, na verdade, importância para os filólogos e para os pedantes; mas para a vida comum a utilidade é mais que duvidosa, e com certeza nunca falaria bem uma língua quem se limitasse a fazer escavações etimológicas dos vocábulos.

A parte mais útil de um léxicon é a significação das palavras e das locuções. Mas não é a significação vulgar dos termos triviais o que caracteriza um bom léxicon; essas significações ninguém as procura no dicionário, porque são por demais conhecidas de todos os que falam a língua. Sim, para se saber que *abelha* é um inseto, *mesa* um móvel, *galinha* uma ave, para conhecer as significações vulgares das palavras *homem*, *mulher*, *livro* etc., com certeza ninguém irá consultar um dicionário.

É verdade que, se por um lado um léxicon não deve conter apenas os termos corriqueiros, por outro lado não se pode exigir que o lexicógrafo compreenda na sua obra os arcaísmos que já se não encontram nos autores que lemos e estudamos nas escolas, nem tampouco nas obras literárias que todo o mundo costuma ler mais tarde.

Se coordenar o vocabulário do cancionário de D. Diniz e dos documentos das primeiras eras de nossa língua é, além de um trabalho de pouca utilidade prática, uma tarefa árdua e quase impossível para um só filólogo ou mesmo para muitos reunidos, não se pode, por outro lado, perdoar que o vocabulário dos principais autores do século atual, do século XVIII, dos quinhentistas e dos seiscentistas não esteja convenientemente representado num dicionário. Camões, Ferreira, Garção, Herculano, Camilo e outros são autores que se estudam

⁴¹ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2, em 11 de abril de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/44T8ajU>>.

em colégios e se leem mais tarde. E como se lê com o fim de entender o que está escrito, muita vez é necessário recorrer ao dicionário para nos esclarecer sobre um termo não vulgar, uma locução não corriqueira.

O Sr. Adolfo Coelho, segundo ele próprio declara na prefácio da sua obra, procurou ser mais rigoroso, mais simples e mais claro nas definições do que os seus predecessores na lexicografia; mas, quanto a nós, nesse empenho simplificador foi além dos limites. Assim, para dar um pequenino número de exemplos, ninguém saberá pelo seu dicionário o que são as "*remendadas pias*" de que fala Diniz da Cruz e Silva, os "*passadores de Amor*" que tantas vezes se encontram em Garção, "*as gaditanas em derredor do javali*" na ceia de Tibério de Gonçalves Crespo.

Isso apenas para exemplificar a deficiência na significação e na terminologia, isto é, nos vocábulos.

No tocante às locuções peculiares à nossa língua, como "*deitar fora uma can⁴²*" ou "*pôr os olhos em alvo*", já não é deficiente, é simplesmente avaro. Cumpre-nos aqui dizer que, a título de exceção, encontramos a trivialíssima locução "dar no vinte."

Nós esperamos que o eminente filólogo, que se distingue pelo seu trabalho e pela sua modéstia, como se vê pelo prefácio do seu dicionário, procure, em edição subsequente, dar mais largueza à sua obra no sentido que acabamos de expor. Em compensação fará desaparecer artigos supérfluos e que se aprendem antes na gramática, como as formas provenientes de *acoroçoar*, de que encontramos em artigos especiais nada menos que *acoroçoado*, *acoroçoadíssimo*, *acoroçoadamente* e *acoroçoadissimamente*.

Creemos que o Sr. Adolfo Coelho, que tão escrupuloso foi na etimologia, e ninguém talvez o podia ser mais do que ele, se esforçará por fazer todas as correções possíveis, a fim de prestar um serviço relevantíssimo a todos quantos falam, leem e escrevem a língua portuguesa.

M. Said Ali

⁴² N.O.: O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1913), registra o substantivo feminino *can* e o define como cabelo branco.

CRÍTICA LITERÁRIA: TRADUÇÕES DO ROMANCEIRO DE H. HEINE, POR JOSÉ DE SOUZA MONTEIRO, PUBLICADAS NA REVISTA DE PORTUGAL⁴³

Em Portugal como no Brasil a língua alemã é muito menos conhecida do que a língua francesa ou inglesa. É por isso que os poetas alemães, as grandes obras da fertilíssima literatura teutônica são por assim dizer apenas conhecidas de nome entre nós. As próprias traduções francesas, esses pálidos reflexos de tantas produções geniais, escasseiam.

Sabemos que Schiller e Goethe brilham no céu da literatura teutônica como estrelas de primeira grandeza; as suas obras contam-se por volumes e volumes, e, entretanto, de Goethe só podemos ler o *Fausto*; de Schiller, os *Salteadores*. E se daquele conhecemos uma obra grandiosa, uma obra prima mesmo comparada com as produções literárias de outras nações, de Schiller nós temos uma ideia muito imperfeita, porque o drama os *Salteadores*, produção da mocidade do poeta, é considerado pelos alemães como uma de suas obras secundárias, e ele próprio mais tarde foi o mais severo crítico daquele drama.

Hoje em dia, e notavelmente no Brasil, fala-se muito em *naturalismo*.

Apreciam-se as obras de Zola, porque são escritas em francês; e, entretanto, se se pode ser naturalista sem descrever situações nojentas e hediondas, há aí aquelas belíssimas baladas da *Luva*, do *Cantor*, do *Cavaleiro Toggenburg* e tantas outras, repletas de situações verdadeiras; o *Willhelm Meister*, o *Torquato Tasso*, o *Iphigenia em Tauris*, onde as desenham com toda a naturalidade caracteres os mais diversos. E todo esse céu de estrelas fulgentes que não nos deixa contemplar a névoa da nossa ignorância!

As traduções francesas estão eivadas de defeitos.

O próprio Gérard de Nerval, que passa por ser um dos bons intérpretes, dá testemunho mais de uma vez, segundo observação nossa, de não lhe ser muito familiar a língua alemã. Ocasões há em que adultera completamente os pensamentos dos poetas.

É por isso que não nos podemos furtar ao prazer de apresentar aos nossos leitores o pequeno número de traduções da coleção de poesias *Romanceiro* de Heinrich Heine, publicadas em dois números da *Revista de Portugal*, e de que ninguém se tem ocupado, ao que nos consta.

O Sr. José de Souza Monteiro não só revela conhecer bem a língua alemã, mas também é admirável pela habilidade com que transplantou para o português e ao mesmo tempo em linguagem poética pelo metro e pelo estilo os pensamentos do grande Heine.

Saiu-se bem das dificuldades sem, entretanto, fazer o que muitos fazem, isto é, algumas vezes diminuindo e mais vezes acrescentando frases e versos. Cada poesia traduzida tem o mesmo número de estrofes

⁴³ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2, em 14 de abril de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/3wLsas4>>.

e cada estrofe o mesmo número de versos que a respectiva poesia original. E à fidelidade da forma o Sr. Monteiro reuniu a fidelidade do pensamento.

A *Condessa palatina Jutta* é por assim dizer a cópia fiel daquela tela, se nos permitem a expressão, onde Heine representou a condessa sentada ao luar em uma barca, que, remada pela aia, vai sulcando o Reno, e em derredor da qual boiam os cadáveres dos sete que foram amantes da condessa.

Nós comparamos o *Rampsinito* do Sr. Monteiro com o original, procurando empregar todo o rigor de observação. Resultou daí vermos que muitas das estrofes portuguesas são quase a tradução literal das estrofes teutônicas.

São também dignas de menção o *Vilão de Bergen*, as *Valquírias*, a *Maria Antonieta*.

Em conclusão, só nos resta dizer que sentimos que o Sr. Souza Monteiro não corra mais ainda a cortina que nos separa da musa germânica, contribuindo assim imensamente para dar nova direção à literatura dos dois povos irmãos, e, sobretudo, à literatura do Brasil que, à sombra das letras gaulesas, se estiola e definha à míngua de sol, de luz e de nova seiva vivificadora.

M. Said Ali

CRÍTICA LITERÁRIA: COELHO NETO RAPSÓDIAS⁴⁴

É empresa bem difícil o ler com atenção as produções dos nossos literatos de hoje e emitir depois opinião franca e imparcial, reduzir o justo valor o merecimento dos que escrevem entre nós e se lamentam do frio acolhimento que o público dá aos seus livros, o que prova, na opinião de muitos, não estar assaz difundido o gosto pelas letras no povo brasileiro.

Não nos detemos em discutir esse argumento; todavia, parece-nos que, nas nações literariamente mais cultas que a nossa, os escritos desses mesmos moços descontentes não têm feito maior sucesso do que aqui.

Uma crítica severa, sem ser injusta, não é coisa usual entre nós. Na nossa opinião, porém, se não se devem exagerar os defeitos dos escritores, também não é razoável exagerar as qualidades, e estamos até convencidos de que essa prática tem esterilizado o talento de muito moço e, quando muito, nutrido a sua vaidade.

Para muitos apontar defeitos é uma crueldade; sentem-se feridos no amor-próprio, esquecidos, entretanto, de que ninguém é infalível e, sendo coisa difícilíssima o ser juiz das próprias ações, não se devem deixar arrastar pelas expressões lisonjeiras dos amigos, que, se muitas vezes são cabidas, outras vezes apenas traduzem o não conhecimento do assunto ou o resultado de uma leitura muito ligeira do livro sobre que tecem pomposos elogios.

Por outro lado, todo escritor novo deve ter este sentimento de honestidade: não exigir dos críticos senão toda a lealdade, toda a justiça, todo o rigor para as suas primeiras produções.

Um juízo lisonjeiro, quando a obra o merece, anima o autor a produzir mais. Um juízo desfavorável, mas justo, segundo o prova a história da literatura de muitos países, é um incentivo para os moços de talento corrigirem-se e não mais cometerem os erros que lhes são apontados.

E isto é simplesmente natural. Nós não escrevemos para nós, não mandamos imprimir os nossos escritos para serem lidos pelas poucas pessoas com quem convivemos ou para abarrotar as nossas estantes e enfeitar as vitrines das livrarias. Temos um público que não compra a torto e a direito tudo o que sabe do prelo, que tem o seu gosto, as suas exigências. Esse público é composto de homens que também têm alma como a nossa, sentimentos como os nossos, nervos que igualmente sabem sentir o que é verdadeiro e belo, e repelir o que é falso ou desagradável.

Essas considerações nos levaram a ler cuidadosamente o novo livro de contos do Sr. Coelho Neto. Começamos pelo primeiro capítulo, que não é um conto, é antes uma introdução, uma justificação da razão de ser do estilo do autor.

⁴⁴ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2, em 27 de abril de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/4bS8rWG>>.

O Sr. Coelho Neto começa confessando que a forma é o seu ídolo, o seu ideal, a síntese, a concretização de tudo que é belo.

É tudo isso muito bonito; mas é necessário observar que a forma é uma coisa abstrata, e não se encontra em parte alguma forma sem corpo. O poeta que quer ser realmente artista há de buscá-la na natureza, nesse imenso livro da verdade, onde encontra a eterna e clara expressão do belo, e não em um amontoado de palavras retumbantes, ocas de sentido, em um complexo de ideias confusas ou de pensamentos desconexos.

Entretanto, não compreendemos como o Sr. Coelho Neto escreve um galimatias gongórico como este:

Nas espessas noites sem luz, noites opacas, feitas para feriado das estrelas, restos de caos, lembranças da primitiva sombra, a Forma deixa o buril com que rendilha Athair, a igual ao sol, toma proporções titânicas e, como no tempo da gigantomaquia, põe-se a amontoar cirros sobre cirros, cúmulos sobre cúmulos. Vê-se de quando em quando o flamante cinzel do fúlmen desbatar uma nuvem, os ventos levam de roldão em roldão as ampolas escuras; ruge, estrepita, estronda a clarinada dos trovões longínquos, há uma concentração primeiro, súbito tudo explode num formidando embate ríspido – é a tormenta, a Forma épica da noite.

E não é o único. Muitos como este poderá o leitor encontrar a cada passo nos contos do nosso autor.

Dir-se-ia que para o Sr. Coelho Neto não há belo onde não se recorre a atavios espalhafatosos e de mau gosto.

Custa-nos acreditar que, no século em que vivemos, haja quem prefira um mármore representando uma Vênus vestida à moda dos tempos da Pompadour, uma Vênus de crinolina e de penteado rococó, às produções imortais do cinzel dos antigos que nos legaram a nua Vênus de Médici, a ligeiramente vestida Vênus de Milo e tantas outras estátuas eternamente belas, porque são verdadeiras e não caprichosas.

M. Said Ali

CRÍTICA LITERÁRIA: CONTOUR...?⁴⁵

No nosso último artigo ficamos em dívida com os nossos leitores. Falamos da pseudoforma que empregou o Sr. Coelho Neto para escrever os seus contos. Poderá escrevê-los em estilo singelo e claro, estilo que, quando bem manejado, dá tanto encanto a esse gênero poético. Escusado é dizer que tomamos aqui o termo “poético” em acepção mais lata do que a de linguagem metrificada e rimada. Poesia não quer dizer tão somente uma reunião de versos dispostos em certa ordem.

Deveríamos também falar do fundo, isto é, do assunto dos contos; mas não nos permitia o espaço de que dispúnhamos.

Havíamos lido com atenção os contos e notáramos que, em muitos deles, se revelava logo no começo um germe de imaginação, que, em vez de se desenvolver naturalmente, era dominado pelo desejo ardente de magnificar, como que através de uma lente biconvexa, os fatos e as coisas, por meio de palavras campanudas, morrendo assim em embrião muito conto lindíssimo, deturpado pela falta de naturalidade na sequência dos fatos, pela falsidade de situações psicológicas.

Para nós, a naturalidade é a graça, o encanto de todo e qualquer conto.

Nas condições aludidas está o conto “Inocência”. Uma menina encontra um médico, na ocasião em que este atravessa uma ponte, e impede-lhe a passagem para lhe pedir auxílio. Ora, ninguém nos convence de que a inocência se identifique com a ausência do pudor de tal sorte que, em pleno dia, em uma ponte, uma menina taludinha, por muito inocente que seja, desabote o corpinho, desabote a camisinha e deixe ver os peitos virgens – e peça que o doutor os fure para poder dar de mamar ao irmão.

Contar assim é exagerar a natureza.

Um outro conto intitula-se “a Mina”.

Não querendo entrar em longos detalhes, apenas salientamos o seguinte:

Lavinio amava *estremecidamente* a sua esposa. Ela pastora, ele pastor. Ela um dia morre. Pois bem, depois de enterrada, o marido esburacava e mandava esburacar a sepultura... por pilheria; para dar os louros cabelos da mulher, em lugar do flavo ouro que os coveiros vinham buscar na mina da montanha.

Profanar assim a sepultura daquela que o amou *estremecidamente* em vida, francamente, é ultra-psicológico-idílico.

Saltamos por cima do conto em que há um tal tio Anselmo que planta a semente de um raio de sol por ser este conto muito longo e muito inverossímil e passamos para o conto das “Estrelas”, de onde extraímos textualmente o seguinte, com que concluimos o nosso artigo e a que nos abstemos de fazer comentários:

⁴⁵ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2, em 4 de maio de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/3Vgo2da>>.

Nós outros, pastores, nascidos e criados na montanha, não admitimos que ninguém saiba melhor do que nós a história das estrelas. O peregrino deve concordar comigo... Mas o senhor, moço peregrino, o senhor conhece melhor do que os zagais a história das estrelas...

*Sic itur ad astra*⁴⁶.

M. Said Ali

⁴⁶N.O.: Expressão virgiliana, *assim se vai aos astros*.

CRÍTICA LITERÁRIA⁴⁷

Para melhor compreensão do que havéssimos de dizer sobre as publicações literárias recentes que para o futuro recebêssimos, iremos tratar ligeiramente de algumas questões da estética, segundo as compreendem autores de nota modernos, alguns até moderníssimos. Sendo escassas no nosso mercado as obras estrangeiras, essas opiniões são naturalmente desconhecidas do nosso público e, muito provavelmente, de boa parte daqueles que bem ou mal escrevem entre nós.

Nesse empenho estávamos, quando um cavalheiro, assaz conhecido, gentilmente nos mimoseou com um manuscrito de aspecto antigo e de origem ignota, e nos pediu que precisássemos a época em que porventura aquilo se poderia escrever.

Desistindo desta difícil empresa, limitamo-nos a apresentá-lo *ipsis verbis* aos nossos amáveis leitores.

LÁGRIMAS

Hora da noitinha, em que os ventos, transpondo as eternas serranias, vêm contar as florestas histórias dos naufrágios e das medonhas tempestades do mar, hora da saudade, em que os pensamentos sensíveis batem qual vara de Moisés no coração mais empedernido e fazem correr a fonte de lágrimas, hora em que o inocente se extasia perante a natureza, e o pecador se dispõe ao arrependimento, hora, enfim, em que faço a digestão – inspira-me!

Inocente criancinha, por que choras? Acaso prevês com lucidez de anjo os males que te esperam nesta vida tão triste e enfadonha? Dom divino que vieste à terra em um raio de luz celeste, botão de rosa que apenas desabrochas, não chores – aí está papai com mingau e armado de colher.

Virgem pensativa, vagando com as faces pálidas como a açucena por entre as flores, debaixo de cujos pés mimosos nem as débeis botinas se esmagam, por que se umedecem os meigos olhos de ébano lustroso, pérolas em escura gruta do oceano?

Por que eleva o alvo seio tão saudoso gemido? Qual vate que, na noite do futuro, lê em caracteres sombrios a própria infelicidade, fita as rosas, que já soluçam com lágrimas de orvalho a morte do dia. Virgem pálida e pensativa, toma óleo de fígado de bacalhau.

E as sombras da noite acumulam. Debalde se queima a luz da lamparina; debalde a ciência desenrola em mágicas páginas os segredos do universo. Em que pensas, lidador do porvir, em cuja frente paira a luz da inteligência? Pensas nas multidões enlevadas que vão beber dos teus lábios as palavras da inspiração? Pensas na eloquência que, no foro, defenderá a causa do inocente e do oprimido, ou vês a teus pés os aflitos da humanidade, que te deverão mais tarde a força, a saúde, a vida?

⁴⁷ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2-3, em 13 de maio de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/44RzdMt>>.

Por que cerras os punhos?

Por que rolam pelas faces abaixo indícios de agonia íntima? Triste estudante, já compreendo: da tua mensalidade restam-te apenas três cigarros, e não pagaste o aluguel do quarto.

.....

Mais um semblante agoniado – meu Deus! poupa ao humilde vate o quadro de horrores – rangem os dentes; as sobrancelhas franzem-se, e a negra barba flutua sobre o peito varonil, agitado de aflições. Não é a ruína, que se abre qual abismo para tragá-lo – não é a perda de amigos dedicados – da querida esposa, companheira das desgraças e das alegrias. Muito menos o corroem os remorsos com que o crime envenena a alma facínora. Não é a inveja – ciúmes indignos da felicidade dos outros – é a dor de barriga!

.....

Do berço até ao túmulo corre o rio de lágrimas. E tu, velho encanecido, não te esqueceste de chorar? Sazonado e pronto para o inevitável ceifador, não te secaram nos turvos olhos as nascentes da tristeza? Oh ancião! em vão lastimas as esperanças fenecidas e a vida malograda. O passado assumiu a sua forma inalterável, e inexorável é o futuro. Por que aquelas gotas escassas? Ah! sim, velho – é o rapé que é muito forte.

.....

E as horas da inspiração e das visões passaram; e com um gemido longo e profundo retirei-me resignadamente para a minha chácara da Praia Vermelha.

M. Said Ali

CRÍTICA LITERÁRIA: CRÍTICA DE UMA CRÍTICA⁴⁸

O Sr. Aluísio de Azevedo escreveu há semanas uma apreciação sobre um livro de contos de que igualmente havíamos nos ocupado. Não é intenção nossa acolher com aplausos esse trabalho por concordarem com as nossas algumas das ideias do Sr. Aluísio, nem tampouco seguir a prática muito usada no Brasil de proferir impropérios e insultos contra quem porventura em muitíssimos pontos pensa diversamente de nós. Será acaso crime dissentir da opinião de quem trata de um assunto de que nós igualmente tratamos?

E se não é crime, o fato de discordar nos obrigará acaso a sermos descorteses com aqueles que encontrarmos no terreno nobilíssimo da imprensa, onde não se apresentam com certeza os discordantes para correr parelhas com os que se injuriam na praça do mercado?

Que não descemos, pois, a empregar a palavra *crítica* nesta baixa e indigna acepção, o Sr. Aluísio o há de compreender e o público o sabe. Desassombadamente, mas cortesmente, diremos a nossa ainda que fraca opinião.

Lida rapidamente, a apreciação do Sr. Aluísio Azevedo parece antes um caudal de elogios, antes um entusiasmo sem limites do que uma apreciação refletida. Dir-se-ia quase que o seu autor ficou extasiado porque viu um dia realizado o que se lhe figurara irrealizável. O leitor, porém, que, conhecendo as tendências naturalistas do Sr. Aluísio, ler com mais atenção essa crítica desconfiará da seriedade da sua intenção ou, pelo menos, acreditará que o Sr. Aluísio buscou imitar, e com bastante habilidade, o estilo gongórico do Sr. Coelho Neto, quando se exprime em frases como esta: *cada um de seus soluços tem a sua moldura especial; a sua dor tem olbos brejeiros; as suas bonitas lágrimas são frementes; os seus ciúmes são tempestades dentro de uma taça de cristal etc.*

Por nossa parte, não procuraremos adivinhar o que o crítico teve em mira quando confiou ao papel esse caleidoscópio de palavras, mesmo porque através dele tanto se pode ver o livro do Sr. Neto como o de outro escritor qualquer a quem não convenha ou não se queira ofender.

Há um pensamento, sim, que se aplica especialmente à obra apreciada. Esse pensamento judicioso do Sr. Aluísio é que o livro do Sr. Neto é um livro só dele, concebido e desenvolvido dentro dele, sem o menor concurso exterior da vida comum. O Sr. Aluísio acrescenta ainda que “se na passagem do cérebro para o papel os seus personagens se demorassem um instante cá fora na existência real, seriam corridos a pedra”.

Perfeitamente de acordo.

Também na nossa crítica tínhamos dito que não havia naturalidade naqueles contos. O Aluísio exprimiu-se ainda melhor: seriam corridos à pedra aqueles personagens.

⁴⁸ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 3, em 22 de maio de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/4ax6KN8>>.

Pode-se ainda acrescentar: ou enviados para o hospício de alienados. Se na realidade existissem todos aqueles personagens, com certeza ninguém os deixaria passear impunemente pelas ruas.

À vista disso, não se pode levar a sério o que o Sr. Aluísio diz no final da sua crítica:

“Um imbecil lendo-o irá até o fim sem saber o que viu, nem por onde andou...”.

Evidentemente é isso um gracejo, um pouco forte, é verdade, mas nem por isso deixa de ser um gracejo. É claro que se aqueles entes não existem normalmente cá neste mundo sublunar, não se pode levar a mal que um habitante do dito, se os vir, não saiba o que viu, e se lá por circunstância qualquer se ficar entontecido diante de algumas do outro mundo, ninguém há de chamar a um cristão de imbecil por não saber dizer naquele momento por onde andou.

M. Said Ali

CRÍTICA LITERÁRIA: TRIBUTOS E CRENÇAS⁴⁹

O título do último livro do Sr. Rozendo Muniz encontra a sua justificação não só na dedicatória da obra, mas também no *Gratias agamus*⁵⁰ nela incluso e cuja publicação se explica do modo seguinte.

Quando o ex-imperador chegou ao Brasil, o Sr. Rozendo Muniz saudou-o com uma bela e longa poesia, em que salientava os méritos do venerando monarca, com palavras lisonjeiras que traduziam o mais profundo respeito por aquele que o destino cruel libertara das garras da morte para arrancá-lo, um ano depois ao que tinha de mais caro – à pátria.

Segundo as crenças do poeta, o príncipe nesse tempo recomeça uma era da mais completa felicidade:

Ei-lo a fruir de novo os bens de que é tão dono, da pátria no regaço – indiscutível trono – do amado imperador.

E os tributos de gratidão do Sr. Rozendo ao “príncipe – cordeiro que na guerra do Paraguai se tornou verdadeiro leão”, ao “rei que se mostrou pai” resumem-se nestes versos:

...Pague a posteridade
quanto deve o Brasil à força de vontade
do grande imperador.

Mas o homem põe e Deus dispõe, diz o rifão. E depois, num momento de entusiasmo, dizem-se muitas coisas que mais tarde, pensadas friamente, não exprimem rigorosamente as nossas convicções, as nossas verdadeiras crenças. Em matéria de política, sobretudo, tem-se verificado milhares de fatos. Tem havido quem mudasse de crenças políticas, por circunstâncias imperiosas de ocasião, até entre escritores de nomeada. Se fôssemos amigos de citações, lembraríamos homens da estatura de Victor Hugo, que também teve suas inspirações realistas e imperialistas antes de ser republicano.

Em suma, a verdade é esta: *tempora mutantur et nos in illis*⁵¹.

No Brasil, mudou-se o regime político: podiam mudar os homens também. Que tem isso? O Sr. Rozendo Muniz, porém, outrora fervoroso admirador do ex-imperador, não podia facilmente esquecê-lo. Ofereceu-lhe o seu último livro de poesias, declarando, em todo caso, na dedicatória que “é forçoso reconhecer

⁴⁹ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2, em 12 de junho de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/3yFgMhM>>.

⁵⁰ N.O.: agradecimentos.

⁵¹ N.O.: Os tempos mudam e nós mudamos com ele.

que, não obstante o seu mérito pessoal, o ex-imperador representa uma instituição incompatível com a natureza libérrima e as expansões democráticas do Novo Mundo”.

Tem razão o poeta: e o Sr. D. Pedro de Alcântara, muito lisonjeado com tão gentil dedicatória, não pôde deixar de agradecer-lhe.

Cismará talvez um pouco, quando acabar de lê-la. Dirá de si para si: são tributos e crenças de outrora – são as crenças e os tributos de hoje – *Gratias agamus!*

Basta! Levantemos agora o escalpelo da crítica desta região ominosa e tratemos de estudar outro ponto, para que profanos não sintam o cheiro do sebastianismo onde o nariz mefistofélico de quem está habituado a fazer tais disseccções não descobre cheiro algum político.

Vejamos o que é o livro do Sr. Rozendo Muniz como produção literária.

Examinando-o perfunctoriamente, nota-se antes de tudo que o volume compreende cento e tantas poesias; umas curtas e de fácil leitura, outras excessivamente extensas. Nota-se mais: que o autor se esmerou em escrever versos corretos no tocante à metrificação, procurando sempre empregar um estilo altissonante. Infelizmente, porém, nas poesias longas, a parte objetiva nem sempre corresponde a essa linguagem mais épica do que lírica, e fica sacrificado o assunto poético, de per si pobre, à exuberância das palavras e à superabundância das figuras de retórica. E isto, forçoso é confessar, torna por vezes fatigante a leitura do livro. Se o poeta quer ter a cabeça nas nuvens, convém não esquecer que deve ter os pés na terra. Talvez se explique o sestro de não observarem certos escritores esta regra, pelo fato de quererem segregar-se da sociedade, desconfiando da sinceridade dos homens e da bondade dos seus atos e vivendo, por assim dizer, em um mundo todo subjetivo. Mas o mundo assim pensado não tem existência real para os demais homens; é criado pelo poeta e para o poeta. Daí vem o tédio que de nós se apodera quando lemos certos versos.

Não queremos dizer que o Sr. Rozendo Muniz não escreve poesias boas. São vantajosamente conhecidas muitas obras suas publicadas anteriormente, e no livro *Tributos e Crenças* encontram-se poesias de merecimento como o soneto em que o poeta faz uma bela descrição da palmeira:

Quanto exalças a flora brasileira
– nas selvas – em vistosas colunatas!
Obra de suma estética, arrebatas
sábios e artistas, ó gentil palmeira:

Se te ouço o aflar dos leques, feiticeira,
se entras na orquestra de aves e cascatas,
logo me avivas impressões tão gratas!
dos áureos tempos da ilusão fagueira.

Ah! quanta vez me dirigiste os passos,

ó mimo vegetal, nuncia prestante,
que surges no ermo a viajores lassos!...
Dir-se-ia que tens alma! Qual o infante,
que a maternal carícia estende os braços,
da tarde às virações te influis galante.

Mas o que é certo é que, dissecando cuidadosamente, notamos na pluralidade dos versos compreendidos nesse livro uma luta palpável entre a preocupação de fazer poesia boa e a pobreza da imaginação, luta que muitas vezes assume caráter cômico.

Como exemplo citaremos o “Tributo a quatro vozes”. São quatro sonetos dedicados um à Gargano, outro à Borghi-Mamo, o terceiro à Scalchi-Lolli e o último ao Tamagno.

Para o Sr. Rozendo, a primeira tem boa voz e belo corpo, a segunda canta bem, mas tem o corpo franzino; e quanto à Scalchi, cessa tudo o que a musa antiga canta; aquilo sim é que é *graça, arte, fogo, arcano, bálsamo* etc. etc.

Esgotando todo o seu entusiasmo e todo o seu vocabulário encomiástico com as três divas, não ficou para o Tamagno mais que uma linguagem prosaica, apenas disfarçada com uns fraseados obscuros como estes:

Quando te escuto, um verdadeiro banho
de harmonia os ouvidos me avigora.

No mesmo soneto, o Sr. Rozendo escreve depois muito prosaicamente: *tens na garganta o teu futuro ganho*. Vê-se que já não é o poeta que fala; é um excelente amigo, quase um pai que aconselha no filho: Vai, menino, trabalha, que as coisas não estão para graças.

Em laringe de ferro valem ouro
notas que emites...

Isto já não é garganta; é um banco de emissão.
O dilema – menina ou moça – faz suar o poeta mais de uma vez.

... se és menina ou já moça,
eis a questão...

To be or not to be, that is the question.

Não sei se és moça ou menina,
Se outros o sabem, não sei.

Ingenuidade do escritor...

Poderíamos ainda demorar-nos em analisar miudamente outras poesias do livro *Tributos e Crenças*, mas sobre ser isto trabalho muito longo, cumpre notar que não era nossa intenção outra senão apontar rapidamente alguns exemplos daquilo que não está na altura em que o autor em toda a obra procura colocar-se. E depois, se o leitor não quer ser fatigado com poesias longas, como dissemos, também não nos perdoará uma crítica em demasia extensa.

M. Said Ali

REVISTA LITERÁRIA: ADHERBAL DE CARVALHO – A POESIA E A ARTE NO PONTO DE VISTA FILOSÓFICO⁵²

Quando Deus criou o mundo e descansou do rude trabalho que lhe tomou seis dias da sua eterna existência, fez baixar sobre o orbe terráqueo uma era de suavíssima felicidade, em que não eram conhecidos nem reis nem leis, nem toda essa multidão de paixões com que hoje as criaturas buscam satisfazer a dois únicos fins: viver e ser melhor do que o seu semelhante na sociedade.

Ao homem apenas era defeso comer do fruto da árvore plantada no meio do paraíso. Não obedeceu à ordem divina, e lá se espalharam todos os males pela face da terra.

Não sei se aos animais, inferiores a esse outro, que logo após aquela parvoíce se investiu do título de sábio, igual proibição foi imposta pelo Criador. O certo é que também para eles aquele áureo tempo foi de curta duração.

O homem, malquisto com Deus, para não fazer figura triste, intitulava-se alto e bom com o rei da criação. Os animais, despeitados com o homem, também elegeram um rei, e o leão saiu eleito por unanimidade.

Mas as aves não se contentaram ainda com isso. Pois elas, que estavam acima das mesquinhasias desse mundo, que se podiam erguer até aos céus, coisa que nenhum outro animal sabia fazer, haviam de ser governadas por um bruto, que vivia preso a terra como um escravo?!

Não: isto seria um contrassenso, uma coisa disparatada!

Depois de largas discussões em vários pontos da terra, deliberaram as aves formar um congresso em um dos mais belos arrabaldes do Paraíso, para o qual cada uma das espécies dos animais de penas e asas fornecesse o mais inteligente dos seus representantes.

O congresso assim reunido resolveu eleger o rei das aves de uma forma singular, porém sensata. Em um momento dado, todos os membros do congresso se ergueram simultaneamente no ar, e aquela ave que voasse mais alto seria o rei ou a rainha das aves. Acreditava-se já de antemão que a glória havia de caber à águia, mas isto não impedia de se proceder com toda a justiça e lealdade: porquanto, honra lhes seja feita, as aves são incapazes de toda e qualquer fraude, com raríssimas exceções, já se vê.

Uma das exceções, por exemplo, é a carriça. Essa pequenina ave quis passar a perna a todas as mais. Contando também com o sucesso da águia, e sabendo perfeitamente que, por mais que se esforçasse, ela, a pobre carriça, apenas se ergueria a alguns metros da terra, tratou de esconder-se nas vastas penas da águia, sem que esta percebesse a astúcia, e assim deixou-se erguer com o voo dessa ave gigante a uma altura enorme, até onde a águia já não podia mais.

⁵² N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, p. 2, em 19 de agosto de 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/4brU2kb>>.

Aí, de repente, larga-se do seu esconderijo e voa mais alto ainda. Infelizmente, porém, foi apanhada em flagrante e teve de descer precipitadamente, perseguida e escorraçada por todas as mais aves, e só lhe restou esconder-se no meio dos espinhos e das sebes para fugir à sanha dos seus perseguidores.

*
* *

Ocorre-me esta fábula, todas as vezes em que vejo publicado, com título pouco modesto, um livro em que o autor, em vez de ser original, limita-se exclusivamente a aceitar de um outro escritor todo esforço intelectual, todo o resultado de longos e aprofundados estudos, sem contribuir, pelo menos, com seu quinhão de trabalho ativo, sem discutir, à luz da própria razão e com os próprios conhecimentos, doutrinas contestáveis, embora emanem de escritor conhecido como autoridade no tempo atual.

Ou eu não sei o que é filosofia moderna, ou não se coloca hoje em ponto de vista filosófico o que se limita a reproduzir sem critério o que os outros escreveram, simplesmente porque se deixou fascinar por ideias brilhantemente expostas. Nego que seja filósofo quem diz *amém!* a tudo que escreve o seu escritor predileto. Quando muito, adorará submisso um Deus, que está erguido no altar da sua imaginação; é um idólatra que lança imprecações contra quem se atreve a não imolar no mesmo altar.

Mais depressa esses idólatras do século XIX perdoam aquele que lhes mostra erros nos próprios pensamentos, do que aquele que comete o crime de negar a veracidade de uma jota das palavras do grande mestre.

Essas considerações quadram infelizmente ao livro do Sr. Adherbal de Carvalho, pois ele próprio confessa que reproduz *quasi in totum* os *Problemas de estética contemporânea* de Guyau. Faz desse livro o *eixo convergente, a base, o fundo inteiro e complexo* da sua “Poesia e Arte no ponto de vista filosófico”.

Não sei se direi que o ponto de vista filosófico em que se coloca o Sr. Adherbal a reproduzir *quasi in totum* etc. é o de um fonógrafo. Em vez de tomar Guyau como eixo, base etc., do livro que escreveu, por que não desloca esse eixo para a própria individualidade, fazendo girar em torno de si próprio, não só a Guyau, mas também a Spencer, Schopenhauer, Comte, Taine, Zola, Araripe Junior, Ramalho Ortigão etc. etc., enxertados, na linguagem do Sr. Adherbal, ao eixo Guyau?

Não faria papel muito mais filosófico se se colocasse, ou procurasse colocar-se, acima de todos esses escritores de estaturas tão dissemelhantes entre si? Ou não poderá o autor levantar o voo ao menos mais alto do que alguns deles? Que se faça o papel de carriça com um desses, vá; mas com todos!... Ou serão todos igualmente águias?

Um outro ponto que devo salientar é que o livro de Guyau intitula-se modestamente “Problemas”. O Sr. Adherbal intitula o seu: “A Poesia e Arte no ponto de vista filosófico”.

E depois digam que a carriça não quis voar mais alto que a águia!

*
* *

A todas essas considerações poderia objetar-se que o livro do Sr. Adherbal de Carvalho tem ao menos o mérito de transplantar para nossa língua e, portanto, de tornar acessível aos que não conhecem o francês a obra de Guyau.

Por minha parte, duvido ainda desse valor, confesso que encontrei trechos que apenas pude compreender por não me ser de todo estranha a língua francesa. Como prova do que acabo de dizer, seja-me lícito transcrever da pág. 194 o seguinte:

Se bem que toda a mitologia force o espírito a se interromper em sua investigação das coisas, dá como explicação suprema a vontade mesquinha de um deus e reduz-se ao *Anagkes stenai* (Conhece-te a ti mesmo) de Aristóteles, a ciência *enleva* todo o limite à inteligência e coloca-a diretamente em face da verdadeira divindade: – o infinito. Daí uma nova espécie de poesia, mais durável: – a que Victor Hugo *ensaïou* simbolizar na *Safira* despedaçando o Olimpo.

Grifo propositalmente as palavras *enleva* e *ensaïou*. Desconfiando que aquele *enleva* é tradução de *enlève*, consegui interpretar que o autor quis dizer que a ciência tira, arranca todos os limites à inteligência. Da mesma maneira, *ensaïou* simbolizar, há de ser o francês *essaya*, com o que consigo entender que V. Hugo procurou, isto é, foi o primeiro que tentou simbolizar aquela espécie de poesia etc.

Quanto ao grego, sei que no templo de Delfos se achava escrito: *gnothi seauton*, o que quer dizer em português: *conhece-te a ti mesmo*; mas o que seja *anagkes stenai*, declaro francamente que não percebo.

M. Said Ali

1893

ADVERTÊNCIA A *PRIMEIRAS NOÇÕES DE GRAMÁTICA FRANCESA*, DE CARLOS PLOETZ⁵³

O ensino das línguas vivas é assunto que tem ocupado seriamente a atenção dos modernos educadores europeus. É que compreenderam que o conhecimento de alguns idiomas além do pátrio não só é útil à vida comercial, mas se tornou hoje uma necessidade para todo aquele que se dedica a qualquer carreira científica.

De fato, embora se achem espalhados por todas as nações cultas os inúmeros ramos dos conhecimentos humanos, o desenvolvimento das ciências não é por toda a parte o mesmo, e o sabermos uma só língua, por muito adiantado que seja o povo que a fala, não nos basta se quisermos estar sempre a par dos gigantescos progressos que dia a dia se verificam já num, já noutro ponto do mundo civilizado.

É por isso, é porque o conhecimento de várias línguas é um meio, um instrumento com que podemos alargar os horizontes da nossa inteligência, é por precisarmos de ler os livros e as revistas científicas publicadas no estrangeiro, que o ensino das línguas vivas nos estabelecimentos europeus correspondentes às nossas instituições de instrução primária e secundária, é hoje ministrado segundo métodos modernos, os quais, posto que difiram entre si em vários pontos, convergem todos para este fim único: tornar o menino senhor da linguagem *atual*, empregando-se, sobretudo o processo prático e reduzindo-se, ou mesmo eliminando, tanto quanto possível, as longas e enfadonhas regras com que outrora se torturavam e se extenuavam com resultado relativamente insignificante, quando não era negativo, os cérebros dos jovens estudantes.

Cumprir notar que com estas considerações não se procura condenar como inúteis certas gramáticas criteriosas, em que cada parte é tratada com bastante desenvolvimento: pois ninguém desconhece o merecimento de um livro dessa ordem quando colocado nas mãos de quem já se acha familiarizado com a respectiva língua. Mas o que a pedagogia moderna não tolera é que se *inicie* o estudo de uma língua pelo sistema exaustivo, sobretudo se se tratar de crianças, que ainda não têm o preparo geral indispensável à compreensão de obras dessa natureza.

A falta de uma gramática francesa elementar escrita em português, a qual, por meio de poucas regras, porém claras e concisas, ensinasse de cada uma das partes dela o estritamente necessário para compreender os fenômenos mais comuns da língua, e, por outro lado, o desejo de prestar um serviço à instrução pública, determinaram-me a traduzir e a apresentar ao público um livro por onde os meninos poderão sem dificuldade iniciar o estudo da língua francesa e adquirir os conhecimentos essenciais da gramática para traduzirem ou verterem linguagem fácil sem cometerem graves erros. Que o livro tem merecimento prova-o a grande aceitação

⁵³ N.O.: Texto originalmente publicado na edição brasileira feita por Said Ali de *Primeiras noções de Gramática Francesa* de Carlos Ploetz (1893). A presente transcrição foi realizada a partir da 6ª edição, de 1907, publicada no Rio de Janeiro pela Editora Laemmert & C. – Editores, e que faz parte do acervo físico do projeto “Arquivos de Saberes Linguísticos”. Disponível em: <<https://bit.ly/4bVBecQ>>.

que teve na Alemanha. De fato, basta dizer que para o presente volume eu me utilizei da 39ª edição do *Elementarbuch* do Dr. Carlos Ploetz.

Que também produza frutos no Brasil é o que deseja

O tradutor

1895

ESTUDOS DE LINGUÍSTICA: VERBOS SEM SUJEITO SEGUNDO PUBLICAÇÕES RECENTES^{54 55}

Em 1888, o notável professor de Iena B. Delbrück publicou o quinto volume das suas *Investigações Sintáticas*⁵⁶, em cujas primeiras páginas o autor se ocupa do estudo das formas mais rudimentares da proposição. Conhecedor profundo das línguas indo-europeias em geral, e especialmente do sânscrito e do grego, o eminente sábio, tratando daquela forma elementar em que a oração se reduz a verbo só, sem diferenciação dos dois termos que constituem o tipo mais perfeito da proposição, exprime-se desta maneira:

Na minha opinião, houve no indo-germânico e há no índico-antigo expressões verbais que são realmente pensadas como destituídas de sujeito, isto é, que, segundo a intenção da pessoa que fala, nada mais exprimem do que fenômenos e correspondem, portanto, a uma intuição na qual absolutamente não se procedeu a uma distinção entre o agente da ação de um lado e a ação do outro. O sufixo da terceira pessoa aparece nesses verbos, simplesmente porque toda terceira pessoa, depois que a flexão se desenvolveu, tem sempre um sufixo. Pertencem esses verbos na maior parte à esfera das intuições da natureza e das sensações.

⁵⁴ N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista Brasileira*, tomo 1, p. 1-46, em 1895. Disponível em: <<https://bit.ly/4bsEpsI>>. Posteriormente, foi reeditado na 1ª edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908). Contudo, sua inclusão no presente livro se deveu ao fato de que o artigo que integra a *Revista Brasileira* possui duas partes a mais — a saber: as partes IV e V (ver parte final do artigo) — que não comparecem na versão reeditada como capítulo de livro. A reflexão contida nessas partes, nas quais Ali defende a inexistência da voz passiva sintética em português, foi desenvolvida e ampliada em *Dificuldades* (1908) no capítulo intitulado “O pronome se”. Para essa verificação, foram consultadas as seguintes edições de *Dificuldades*: 1ª edição, publicada pela editora Laemmert em 1908; 2ª edição (revista e aumentada), publicada pela editora Besnard Freres em 1919; e 7ª edição, versão digital, publicada pela Academia Brasileira de Letras em 2008. Todas essas edições se encontram disponíveis para consulta on-line no catálogo de produção intelectual de Said Ali no site do Arquivos de Saberes Linguísticos.

⁵⁵ N.O.: Além deste artigo, Said Ali publicou dois outros na *Revista Brasileira*. São eles: “Estudos de Linguística – a colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente”, também no tomo 1, e “Estudos de Linguística – a acentuação segundo publicações recentes”, no tomo 2. Estes não foram contemplados neste livro por terem sido reeditados recentemente na *Revista Confluência*, estando disponíveis, respectivamente, em: <<https://bit.ly/4dVxOs8>> e <<https://bit.ly/3wLsvLm>>. Uma segunda versão do artigo sobre acentuação foi ainda publicada sob o título “Phenomenos de intonação” em *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908). O artigo sobre colocação pronominal também comparece com o mesmo título na primeira edição de *Dificuldades*, mas é substituído a partir da 2ª edição (1919), por outros dois: “Collocação de pronomes pessoais regidos de infinitivo ou de gerundio” e “Collocação dos pronomes pessoais regidos de formas verbaes finitas”.

⁵⁶ N.A.: B. Delbrück, Syntaktische Forschungen, 5 Bde. Halle a – S. 1871-1888.

Convidado por K. Brugmann para escrever a sintaxe da gramática comparativa das línguas indo-germânicas, essa obra colossal que dá uma nova orientação a toda a linguística⁵⁷, Delbrück em 1893 acentua de novo o fato de existirem verbos sem sujeito e sustenta que nas línguas modernas encontramos vários exemplos, onde a análise, isto é, a análise positiva e científica, não consegue descobrir mais que um único termo (*einheitliche oder eingliedliche Sätze*). Nesses casos, qualquer outra explicação só é possível quando abandonamos o terreno positivo e firme da observação para nos lançarmos nas regiões nebulosas da metafísica e da fantasia.

Antes de Delbrück, outros sábios, como Marty e Miklosich, também se haviam ocupado da questão dos verbos destituídos de sujeito. Miklosich particularmente, que já era conhecido na ciência pela sua extensa gramática comparativa das línguas eslavas, em um trabalho posterior intitulado *Orações sem sujeito*⁵⁸, estuda o assunto sob os seus múltiplos aspectos, já fazendo o histórico das várias doutrinas desde os tempos mais remotos até os nossos dias e, ao mesmo tempo, a crítica severa, mas judiciosa, das velhas teorias, bem como dos preconceitos que em virtude delas se implantaram em espíritos mais modernos, já expondo com toda a minuciosidade os inúmeros fatos dos verbos sem sujeito não só nas várias línguas indo-germânicas, mas trazendo mesmo à comparação outros idiomas, como o magyar, fínico, khasia e até o chinês.

Muitos desses fatos são de pouco ou nenhum interesse para a língua portuguesa. Entre eles, porém, vêm especificados no livro de Miklosich três casos que se referem particularmente ao nosso idioma e têm sido considerados como pontos obscuros da nossa sintaxe:

- a) os verbos impessoais que exprimem fenômenos da natureza;
- b) as orações existenciais em que se emprega o verbo *haver*;
- c) as orações em que para indicar um agente indeterminado empregamos o verbo acompanhado do reflexivo *se*.

As dificuldades na análise desses casos nascem entre nós não dos fatos em si, mas por estarmos sempre propensos a subordinar e amoldar à força os fatos reais a certas doutrinas tradicionais estabelecidas *a priori*. Em vez de aceitarmos os fenômenos linguísticos tais quais se apresentam, andamos geralmente a procurar fora da

⁵⁷ N.A.: Brugmann und Delbrück, *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* (*Esboço da gramática comparada das línguas indo-germânicas*), Strassburg. O primeiro volume desta obra foi publicado em 1886. O notável filólogo francês, Victor Henry, referindo-se a ele em um número de *Revue Critique*, exprime-se assim: « Parmi les innovations heureuses dues à M. Brugmann, je ne dois point passer sous silence l'introduction définitive de l'arménien et même de l'albanais dans la comparaison des formes. On voit que son *Grundriss*, dès à présent classique, marque une étape de la science du Langage au même titre que la Grammaire de Bopp et le Compendium de Schleicher. Sa place est marquée dans toutes les bibliothèques de linguistes, auprès de ces vénérables monuments, qui ont droit à tous nos respects, mais ne répondent plus à nos besoins ». [Tradução nossa – Entre as felizes inovações devidas ao Sr. Brugmann, não devo deixar de mencionar a introdução definitiva do armênio e mesmo do albanês na comparação das formas. Vê-se que o seu *Grundriss*, desde já clássico, marca uma etapa da ciência da Linguagem ao mesmo título que a Gramática de Bopp e o Compendio de Schleicher. O seu lugar é marcado em todas as bibliotecas de linguistas, junto destes veneráveis monumentos, que têm direito a todo o nosso respeito, mas não respondem às nossas necessidades.]

⁵⁸ N.A.: Franz Miklosich. *Subjectlose Sätze*. Zweite Auflage, Wien, 1883.

linguagem um termo reclamado por um princípio apriorístico, fingindo, portanto, um sujeito ou então substituindo uma frase por outra, linguisticamente diferente, em vez de analisar a primeira, analisamos a segunda. Em outras palavras: nós não analisamos; sofismamos a análise.

I

Mefistófeles, querendo ridicularizar a metafísica, diz com ar muito sério ao ingênuo rapaz que quer saber tudo: para aquilo que entra no cérebro humano, como para aquilo que lá não entra, nunca falta uma palavra pomposa. Se o irônico Mefisto quisesse exemplificar, bem podia citar a elipse, o famigerado *scilicet negotium*, essa cerebrina invenção tão cômoda para explicar todas as dificuldades e justificar todas as sandices também, para explicar o que existe e o que nunca existiu. Com essa vara mágica, descoberta há mais de três séculos por Sanchez ou Sanctius, professor de Salamanca, se justificam, por exemplo, como muito corretas as frases *ego amo Dei e ego amo Deus*, bastando subentender para elas qualquer palavra ou frase; na primeira haveria elipse de *praeceptum*, na segunda de *quae praecepit*. Nesse gosto, os sanchistas também devem admitir como acertadíssimos certos modos de dizer tais como: *nós vai, mim tem dinheiro*; porquanto, batendo com aquela varinha de condão, teremos por exemplo: *nós somos a gente que vai; quanto a mim, o meu bolso tem dinheiro*.

Não se jactem de possuir o raro talento de resolver dificuldades aqueles estudantes de latim que têm a sagacidade de farejar um *negotium* em todas as grandes emergências e que assim conseguem conquistar os louros sonogados a aqueles infelizes a cujo bom senso repugna dar explicações de tal ordem. Não se jactem disso os latinistas, já em 1587 o autor da célebre *Minerva* havia ensinado como e quando se deve fazer uso dessa panaceia universal. Este trecho de Terêncio, por exemplo – *vel me monere hoc, vel percontari. puta. Rectum est, ego ut faciam. non ut deterream* – é analisado gramaticalmente por Sanchez assim: *O Menedeme vel tu puta me monere tibi hoc negotium. vel tu puta me a te hoc negotium percontari: quia si hoc negotium. quod negotium ego abs te rogo. rectum negotium est. ideo te illud ego negotium rogo. ut ego idem negotium faciam: at vero si hoc negotium. quod negotium tu facis, rectum negotium non est. hoc quoque de causa illud negotium ego a te rogo, ut ego te ab illo negotio deterream.*

Nós não devemos a Sanchez a descoberta da figura elipse: já muito antes dele a conheciam os gregos. Mas foi esse gramático quem teve a audácia de fazer desaparecer completamente a distinção entre uso e abuso daquele recurso para explicar os pontos difíceis de um texto qualquer e, com uma metafísica desenfreada, reconstruir ou, melhor, construir uma linguagem que não existe, nem nunca existiu. Em certos casos efetivamente não se pode deixar de admitir a elipse, isto é, quando intencionalmente omitimos uma palavra que o interlocutor facilmente poderá completar; quando em virtude da lei do menor esforço, deixamos de enunciar uma ideia que se acha na nossa mente, certos de que somos compreendidos. Elipse quer dizer falta e indica que em certa oração, já por si inteligível, se poderia empregar ainda uma palavra sem prejudicar o sentido e sem ofender a linguagem *usual*. Ninguém por exemplo negará a elipse nos gritos “jornal”, “gazeta” etc. com que os

vendedores apregoam nas nossas ruas as folhas diárias: porquanto, se não quisessem ser tão concisos, diriam em linguagem vulgar: “quem quer comprar o jornal, a gazeta?”. Podemos também admitir a mesma figura em expressões como “o homem nasce e morre”, porque os nossos ouvidos não se chocam quando alguém diz “o homem nasce e o homem morre”. Considerada deste ponto de vista, a elipse é um fato positivo, indiscutível; porém, quando tomamos como ponto de partida um tipo de proposição, meramente ideal, arbitrário, e forcejamos por colocar de acordo com ele certos tipos tradicionais de linguagem corrente, precisando, portanto, de procurar um termo, uma palavra totalmente desconhecida do uso, então a nossa análise assume um caráter todo especulativo e aparece a elipse metafísica da escola de Sanchez, de sorte que se consegue descobrir para um trecho latino de quinze palavras, como no exemplo citado, nada menos do que doze vezes a ausência do célebre *negotium*.

Ante essas considerações, compreende-se que para sábios da estatura de Miklosich e Delbrück, para os quais a linguística é uma ciência de observação e, como tal, limita-se a registrar os fatos, para esses sábios os verbos impessoais e o verbo haver nas orações existenciais são evidentemente destituídos de sujeito. As expressões “chove”, “troveja”, “há homens” são perfeitos tipos de orações completas, não lhes falta termo algum para completar o sentido e são assim usadas por todo o mundo; ao passo que as pseudointegralizações *a chuva chove, Deus troveja, o mundo há homens*, ou outras semelhantes, são inteiramente desconhecidas da linguagem corrente, que é o verdadeiro critério para julgar se há ou não elipse.

Muito curioso é o sujeito fictício outorgado ao verbo *haver* por aqueles que ainda não se libertaram das doutrinas apriorísticas. Escolheram substantivos que indicam exatamente o *lugar onde* há ou existe alguma coisa. Se o sujeito é, como pretendem, o mundo, a sociedade, ou coisa que o valha, era o caso de perguntarmos, de que maneira se arranjam para analisar frases perfeitamente portuguesas, como: *no mundo há homens, na sociedade há homens?*

II

Na ciência da linguagem, todas as vezes que queremos dirigir a nossa atenção para uma palavra qualquer, temos duas coisas bem distintas a considerar: 1º) um som ou agrupamento de sons; 2º) a ideia ou significação da palavra. É como se disséssemos: os vocábulos são como os seres vivos: possuem uma parte material ou corpo, e uma parte vital, que se pode chamar espírito ou alma. Uma e outra coisa estão sujeitas a transformações, mas as alterações que em virtude de certas leis fisiológicas sofre o corpo do vocábulo, quer seja de uma época para outra, quer seja de uma para outra região, podem ser, e o são quase sempre, absolutamente independentes das alterações que por efeito de leis de ordem psicológica sofre nas mesmas condições de mudança de tempo e de espaço a alma da palavra. Exemplifiquemos. A palavra *candidatus* empregou-se primitivamente para designar um homem vestido de branco (*candidus*, branco), hoje o vocábulo candidato, que nos sons ainda é idêntico ao

latino, abstração feita do *s* final, designa um pretendente a um encargo, que, se o caso for de cerimônia, se apresentará vestido de preto. *Habere* significava *ter*, *possuir*; hoje o verbo *haver*, além dessa acepção tem ainda várias outras significações: sugere-nos a noção de existência, quando empregado sem sujeito na 3ª pessoa e acompanhado de um substantivo; indica futuridade, dever, necessidade, quando seguido da preposição *de* (*hei de partir* certamente não significa *posso de partir*); degradou-se a mera categoria de auxiliar de tempo, quando seguido de particípio passado (*haver perdido dinheiro* inquestionavelmente não é mais o mesmo que *possuir dinheiro perdido*).

Reciprocamente, a palavra latina *aqua* numa das línguas românicas, o francês, acha-se totalmente alterada em *eau*; isto é, aqueles quatro sons primitivos transformaram-se num som único *ô*, que não existia na palavra latina; e, apesar disso, o vocábulo continua a manter exatissimamente a significação primitiva.

Sendo coisas bem diferentes a parte material, ou corpo, e a parte vital, ou alma, da palavra; e sendo estes fatores independentes entre si também quanto ao desenvolvimento, também os processos a seguir nos estudos que se referem aos sons e naqueles que se ocupam principalmente com as significações não devem ser os mesmos. A razão histórica, que para o primeiro ponto de vista representa tão grande papel nas gramáticas modernas, pode induzir a graves erros quando aplicado na mesma extensão para o segundo. Assim, por exemplo, tratando-se da classificação de uma palavra da nossa língua, para saber se é um substantivo, o nosso único critério é a significação *atual*, e a razão histórica só nos poderia levar a absurdos, como o de classificar os vocábulos *lente*, *tenente*, *estante*, *agente*, não como substantivos, mas como particípios.

Tratando-se da análise sintática de uma proposição ou de um trecho, devemos igualmente considerar antes de tudo a significação atual, isto é, a significação na época a que o trecho pertence. Logo que se começa a análise, procurando os termos sujeito e predicado, em virtude da própria definição desses termos, não se faz outra coisa senão determinar as palavras que correspondem a duas ideias que existem no espírito da pessoa que fala. A base da análise é, portanto, o sentido, a consciência atual.

O desconhecimento desse princípio fundamental e, de outro lado, o abuso de certo método de investigação levaram alguns gramáticos a estabelecer, para o estudo do verbo *haver* nas orações existenciais, nada menos que dois absurdos: 1º) uma identidade extravagante, em que há = tem = possui; quer dizer, assim como se diz *Pedro tem ou possui uma casa*, assim também, segundo eles, quem diz *há homens* poderia igualmente dizer *possui homens*, *possui momentos solenes na vida*; 2º) como a noção de posse supõe sempre um possuidor, tiram das profundezas do nada o célebre sujeito oculto. Deslembados de que, do ponto de vista linguístico, o sujeito e o predicado são apenas os símbolos fônicos reais de duas noções igualmente reais para a pessoa que fala, esses gramáticos, para admitirem a ideia de posse em uma frase que na consciência de todo o mundo indica simplesmente que *existe* certo ente, admitem forçosamente duas coisas impossíveis: inconsciência da pessoa ou coisa a respeito da qual eu quero dizer alguma coisa; inconsciência daquilo que eu quero dizer dessa pessoa ou coisa.

Se houvesse algum critério nesse processo analítico, que partaja um sujeito que não foi concebido, seria interessante saber como se deve portar o operador quando tenha de produzir à luz do dia o sujeito de duas proposições francesas de sentido equivalente: *il y a des hommes, il est des hommes*. A análise da primeira assimila-se com facilidade a da expressão portuguesa “há homens” e, recorrendo então à razão histórica, teríamos “habet homines” e fantasiaríamos o sujeito. Para o segundo exemplo, porém, esse fórceps maravilhoso deve manifestar-se impotente. O verbo *être* vem do latim *esse*, ser, existir; logo nada tem que ver com *habere*, ter, possuir. Como é, pois, que dois verbos tendo significações tão diferentes servem para representar uma mesma ideia? E, dada a identidade de pensamento nos dois exemplos franceses, não deverão também ser idênticos os sujeitos, no caso de existirem?

Para saber se nos exemplos citados os verbos têm ou não sujeito, é necessário fixar bem o ponto de vista do qual queremos encarar a questão, atendendo a que os termos de uma proposição podem ser considerados como psicológicos e como gramaticais. O sujeito psicológico é a “ideia”, a coisa que tenho no espírito e a respeito da qual quero comunicar uma novidade, ao passo que o sujeito gramatical ou sintático é uma “palavra” realmente usada que a sintaxe exige seja um nome no nominativo, quando o predicado é um verbo finito. Se esta palavra representar exatamente o sujeito psicológico, dizemos então que há coincidência de sujeito psicológico e sujeito gramatical, como nestes exemplos: *Pedro morreu, o menino caiu*.

Essa coincidência verifica-se naturalmente na maioria dos casos; mas isto não impede que haja às vezes verdadeiro antagonismo, como muito bem demonstra Hermann Paul⁵⁹ e Gabelentz⁶⁰, ou que certas expressões apareçam destituídas do sujeito sintático, embora ele psicologicamente não possa ser negado. Este caso particular observa-se nas orações existenciais *há homens, il y a des maisons, il est des hommes*, ou no alemão *es gibt Menschen* (literalmente: ele dá homens). Para a análise psicológica, semelhantes proposições têm efetivamente os dois termos sujeito e predicado, pois que contêm a noção de “existir” simbolizada pelas expressões *há, il y a, il est* etc., e a noção de “ente” que existe⁶¹: para a análise gramatical ou sintática, a linguagem como fato positivo só nos apresenta nesses exemplos predicados ou verbos sem sujeito, e o substantivo que se segue ao verbo existencial “haver”, achando-se no acusativo, nada mais é do que o respectivo objeto direto.

M. Said Ali
(Continua.)

⁵⁹ N.A.: Hermann Paul. *Principien der Sprachgeschichte*. Halle, 1886.

⁶⁰ N.A.: Georg v. d. Gabelentz. *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig, 1891.

⁶¹ N.A.: Nessas frases, a análise psicológica distingue perfeitamente os dois termos; enquanto os verbos impessoais que exprimem fenômenos da natureza constituem uma fase mais elementar, em que o espírito não procede a essa diferenciação.

ESTUDOS DE LINGUÍSTICA: VERBOS SEM SUJEITO SEGUNDO PUBLICAÇÕES RECENTES (CONCLUSÃO)^{62 63}

III

Do ponto de vista gramatical, nenhum substantivo ou palavra substantivada pode ser sujeito dos verbos impessoais que exprimem fenômenos naturais; nenhum substantivo ou palavra substantivada pode tampouco exercer a função de sujeito de certas orações que exprimem existência (como *há homens, não os há, il y a des hommes, il n'y en a pas*), a admitirmos, como admitimos, que o sujeito de um verbo finito só pode ser um *nominativo*. Resta, portanto, designar-se na falta de nome, não devemos considerar como sujeito um pronome pessoal.

Na realidade, esta última doutrina tem sido pregada por alguns gramáticos, que, receosos de romper com uma tradição decrépita, se agarram ainda à derradeira tábuca que restou do naufrágio de um princípio, o qual, considerado como absoluto, não se coaduna com a observação científica, e não resiste à luz da análise positiva. A hipótese do pronome pessoal como sujeito, por muito sedutora que pareça à primeira vista, não tarda também a ir de encontro a um escolho. É que o pronome, na opinião dos mesmos gramáticos, é uma palavra que se põe em lugar do nome; logo, a admitirmos semelhante sujeito, teríamos de admitir também um fato que não se verifica: a possibilidade de colocar-se um substantivo em lugar do pronome. Além disso, atendendo ao gênero do pronome, o substantivo seria em francês forçosamente masculino, em inglês e alemão forçosamente neutro. Ora, não se podendo admitir semelhantes absurdos, é lícito, antes de quaisquer outras reflexões, considerar semelhante pronome como um mero expletivo ou, para nos servirmos de um termo de um filólogo francês⁶⁴, como uma parte inútil do discurso, tanto mais quanto o uso do pronome antes dos verbos destituídos de sujeito, nas línguas indo-germânicas, é privilégio apenas de alguns idiomas e de data relativamente moderna.

Como o sânscrito, o grego e o latim, o português não usa o pronome, e é um erro concluir da comparação do francês hodierno que os verbos impessoais da nossa língua devam ter sujeito pronominal. Antes de tudo, o português não é proveniente do francês; em segundo lugar, o francês antigo não conhecia semelhante pronome: “Dans les plus anciens monuments de la langue d’oïl on ne trouve pas d'exemple du pronom neutre *il*”⁶⁵ (A. Horning, 249, na publicação de E. Bochner *Romanische Studien*, IV). A língua-mãe, tanto do português, como do francês, a língua de onde descendem os idiomas românicos em geral, empregava *tonat, pluît* etc., etc.,

⁶² N.A.: Veja a *Revista* de 1 de Janeiro.

⁶³ N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista Brasileira*, tomo 1, p. 108-115, em 1895. Disponível em: <<https://bit.ly/4btk2eZ>>.

⁶⁴ N.A.: B. Bourdon. *L'expression des émotions et des tendances dans le langage*. Paris, 1892.

⁶⁵ N.O.: Nos mais antigos monumentos da língua não se encontram exemplos do pronome neutro *il* [tradução nossa].

sem pronome algum. Se lançarmos os olhos para um idioma germânico, somos também obrigados a acreditar que o uso do pronome neutro junto aos verbos sem sujeito a princípio não era conhecido; porquanto, se no alemão moderno só em certos casos se pode dispensar o pronome *es*, aparece ele no alemão antigo com muito menos frequência e já no gótico falta completamente.

Como é, pois, que se explica o emprego do pronome tão generalizado mais tarde no francês, no inglês e no alemão? Para compreender o fenômeno, lembremo-nos em primeiro lugar de que os idiomas em questão são hoje paupérrimos em desinências pessoais e, na falta de formas sintéticas, servem-se hoje necessariamente de formas analíticas para indicar as pessoas do discurso. O processo, uma vez em vigor para algumas formas, não tardou a generalizar-se também para as outras, e, em virtude da lei da analogia, encontramos-lo também em casos onde era completamente desnecessário. As línguas clássicas, tendo bem desenvolvidos os sufixos pessoais, não careciam do pronome pessoal para designar as pessoas do discurso e só o empregavam por ênfase. O português pode dispensar ainda os pronomes, porque no nosso verbo se conhecem geralmente as pessoas pelas terminações: nos principais tempos do indicativo, isto é, no presente, no perfeito e no futuro a distinção ainda é perfeita, embora tenha havido queda de alguns sufixos. Naquelas línguas, porém, onde formas verbais para pessoas diversas se acham hoje identificadas numa só, o emprego de um pronome pessoal anteposto é de estrita necessidade para a compreensão do discurso. No inglês e no alemão são idênticas a 1ª e 3ª do plural de qualquer tempo; no inglês, o pretérito *loved* pode referir-se a todas as pessoas de qualquer número, com exceção da 2ª do singular. No francês *chante* (fazendo abstração da ortografia) pronuncia-se igualmente para as três pessoas do singular e para a 3ª do plural.

Em todas essas línguas generalizou-se o princípio do emprego do verbo finito com sujeito claro. Evidentemente, os verbos impessoais, não podendo furtar-se à lei da analogia, só podiam adotar um pronome que excluísse a pessoa que fala e aquela com quem se fala, isto é, o pronome da 3ª pessoa; é claro também que na escolha de gênero só podiam recorrer ao que menos sugerisse a ideia de personalidade, isto é, o neutro, em inglês e alemão, e o masculino, em francês, por ter ele absorvido o neutro latino e ser, por conseguinte, mais apto para não representar ente algum.

A analogia é um fator importantíssimo na história das diversas línguas; e só ela pode explicar a presença do pronome *es* em certas frases alemãs como: *es sind Leute im Hause* (literalmente: *ele* estão ou existem pessoas na casa). Aí o pronome é simplesmente um expletivo, que não está em lugar de nome algum e escapa a toda e qualquer tentativa de análise lógica.

O fato de sempre se acharem os verbos sem sujeitos precedidos do pronome neutro, no alemão, e do seu substituto, o pronome masculino, no francês, prova mais uma vez que os sujeitos *Deus*, *natureza*, *chuva*, *mundo*, *sociedade* etc., criados pelos sanchistas, pertencem ao domínio da pura fantasia. Poderiam, é verdade, criar um sujeito neutro, como, por exemplo, o infinito dos verbos impessoais, e então teríamos tautologias como o *chover chove*, o *trovejar troveja*, o *haver há homens*, o *haver há erro*. Mas seria repetir duas ideias idênticas, enunciar uma mesma

ação ou estado com duas palavras, diferindo entre si apenas na forma, e não atribuir uma ação a um ente. Além disso, continuaríamos a estar no terreno da fantasia, buscando um sujeito fora da linguagem real, na qual o verbo impessoal represente um pensamento completo, perfeitamente inteligível para qualquer pessoa. Buscar um sujeito fora da realidade, nós já o dissemos, não compete à gramática como ciência que se limita a observar e registrar os fatos, tais quais se apresentam na linguagem.

Depois, se empregássemos semelhante processo analítico, correríamos o risco de arrostar com verdadeiras monstruosidades. Um exemplo colhido numa língua teutônica patenteia bem o caso. O alemão, para exprimir que lhe falta alguma coisa, usa de uma frase em que o verbo se acha na 3ª pessoa do singular precedido do pronome *es*, o nome da pessoa em dativo, o nome da coisa que falta igualmente no dativo, mas precedido de preposição: e assim nós temos este exemplo: *es mangelt mir an Geld*, literalmente: ele falta-me em dinheiro. Se analisássemos – o faltar falta-me em dinheiro, teríamos o cúmulo do disparate; pois não pode faltar a falta, mas a presença do objeto.

IV

Podemos agora dirigir a nossa atenção para um gênero de frases diferente, quanto ao sentido, da oração existencial com o verbo haver e mais diferente ainda das orações que exprimem um fenômeno da natureza e que são representadas por um simples verbo impessoal. Estudada a análise de semelhantes proposições, a nossa questão agora será esta: como se devem analisar as frases em que se emprega o verbo construído com o reflexivo *se* para indicar uma ação e, ao mesmo tempo, um agente indeterminado?

Se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos nada têm que ver com as formas gramaticais⁶⁶ dos vocábulos de uma língua, nem tampouco com o passado dessa língua, mas sim com as ideias que as palavras atualmente simbolizam, somos forçados a admitir a palavra *se* como o sujeito. De fato, quando dizemos *aluga-se uma casa*, *precisa-se de uma casa*, na consciência de todo o mundo o pronome *se* sugere a ideia de uma pessoa servindo de agente da ação, mas que não conhecemos ou não queremos nomear⁶⁷.

Do ponto de vista gramatical, porém, o caso muda de figura. A palavra *se* em português, como nas outras línguas românicas, é classificada como pronome reflexivo e, como tal, não pode exercer a função de sujeito sintático. Mas se o reflexivo não é sujeito, ainda menos o pode ser o substantivo que acompanha o verbo

⁶⁶ N.A.: H. Paul, *obra citada* pág. 237 e Gabelentz, *obra citada* pág. 318 a 357.

⁶⁷ N.A.: Essa função psicológica de agente indeterminado é inegável na língua portuguesa, onde empregamos o pronome *se* junto de todo e qualquer verbo; em outros idiomas, porém, como nas línguas eslavas, o reflexivo junto ao verbo é empregado para indicar um fato, um estado, sem se cogitar do causador.

em exemplos como *precisa-se de uma casa, morre-se de fome, fala-se do negócio*. Aí temos, por conseguinte, verbos destituídos de sujeito.

A essa conclusão chega Miklosich, não só pelas frases em que o verbo é intransitivo, mas também pelo estudo de exemplos com verbo transitivo propriamente dito analisados à luz da gramática comparativa. O francês diz: *il se trouve des royaumes*, o espanhol: *muy pocos reynos se balla*; e o italiano não se peja de se exprimir semelhantemente: *del suo legno se fa ottimi pettini; quivi ore e campane non s'udiva*. Em todos esses exemplos temos o verbo no singular acompanhado de um substantivo no plural, o qual evidentemente não é senão o objeto direto. Os gramáticos espanhóis reconhecem a correção das frases do reflexivo *se* com o verbo no singular acompanhado de um substantivo no plural: “Quando la sentencia (a 3ª pessoa do singular com *se*) toma el caracter de impersonal, se colloca el verbo en el singular, y lo que es objecto de su accion, va regido de la preposicion á, verbi gratia⁶⁸: *se atropella á los desvalidos; se detesta a los malvados?*” Salvá, *Gramática*.

Para a língua portuguesa Miklosich cita: *Deus quer que só a ele se ame. Ninguém se deve amar, se não a um senhor tão poderoso* (Paiva, *Sermões*), e o exemplo, já mencionado por Diez, que se encontra nos *Lusiadas*: *se soa os grandes feitos*. Nós ainda poderemos acrescentar um outro, muito importante por proceder de um escritor português que timbrava em ser purista: *Por tudo isto se admira a Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se* (A. F. de Castilho, *Vida e Obras de M. Bernardes*). É um exemplo em que absolutamente não podem ser sujeitos *a Vieira, a Bernardes*; pois não existe regra de sintaxe nenhuma que admita como sujeito um substantivo regido de preposição.

O verbo com o reflexivo *se* apresenta-se, como até agora temos visto, destituído de sujeito sintático; pode, porém, vir acompanhado de objeto, o qual é indireto em *precisa-se de uma casa*, mas direto em *aluga-se uma casa, ama-se a Deus, estima-se a Bernardes*, no francês *il se trouve des royaumes* e no espanhol *se detesta a los malvados*. O ponto de vista é legítimo, tanto mais quanto vemos o substantivo colocado normalmente depois do verbo, isto é, ocupando o lugar que a sintaxe de construção das línguas românicas assigna ao objeto. Não era essa a função do nome primitivamente: tornou-se, porém, a consequência fatal do desaparecimento da noção de reflexividade do pronomes *se*.

É por isso que, no exemplo francês *il se trouve des royaumes*, o substantivo no plural *des royaumes* já não é o sujeito do verbo *il se trouve*, como o seria primitivamente em *des royaumes se trouvent*. É ainda pela mesma razão que nós hoje construímos o pronome *se* com qualquer verbo intransitivo (absurdo evidente se a noção de reflexividade ainda persistisse) e que o povo tende a generalizar o emprego do verbo no singular dizendo *aluga-se casas*, enquanto que na linguagem literária, nessa força conservadora das formas, ainda usamos o verbo no plural. Na forma popular *aluga-se* (em vez de *alugam-se*) *casas*, o fator é evidentemente a analogia. Desconhecedor das regras tirânicas da gramática, o homem do povo guia-se pelo sentimento de linguagem e emprega o verbo no singular pelo mesmo motivo por que diz: *a gente aluga, alguém aluga*. É toda natural essa tendência, porque se

⁶⁸ N.O.: Leia-se por exemplo.

baseia em uma razão de ordem psicológica, ao passo que a corrente erudita assenta apenas na razão histórica; e, segundo o que vemos suceder em outros idiomas, a forma popular, natural do emprego do verbo no singular acompanhado de um nome no plural, talvez um dia também acabe por suplantar a nossa forma erudita.

Admitindo essa explicação, é claro que considero fantasiosa aquela que alguns se dão o incômodo de apresentar relativamente ao pronome *ou* dos franceses. De fato, a corrente popular não podia nascer da comparação com esse idioma, pela razão simplíssima que não é propriamente o povo quem estuda línguas estranhas. Ninguém nos convencerá que seja pela influência do francês que às vezes o negociante, o operário, ou o industrial escreve nas suas tabuletas: *vende-se tais e tais artigos, aluga-se carros, ferra-se animais etc.*

Reciprocamente, as pessoas cultas, aquelas que conhecem perfeitamente o francês, nunca escrevem senão: *vendem-se jornais, fazem-se tratados etc.*

V

O processo sofisticado da substituição não é admissível em uma análise científica. Tomemos um exemplo da química. Se apresentarmos a um preparador de química um sal para analisar e se ele não puder dar conta da tarefa por não possuir no seu laboratório os reativos necessários ou por outra causa qualquer, não irá com certeza substituir o sal por outro e analisar o corpo B em vez do corpo A. Isto parece intuitivo; em gramática, porém, em vez de declararmos às vezes que nos faltam os meios de investigação e de confessarmos a nossa ignorância, queremos sempre ou por fã ou por nefas dar a explicação de tudo e, o que é mais, sujeitar essa explicação a certos e determinados moldes fixos. Resulta daí que, em lugar de aplicarmos os processos da análise química e examinarmos os fatos objetivamente, tais quais se apresentam, somos levados a recorrer à alquimia e a escamotear esses fatos, pondo em substituição outros cuja análise nos parece fácil.

Manifesta-se bem essa operação naquela análise que consiste em retirar o verbo construído com o reflexivo *se* e substituir essa construção pela voz passiva.

Assim, em vez de analisar diretamente a frase *vende-se uma casa*, costumam autopsiar esta outra: *uma casa é vendida*; em vez da oração *alugam-se prédios* colocam debaixo do microscópio a proposição *prédios são alugados*. Isto é muito cômodo, na verdade, para algumas frases; pena é que a transformação do verbo em voz passiva e a reabilitação do nome que se lhe segue à categoria de sujeito não se possam efetuar para tantos e tantos exemplos do mais puro português, como estes: *agora trata-se de outra coisa* (Herculano); *entrevia-se na magnífica Rua-nova* (Herculano); *descia-se ao longo desse muro* (Herculano); *morre-se por tão pouco* (R. da Silva); *fala-se da riqueza do nosso comércio* (R. da Silva); *providenciando-se ao que se julgava necessário* (Herculano); *dir-me-eis que na mesma palavra se responde a este exemplo* (A. Vieira); *faça-se o serviço de Deus, acuda-se a alma* (A. Vieira); *fica-se com tudo* (A. Vieira).

Quer isto dizer que o fato de podermos construir qualquer verbo intransitivo com o pronome *se* prova à saciedade que o método da substituição pela voz passiva não passa de um sofisma, que nem sequer tem o

mérito de poder ser empregado em todas as ocasiões. O mais curioso é que, nos casos em que os sofistas acham possível a substituição, nem ao menos existe identidade de pensamento entre os dois modos de dizer, tanto que não se diz indiferentemente: *esta casa é alugada* e *aluga-se esta casa*. E depois, mesmo que houvesse essa identidade, seria apenas psicológica; os fatos linguísticos, e, portanto, gramaticais, são diferentes. Se assim não fosse, a frase *a gente* ou *alguém aluga*, sinônima de *aluga-se*, deveria ser considerada como passiva, em virtude do princípio de que duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si.

Do ponto de vista morfológico, não passa de mera invenção a doutrina do apassivamento por meio do reflexivo; é uma hipótese baseada sobre outra hipótese, que se havia criado para explicar o passivo latino, mas que hoje está por terra, graças a estudos mais completos. Consequentemente, já não tem razão de ser a hipótese do apassivamento pelo reflexivo nas línguas românicas. Além disso, sempre manquejou, já porque não havia a menor conexão histórica com a formação latina, já porque se cingia só a terceira pessoa.

M. Said Ali

OBAS COMPLETAS DE CASIMIRO DE ABREU, NOTÍCIA SOBRE O AUTOR ⁶⁹

Entre os poetas brasileiros que cultivaram o gênero lírico ocupa lugar proeminente o mavioso cantor das “Primaveras”, pela naturalidade com que exprime, em versos repassados de suave melancolia, os sentimentos de um desditoso poeta: do poeta que durante a sua tão curta existência experimentou a dura contrariedade de ver torcida a sua vocação por quem devia facilitar o desenvolvimento de suas aptidões naturais. Esta dolorosa luta fizera-o também separar-se, contra a sua vontade, da pátria querida; e lá bem longe, no exílio, a saudade pungente lhe vibra outra corda da sua lira, e o poeta compõe essas magistrais canções, por si só bastantes para imortalizá-lo e recomendá-lo à gratidão de todo brasileiro.

Nasceu Casimiro José Marques de Abreu aos 4 de janeiro de 1837 na vila da Barra de S. João, da província do Rio de Janeiro. Seu pai era português; e sua mãe, brasileira. Os primeiros anos da vida passou-os nessa pitoresca Barra de S. João, cuja situação é tão apropriada para inspirar poetas. As impressões que lhe ficaram desse lugar e as recordações saudosas daquele tempo feliz, encontramos no seu poema em prosa “A virgem loura”, onde se lê:

Nasci no campo, e ao desprender-me das faixas infantis, ao saltar do berço, vi quase ao mesmo tempo o céu e o mar, os campos e as matas. Não foi na cidade, onde se morre abafado, não; foi ao ar livre, e, infante ainda, senti a brisa da praia brincar com meus cabelos e o vento da montanha trazer-me de longe o perfume das florestas.

Iniciado nos primeiros rudimentos da nossa língua, foi mandado para um internato em Nova Friburgo. Seu pai, cujos ideais na qualidade de negociante eram por demais práticos, recomendava ao mesmo tempo expressamente que educassem o menino para o comércio. Foi aí, no Instituto Freese, onde esteve durante alguns anos, que Casimiro de Abreu fez os primeiros versos da sua vida. Composta de tarde, à hora do crepúsculo, a poesia recebeu o título “Ave Maria”. Era um canto simples e natural como o dos passarinhos, diz o poeta, e feito em momento em que ele se recordava da casa paterna e de sua mana pequena. — A saudade havia sido a sua primeira musa. Por essa poesia, que se perdeu, o poeta mais tarde dava de bom grado em troca todo o volume das “Primaveras”.

O Instituto Freese não conseguiu preparar Casimiro de Abreu para negociante; nem a natureza toda poética do mancebo se podia de algum modo coadunar com as intenções prosaicas do seu progenitor. Todavia,

⁶⁹ N.O.: Texto originalmente publicado na coletânea de poesias *Obras completas de Casimiro de Abreu*, organizada por Manuel Said Ali Ida (1895). A presente transcrição foi realizada a partir da edição de 1902, publicada no Rio de Janeiro pela Editora Laemmert & C. – Editores. Essa edição integra o acervo do projeto “Arquivos de Saberes Linguísticos”. Disponível em: <<https://bit.ly/4dPcg0m>>.

o dever de bom filho mandava-o submeter-se à vontade paterna, cujo intuito era puro, embora errôneo: o negociante queria a todo o transe garantir o futuro de seu filho. Assim é que aos quinze anos o poeta veio para o Rio de Janeiro sentar-se à escrivaninha do escritório comercial de seu pai, onde teve de “abafar o grito de lamento da vocação contrariada e embrenhar-se no mundo dos algarismos”.

Mas decididamente Casimiro de Abreu não nascera para a carreira que o velho português entendia dever forçá-lo a seguir. O pai cuidava que com o tempo o rapaz se havia de esquecer das *literatices* e habituar-se à nova vida. Enganava-se, todavia. Esperou um ano e, ao cabo desse tempo, vendo frustradas todas as suas esperanças, expeliu-o do escritório e despachou-o para Portugal.

Em fins de 1853, seguia o desventurado moço para a terra do exílio. A dor pungente, que lhe produziu na alma essa separação da pátria, da sua carinhosa mãe, de tudo enfim quanto para ele havia de mais caro no mundo, descreve-a o poeta magistralmente no prólogo da cena dramática “Camões e o Jáú”. A demora em Portugal foi para o poeta um cruel martírio e só serviu para arruinar-lhe a saúde. Apoderou-se dele a mais profunda nostalgia e logo apareceram os primeiros sintomas daquela enfermidade cruel que tem ceifado tantas existências, tantos talentos na primavera da vida.

Durante esses três anos e oito meses que permaneceu no exílio, à medida que a saúde do pobre moço se ia definhando, avivam-se-lhe cada vez mais no espírito as imagens queridas do passado e confrangia-lhe dolorosamente o coração a saudade da pátria, onde essas imagens haviam tido realidade; e que mais podia fazer o poeta senão firmá-las sobre papel em melancólicos e melódicos versos com a mesma naturalidade e tristeza com que as sentia? São verdadeiros primores da literatura brasileira, que não encontram rivais senão nas poesias de Gonçalves Dias, essas joias intituladas “Exílio”, “Minha terra”, “Meu lar”, “Meus oito anos”, “Jurity”. Também à idolatrada mãe, Casimiro de Abreu ergueu saudoso um monumento de eterna gratidão, escrevendo a poesia “Minha mãe”.

O mal que atacara o poeta agravou-se; e, só quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia de que a tísica pulmonar se achava já muito adiantada e que o estado do moço era realmente grave, foi-lhe por fim permitido regressar à pátria. Chegou ao Rio em 11 de julho de 1857 e seguiu para a fazenda paterna em Indaiáçu, onde tornou a ver os lugares em que passara a infância, descreveu-as na poesia “No lar” com aquela rara habilidade que lhe era própria.

Chegando à capital, mandou-o o pai para o escritório de uma casa de consignações. A insistência cruel do progenitor em opor-se à vocação do filho só podia produzir neste o desalento, a descrença e até ideias de suicídio, como vemos naquela admirável poesia “Dores”, essa por assim dizer fotografia da alma do infeliz poeta, quando tinha apenas vinte anos. Um ano depois felizmente Casimiro de Abreu já pode abandonar o escritório comercial e entregar-se às suas favoritas distrações literárias.

Mais descansado já, reuniu as suas composições poéticas e publicou-as pela primeira vez em 1859 sob o título de “Primaveras”. O volume foi bem acolhido pela imprensa e pelo público, e essas poesias, que agradam

pela espontaneidade, pela melodia e pela simplicidade, não tardaram a tornar-se o que elas são até hoje e sempre hão de ser: poesias populares.

A fama chegou também aos ouvidos do velho José Joaquim Marques de Abreu, que por esse tempo jazia enfermo em sua fazenda de Indaiçu. Pediu que lhe lessem o livro; e essas páginas maviosas das “Primaveras” conseguiram, por fim, comover também o seu coração. Mandou buscar o filho; e este chegou ainda a tempo de poder beijar a mão do moribundo. Neste derradeiro momento da vida, a musa da poesia conseguira abater a dureza de um caráter demasiado prosaico e conciliar enfim pai e filho.

Mas breve devia soar também a hora fatal para o filho. Poucos meses depois, Casimiro de Abreu, sentindo necessidade de buscar alívio para os seus sofrimentos físicos, parte para Nova Friburgo. O seu estado grave inspira os maiores receios aos seus amigos, e chega-se até a espalhar a falsa notícia da sua morte. Vendo que, em vez de melhorar, piorava consideravelmente, o poeta resolveu voltar para Indaiçu.

A morte, porém, aproximava-se a passos gigantes e só lhe concedeu mais quinze dias de vida no seu lar. Aos 18 de outubro de 1860, finava-se o mavioso cantor das “Primaveras” nos braços da sua extremosa mãe, com vinte e quatro anos incompletos — na primavera da vida.

1896

OS EXAMES DE MADUREZA NA ALEMANHA⁷⁰

Para se compreender o que seja o exame de madureza na Alemanha, é necessário, antes de tudo, conhecer-se a organização do ensino secundário nesse país modelo. A instrução secundária não é ministrada aí para tornar enciclopédicos os estudantes e muito menos ainda com o intuito de dar um preparo de acordo com tal ou tal escola filosófica. Força é dizer que não é só à Alemanha que falta semelhante orientação exclusivista: de balde a procurareis em qualquer outro país europeu. O que hoje em dia se considera por toda a parte como o ideal da instrução secundária é que os estudantes adquiram um preparo de tal natureza, que, terminado o curso, estejam *maduros*, isto é, aptos a ouvir com aproveitamento cursos superiores ou, no caso de abraçarem logo uma carreira mais prática, habilitados a aprender mais, a desenvolver-se, a caminhar por si, sem o auxílio perene de inseparável mentor. Se o ensino foi pelo estudante assimilado em ordem a satisfazer a esse desideratum é o que se vai verificar pela prova de madureza nas matérias isoladas. Excluídos ficam *ipso facto* do exame, assim como do estudo, todas as doutrinas puramente teóricas e de nenhuma utilidade prática ou que só tenham importância para os especialistas.

Não existe na Alemanha um tipo único para os estabelecimentos de instrução secundária. O espírito de tradição conservou até os nossos dias o ginásio humanista, o qual talvez ainda viva por muitos e muitos anos, enquanto existirem propugnadores do ensino de línguas clássicas. Mas ao lado dessa instituição desenvolveram-se, pela força das circunstâncias, vários outros estabelecimentos, em cuja organização se pode verificar que, de acordo com a evolução das ideias e das necessidades da vida no século presente, num país eminentemente culto se faz também a transformação do ensino.

O ginásio humanista requeria como matérias principais do estudo as línguas latina e grega, com grande prejuízo das línguas vivas, da matemática e das ciências naturais. Esse preconceito, mantido por uma tradição de vários séculos, teve de encontrar fatalmente o seu primeiro protesto no *Realgymnasium* (ginásio real; *real* quer dizer que satisfaz mais à *realidade* da vida). Nesse instituto desaparece o grego; e o ensino da matemática e da história natural é mais desenvolvido, e a cadeira de ciências psicoquímicas desdobra-se em duas com quase o dobro do tempo de estudo. O inglês, que era facultativo no ginásio antigo, tornou-se já agora obrigatório.

A fase seguinte da evolução do ensino teve a sua expressão na organização da *Oberrealschule* (escola real superior), instituto de instrução moderna, onde não há nenhuma das línguas mortas. Em compensação toma um desenvolvimento muito grande o estudo dos idiomas vivos, da matemática, das ciências naturais,

⁷⁰ N.O.: Texto publicado na *Revista Brasileira*, tomo 6, p. 85-94, em 1896 e reeditado, em seguida, na edição 48, p. 256-270, de junho do mesmo ano da *Revista Pedagógica*. Disponível, respectivamente, em: <<https://bit.ly/4dVyj5u>> e <<https://bit.ly/3wNSodk>>.

requerendo-se para a cadeira de química e mineralogia quase o dobro do tempo exigido para a mesma matéria no *Realgymnasium*.

Em qualquer dos mencionados estabelecimentos dura o curso secundário 9 anos (ou classes); as necessidades da vida real exigem, porém, em muitos casos que os jovens alcancem o necessário preparo em prazo menos longo. Foi resolvido esse problema com a criação da *Realschule* (escola real propriamente dita), estabelecimento moderno de 6 classes (ou anos), sem latim nem grego, como a *Oberrealschule*, da qual tem a orientação geral, porém em curso muito simplificado.

Tudo leva a acreditar que o futuro pertence à *Realschule*, tanto mais quanto já foram suprimidas em 1892, no ginásio humanista 15 horas de latim e 4 de grego, em benefício do estudo da língua materna. No ginásio real eliminaram-se 11 horas de latim. Para a prova de madureza já não se exige dissertação em língua morta; o respectivo exame consiste hoje em tradução de autores não demasiado difíceis, além de uma versão para o latim. Esta última parte só vigora para o ginásio humanista.

No estado atual das coisas, os diversos estabelecimentos de ensino secundário preparam os estudantes para carreiras diferentes. O atestado de madureza obtido pelo curso ginásial dá, por exemplo, direito ao estudo da medicina, da teologia, da filosofia, das ciências jurídicas.

O atestado de madureza de uma escola real superior permite, entre outras coisas, o estudo da matemática e das ciências naturais na universidade; faculta também a admissão aos exames de engenharia. Com o documento de madureza alcançado em uma escola real propriamente dita tem o jovem o preparo moderno, de caráter utilitário, necessário a todas as demais carreiras onde se julga dispensável o conhecimento dos idiomas clássicos.

Como se vê, a prova de madureza coroa todo o ensino secundário, ou se trate do curso puramente humanista, ou se trate do extremo oposto, o curso moderno sem latim nem grego.

É ao mesmo tempo o exame final único a que se submete o estudante. Ele entra ainda menino para um dos mencionados institutos e, ao cabo de uma frequência de 9 ou de 6 anos, pode, se tiver sido aplicado e bem-comportado, inscrever-se para prestar a prova de madureza. Não é a *Maturitätsprüfung* antecedida de exames finais, nem mesmo de anuais exames de suficiência. O estudante passou de uma classe (ou ano) para a outra por simples promoção, a qual foi decidida pela opinião dos professores baseada nas notas de ano. Apenas para os estabelecimentos de 9 classes exige a lei, no intuito de facilitar a prova de madureza e com o fim de satisfazer a outras conveniências de ordem prática, um exame (*Abschlussprüfung*) dentro do curso. Nessas casas de educação acha-se o ensino dividido em duas seções: o grau inferior, constituído pelos seis primeiros anos, e o grau superior, que abrange as três classes mais adiantadas. É na passagem do grau inferior para o superior que os estudantes prestam a *Abschlussprüfung*, exame muito fácil, mas de alto valor pedagógico. Durante todo o grau inferior os meninos não se preocupam com a prova de madureza, habitam-se a ser aplicados e a ter método de estudo; realizado aquele exame, toda a atenção converge para a prova de madureza, para cujo preparo estão

lançadas as mais sólidas bases. Assim como o exame terminal da primeira seção absolveu o estudante do material de estudos do grau inferior, assim também o exame de madureza não pode estar abaixo da altura do programa das classes mais adiantadas. A lei é explícita nesse ponto: “o fim do exame de madureza é verificar se o estudante assimilou o que lhe foi ensinado na classe mais adiantada”. A prova de língua materna, por exemplo, será uma dissertação sobre assunto histórico, literário ou científico; nunca poderá ser uma análise léxica ou sintática, porque isso pertence ao campo de estudo das classes inferiores.

Mas não foi só a necessidade de aliviar a fase adiantada dos cursos de 9 anos, que determinou a instituição do exame terminal da primeira secção; o governo alemão criou essa prova em grande parte também para não prejudicar o desenvolvimento das *Realschulen*. Estas satisfazem mais às necessidades práticas do século e tendem a tomar uma grande expansão. O governo alemão sabiamente favorece o seu desenvolvimento, e só a cidade de Berlim conta já 12 escolas reais.

Qual seja o objeto do exame de madureza, já o vimos anteriormente. O estudante deu sempre boa conta de si, teve bom comportamento e foi bem aplicado, segundo o atestam as notas, que alcançou nas diversas aulas. Falta, porém, verificar se o seu espírito está maduro. Ora, para que se possa demonstrar que o jovem que deixa o instituto de instrução está apto a caminhar por si, se sabe na vida prática, onde não terá o professor para o auxiliar, utilizar-se dos conhecimentos adquiridos, é indispensável que o processo do exame seja muito especial. Menos teórico, muito mais prático e, ao mesmo tempo, muito mais difícil para o estudante do que a prática dos nossos exames de preparatórios ou dos exames finais do nosso Ginásio. Também, por outro lado, atendendo a certas circunstâncias naturais, como, por exemplo, o embaraço próprio da ocasião, o examinando na Alemanha não é prejudicado se de uma ou outra matéria exibir prova insuficiente, desde que compense tal resultado com provas boas ou ótimas em outras matérias.

Ao encetar este artigo indiquei muito propositalmente que o exame de madureza na Alemanha versava sobre as *matérias isoladas*. Cumpre, de fato, acentuar bem essa verdade, porquanto existem entre nós muitas pessoas, aliás conspíquas, que identificam – não sei por que – o exame de madureza com exames por seções.

Lá, este último gênero de exame é desconhecido; cá, é o agouro de estudantes que aprendem sem bons métodos, e talvez por método péssimo sejam examinados. Isto é ao mesmo tempo a prova evidente de que aqui se pretende introduzir coisa absolutamente diversa do verdadeiro exame de madureza, abstração feita da comodidade do nome. Na seção de línguas constituirá, por exemplo, a prova – e infelizmente o ensaio já foi feito no Colégio Militar – um estudo comparado de uma questão gramatical ou filológica; quer dizer, o exame de madureza na seção de línguas não verifica se o estudante está apto a aproveitar-se na prática dos idiomas aprendidos. Não, isto não é racional. O que o examinador sonda no verde espírito do menino é, se depois de estudar francês, inglês ou alemão, lhe cresceram bastante as asas para deixar este mundo real onde se falam, se escrevem e se leem as línguas vivas, para voar às nebulosas regiões do gramático ou do filólogo em nada aproveitável neste mundo subllunar, mormente neste século prático de puro utilitarismo. A nossa orientação é

tão profundamente diversa da orientação alemã que deve causar surpresa a muito professor o fato seguinte: para a própria língua materna exige a lei alemã que nos institutos de instrução secundária se ensine da gramática *unicamente o indispensável*, para que o estudante saiba distinguir o certo do errado. Para nós isto é muito prático, muito racional: não presta.

Ora, é exatamente a língua materna a matéria cuja prova é a mais notável e a mais difícil de todas por ocasião do exame de madureza na culta Alemanha; tão importante é ela que, se for classificada com a nota insuficiente, o examinando está inabilitado; diversamente do que sucede com outras matérias, não pode a nota ser compensada com outras provas boas ou mesmo ótimas. A língua materna é o centro de todo o ensino e por isso também os respectivos trabalhos exibidos pelos estudantes são decisivos para o exame de madureza. O critério para o julgamento do exame nessa matéria é o seguinte: o estudante deve estar habilitado a compreender acertadamente um tema que esteja dentro da esfera dos seus conhecimentos, desenvolvê-lo com juízo próprio na devida ordem e isento de erros no modo de escrever. No emprego oral do idioma pátrio deve mostrar desembaraço em fazer uma exposição correta, clara, com os pensamentos bem concatenados. Além disso, deve mostrar que conhece os capítulos mais importantes da história literária nacional, bem como algumas das obras primas da literatura alemã.

Consta o exame de língua materna de uma dissertação escrita, para a qual se concede ao examinando o prazo de cinco horas. Prova oral especial não existe; considera-se como tal o emprego oral do alemão por ocasião do exame nas outras matérias. A prova escrita não pode versar sobre um tema demasiado fácil; ele deve estar à altura do desenvolvimento intelectual dos estudantes da classe mais adiantada. Quer dizer, não pode ser uma dessas composições simples que se fazem nas aulas atrasadas, como a descrição da casa, do cavalo, do boi etc. O tema da dissertação deve ser um assunto histórico, científico ou literário, que não exceda em dificuldade os trabalhos feitos nas diversas aulas da classe mais adiantada, nem tampouco fique abaixo do desenvolvimento dessa fase do estudo. Ao mesmo tempo em que o assunto da dissertação tem que satisfazer a essas duas condições, exige a lei que não se aproxime tanto dos trabalhos anteriormente feitos, que a sua elaboração cesse de ter o valor de um trabalho *independente e original*. É aí que se vai verificar a madureza do espírito do estudante quanto à matéria língua materna. Temas possíveis para a dissertação alemã de madureza são, por exemplo, os seguintes, desde que não tenham sido especialmente já preparados nas aulas: o que há de verdade e de falso nos provérbios; a educação dos cavaleiros na idade média; uma história para o tema – o homem põe, Deus dispõe; características do Wallenstein de Schiller; características do Fausto de Goethe; causas que determinaram a unificação da Alemanha; paralelo entre a ode de Klopstock “Vinho do Reno” e a ode I, 19 de Horácio; a influência da imprensa e do vapor na civilização moderna etc. etc.

O mesmo que se exige para prova de língua materna quanto à dificuldade, dentro dos respectivos limites, e à *originalidade* do trabalho, exige-se também para as demais provas escritas do exame de madureza. Também para qualquer das línguas estrangeiras (de que há prova escrita e oral) não entram, pela natureza do

exame, as análises léxica e sintática por ficarem muito aquém da madureza, nem tampouco a análise filológica ou conhecimentos linguísticos, por estarem fora dos limites da instrução secundária. Em compensação requer-se tradução desembaraçada e compreensão de autores modernos, dissertação escrita em idioma estrangeiro, prática e facilidade no emprego oral e escrito do idioma em questão.

Da história (e geografia) há só prova oral; todavia os conhecimentos adquiridos nessa aula podem ser, segundo vimos, incorporados na prova escrita de língua materna. Para a matemática há prova escrita e oral. Para a primeira (5 horas), o examinando tem a resolver no *ginásio* uma questão de planimetria, uma de estereometria, outra de trigonometria e outra de álgebra; no *Realgymnasium* e na *Oberrealschule*, exige-se uma questão de álgebra, uma de geometria plana e no espaço, uma de trigonometria e outra de geometria analítica. Na *Realschule*, a prova escrita (4 horas) abrange duas questões de matemática e uma da geometria no espaço. Para a história natural e ciências naturais, há exames escritos e orais; apenas no ginásio humanista, onde o estudo principal é o latim e o grego, de que existem provas escritas e orais, não se presta exame de ciências naturais; mas se prendem, tanto quanto possível, questões de física às questões de matemática e valem como exame especial de física as notas de ano.

Cada uma das provas escritas é julgada primeiro pelo *professor da matéria*, que marca os erros e formula, de acordo com as exigências do regulamento, um juízo que deve resumir-se em uma das notas: ótima, boa, sofrível e insuficiente. Depois passa a prova para as mãos dos demais membros da comissão examinadora. Julgadas todas as provas escritas, delibera-se se alguns examinandos devem ser dispensados de toda a prova oral ou de parte dela e se alguns devem ser excluídos (*inabilitados*). Para esse efeito, remete-se em tempo ao comissário do governo as provas com os textos completos, à margem das quais se assinalam os subsídios ministrados aos examinandos. O comissário do governo pode exigir modificações nas notas. A dispensa de toda a prova oral dá-se quando o examinando, além de ter tido procedimento exemplar em todas as matérias obrigatórias antes de começar o exame de madureza, teve também em todas as provas escritas pelo menos a nota “sofrível” sem restrições. A dispensa de partes da prova oral dá-se: 1º) para as matérias que não fazem parte da prova escrita, se o estudante ao inscrever-se para o exame de madureza apresentou atestado de aproveitamento pelo menos com a nota “sofrível” sem restrições; 2º) nas matérias que também são objeto da prova escrita se, além disso, os trabalhos escritos tiverem tido pelo menos a nota “sofrível” sem restrições.

Terminada a prova oral, reúne-se a comissão examinadora. Para o julgamento do exame, consideram-se então não só as provas escritas e orais, mas também as notas de aulas. Tira-se a média e considera-se aprovado o estudante que não tiver o resultado “insuficiente” em nenhuma das matérias científicas obrigatórias. Admite-se, porém, a compensação, isto é, um resultado “deficiente” em uma matéria deve ser compensado por um resultado “bom” ou “ótimo” em outra matéria. Todavia essa compensação não existe para um resultado “deficiente” na língua materna, em qualquer estabelecimento, em *ambas* as línguas mortas (no *Ginásio*) e em *ambos* os idiomas vivos (no *Realgymnasium*, na *Oberrealschule* e na *Realschule*).

Eis aí, em largos traços, o que é o exame de madureza na Alemanha. Podemos ainda acrescentar que o programa do exame nunca pode abranger todo o campo de uma disciplina; isso decorre da própria organização do ensino secundário, porquanto nessa fase a instrução não deve ter a pretensão de esgotar as matérias. O que se estuda é só aquilo que possa educar o espírito e ao mesmo ser útil para a vida prática. O estudo exaustivo é trabalho para especialistas. Para os estabelecimentos alemães de instrução secundária, o programa minucioso, ditado pelo governo, acentua bem o fato e exige a cada passo só o *mais importante*. A França tem hoje a mesma compreensão da instrução secundária.

Para concluir, seja-me permitido fazer ainda algumas considerações. O exame de madureza na Alemanha é o coroamento de uma obra modelo: a organização do ensino secundário.

No Brasil, onde breve vai ser generalizado, não sei o que será, se a orientação não for mudada, se não forem reformados os métodos de ensino, se toda a instrução secundária, em suma, não sofrer até lá completa reorganização, tomando também por modelo a culta Germânia. Da interpretação do termo “madureza” depende, a meu ver, o levantamento do ensino, mas também a sua decadência. Já pedimos à Alemanha o vocábulo “ginásio”, agora suplicamos-lhe o vocábulo “madureza”; falta-nos pedir que nos permita imitá-la, como já faz a França, no que ela tem de melhor: a orientação prática do ensino. Só então teremos feito um progresso real, e a prova de madureza será a chave de ouro com que encerraremos a obra gigantesca, eminentemente civilizadora, que contribuirá mais que muito para o engrandecimento da nossa pátria.

Vai desaparecer dentro em breve a formalidade dos exames preparatórios, mero salvo-conduto daqueles que aspiram transpor os umbrais de uma escola superior. Fica-nos em substituição o curso ginásial, que, pela lei de novembro de 1890, deve torturar os estudantes com os exames anuais de suficiência e, no fim do curso, com os exames finais, aos quais serão sobrepostos os exames de madureza. Isso parece uma excrescência, e não admira que, nessas condições, muita gente sensata seja infensa à prova de madureza. Essa superposição é um erro pedagógico, ela requer que as mesmas matérias sejam estudadas ao mesmo tempo com duas orientações diversas: uma para satisfazer ao exame final, a outra para fazer o exame de madureza. Do ponto de vista psicológico, é difícilíssima a solução do problema. Quantos estudantes haverá que sejam capazes de dar simultaneamente ao seu próprio cérebro as duas orientações distintas para um mesmo estudo? Resultado prático: ou todo o mundo é inabilitado, ou o extremo oposto, todo o mundo passa. Por outro lado, se o exame final e a prova de madureza não são coisas essencialmente distintas (e isto será o mais certo), um dos exames é supérfluo, e conservar os dois é colocar perenemente diante do espírito do estudante dois espectros, quando se devia trabalhar por desenvolver a sua inteligência com a necessária calma. Não se pode esperar muito progresso de um espírito sempre agitado.

Em última análise, se fizermos abstração do exame por secções – processo cujas vantagens são muito duvidosas – o regulamento vigente exige para as diversas matérias dois exames finais: o primeiro sem objetivo, o segundo com o intuito de verificar se o estudante tem a cultura intelectual necessária. Um chamar-se-á exame

final, o outro prova de madureza. Ora, o bom senso está a indicar a supressão da prova sem fim notável, desde que se institui um novo gênero de exame que pela sua natureza requer o conhecimento da matéria mais uma inteligência madura. Por outras palavras: para que o curso ginasial dê frutos sazonados, é indispensável, além de uma boa organização do ensino, mais prática do que teórica, além de bons métodos, que o chamado exame final se *transforme* no verdadeiro exame de madureza. E se o tal exame final serve apenas para ver se o estudante foi aplicado, o que é que significam então as notas de cada lição, as médias trimestrais e finais? Um exame nessas condições ou é uma formalidade dispensável, ou um rigor injusto. De fato, o professor examinador tem diante de si as notas do seu discípulo; deve, pois, possuir opinião firmada quanto à sua aplicação; apesar disso, ele vai examiná-lo sem outro intuito final que o de cumprir a lei, que o manda... examinar. O estudante submete-se, porque quer a carta de bacharel, dependente, se tanto, da caprichosa sorte. No caso de catonismo, a justiça será cega, e o labor de sete longos anos de estudo pode ser destruído por um só momento de perplexidade, ou o estudante mais vadio receber um diploma honroso das mãos da fortuna um só instante propicia. E que bela perspectiva temos diante de nós se a semelhante processo sobrepusermos ou enxertarmos uma prova diferente um pouco na parte técnica ou no nome, mas idêntica na sua essência! Uma prova a demandar a mesma orientação teórica, os mesmos conhecimentos ilimitados, mas superficiais, ministrados pelos métodos mais atrasados!

A lei de ensino secundário brasileiro de novembro de 1890 estatui que os exames de madureza sejam feitos por seções. Nesta disposição muitos cuidaram ter descoberto a definição da prova de madureza. Já mostrei quanto é errônea essa interpretação; mostrei também que na Alemanha se fazia o exame por matérias isoladas. Nem pode deixar de ser assim; do contrário, versará apenas sobre generalidades de pouca importância prática, e aqueles que, animados das mais louváveis intenções de melhorar a nossa instrução secundária, fundavam as suas esperanças só nos exames por seções, dentro de pouco tempo, talvez hajam de desiludir-se. A Fata Morgana que os atraía irá desvanecendo-se ao aproximarem-se dela.

M. Said Ali

*POESIAS DE GONÇALVES DIAS, NOTÍCIA SOBRE O AUTOR*⁷¹

Antônio Gonçalves Dias nasceu a 10 de agosto de 1823 no sítio Boa Vista perto de Caxias, na província do Maranhão. Seu pai, negociante português, quis a princípio destiná-lo à carreira comercial; porém, vendo que se desenvolvia notavelmente a inteligência do menino e que este mostrava ter inclinação para os estudos, permitiu-lhe que se aperfeiçoasse nos conhecimentos rudimentares que adquirira e que estudasse francês e latim. Seria talvez motivo do maior orgulho para o extremoso pai se pudesse um dia ver o filho festejado como um dos primeiros talentos brasileiros; mas Gonçalves Dias teve o infortúnio de perder esse protetor, quando mal contava quatorze anos de idade.

Em 1838 partiu Gonçalves Dias em companhia de um capitalista para Coimbra, a fim de completar os seus estudos. Aí tornou-se conhecido como estudante distinto e ao mesmo tempo como dedicado cultor das letras.

Depois de obter o grau de bacharel em ciências jurídicas, regressou em 1845 para Caxias, donde seguiu em 1846 pela primeira vez para o Rio de Janeiro.

Foi nesse mesmo ano da sua chegada à capital do Brasil que o poeta deu à publicidade um volume de composições suas intitulado “Primeiros Cantos”; composições essas que logo o imortalizaram como primeiro poeta nacional. Começava o livro por essa célebre “Canção do Exílio”, tão genuinamente brasileira, tão cheia de lirismo, tão conhecida em todo o Brasil e traduzida até em outras línguas:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Seguem-se a essa poesia o “Canto do Guerreiro”, o “Canto do Piaga”, o “Canto do Índio” e outras muitas poesias americanas, tão naturais, tão sugestivas, que a nossa impressão ao lê-las é como se estivéssemos ouvindo esses cantos indígenas diretamente da boca dos respectivos personagens; parece-nos que não poderiam deixar de exprimir-se assim se falassem a língua portuguesa.

O aparecimento do volume que reunia as primeiras composições de Gonçalves Dias foi um acontecimento tão notável, que mereceu até do escrupuloso escritor português A. Herculano um artigo

⁷¹ N.O.: Texto originalmente publicado na coletânea *Poesias de Gonçalves Dias*, organizada por Manuel Said Ali Ida em dois tomos. A presente transcrição foi realizada a partir do primeiro tomo da 1ª edição, que foi publicada em 1896 no Rio de Janeiro pela Editora Laemmert & C. – Editores e integra o acervo do projeto “Arquivos de Saberes Linguísticos”. Disponível em: <<https://bit.ly/4bMuyhe>> (Tomo I) e <<https://bit.ly/3x2eqcp>> (Tomo II).

publicado na Revista Universal Lisbonense, em que considera os “Primeiros Cantos” como inspirações de um grande poeta, apresenta as “Poesias Americanas” como exemplos da verdadeira poesia nacional do Brasil e, referindo-se às poesias diversas, diz ser “uma das mais mimosas composições líricas que tenho lido na minha vida” essa que é intitulada “*Seus Olhos*”.

Seus olhos tão negros, tão belos, tão puros
De vivo luzir,
Estrelas incertas, que as águas dormentes
Do mar vão ferir;
Seus olhos tão negros, tão belos, tão puros,
Têm meigo expressão,
Mais doce que a brisa, — mais doce que o nauta
De noite cantando, — mais doce que a flauta
Quebrando a solidão.

Em 1847, Gonçalves Dias publicou o drama “Leonor de Mendonça”, em 1848 os “Segundos Cantos”, “Novos Cantos” e “Sextilhas de Frei Antão” e, em 1851, os “Últimos Cantos”.

As Sextilhas, compostas em português antigo, representam um trabalho de grande valor não só do ponto de vista filológico, mas ainda como produção artística. Com a sua publicação deu Gonçalves Dias a melhor resposta possível, relativamente aos seus conhecimentos de português, à injusta censura que o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro havia feito a um drama “Beatriz de Cenci” apresentado pelo poeta sem nome do autor e escrito por letra estranha.

Lutara Gonçalves Dias com dificuldades de vida ao chegar ao Rio de Janeiro, o que o fez tornar-se professor de latim do Liceu Provincial de Niterói. Agora, porém, que apareciam as suas obras, nas quais, além de poeta, se mostrava familiarizado com a história do nosso país e se revelava grande conhecedor do nosso idioma, foi nomeado para reger as cadeiras de latinidade e de história pátria do antigo Colégio de Pedro II.

Com sua reputação feita, com uma posição que lhe permitia olhar mais sereno para o futuro, não era, no entanto, Gonçalves Dias um desses espíritos que após as grandes vitórias vão como Aníbal invernar em Cápua. Ao contrário, a sua atividade daí em diante aumentou prodigiosamente e já em 1851 partia para as províncias do norte, incumbido pelo Governo de estudar aí o estado da instrução pública. No ano seguinte regressa e é nomeado oficial da secretaria de estado dos negócios estrangeiros.

Em 1855, manda-o o Governo à Europa estudar nos principais países os métodos mais seguidos e que melhor se adaptassem às nossas condições de ensino. Começando por Portugal, Gonçalves Dias aproveita o ensejo para examinar os arquivos de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, de onde extrai apontamentos e dados importantes para a nossa história colonial. Passou depois a examinar e estudar os estabelecimentos de educação e instrução na França, Inglaterra e Alemanha. Ao chegar a Leipzig, proporcionou-se lhe ocasião de travar

relações com o conhecido editor Brockhaus, o qual lhe fez uma nova edição das suas composições poéticas. Pela mesma época Gonçalves Dias mandou imprimir o seu “Dicionário da língua Tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil”, assim como uma epopeia americana “Os Timbiras”, que infelizmente ficou incompleta.

De volta da patriótica missão que desempenhara na Europa, foi, por indicação do Instituto Histórico e Geográfico, nomeado pelo Governo para fazer parte de uma comissão científica que devia explorar e catalogar as riquezas do Brasil. Coube a Gonçalves Dias a seção de etnografia, bem como a redação da viagem. Começou o poeta a sua tarefa na província do Ceará, que a comissão escolhera como base de suas operações, seguindo depois para o Maranhão e daí para o Pará e o Amazonas.

Com tantos e tão pesados trabalhos, que se sucediam continuamente, a saúde do poeta devia forçosamente arruinar-se. Assim é que em princípios de 1862 regressava ao Rio de Janeiro sofrendo dos pulmões e do fígado e em tal estado que os médicos só lhe puderam aconselhar mudança de clima recomendando-lhe que volvesse à Europa. Seguiu o conselho; mas esse último recurso de nada lhe valeu, porque o seu estado se tornava cada vez pior.

Não encontrando na Europa o alívio que procurava, saiu em setembro de 1864 de Havre a bordo do *Ville de Bourgogne*, com destino ao Maranhão, tendo anteriormente escrito uma carta ao seu amigo Dr. Antônio Henriques Leal, na qual dizia: “Persuadido que uma longa viagem por mar me há de ser de algum proveito, resolvi-me a seguir para o Maranhão pelo Havre... Em princípios de Outubro devo lá estar, se não ficar no mar...”.

Parece que o poeta antevia o seu trágico fim. No dia 3 de novembro de 1864, a barca francesa *Ville de Bourgogne* naufragava nas imediações do farol de Itacolomy, e aí, sem ter forças para sair do seu camarote, faleceu, abandonado pela tripulação, Antônio Gonçalves Dias, o primeiro poeta brasileiro.

OBRAS COMPLETAS DE CASTRO ALVES, NOTÍCIA SOBRE O AUTOR ⁷²

Cabe à outrora província da Bahia a glória de haver produzido muitos talentos brasileiros e, entre eles, um dos maiores poetas do nosso país. Antônio de Castro Alves nasceu a 14 de março de 1847 na fazenda “Cabaceiras” perto de Curalinho, na comarca da Cachoeira. Seu pai, que exercia a nobre profissão de médico, soube distinguir-se a ponto de obter uma cadeira na faculdade de medicina da Bahia. A educação do filho confiou-a a um dos mais notáveis estabelecimentos de ensino da Bahia, cujo diretor conquistou honroso nome, conhecido e lembrado com saudade ainda hoje em todo Brasil. Refiro-me ao Ginásio Baiano, dirigido pelo Dr. Abílio Cezar Borges, mais tarde Bardo de Macaúbas.

Aos quinze anos Castro Alves partiu para o Recife, sem haver completado o curso de preparatórios, e só dois anos depois foi matricular-se na faculdade de direito dessa cidade. No Recife, por sua vez, não chegou a completar o curso acadêmico, porquanto em fins de 1867 voltou para Bahia; pouco se demorou aí, pois, resolvendo continuar e terminar os estudos em S. Paulo, veio para o sul logo em começos de 1868. Mas já em novembro desse mesmo ano um acidente de caça forçou-o a interromper os estudos. Disparando casualmente um tiro, ferira-se no calcanhar tão desastrosamente, que se tornou necessária a amputação do pé. Para cúmulo de desgraças sobreveio-lhe a tuberculose, pelo que os médicos lhe aconselharam a mudança de ares. Assim, em dezembro de 1869, o jovem poeta “volvia silencioso e alquebrado... trazendo por única ambição — a esperança de repouso em sua pátria”. Passou cerca de nove meses nos sertões da Bahia, de onde regressou para a capital da província. Não chegou a ter mais um ano de existência. Castro Alves faleceu na Bahia a 6 julho de 1871.

Como se vê, muito curta foi a vida deste poeta: mal contava 24 anos quando deixou o mundo e voou para a imortalidade. A julgar pelas poesias das “Espumas Flutuantes” na maioria datadas, sendo as mais antigas de 1864, Castro Alves começou a sua carreira literária aos 17 anos. Poucos documentos existem de época anterior; nem se poderia esperar muita coisa de um menino estudante de preparatórios.

Foi nesse período áureo, que vai de 1864 até os últimos anos de sua vida, cheios de dor e de sofrimento, que o poeta escreveu o drama “Gonzaga”, quase todo o poema “Cachoeira de Paulo Afonso”, as poesias “O livro e a América”, “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”, “Pedro Ivo”, “Mocidade e Morte”, “Gondoleiro de Amor” e tantas outras. As melhores das suas produções literárias foram na sua maioria escritas no Norte, Recife e Bahia. O Sul não foi propício à sua atividade; já pela curta estada (menos de 2 anos), já pela cruel enfermidade, que tão cedo lhe crestou o viço da existência. Ainda assim, foram escritas em S. Paulo e no Rio de

⁷² N.O.: Texto originalmente publicado na coletânea de poesias *Obras completas de Castro Alves*, organizada por Manuel Said Ali Ida em dois tomos, originalmente publicados em 1896. A presente transcrição foi realizada a partir do primeiro tomo da edição de 1898, que foi publicada no Rio de Janeiro pela Editora Laemmert & C. – Editores, e integra o acervo do projeto “Arquivos de Saberes Linguísticos”. Disponível em: <<https://bit.ly/44W5LVD>> (Tomo I) e <<https://bit.ly/3yTvy00>> (Tomo II).

Janeiro poesias dignas de ser citadas, como “O Laço de Fita”, “Ahasverus e o Gênio”, “É tarde”, “Immensis orbibus anguis”, “Tonel das Danaides”, “Quando eu morrer” e várias outras.

A um volume das suas produções poéticas, deu Castro Alves o belo título de “Espumas Flutuantes”; outra obra grandiosa devia ser “O Poema dos Escravos”, que infelizmente ficou incompleto, saindo apenas a lume a parte “A Cachoeira de Paulo Afonso” e uma porção de poesias que foram enfeixadas com o título “Manuscritos de Stênio”. O segundo volume, contendo uma e outra coisa, é hoje em geral conhecido, por brevidade de linguagem, como “A Cachoeira de Paulo Afonso”, e é com esta designação que sai publicado na presente edição acompanhado do drama “Gonzaga”.

Castro Alves ocupa, na literatura brasileira, um lugar de honra ao lado de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu; não que o gênero do poeta baiano se pareça com o do autor das “Primaveras” ou do poeta maranhense. Mas é exatamente a sua feição particular, original, que o engrandece. Casimiro de Abreu baixara ao túmulo em 1860 e quatro anos depois desaparecia de entre os vivos o cantor dos “Timbiras” justamente quando Castro Alves começava a produzir. Ante a luz intensa que derramavam as obras dos vates que acabavam de entrar na imortalidade, era natural que nessa época um escritor notável as tomasse por modelos; mas o talento do cantor baiano tinha seiva bastante forte para viver vida própria.

A nota sentimental de Casimiro de Abreu faz vibrar por simpatia — e em que mortal não existem, agitadas ou dormentes, as cordas do sentimentalismo? — as fibras do nosso coração; Gonçalves Dias, poeta lírico também, porém mais objetivo, faz-nos ver e sentir as belezas da vida mais livremente. As composições deste elevam-nos o espírito; a nossa alma respira com satisfação. Castro Alves, por seu turno, como que nos arrebatava pelo mundo afora, voando atrás de nobres ideais. Na sua carreira vertiginosa não lhe sobra tempo para examinar por miúdo os encantos ou as misérias da vida humana; as pessoas e as coisas passam geralmente em massa diante dos seus olhos; preocupa-o mais a sociedade do que os indivíduos isoladamente. Castro Alves é antes um poeta socialista do que um pintor de caracteres e costumes por meio de certos e determinados tipos. O seu estilo é sempre elevado e, por vezes, até bombástico; quadra bem com o seu temperamento ardente.

Há, todavia, um ponto de contato — e este o importante — entre o cantor da “Cachoeira de Paulo Afonso” e Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu. Castro Alves é um poeta verdadeiramente brasileiro. Se os dois poetas que o precederam amavam e cantavam a sua terra, também o poeta baiano soube amar e cantar a sua pátria; queria vê-la sem escravos, queria a pátria livre. Que o digam as “Vozes da África” e o “Navio Negreiro”. E não foi dado ao cantor sublime viver sequer até 28 de setembro de 1871⁷³! O nobre sentimento de liberdade ditou-lhe igualmente o drama “Gonzaga ou a Revolução de Minas”.

No poema dos Escravos, o leitor não encontra um enredo especial, nem personagens típicos; tem diante de si uma coleção de poesias independentes umas das outras, mas ligadas por um pensamento comum: protestar

⁷³ N.O.: Data de promulgação da chamada Lei do Ventre Livre.

energicamente contra a negra mancha da nossa sociedade — a escravidão. “Ao poeta bastou-lhe — como muito bem diz o ilustrado Dr. Sílvia Romero — para o excitar e comover o fato geral e indistinto da escravidão. Só isto foi bastante para levantar-lhe o sentimento, e este sentimento foi a indignação e a cólera. O poeta não desceu a descrever cenas; aludiu rapidamente a elas e supô-las com razão conhecidas de todos. Ele é da família do cantor dos *Châtiments*⁷⁴; indigna-se encolerizado e larga o azorrague nos verdugos, nos opressores dos míseros cativos.”

⁷⁴ N.O.: Do fr., castigo. Faz-se referência aqui ao escritor francês Victor Hugo, que é autor da obra *Les Châtiments* (1853).

1898

QUESTÕES ORTOGRÁFICAS⁷⁵

Quem é que ainda não se escandalizou com uma palavra ortograficamente errada! Mas porventura teremos nós todos refletido maduramente sobre a significação dos termos *certo* e *errado* em matéria ortográfica! Uma coisa, em todo o caso, não é muito difícil de notar: é que, tratando-se de ortografia, os vocábulos *certo* e *errado* não têm a mesma precisão que têm quando empregados, por exemplo, com referência a verdades matemáticas. Aqui, um cálculo é certo ou não, por toda a parte e sempre; lá o que é certo em uma época, pode ser considerado erro em outra, o que é tido como correto no país onde se fala um idioma, pode ser inadmissível para uma nação que fala língua diferente.

A mais ingrata e — ousemos dizer a verdade — a menos útil das ciências é a gramática, quando guindada às nebulosas regiões da linguística ou filologia, como mais pomposamente lhe chamam. Nessas alturas, os sacerdotes de fato, ou improvisados, procuram bases científicas para a ortografia também. Não sei se foi em Júlio Ribeiro, se em Teófilo Braga, ou onde foi, que pela primeira vez li, quanto ao português, algo sobre a ortografia *histórica*. Sustentava o autor que a única ortografia racional era a chamada histórica; que a outra, a *fonética*, ou fônica, era uma utopia. Concordei; porque à primeira vista a autoridade se impunha e os argumentos seduziam. Anos depois, porém, talvez porque me faltava o dom natural daqueles gramáticos, que ainda hoje sabem só o que sabiam os filólogos há 15 ou 20 anos, discordei decididamente. Pus-me a examinar a questão mais de perto, e reparei que, se por um lado o modo de escrever *rigorosamente* fonético — e toda argumentação pressupunha esta hipótese — era utopia, maior utopia ainda era adotar a grafia rigorosamente histórica, que seria latim puro. No primeiro caso, cada indivíduo se guiaria pelo ouvido; era um inconveniente, uma verdadeira anarquia, se quiserem. No segundo caso, cada indivíduo teria de saber latim, e até grego, para escrever o suposto português. Ora, a desordem, como a experiência de todos os dias demonstra, tem sempre mais probabilidade de existir e perdurar, até mesmo entre os não analfabetos, do que a extensão do conhecimento das línguas clássicas a todas as pessoas que precisam de escrever em português.

Se reduzirmos a chamada ortografia histórica às suas justas proporções, seremos obrigados a confessar que ela não passa de um sistema misto de escrever as palavras, em parte de acordo com a pronúncia atual, em parte mantendo letras supérfluas, só porque os escritores latinos as escreviam para representar sons que naquela época realmente se pronunciavam. Isso sem falar de outros fatores, de que me ocuparei mais adiante. Ainda mais — e peço toda a atenção do benévolo leitor para este ponto — na chamada ortografia histórica, a grafia é principalmente fonética, enquanto a dose de letras mortas ou dispensáveis, que se mantém só por amor da língua clássica, é relativamente pequena. Para demonstrar essa proposição, basta recorrermos ao argumento irrefutável

⁷⁵ N.O.: Texto publicado na *Revista Brasileira*, tomo 13, p. 148-162, em 1898. Disponível em: <<https://bit.ly/44WRzeV>>.

da estatística. Tomemos, por exemplo, as palavras *poncto*, *phthisica*⁷⁶, que com certeza satisfazem ao paladar dos gramaticógrafos mais *enragés*; de essencialmente histórico só existem as letras *c* no primeiro vocábulo, *ph*, *b* no segundo; ao todo quatro letras históricas ao lado de onze letras de acordo com a pronúncia atual ou fonética. E por que é que os sectários da ortografia etimológica não exigem, por coerência, palavras representadas no papel com estranha roupagem, como estas: *eo screvo bem, tu non screvis melbor*, que historicamente vêm das palavras *ego scribo bene, tu non scribis melior*?⁷⁷ Naturalmente para transigir com o uso e a pronúncia atual. Logo, são menos rigorosos e menos perigosos do que parecem. A lógica é curiosa: faz-se a concessão em favor da fonética, em geral quando se trata de sons que se transformaram em outros e quando o uso assim o exige. Algumas vezes, felizmente raras, persiste-se em representar atavicamente um som atual, sobre cuja pronúncia não há a menor dúvida. Este fato dá-se, sobretudo, com as palavras *egreja*, *idade*, *egual*, *logar*, como se todo o mundo não pronunciasse *igreja*, *idade*, *igual*, *lugar*. Com o mesmíssimo direito também se deveria reclamar a grafia *reinba*, *intrar*, *eo* etc. (lat: *regina*, *intrare*, *ego* etc.). Mas onde os históricos são verdadeiramente intransigentes é quando o som latino, em vez de transformar-se em outro, caiu completamente; e ainda assim essa exigência cinge-se, não se sabe por que, a certos casos especiais, como sejam: o emprego do *b* e das letras dobradas e *c* entre consoantes (*sancto*, *juncto* etc.).

Em duas palavras: a chamada ortografia histórica é na realidade mais fonética do que histórica e baseia-se nos seguintes princípios que só a boa vontade, sem grande esforço, harmoniza entre si: 1º) transigir com o uso geral, desde que este não vacile (*eu, abi*⁷⁸, *acompanhar* etc.); 2º) representar, as palavras foneticamente, isto é, segundo os sons atuais, e não segundo os sons que tiveram no latim (*escrever*, *bem*, *não*, *são* etc.); 3º) manter — só em certos casos especiais — as letras que se pronunciavam em latim, mas que hoje não soam (emprego do *b*, das letras dobradas etc.); 4º) optar pela grafia mais semelhante à do latim, quando o uso vacile entre dois ou três modos diferentes de escrever. É de preferência nesse último caso que a ortografia histórica faz valer os seus direitos; mas, se não obedecesse aos dois primeiros princípios, seria uma quimera.

Os que asseveram que é a ortografia fônica, uma utopia, não nos dizem até que ponto põem em dúvida a possibilidade da sua existência. Naturalmente, referem-se tanto ao *nec plus ultra* da grafia fônica, essa por assim dizer fotografia dos sons naturais, como também à mudança brusca do sistema tradicional, e por todos aceito, em um sistema completamente diferente. Fora destas condições, a asserção seria — permitam-me o termo — uma mentira; pelo menos, se a fôssemos aplicar a outras línguas, que não a portuguesa. O italiano e o espanhol inclinam-se incontestavelmente mais para a representação de acordo com os sons atuais e pouca importância dão à origem das palavras. O italiano, como é sabido, suprimiu o negregado *b* histórico; escreve as letras geminadas só quando de fato as pronuncia, do que resulta pôr-se muitas vezes em conflito com o latim

⁷⁶ N.O.: Hoje, *ponto* e *tísica*, respectivamente.

⁷⁷ N.A.: Não me responsabilizo pela latinidade da frase; apenas considero a origem das palavras isoladamente.

⁷⁸ N.O.: Atualmente, *ai*.

(comparemos *abbiamo*, *dubbio*, *brutto*, com as palavras clássicas *habemus*, *dubius*, *trutus*). Se essa tendência para a ortografia fônica é tão patente em línguas filhas do latim, é claro que semelhante sistema de representar os sons, desde que não seja levado ao exagero, não está no domínio do impossível. Além disso, que ortografia histórica pode possuir aquelas línguas que, por falta de documentos escritos suficientes, não têm consciência nítida do seu passado? Começemos pelo próprio latim. Qual é a língua-mãe por onde os escritores romanos se podiam ter guiado? Parece que, se afirmarmos que eles representavam os sons tais quais se pronunciavam no falar culto ou, por outra, que a ortografia latina é essencialmente fônica, não dizemos nada mais do que a pura verdade. O mesmo se pode afirmar do grego. E se as modernas línguas dos países latinos não têm notícias da língua-avó, as teutônicas e as eslavas nem sequer chegaram a conhecer bem a língua-mãe. Também, em lugar da representação histórica, adota cada qual um sistema seu, baseado numa convenção, e em geral com caráter muito fônico, exceção feita do inglês, para cuja grafia extravagante muito contribuíram o capricho e a ignorância dos primeiros copistas e tipógrafos.

O francês, idioma tão familiar a todo o homem de letras, não se pôde gabar de possuir uma ortografia muito histórica. Nos tempos de Rabelais talvez fizesse mais jus a esse título; de então para cá, seguindo a lei do progresso ortográfico que se tem observado em outras línguas cultas, e em virtude da qual a representação escrita das palavras se vai simplificando cada vez mais no sentido da pronúncia, a ortografia francesa tem suprimido muita bagagem inútil.

É verdade que, com grande gáudio dos etimologistas, o francês ainda está longe de abolir o *h* e as consoantes geminadas. Mas, ainda assim, o verbo *avoir* (do lat. *habere*) sem *h*, é um desmentido formal à genuína ortografia histórica. Por outro lado, qual é a etimologia que justifica a palavra *homme* com *m* geminado? E o que diremos nós de *imbécile* com um *l* e *imbécillité* com dois *l*? Um distinto professor de Paris uma vez me chamou a atenção para o fato com estas palavras: *voilà une imbécillité!*

A grafia do advérbio e pronome *y* (lat. *ibi*) se não se explica pela pronúncia, menos ainda se justifica pela origem. O plural em *aux* nada tem que ver com a origem. Semelhante grafia, hoje muito certa, é devida a um erro de copistas que confundiram uma forma particular do *s* final com a letra *x*. O que há de etimológico no substantivo apelativo *sceau* (lat. *sigillum*) e no seu homônimo, o nome próprio *Sceaux* (lat. *Cellæ*)?

A escrita atual dessas palavras não se explica nem pela etimologia, nem tampouco pela pronúncia. E, todavia, é certa, porque ortograficamente certo é tudo o que está de acordo com o uso estabelecido; e quem se afasta dele escreve errado. As regras estabelecidas por essa convenção tácita zombam da etimologia, como da pronúncia atual; mas modificam-se, no correr dos tempos, embora muito lentamente. Houve época em que a arte de escrever era privilégio de poucos; o escrever complicado, quer quanto ao estilo, quer quanto à representação gráfica, era prova de grande erudição; e, como um sábio sem latim era coisa inconcebível, entendeu a sabedoria humana dever evidenciar-se também, ao escrever obras em língua materna, pela imitação das palavras latinas. A feição dominante desse escrever difícil foi sempre a falta de coerência.

Mais tarde, o saber ler e escrever espalhou-se e tornou-se coisa mais vulgar; mas os que confiavam ao papel os seus pensamentos tomavam por modelo os escritos daqueles, por assim dizer, fundadores da ortografia nacional com todos os seus defeitos. Foram por sua vez imitadores. E aí está o que é o uso: a imitação geral de um sistema, irracional ou não, inventado por poucas pessoas ou talvez por uma só. Nesse trabalho de imitação ortográfica, não se cogita de saber se há disparates no sistema estabelecido. O inglês ainda hoje escreve *could* por uma falsa analogia de *should*; historicamente aquele *l* mudo em *could* é um absurdo. O francês mantém ainda o hábito de grafar *Sceaux*, *homme*, embora estas palavras sejam igualmente errôneas para o etimologista como para o fonetista.

Semelhantes fatos, conjuntamente com os que os etimologistas reputam racionais, são legados da era em que dominava a ortografia pedantesca. Mas com a mudança dos hábitos da sociedade que deixou a cabeleira empoada, o rabicho e tudo que é rococó, para afazer-se mais à simplicidade da natureza, sentiu-se evidentemente a necessidade de mudar o aspecto exterior das palavras, de complicado e forçado que era, para uma forma mais simples e mais natural. É por isso que todas as reformas que hoje se fazem em matéria ortográfica visam à abolição das letras inúteis e o emprego daquelas que representam sons atuais. O alemão, que no tempo de Lutero escrevia *unndt* em vez do atual *und*, *inn* por *in*, *auff* por *auf*, possui hoje uma das ortografias mais simples que existem. O francês aboliu o *s* mudo antes de consoante em muitas palavras. O próprio português assentou que se devia grafar *acompanhar* com um *c*, apesar do francês *accompagner* e do inglês *accompany*. Devemos convir que as reformas sensatas são muito mais difíceis, e por isso mais lentas, no hábito de escrever do que nos outros costumes sociais; os livros com ortografia nova não substituem imediatamente os que já existem escritos segundo o sistema antigo; e, havendo de fato dois sistemas diferentes, durante muito tempo o espírito de imitação se inclinará para o lado daquele a que está habituado. Em todo o caso, todas as reformas que se conseguem no sentido de simplificar o modo de escrever as palavras são conquistas do progresso, e qualquer tentativa no sentido oposto seria retrogradar. A língua portuguesa devia dar-se por bem feliz se algum dia lograsse ter um sistema de escrever as suas palavras tão cômodo e tão racional como o que possui a língua italiana. Júlio Ribeiro fez um esforço, felizmente infrutífero, para volver o nosso progresso ortográfico ao ponto em que poderia ter estado há muitos séculos, quando propôs escrever *kharakter*, *thio* e coisas semelhantes. Caiu no ridículo; e igual resultado teria colhido, se quisesse que nós passássemos a vestir-nos outra vez como se vestiam os homens das eras antiquíssimas.

Nós não devemos dar de mão às conquistas já alcançadas; o que cumpre é prosseguir sempre e procurar obter novas conquistas. E é nesse sentido que é preciso procurar fixar a escrita das palavras onde o uso vacila entre duas ou três formas diferentes. Deve-se optar sempre pelo modo mais simples, e assim escreveremos, por exemplo, *sala*, *mala* e não *salla*, *malla*. Quando a dúvida está entre uma forma que exprime a pronúncia corrente e outra que indica uma pronúncia passada, ou a etimologia, é sempre preferível a forma para nós mais fônica.

Assim, será correto escrever *idade, igreja, igual, lugar*, devendo rejeitar-se como pedantescas e retrógradas, as grafias *idade, egreja, equal, logar*.

Mais difícil de certo é estabelecer um preceito para o caso em que hesitamos entre duas formas igualmente simples e fônicas. Suponhamos as palavras em que aparece a sibilante sonora entre duas vogais. É sabido que em português empregamos para esse efeito ora a letra *s*, ora a letra *z*. Será *resar* ou *rezar*, *visinbo* ou *vizinho*? A dúvida não se limita a vocábulos isolados; estende-se à grande maioria das palavras em análogas condições. Examinemos, pois, a questão mais minuciosamente. A letra *z* ninguém dirá que vem do latim, porque os Romanos só a empregavam esporadicamente em alguns vocábulos que introduziam do grego ou do persa; em português ela usa-se, no entanto, com grande abundância em vocábulos de origem genuinamente latina. Creio que não exagero dizendo que é *uso geral* escrever com *z*: *fazer* (lat. *facere*), *jazer* (lat. *jacere*), *produzir* (lat. *producere*) e bem assim *conduzir*, *deduzir*, *induzir* etc.; *trazer* (lat. *trahere*); as palavras com a terminação — *eza* (lat. — *itia*), como *riqueza*, *pobreza*, *avareza* etc. Penso também que as pessoas ilustradas, seguindo A. Herculano e os bons dicionários, não hesitam em escrever com *z*: *prazer* (lat. *placere*), *prezar* (lat. *praetiare*), *prazo* (lat. *placitum*), *razão* (ratio), *amizade* (amicities), *dezembro* (december), *doze*, *dúzia* (duodecim). Nos vocábulos que nos vieram do árabe, o som em questão também é representado com *z*, nunca com *s*. Sirvam de exemplos *azougue*, *azeite*, *azeviche*, *azémola*, *azinhavre*, *azul*, *armazém*. Nesse caso, prevaleceu sem dúvida a “tendência geral” de grafar a sibilante branda com *z*; não se pode argumentar aí com a etimologia, porque o conhecimento das línguas semíticas, se não esteve sempre no domínio da ignorância dos eruditos, em todo o caso foi em todos os tempos muito escasso e não podia ser decisivo para a grafia com *z*. Acresce ainda que os Árabes não empregam os nossos símbolos na sua escrita.

Por outro lado, os eruditos exigem que se mantenha o *s* naqueles casos em que em latim se emprega essa letra: *caso* (lat. *casus*), *musa*, *tesouro* (lat. *thesaurus*), *posição* (lat. *positio*), e bem assim o sufixo — *oso* (lat. — *osus*), *formoso*, *generoso*, *piadoso* etc. Os vocábulos eruditos de origem helênica que vieram ao português através do latim com o emprego de *s* também se representam com *s*: *base*, *these*.

Os fatos mencionados levam-nos à conclusão de que para esse dualismo ortográfico de *s* e *z* — praticamente desnecessário, pois trata-se da representação de um som único — concorreram antes de tudo dois fatores: em primeiro lugar, a tendência geral, ou corrente popular, do emprego do *z*; em segundo lugar, a influência erudita, que, aceitando em princípio essa corrente popular, vem, todavia, reivindicar o uso do *s* naqueles vocábulos de origem latina que já na língua-mãe se escreviam com essa letra. Quem se der ao trabalho de estudar a ortografia das melhores edições de A. Herculano, feitas ainda em vida do autor, verá seguido à risca semelhante preceito. O notável escritor português escrevia com *z*: *vizinho* (*vicinus*), *rezar* (*recitare*), *prazer*, *razão*, *amizade* etc., porque a sibilante nesses vocábulos não provém de um *s* latino; mantinha escrupulosamente o *s* latino, ainda quando a palavra tinha sofrido a notável modificação da queda de certas consoantes, como em *paraíso* (*paradisus*), *peso* (*pensus*), *mesa* (*mensa*), *defesa* (*defensa*), *presa* (*prehensa*), *coser* (*consuere*; não confundir

com *cozer* — lat. coquere), despesa (dispensa), *tesoura* (tonsonria), *siso* (sensus). Mas não parava aí Herculano: ele levava o escrúpulo e, ao mesmo tempo, o exagero a ponto de manter a ortografia etimológica até mesmo no fim das palavras oxítonas e, assim, era forçado a afeiar a escrita com o emprego dos acentos. Nos seus livros encontra-se *assás* (lat. ad satis), *após* (ad post), *pôs* (posuit), *através* (ad transversum), *atrás* (ad trans), *cartaginês* (carthaginensis), *português*, *francês*, *inglês* e em geral em todas as palavras com o sufixo *ez* (ensis). Neste último caso o autor do *Eurico* devia ao menos submeter-se ao uso geral, que ainda hoje prevalece, do emprego do *z* final nas palavras oxítonas, exceção feita dos vocábulos, *mas*, *nós*, *vós*, *três*. Também o dicionário contemporâneo de Caldas Aulete, que nos outros pontos concorda com Herculano, afasta-se dele com muita razão nesse particular e escreve com *z*: *assaz*, *atrás*, *atravez*, *apoz*, *poz*, *portuguez* etc.^{79 80}

A ortografia usual é um fato complicado, produto de vários fatores; e, quando um escritor procura obedecer cegamente a um princípio de sua simpatia, corre o risco de tornar-se incoerente. Assim, não posso compreender por que razão Herculano admitia *civilisação*, *civilisar* com a letra *s*, quando etimologicamente só se poderiam encontrar argumentos em favor da grafia com *z*, dado que outras razões valiosas não houvesse em favor dessa letra. O sufixo *-isar* ou *-izar*, deve-o o português em última análise aos verbos gregos em — ἰζειν^{81 82}. O latim eclesiástico, ao qual se deve a introdução desse sufixo, com poucas modificações, pela Europa latina e daí para as línguas teutônicas, escrevia com *z*: *baptizare*. É possível que o notável escritor se tivesse deixado influenciar pela ortografia francesa *civiliser*, *civilisation* etc., sem reparar que nessa língua o uso de *s* entre vogais é simplesmente regra geral, com pouquíssimas exceções. Sou o primeiro a reconhecer que os livros franceses, os quais inquestionavelmente ocupam grande parte da estante de um homem de letras, tanto aqui como em Portugal, devem contribuir poderosamente para o falar e o escrever português. Lendo-se repetidas vezes uma mesma palavra francesa, a sua imagem fica gravada no espírito; e, quando queremos escrever o respectivo vocábulo na nossa língua, se este se parece com o francês e tem ortografia duvidosa, nós instintivamente resolvemos a questão imitando o francês. Nem eu encontro outra explicação para o modo geral de escrever certas palavras como *camisa* (francês *chemise*), *civilisação* (quantas vezes não lemos isto num jornal ou numa revista de Paris!), *alcasar*, e por outro lado a tendência de muitas pessoas para escrever *cosinha* (francês *cuisine*) em vez de *cozinha*; *visinbo* (voisin) por vizinho. Em *armasem* por *armazém* (origem árabe), a escrita com *s* é sugerida pelo termo francês *magasin*.

⁷⁹ N.A.: Quando o vocábulo sofre modificações tão profundas, o critério da etimologia — digamos a verdade — chega ao exagero. O próprio Herculano parece concordar com esta asserção, quando escreve *ponto* sem *c*. Demais, não é qualquer homem de letras, por muito distinto que seja, tão filólogo para saber de pronto que *presa* vem de *prehensa*, ou *coser* de *consuere* etc. A predileção que, para tais vocábulos, muitos manifestam pelo *z* tem, portanto, seu justo fundamento.

⁸⁰ N.O.: Interessante é observar que a tendência adotada por Herculano é a que rege a ortografia oficial hodiernamente.

⁸¹ N.A.: Nada tem a ver com o sufixo em questão as seis palavras seguintes, cuja ortografia com *s* é etimologicamente justificável: *alisar*, *avisar*, *frisar*, *divisar*, *pisar*, *precisar*.

⁸² N.O.: Do grego antigo, - ἰζειν.

Essa imitação do francês – e toda ortografia é uma questão de imitação – traz para o português uma vantagem e um inconveniente. Quando o *s* entre vogais em francês coincide com o nosso *s* erudito (proveniente do latim), a nossa ortografia toma um caráter de fixidez, como em *causa* (fr. *cause*, lat. *causa*), *uso* (fr. *use*, lat. *usus*); porém, quando o *s* francês vem lutar com o nosso *ç* popular, estabelece-se a indecisão, como sucede em *vizinho*, (*vicinus*) e *visinbo* (*voisin*); dúzia (*duodecim*) e *dusia* (*dousaine*); *prazer* (*placere*) e *praser* (*plaisir*).

Até agora creio ter encarado objetivamente a questão das letras *s* e *ç* entre vogais na língua portuguesa, sendo fatores dessa dupla forma gráfica para um som único: 1º) a *tendência geral* de representar uniformemente pela letra *ç* a sibilante sonora não só no princípio e no fim, mas também no meio dos vocábulos; 2º) a *influência erudita* que aceita esse princípio da uniformização, excetuando, porém, os vocábulos que em latim acusam um *s* medial; 3º) o *contágio do francês* ou a imitação pela leitura repetida dos vocábulos em idioma estrangeiro. Abstenho-me inteiramente de entrar na apreciação da questão do ponto de vista subjetivo e, se me perguntarem como se escreve tal palavra, nunca responderei, como em geral se faz: *eu* escrevo assim. Esse modo pessoal de resolver dúvidas, apresentando como modelo e como regra aquilo que pode ser um hábito, um capricho ou uma teimosia de minha parte, seria simplesmente ridículo; além de que, não é difícil apanhar em flagrante contradição os mais convictos de escrever com acerto os vocábulos de ortografia duvidosa.

A ortografia individual só é decisiva para os nomes próprios de pessoas, especialmente os sobrenomes, e só os respectivos donos podem fixar o modo de escrevê-los. *Cavalcanti* ou *Cavalcante*, *Bittencourt* ou *Bithencourt*, *Mattos* ou *Matos*, *Reys* ou *Reis*?

Para os nomes próprios de lugares também há às vezes indecisões ortográficas, quando justamente aí era muito para desejar que não existissem dúvidas. O problema em tais casos é, a meu ver, insolúvel, ao menos para os tempos mais próximos. Só depois que o uso geral se decidir por uma forma única é que a maneira de escrever ficará de vez estabelecida. Em tais casos todas as regras ortográficas falham. Não se pode apelar para a etimologia, porque as únicas línguas que para esse efeito podem entrar em linha de conta são o latim e, até certo ponto, o grego. Ora, nem de um nem de outro idioma provêm os nomes geográficos de escrita duvidosa; a origem é em geral bastante obscura. Certas designações de cidades, vilas, rios etc., do Brasil, que se filiam ao tupi, também nos deixam em eternos embaraços.

Para não ir muito longe, suponhamos a escrita do nome da capital do Rio de Janeiro: *Nictheroby*, *Nitheroiy*, *Niteroy*, *Niterohy* ou *Nicterohy*? Deve haver mais algumas formas para outros paladares; mas eu peço permissão para omiti-las. A explicação da origem do vocábulo, aliás bastante conhecida, nada adianta para a fixação da grafia, principiando pelo fato de que o tupi não era língua escrita. Ainda quando a chamada ortografia histórica quisesse estender o princípio etimológico aos idiomas sem literatura, seria preciso conhecer com todo o rigor científico a fonética desses idiomas, mas nunca se deixar a gente guiar pelas transcrições pouco consistentes de Montoya e outros. Ora, o estudo da fonética, da palavra falada, abstração feita das letras, é coisa muito difícil, até mesmo para o português.

Compreendo que na escrita de um nome geográfico com ortografia duvidosa lute com a tendência radical o espírito conservador. Esse conservatismo, porém, não pode absolutamente argumentar com a etimologia, e sim com a tradição, com o uso antigo – racional ou caprichoso, pouco importa – de escrever o vocábulo em questão. É neste terreno plausível que ultimamente apareceu colocada, por erudito investigador, a questão da palavra *Brazzil* ou *Brasil* de origem desconhecida.

Muito competente na matéria, o autor do artigo sustenta que o nome do nosso país se deve escrever com *s*, porque em documentos antigos assim o encontramos escrito. Esse argumento merece todo o respeito; porque, se a tradição não tivesse influência na ortografia dos nossos nomes próprios, ainda menos a deveria ter para as outras palavras e nós possuiríamos hoje um sistema ortográfico ao menos tão simples como o italiano. Todavia não há que negar que o uso geral às vezes, imitando pouco a pouco uma preferência, um capricho, um hábito de um ou de poucos indivíduos, rompe por fim com a tradição. E, se assim não fosse, não haveria modas novas. Um escritor – não sei se foi Varnhagen, se outro – começou a escrever sistematicamente *Brazzil* (com *z*); outros o imitaram; e o caso é que esta nova forma hoje é tão usada como a antiga ou talvez mais. Resta saber qual das duas acabará por prevalecer definitivamente sobre a outra. O futuro o dirá.

M. Said Ali

UMA NOTÍCIA SOBRE O ENSINO MODERNO POR M. SAID ALI – PREFÁCIO À *NOVA SELETA FRANCESA*, DE CARLOS KÜHN ⁸³

Desejoso de contribuir com os meus sinceros esforços, ainda que insignificantes, para a obra grandiosa da reforma do ensino secundário entre nós, reforma cuja necessidade todos sentem e cuja realização todos desejam ardentemente, creio que nem o magistério, nem o público em geral, me desaprovárá a ideia de tornar conhecidos uns poucos livros considerados na culta Europa, mormente na cultíssima Alemanha, como excelentes modelos didáticos. E, se há verdade que ninguém contestará, é que os nossos professores, querendo pôr em prática um programa sabiamente traçado, veem-se muitas vezes de mãos atadas ante a ausência do material adequado, ante a falta dos livros que concretizem o plano e deem vida e realidade ao ideal sublime.

Não quero fazer a apresentação da presente Seleta – conhecida e adotada em toda a Alemanha – sem primeiro mostrar qual seja o intuito do moderno ensino de uma língua estrangeira no curso de estudos secundários. O fim não é transmitir o conhecimento da gramática e da filologia; aquela só pode ser um instrumento, e esta não desce da esfera superior das lições de academia ou universidade. O que se quer é – como muito bem diz o notável reformador Findlay – mergulhar o espírito do jovem educando em uma atmosfera completamente nova; transplantá-lo mentalmente para o país onde se fala o novo idioma que está aprendendo; familiarizá-lo com o respectivo povo, seus costumes, sua história e sua geografia. O tesouro proveitoso que com o estudo de um idioma estrangeiro a inteligência do estudante deve adquirir é a intuição do que o respectivo país tem de mais adiantado e do modo como lá melhormente se sente e se pensa. Nem é por outra razão que no programa de curso secundário só podem entrar as línguas das nações mais cultas.

Não é difícil de ver qual seria o melhor meio para chegar ao desideratum⁸⁴; mas como, por motivos práticos, só em raríssimos casos se poderia pôr o espírito do estudante em contato direto com a atmosfera onde só se pensa e se fala em língua estrangeira, é preciso fazê-lo indiretamente através de um bom livro que seja como que um reflexo do país, com cujo povo, costumes e história o estudante deve travar conhecimento. É só depois de lançada essa sólida base que o jovem educando pode ler e compreender e tirar proveito dos autores mais antigos, conhecidos pelo nome de clássicos, cujas obras devem ser lidas por inteiro e não fragmentada ou

⁸³ N.O.: Texto originalmente publicado na edição brasileira feita por Said Ali da *Nova Seleta Francesa* de Carlos Kühn (1898). Essa obra é acompanhada de notas explicativas adaptadas ao português e precedida da notícia sobre o ensino moderno aqui reeditada. A presente transcrição foi realizada a partir da 4ª edição, de 1901, que, publicada no Rio de Janeiro pela Editora Laemmert & C. – Editores. Encontra-se disponível no acervo da Biblioteca do Livro Didático (BLD), da Universidade de São Paulo. A 20ª edição, de 1926, integra o acervo do Arquivos de Saberes Linguísticos e pode ser consultada em: <<https://bit.ly/3x8VGIj>>.

⁸⁴ N.O.: Do latim, desiderato.

truncadamente, como infelizmente se tem feito aqui no Brasil. *Shakespeare should come last, not first* – diz o Sr. Findlay. Do contrário, e se é do ponto de vista literário que se leem os clássicos, melhor fora lê-los em tradução.

Para o estudo do francês nenhum livro de texto existe até hoje publicado que melhor satisfaça, em todos os sentidos, aos requisitos da orientação moderna, do que a presente seleta do Sr. Kühn. Em todo o livro, desde a primeira até a última página não sei o que mais admiro: se o assombroso trabalho de dispor metodicamente tão avultada soma de conhecimentos sobre a França, se a rara habilidade de escolher só trechos em linguagem tão agradável que até para os adultos é um prazer lê-los. Nos assuntos de prosa encontramos uma infinidade de assuntos sobre a história e a geografia da França, a capital e as províncias; contos e anedotas, discursos de Thiers, Gambetta, e Passy, assuntos de moral, máximas e pensamentos, provérbios, enigmas e charadas; seguem-se modelos de cartas, fórmulas para terminá-las, endereços, modelos de telegramas. Na segunda parte (Poesias), encontra o leitor as mais mimosas poesias de La Fontaine, Racine, Florian, Chateaubriand, André Chenier, Béranger, Lamartine, Victor Hugo, Delavigne, Th. Gautier, Mme. Tastu, Sully Prudhomme, Grenier, Musset, François Coppée, Richepin, Nadaud, Lemoine e outros.

Após esta apresentação, demos a palavra ao autor, conhecido e respeitado em toda a Alemanha como um dos propugnadores do ensino moderno de línguas, aos quais se deve o acharem-se hoje as novas luzes derramadas pela Europa inteira:

O ensino de francês não se deve limitar ao estudo da língua tão somente; deve ir mais longe: transmitir também à mocidade o conhecimento da França e dos seus habitantes. Se a aquisição desse conhecimento for confiada à leitura de obras completas, o resultado, no caso mais propício, será cheio de lacunas. Desaparece, porém, esse inconveniente, quando o discípulo tem por companheira inseparável uma seleta que ao mesmo tempo sirva para apresentar-lhe os diversos estilos modelos excelentes. Aí vai ele encontrar, já quanto à forma, já quanto ao fundo, aquilo que na leitura de obras de fôlego tão facilmente lhe escapa e se perde.

A primeira parte do presente livro fornece, para o ensino de história geral, o complemento que com razão exige o novo programa de ensino na Prússia, a segunda parte apresenta uma imagem da moderna França, consoante cabe dentro dos limites de um livro escolar. Para que o texto pudesse ter forma apropriada a torná-lo atraente e interessante aos jovens discípulos, a ponto de estimulá-los a lerem espontaneamente, incluíram-se no volume descrições com forma narrativa, assim como narrações que caracterizam o país e os seus habitantes. O material de leitura, não sendo em geral muito difícil, pode servir de base para numerosos exercícios orais e escritos; além disso, dá natural origem a muitíssimos temas para trabalhos de composição livre, que não raro procuramos inutilmente na leitura de obras completas. As duas partes principais constituem um todo bem distinto. A seção *Poésies*, em geral disposta cronologicamente, contém matéria variada em tanta abundância, que bem pode dispensar o uso de uma coleção especial de poesias.

Sobre a escolha e elaboração do texto, o autor exprime-se assim:

A escolha foi feita escrupulosamente, atendendo ao que pudesse ser proveitoso às nossas classes e baseando-se no princípio de que aos discípulos não se deve dar uma multidão de trechos de leitura sem conexão de sentido entre si, mas sim fornecer um todo concatenado e o mais harmônico possível. Artigos – em parte dos tempos mais recentes – extraídos de livros, jornais e revistas foram cuidadosamente escolhidos, muitas vezes reduzidos e convenientemente dispostos; não raro mais de um autor forneceu o seu quinhão para um só capítulo: tudo isto foi de tal modo feito, que quase sempre é o autor quem tem a palavra, posto que algumas vezes fosse necessário completar o texto.

Uma grande porção de trechos foi tirada do livro de Manuel e Alvarès *La France*. Vários diálogos, bem como o trecho *Dans les Montagnes du Velay*, foram especialmente escritos para esta Seleta. Na confecção do livro não me faltaram conselhos e auxílios de pessoas muito competentes. Devo principalmente a Madame la Vicomtesse du Peloux, presidente do Institut protecteur de Paris, a fineza de haver-me auxiliado e aconselhado incansavelmente; incumbiu-se de, em colaboração com Monsieur Hervieu em Cambremer, fazer a penosa revisão do texto. O Sr. Dr. Flaschel em Briez indicou-me vários textos. Penhoraram-me também com seus bons serviços os Srs. Reitor Dörr em Solingen, o Diretor Walter em Bockenheim e o Diretor Wychgram em Leipzig; o Sr. Collega Weber auxiliou-me na correção das provas. A todos o meu sincero agradecimento.

Assim se exprimia o Sr. Kühn no prefácio da primeira edição (1894). O serviço que acabava de prestar ao seu país não podia ser maior. Os entendidos na matéria teceram os maiores elogios ao livro – e isto é muito significativo na Alemanha, onde sempre a muita competência em matéria de crítica se acha aliada à mais escrupulosa sinceridade. Em uma revista sobre a educação ginásial *Blätter für Bayrisches Gymnasialwesen*, por exemplo, o Sr. Bruno Herlet de Bamberg (Baviera) refere-se nestes termos ao trabalho do Sr. Kühn:

Bem poucos são os livros destinados ao ensino escolar cuja leitura me tenha deixado uma impressão tão satisfatória como este. Tem o grande mérito de haver sido feito de acordo com as necessidades do ensino, com um conhecimento pouco comum da matéria e com um trabalho admirável, e a todos os respeitos pode-se dizer que esta obra é um modelo. A tese sustentada pelo autor de que “o ensino de francês deve também facultar à mocidade o conhecimento da França e seus habitantes” é, a meu ver, uma tese a que nenhum homem ilustrado negará a sua aprovação. Maiores aplausos ainda se prodigalizarão ao modo pelo qual essa tese foi posta em prática no próprio livro. À primeira vista poderia o caráter dos trechos escolhidos parecer demasiado sério, como se não despertasse nos estudantes suficientemente o prazer pela leitura. Mas não é esta a verdade. Ao contrário. Tanta coisa interessante, tanta coisa atraente oferece o livro, que – digamo-lo francamente – até mesmo as pessoas adultas leem de boa vontade o livro, e com o sentimento da maior satisfação o tornam a fechar

O livro acha-se hoje adotado não somente em todo o vasto Império Alemão, mas também na Áustria, na Suíça, na Holanda e na Suécia. A segunda edição (1896), pela qual foi feita a presente adaptação portuguesa, sofreu pequenas modificações para melhor, sendo o texto novamente submetido à revisão de uma autoridade, Monsieur Eug. Gaufinez de Paris, leitor (Lektor) da universidade de Bonn. Além disso, foi aumentado o número das ilustrações, que ora se eleva a 35, além dos mapas e vista de Paris que se acham no fim do volume; tudo para facilitar ainda mais a compreensão do texto e a aquisição do conhecimento da França com os seus habitantes, quer na história, quer na atualidade.

M. Said Ali

PREFÁCIO DE *O ESTUDANTE DE INGLÊS*, DE EMILIO HAUSKNECHT ⁸⁵

A todos os que, com sinceridade, desejam que alguma coisa proveitosa se faça para o ensino no nosso país, tomo a liberdade de apresentar, adaptado hoje ao português, um livro extraordinário de que há dois anos dei conhecimento ao Governo da República em relatório apresentado em desempenho de honrosa comissão na Europa. Sirvam-lhe de prefácio as minhas palavras de então.

Após tantas provas da incontestável superioridade do método moderno no ensino das línguas estrangeiras, devem fatalmente ir aparecendo livros de merecimento que possam servir para os discípulos e ao mesmo tempo fornecer aos professores o material próprio para ser elaborado nas classes.

Entre as tentativas, até agora, feitas a fim de realizar esse *desideratum*, cabe o lugar de honra a uma obra que, publicada recentemente em Berlim (1894), logrou logo ser aprovada pelo ministério da instrução para ser adotada na Prússia. Refiro-me ao *English Student* pelo professor Hausknecht, de Berlim. Não foi só da parte do Governo que vieram os aplausos a tão notável empreendimento. Os reformadores do ensino, que em certas particularidades discordam entre si e vários pontos ainda condenam dos programas oficiais, foram unânimes em dispensar os mais altos elogios ao livro do distinto professor.

Martin Hartmann, o já citado propugnador do ensino pela intuição, dedicou ao *English Student* um longo artigo na conhecida revista “Anglia”, do qual podemos extrair os seguintes tópicos:

Se quisermos pôr diante dos olhos de alguém um exemplo palpável dos enormes progressos que a metodologia do ensino de línguas estrangeiras tem feito nestes últimos tempos, não poderemos talvez escolher coisa melhor do que o *English Student* de Hausknecht. O que constitui principalmente a originalidade desse livro é a fusão do material de linguagem e de leitura com o ensino das coisas próprias da Inglaterra (*englische Realien*); e o autor executou semelhante obra com uma admirável habilidade pedagógica, como ainda ninguém até agora conseguiu, ou sequer imaginou fazer.

Após uma breve introdução muito prática, que torna conhecidos os elementos da pronúncia e do estudo das formas, o estudante é colocado de súbito no caudal da linguagem viva, onde se vê forçado a nadar. Baseia-se o estudo num material de linguagem muito bem ideado pelo autor e que sem questão nenhuma desperta vivamente o interesse dos discípulos. Trata-se de dois ginastas⁸⁶ ingleses de Godalming: Robert Saunders e Timothy Vaughan. Na primeira

⁸⁵ N.O.: Texto originalmente publicado na versão brasileira traduzida e editada por Said Ali de *The English Student*, do professor Dr. Emilio Hausknecht. Esta transcrição do prefácio escrito por M. Said Ali foi realizada a partir da 1ª edição publicada em 1898, no Rio de Janeiro, pela Editora Laemmert & C. — Editores. Encontra-se disponível para consulta na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo.

⁸⁶ N. O.: No original, comparece *gymnasiastas*. A forma correspondente *ginasiasta*, porém, não foi encontrada em dicionários etimológicos e contemporâneos ou mesmo nos vocabulários ortográficos oficiais.

parte do livro, o material de linguagem é constituído por diálogos entre os dois ginastas, de tal sorte que o estudante, analogamente ao processo pelo qual aprendeu o idioma materno, se torna familiarizado antes de tudo com a linguagem usual e genuinamente idiomática. A significação dos vocábulos encontra-se, com transcrição fonética, em um vocabulário que serve de apêndice ao livro, mas vem encadernado em separado⁸⁷. Os diálogos de princípio ao fim foram compostos com muita habilidade e numa forma muito natural e animada e às vezes com certo humor. A cada diálogo se segue uma *Narrative*, que é destinada principalmente a exercícios orais e pode nesse sentido prestar valiosos serviços. Ela contém mudanças e ampliações do assunto tratado nos diálogos, sem que para tal fim se empregue material linguisticamente novo. Achando-se por semelhantes meios eficazmente preparado o conhecimento gramatical, cada lição oferece depois um breve resumo sistemático do material gramatical, ao qual se prende ainda com o título de *Exercise* uma série de pequenos trabalhos. A segunda parte contém trechos de leitura *Compositions*, destinados a alargar e aprofundar os conhecimentos do estudante sobre a Inglaterra e os demais países onde domina a língua inglesa. Ao lado dessas *Compositions* existem ainda outros exercícios. Primeiro: *Conversations*, isto é, grupos de perguntas que se referem a princípio ao assunto de leitura, tomando, porém, depois a forma cada vez mais livre e estendendo-se a outros assuntos, de sorte que se vai desenvolvendo metodicamente a faculdade de falar do estudante; além disso, existem ainda trechos de exercícios para traduzir para o inglês. Aí nota-se igualmente a mesma escrupulosa gradação do fácil para o difícil que se observa em toda a disposição do livro: a princípio transformações muito fáceis do material inglês já elaborado, elevam-se pouco a pouco a trechos mais desembaraçados, nos quais o autor teve sempre em vista a aquisição de uma linguagem inglesa realmente idiomática. Esses exercícios têm ainda a vantagem de serem dispostos de tal maneira, que cada trecho serve de aplicação a uma parte especial da gramática. A *gramática* sistemática ocupa 80 páginas e está escrita em linguagem precisa e clara. Os exemplos são tirados dos trechos de leitura.

O *English Student* de Hausknecht constitui, portanto, desde o começo até o fim uma obra bem ideada, notável pela sua unidade, e significa um progresso considerável sobre todos os trabalhos do mesmo gênero até agora publicados. O professor que adota esse livro dá uma prova cabal de que está resolvido a introduzir energeticamente os seus discípulos no idioma vivo e ao mesmo tempo no conhecimento da nação e costumes ingleses. Para se atingir esse resultado não existe atualmente, e provavelmente não aparecerá tão cedo, melhor guia do que o *English Student* de Hausknecht.

Não menos favorável do que a opinião de Hartmann é o artigo de Klinghardt, publicado em um número da revista *Die neueren Sprachen*. Classifica o livro como fazendo parte do que há de melhor na rica literatura reformadora destes últimos anos. Acha excelente a escolha dos textos e admirável a sua utilização para a

⁸⁷ N.A.: Por motivos de ordem técnica não se pôde aqui fazer o mesmo. O vocabulário, embora com paginação especial, vem encadernado juntamente com o “English Student”.

assimilação do idioma. “Os diálogos transpiram uma frescura e naturalidade tais, que qualquer pessoa, mesmo sem ser estudante, os relê com satisfação, e deve ser uma verdadeira delícia tê-los como base de ensino.” As *Narratives* são consideradas pelo atual professor de Rendsburgo como uma produção de merecimento muito grande.

O célebre professor Wendt, de Hamburgo, faz na citada revista *Anglia* igualmente as mais lisonjeiras referências em um artigo sobre o *English Student*. Qualifica-o de livro excelente (*ein vortreffliches Buch!*): “A gramática, que abrange 80 páginas, é uma obra modelo pelas suas regras concisas e exatas, pela rigorosa distinção entre aquilo que o uso aceita como correto e aquilo que é censurável.”

O professor Mangold, na revista *Englische Studien*, exprime-se assim sobre o *English Student*:

Este livro é, a meu ver, o melhor no gênero. Não de passar-se decênios sem que seja excedido. Há três trimestres o emprego eu no Ginásio e posso afirmar: tenho colhido resultados admiráveis. Desde que o uso, o ensino adquiriu uma vida outrora desconhecida; tudo se torna agora intuitivo, apazível e animado. A gramática é concisa e obra modelo. Eu posso dizer por experiência que o livro de Hausknecht é uma obra didática verdadeiramente ideal, com cujo auxílio tanto o professor como os discípulos trabalham de todo o coração.

Creio que não preciso acrescentar nada mais ao juízo de autoridades tão eminentes. O que eu próprio observei na Alemanha em institutos onde se ensina pelo *English Student* confirma plenamente as opiniões que acabo de citar. Que pelo livro de Hausknecht se estuda com satisfação e muito resultado, provaram-me os alunos de uma *Realschule* de Berlim que contavam 14 meses de ensino. Quem como eu tiver assistido a essa classe, não sairá bem com a impressão de ter visitado uma classe; parecer-lhe-á antes ter ouvido uma conferência sobre um capítulo do livro feita por Ingleses, ou por moços que pelo menos viveram na Inglaterra, e presidida pelo professor.

Em conclusão, o livro foi publicado há pouco tempo e já está adotado em grande número de estabelecimentos. Ao achar-me na Alemanha, soube de 49 instituições de ensino secundário onde se ensinava por ele. Esse número agora deve ser muito maior, à vista da rápida aceitação que o *English Student* vai tendo dia a dia. Se o espaço me o permitisse, eu citaria não somente ginásios reais e escolas reais da Prússia, mais ainda instituições de outras partes, onde já o adotam, e que se acham em Leipzig, Stuttgart, Pforzheim, Lubeck, Zurique, Viena etc. Também me comunicaram que já se achava adotado na República do Chile.

M. Said Ali

1906

O INFINITIVO PESSOAL^{88 89}

No infinitivo flexionado, possuímos nós uma forma extremamente curiosa, estranha às línguas irmãs, como a quaisquer outras fora do domínio românico, e cuja origem não podemos tão pouco filiar diretamente ao latim.

Tem-se figurado, é certo, mais de uma hipótese para explicar o aparecimento dessa forma, privativa à língua portuguesa. Nenhuma hipótese, porém, esclarece, por meio de fatos documentados, a obscura transição de uma forma qualquer para a do infinito flexionado.

Tudo quanto de positivo se sabe é que esse infinitivo se encontra nos mais antigos monumentos da língua portuguesa, parecendo ter nascido com o próprio idioma. E o que mais surpreende é que, apesar do íntimo parentesco do português com o castelhano, não haja, neste, vestígios do infinitivo pessoal; apesar do contato da nossa literatura com o castelhano e, mais tarde, com o francês e outros idiomas, nenhuma língua, absolutamente nenhuma, influenciasse o português no sentido de restringir-lhe de alguma forma o uso do infinitivo flexionado.

Ao contrário. Essa forma resistiu a todas as influências estranhas desde que apareceu, e o seu uso, quando muito, tem-se ampliado nos nossos escritores modernos.

Vem a propósito mencionar um fato muito significativo, observado por Frederico Diez. Houve, como se sabe, um tempo em Portugal, em que os poetas escreviam as suas obras parte em português e parte em espanhol, língua que lhes era bastante familiar. Pois bem; todos eles, excetuando unicamente Camões, cometeram o erro de empregar o infinito flexionado em espanhol, como se também o castelhano conhecesse semelhante forma.

Daí não se deve, entretanto, concluir que na mencionada época, ou em outra qualquer, estivesse tão desenvolvido o uso do infinito pessoal no seio da nossa língua a ponto de já não discernirem os escritores os casos que exigem rigorosamente a forma sem flexão daqueles em que podiam socorrer-se da forma flexionada. Que essa conclusão seria muito errônea, provam-no à saciedade os fatos da linguagem, segundo vamos ver.

Antes de tudo, importa mostrar que o infinitivo pessoal é realmente coisa antiquíssima em português.

As crônicas e memórias de Santa Cruz de Coimbra, transcritas na magistral publicação *Portugal: Monumenta Histórica*, fornece-nos exemplos como estes: *E o prior dom Jobam pos homens pera a defensarem; e deu pera*

⁸⁸ N.O.: Transcrição realizada a partir da primeira parte do artigo “O Infinitivo Pessoal”, publicado na revista *Século XX: Revista de Letras, Artes e Ciências*, n. 9 de jun. de 1906, p. 16-20. Disponível em: <<https://bit.ly/4bAbJ0P>>.

⁸⁹ N.O.: “O Infinitivo Pessoal” é um dos capítulos de *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908). Sua inclusão nesta publicação se deveu ao fato de os artigos publicados em 1906 apresentarem algumas diferenças em relação ao capítulo do livro.

*comprarem em bens de raiz oytenta mil dinheiros douro*⁹⁰. Numerosos exemplos encontramos no *Livro de Linhagens*; bastará, porém, citarmos as palavras com que essa obra começa: *Por saberem os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem vem... e por saberem como som parentes, fazemos escrever este liuro*. No *foral de Lisboa* (1179), lemos: *E a uos meus homens e vassalos e criados pera a morardes por deryto derdamento vola dey*.

Também nos Cancioneiros vamos encontrar não poucas vezes o infinitivo com flexão. Lembrarei apenas estas passagens: *E creede que averei prazer de me matardes* (Canc. D. Din. 587); *se eu prazer vos caesse de quererdes prender doo de min* (Canc. Aj. 3).

Para provar a antiguidade da forma flexionada não carecemos de aduzir mais argumentos. Importa, todavia, observar que muitos outros casos se nos deparam nos antigos textos, uns análogos aos exemplos que acabamos de ver, outros lançando luz sobre dúvidas suscitadas ultimamente.

Essas dúvidas se suscitaram e nunca foram satisfatoriamente resolvidas pela facilidade com que um critério cômodo, sem dúvida, mas não derivado da observação escrupulosa dos fatos, conseguiu insinuar-se e dominar no espírito dos gramáticos pouco dados a investigações.

O critério não é de ontem, e ninguém trepida em mencionar Soares Barbosa como autor responsável; mas, ao mesmo tempo que atiram a um canto e entregam às traças todo o resto da *Gramática Filosófica* desse autor, por inconciliável com as nossas ideias de hoje, julgam uma irreverência entregar ao mesmo destino as páginas com as regras sobre o infinito⁹¹.

Entretanto, basta ler com um pouco de atenção logo a primeira das regras para nos convenceremos de que também aí se reflete a filosofia especulativa, segundo a qual se acha concebido todo o livro.

Quando Soares Barbosa estatue que, para se usar o infinito impessoal, é preciso que ele tenha o *mesmo* sujeito que o verbo da oração regente e exemplifica com: *eu quero fazer, tu quiseste fazer, nós queremos fazer*, e nada mais, há realmente uma coisa que deve assombrar ao filósofo desprevenido de hoje, ao gramático analista moderno. Desde quando a frase *eu quero fazer* comporta dois sujeitos, um para cada verbo? Desde quando há aí duas orações, uma regente, outra regida?

Esse disparatado modo de dizer as coisas e, por outro lado, a contradição frequente entre as regras de Soares Barbosa e a lição dos escritores – contradição que, aliás, ele próprio mais de uma vez reconheceu – dão-nos sobejos motivos para desconfiar da consistência da doutrina formulada na velha *Gramática Filosófica*.

Ainda mais: a infalibilidade que alguns sem mais exame pretenderam atribuir ao autor só na parte relativa ao infinitivo, ficará seriamente comprometida se averiguarmos que Soares Barbosa foi não somente o primeiro a formular as regras, mas também o primeiro a violá-las.

⁹⁰ N.O.: Neste texto e na sua continuação, optou-se por transcrever os exemplos conforme comparecem no original por representarem fase muito antiga da língua e, por isso, de complexa adequação ao português brasileiro contemporâneo.

⁹¹ N.O.: Mesmo que infinitivo.

Deixo, porém, esse assunto por ora de parte, para me ocupar da questão do emprego do infinitivo estudada diretamente nos textos da língua.

As minhas pesquisas levaram-me a distinguir, antes de tudo, dois casos ou, se quiserem, duas séries de casos: 1º) o infinitivo liga-se a um verbo de significação incompleta, formando, por assim dizer, com ele um todo predicativo; 2º) o infinitivo tem ou admite um sujeito seu, pouco importando que este seja igual ou não ao de outro verbo.

Exige o estudo minucioso da segunda hipótese, por ser um tanto complicada, bastante atenção da parte do leitor, e, para compreender devidamente os resultados a que ele nos conduz, é mister possuímos previamente sobre os casos incluídos na primeira das hipóteses noções bem definidas.

Nenhuma dúvida, pois, podemos ter sobre o método aqui a seguir.

Quando dizemos que o infinitivo ocorre, no discurso, unido a certos verbos sem existência própria, acodem logo à nossa mente os verbos classificados por gramáticos notáveis (Whitney, Vernalecken e outros) como auxiliares modais. Exercem essa função em português os verbos *poder, saber* (significando “ter aptidão” cf. ing. *can*), *dever, ter de, querer*. Compêndios nossos são obscuros sobre a matéria, mas é bom lembrar que, quando um verbo, como os auxiliares modais, rege habitualmente outro verbo⁹², não devemos identificá-lo com os chamados transitivos, que se constroem com substantivos ou pronomes.

Quanto à forma infinitiva a usar, ocioso será dizer que *poder, querer, dever* etc. reclamam o infinitivo impessoal. *Devemos dizer* (e não *devemos dizermos*) é a linguagem usual e correta. Assim se escreve hoje e assim se escreveu sempre.

Mas não é só a auxiliares modais que se liga o infinitivo; ele também se emprega com os auxiliares causativos (denominação de acordo com Whitney e outros), que em português são representados pelos verbos *fazer, mandar, deixar*, sendo o primeiro o auxiliar causativo por excelência, enquanto os dois últimos encerram ainda uma ideia secundária. Em outras línguas, encontramos exemplos de verbos causativos formados sinteticamente, em vez dos auxiliares. Assim do latim *cado, cair*, se formou *caedo*, cuja significação primitiva era “fazer cair”. Do mesmo modo o inglês *to fall* deu o derivado *to fell*, e os verbos *to sit, to lie*, deram respectivamente os derivados causativos *to set* e *to lay*, que a princípio significaram respectivamente *fazer ficar sentado* e *fazer ficar deitado*.

Esse confronto não só justifica o chamarmos auxiliares causativos aos supracitados verbos portugueses, desde que o seu sentido se complete com outro verbo, mas ainda dá-nos a chave de um enigma sintático que recebemos já do português antigo. Refiro-me ao uso do dativo pelo acusativo, tão frequente junto ao verbo *fazer*: *faço-lhes creer mentira* (Canc. do Aj. 48); ... *lhes fez o sem perder* (ib. 109); ... *lhes quero fazer veer* (ib. 156); ao lado de: *a melho'-los fez ensandecer* (ib. 109). Admitir, em tais exemplos, o pronome dativo como sujeito do segundo

⁹² N.A.: Às vezes omitimos o verbo principal. Assim *ele quer dinheiro* equivale a *ele quer haver (ou possuir) dinheiro; quero isto pronto – quero ver isto pronto*.

verbo equivaleria a admitir a construção do dativo pelo acusativo com infinito, isto é, uma particularidade sintática que a gramática histórica não poderá explicar cabalmente. Compreenderemos, entretanto, o caso oblíquo em questão se o considerarmos *objeto* do segundo verbo, e interpretando o pensamento “*fez-lhes perder sentido*” deste modo: “*fez perder*”, isto é, “causou a perda do sentido a eles.”

Considerada em si, esta digressão pelo terreno teórico pouco nos pode interessar; não obstante, ela é de algum valor para o nosso estudo, pois que deixa entrever uma regra que a investigação dos fatos vem efetivamente confirmar, e vem a ser: os auxiliares causativos *fazer*, *mandar*, *deixar*, pedem o infinitivo impessoal.

É verdade que a doutrina de Soares Barbosa ensina a gente a dizer: *não nos deixeis cairmos* (em vez de *cair*) *em tentação*, *faço-te estudares* e outras belezas do mesmo jaez. Por mais que me esforçasse, não consegui averiguar a legitimidade de semelhante linguagem. No *Cancioneiro de D. Diniz*, lemos: *contra elas que faz viver tal vida* (2599); e, no *Cancioneiro da Ajuda*, onde é usado com grande frequência, o auxiliar causativo *fazer*, vem única e exclusivamente completado com o infinitivo impessoal. Do mesmo modo na obra *Portugaliae Monumenta Historica* vêm os auxiliares com o mesmo infinitivo impessoal: *nos faram vencer* (I Script. 186); *mandou alcarac Reis e Infantes e outros altos homees acometer os christãos* (ib., 156); *fez vir a seu conselho todas aquellas nações dos christãos* (ib. 482) etc.

Prima igualmente pela ausência de flexão o infinitivo dependente de *fazer* na belíssima linguagem dos *Lusíadas*: *a muitos fez perder a vida e a terra* (III, 23); *os deuses faz descer ao vil terreno, e os humanos subir ao céu sereno* (IX, 20) (e bem assim as passagens em V. 67; VII, 11; VII, 61; VIII, 98; X, 6; X, 50; X, 142).

Além dos auxiliares causativos, há ainda uma série de verbos que desempenham uma função especial, para cujo estudo não se tem dirigido a atenção dos gramáticos como seria para desejar. É sabido que a gramática divide os tempos do verbo em presente, passado e futuro em relação ao momento em que se fala. Ora, é muito natural que procuremos determinar, precisar melhor o momento de uma ação. Temos, é verdade, os advérbios; mas possuímos, por outro lado, também certos verbos para o mesmo efeito. Tomemos para exemplo o verbo *escrever*. Além do pensamento *eu escrevo*, em que exprimimos a noção do presente vagamente, há ainda: *eu estou a escrever* (=escrevo neste momento); *costumo escrever* (=escrevo usualmente); *começo a escrever*; *continuo a escrever*; *acabo de escrever*; *cesso de escrever*; *vou escrever* etc. etc. É fora de dúvida que a ideia predominante, e, portanto, o verbo principal, é *escrever*, enquanto *estar a*, *começar a* etc., que por si só nada valem, servem para indicar uma noção subsidiária (verbos auxiliares) de momento inicial ou começo, duração, repetição, continuação, terminação etc. do ato de escrever.

Com a introdução do elemento psicológico no estudo das formas analíticas e aproximando mais do terreno semântico o árido estudo gramatical, afasto-me sem dúvida dos formalistas que até agora têm concebido a classificação dos verbos quase que exclusivamente à luz das formas sintéticas latinas. Esses classificadores não compreenderiam a existência de verbos incoativos, frequentativos ou iterativos, se a língua latina não existisse.

Do ponto de vista que mais aceitável me parece, os aludidos verbos portugueses não passam de auxiliares, a que, por precisarem melhor o tempo da ação, poderemos chamar *acurativos*, para os distinguir dos causativos e modais.

Ora, esses auxiliares acurativos têm em comum com os auxiliares modais e causativos o seguinte:

- 1º) Ligam-se a um infinitivo, que psicologicamente é o verbo principal;
- 2º) O sujeito da oração é indicado pela desinência desses auxiliares, ao passo que o verbo principal que os acompanha é uma forma nominal, de todo em todo *desprovida* de sujeito;
- 3º) Esse verbo principal junto aos ditos auxiliares é expresso pelo infinitivo *sem flexão* ou impessoal.

Há ainda alguns verbos, como *ousar, desejar, gostar de, vir* etc., que, sendo completados por outro verbo, não admitem a existência de um sujeito nesse novo verbo e, portanto, só se empregam com o infinitivo impessoal. Não os podemos, entretanto, acomodar em nenhum dos três grupos de auxiliares; mas isto é de somenos importância para a conclusão a que até agora temos chegado e que vem a ser: infinitivo sem sujeito é o mesmo que infinitivo sem flexão.

Se esse resultado exprime ou não um princípio geral, verdadeiro, é o que nos há de dizer o estudo do infinitivo livre dos verbos de função auxiliar, modais, causativos, acurativos ou outros.

Antes, porém, de examinarmos a nova face da questão, cumpre notar que tenho por escusado aduzir exemplos com relação aos auxiliares *acabar de, estar a, continuar a* etc., por me parecer que o leitor não pode ter dúvida sobre se reclamam ou não o infinitivo impessoal. São casos corriqueiros de que se topam exemplos, a cada passo, na leitura de qualquer livro.

Apesar disso, sou forçado a chamar a atenção para um equívoco de que foi vítima Silva Tullio. Diz esse autor que os escritores usam com o verbo *começar* indiferentemente o infinitivo com ou sem flexão. Não há tal. Silva Tullio confunde talvez um exemplo esporádico com a generalidade dos casos. Vieira, Bernardes, Castilho lhe teriam fornecido, se os estudasse melhor, cabedal bastante para corrigir o engano.

Em Camões, encontraria só infinitivo impessoal com o verbo *começar* (Lus. I, 15; V, 25; V, 35; V, 61; VI, 37, IX, 68; IX, 72.). Do mesmo modo em Bernardim Ribeiro; e, em uma só obra de Zurara (crônica de D. Pedro de Menezes), enxergaria 202 exemplos de *começar* com infinitivo impessoal, faltando os casos de infinitivo flexionado.

M. Said Ali
(Continua.)

O INFINITIVO PESSOAL (CONCLUSÃO)⁹³

Despeado dos verbos de função auxiliar, o infinitivo não é necessariamente uma palavra livre de dependência. Há mais verbos que o podem governar, assim como pode vir regido – importa assinalar esse fato – de um substantivo ou de um adjetivo.

Mas, ou seja, dependente ou não, é fora de dúvida que o infinitivo português, sem os auxiliares, tem *aptidão* para um sujeito, aptidão essa que cumpre não identificar com a noção de sujeito necessário, quase sempre sugerida pelas formas finitas. Exemplos de infinitivo com sujeito: *Ca a Deos prazia de elle ser regedor desta terra* (F. Lopes, Chr. D. J. I, I, cap. 25); *não é tempo de me vós denegardes uma mercê* (Zur. Chr. D. P. Men 475); *antes de as cousas terem ser, já estão julgadas* (Vieira, Serm. 2^a dom. adv.); *não era boa invenção a de os homens verem os corações* (Vieira, ib.).

Dessa situação especial do nosso infinitivo deve resultar um fato muito simples: é observar-se a lei da concordância sempre que lhe dermos um sujeito no caso nominativo e, portanto, tão regular como o sujeito de outras formas verbais.

Parece isto intuitivo e admira, realmente, que os gramáticos se tenham descuidado da própria gramática ao ocuparem-se do infinitivo pessoal e impessoal. Um preconceito os faz desgarrar. A influência funesta de Jerônimo Soares os faz pensar em sujeito diferente do de outro verbo, ou não, como se ao infinitivo sem a tutela de tal verbo falecesse o direito de existir; mas não reparam que, cerceando-se pelo infinitivo a lei da concordância verbal (em número e pessoa com o nominativo sujeito), a mesma concordância deixa de ser lei.

Aprovam, com efeito, todos a flexão em *não te admires de serem eles os preferidos*. Onde fica, porém, o bom senso, a boa linguagem, a boa gramática, para nos julgarmos desobrigados de dizer, analogamente, *não te admires de seres tu preferido*? Ou porventura *não te admires de ser tu* é português mais castiço?

Nos *Lusíadas* há aquele vigoroso *não te espantes de Baco nos teus reinos receberes*. Mal sabia, porém, Camões que lhe haviam de colaborar no pensamento alguns séculos mais tarde e propor esta corrigenda: *não te espantes de Baco nos teus reinos receber*. Como se fosse Baco, e não Netuno, o sujeito; como se o deus do vinho tivesse ido dar alguma recepção no reino d'água!

Nem sempre é conspícuo o sujeito, e é aí que bate o ponto. Ele pode existir; mas raras vezes teremos de o nomear, se for representável pelo nominativo de um pronome pessoal. Contentamo-nos quase sempre com a flexão do verbo sem mais nada.

⁹³ N.O.: Transcrição realizada a partir da segunda parte do artigo “O Infinitivo Pessoal”, publicado na revista *Século XX: Revista de Letras, Artes e Ciências*, n. 10 de jul. de 1906, p. 16-22. Disponível em: <<https://bit.ly/3yrPziy>>.

Ora, sendo assim, temos de apurar de outro modo as condições em que o sentido vago da forma nominal passa a ser limitado e referido particularmente a certo agente, resultando daí a concordância do verbo com esse agente.

A necessidade de clareza é sem dúvida o caso que primeiro se nos apresenta. Torna-se obrigatória a individuação naquelas construções onde o ato ou fato, vagamente expresso pelo infinitivo, poderia referir-se à pessoa ou coisa diversa da que temos em mente. Um exemplo frisante é o já citado *não te espantes de Baco nos teus reinos receberes*.

Não tem conto os exemplos desse gênero, e, às vezes, o realce parece determinado simplesmente por achar-se o verbo perto de um nome a que não se refere. Essa aplicação da lei do contraste torna claríssimo o pensamento, poupando esforço ao leitor. Casos em que o relevo do sujeito é indispensável ou conveniente: *Poede en uosos corações de busardes o que busaron aqueles donde viides* (L. de Linh. 186); *e creede que averei prazer de me matardes* (Canc. D. Din. 587); *deixas criar ás portas o inimigo, por ires buscar outro de tão longe* (Cam. Lus. IV, 101); *pedem as figuras alfinetes para toucarem um Escudeiro*, (Cam. El-rei Seleuco); *o mensageiro co'a embaixada alegre se partia para a frota... Enchem-se os peitos todos de alegria por terem o remedio verdadeiro* (i. e. têm o remédio os Portugueses, não o mensageiro) (Cam. Lus. II, 89); *dirão que... nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tirardes a vida e nos sepultardes* (o autor põe em relevo que é Deus, e não o deserto, quem tira a vida e sepulta) (Vieira, Serm. arm. de Port.); *és nascido para nos alegrares* (dif. de “para nos alegrarmos”) *e espojares com riso* (Bern. Fl. I, 51); *veja agora que era um insensato, quando imaginara que valia a pena de sacrificares* (i. e. tu e não eu) *alguma cousa ao teu e ao meu futuro; que valia a pena de não pouparem um esforço...* (Herc. Monge I, 284).

É fácil ver quanto lucra a clareza com a particularização do sujeito e conseqüente concordância do infinitivo. Basta uma simples experiência: ler os trechos supracitados, suprimindo a flexão nos infinitivos.

Do realce destinado a evitar o sentido ambíguo, ou facilitar a compreensão, para o realce por ênfase há apenas um passo. Presta-se, com relação ao sujeito, o infinitivo flexionado para nos deixar, por assim dizer, ver os contornos e o desenho da imagem; mas presta-se igualmente para dar colorido e vigor à imagem já desenhada.

Esta dupla propriedade de nossa forma nominal compreenderam-na os escritores portugueses desde os tempos mais remotos da língua até a atualidade; e, socorrendo-se do infinitivo enfático ou retórico, obtiveram, em muitas ocasiões, efeitos surpreendentes de energia, concisão e beleza de linguagem.

Já no muito prosaico *Livro de Linbagens* encontramos, em uma exclamação, ao lado de um infinitivo não flexionado (*manteer*, talvez por *poderem manteer*) um outro claramente personalizado (*averem*): “...*quatro mil caualeiros manteer lide a tantos e tam boos como os meus eram! En acabamento per hum paao auerem de uencer!*” (p. 189).

Em *Azurara*, destaca-se, entre numerosos exemplos, esta súplica tocante, realçada pelo infinitivo enfático: *Som pobre e jaço neste cativeiro e nom ey remedio algum, se te prouvesse pelo amor de Deus e do nosso santo Profeta pedires lá por essas aldêas pera me tirares d'aquí, averás grande mercê*.

Camões, para representar vigorosamente um esforço quase sobre-humano, o domínio sobre sentimentos naturais, impossível, talvez, em outros que não os valorosos Lusitanos, põe em relevo a pessoa em cada um dos atos neste trecho magistral: *Nós outros, sem a vista alevantarmos nem a mãe, nem a esposa, neste estado, por nos não maguarmos ou mudarmos do proposito firme começado, determinei de assi nos embarcarmos sem o despedimento costumado* (Lus. IV, 93).

E, se o Gama, entre gente remota, mostra quanto valem os Portugueses, esses mesmos homens, por outro lado, sabem ser modestos, humildes e obedientes em presença de seu rei: *Só para fazer versos deleitosos servimos* (Lus. X, 82); *por vos servir a tudo aparelhados* (ib. X, 148); *sem dar resposta prontos e contentes* (cf. o contraste: *como estais sem irdes a pregar a santa fé?*) (ib. X, 119). Demos aos verbos aqui a desinência pessoal, e a modéstia se converterá em petulância e enfatuação.

Tem-se dito que os poetas empregam, por vezes, uma ou outra forma do infinitivo conforme as necessidades do verso. Não discuto se há poesias feitas com recursos de segunda ordem. Mas as aparências iludem, e nos *Lusíadas* não vejo exemplo de infinitivo flexionado, i. e. de realce de pessoa, quando essa pessoa, por um motivo qualquer, inteligível pelo contexto, tenha de ficar em segundo plano.

A explicação cediça, e sobremodo cômoda, deu-a também o Sr. Cândido Figueiredo, relativamente a certo exemplo de Castilho. Ora, como encontramos neste escritor ainda um número sofrível de iguais ou, talvez, piores “tolices” (é a expressão do Sr. C. F.), ficamos sabendo mais esta novidade: que o tradutor de Virgílio e Ovídio, além da falta de originalidade, possuía o defeito de suar em bica para acertar seus versos.

O Sr. Cândido Figueiredo não é filólogo; escreve por palpíte, e não lê autores. Manuseasse as obras de Castilho e teria buscado outra explicação, acomodável também a exemplos elaborados em muito boa prosa: *Haviam de subtrahir ao monumento sem o enfraquecerem* (Tart. prefácio XIX); *pena tivemos nós, confessamo-lo, de não havermos podido chrismar* (ib. pref. X); *Valerio e Marianna ficam algum tempo de mãos dadas sem se olharem* (ib. p. 74); *que se devem ausentar para não tolherem a confidencia* (Misanthr. 100); *D. Rosalia e Frederico apartam-se para um canto da sala a conversarem animadamente, mas sem serem ouvidos do espectador* (ib. 74).

O que aí há são casos de infinitivo flexionado, uns empregados por ênfase, e outros por simples clareza do sentido.

Entre os modernos, é talvez Herculano quem melhor conhece os segredos do infinitivo enfático. Em suas obras existem passagens sublimes, onde a eliminação da desinência pessoal do verbo seria o mesmo que inutilizar uma tela de valor: *Morreres?! Oh não! Salvaste Hermengarda do opróbrío* (Eur. 289); (e com o pronome claro para reforçar) *Tu, Hermengarda, recordares-te?!* (ib. 46); *perdoe-te o céu o haveres-me obrigado a sacrificar aos pés desse orgulho o sentimento de amor* (ib. 283); *matei-te como um cão, sem sacramentos, sem um instante para implorares a misericórdia de Deus* (Monge II, 324); *infiel, grande era o preço que davas por uma filha da serva raça dos godos: guarda-o para o empregares melhor: para comprares as livres e nobres donzelas do teu país* (Eur. 201); *devem buscar-se, unificar-se, completar-se, até irem* (ênfase), *depois da morte, formar... uma só existência* (ib. 281).

No emprego do infinitivo enfático, como na ênfase em geral, há que levar em conta a intenção, o elemento subjetivo, e neste ponto o gramático, não podendo colaborar no pensamento do autor, fica impossibilitado de decretar leis.

Já houve quem tentasse fazer uma lista de verbos que pediriam, uns o infinitivo impessoal, outros o pessoal. Por minha parte tenho colecionado, nesse sentido, um material bastante vasto; mas confrontando entre si os casos análogos, obtive este resultado: fazendo abstração do infinitivo dependente de verbo com função auxiliar, não descobri nem verbo, nem substantivo, nem adjetivo que possuísse o privilégio de impedir o emprego do infinitivo enfático. E o que é condenável não é a ênfase em si, mas o abuso, o pôr em relevo a pessoa, tratando-se de um fato secundário, ou quando a relação entre a pessoa e o verbo é banal e óbvia ao leitor.

A necessidade da clareza (não a ênfase) faz o infinitivo flexionado invadir, às vezes, um território onde, em princípio, lhe é defeso entrar. Absolutamente descabido junto de um verbo de função auxiliar, quando esse verbo se ache imediatamente antes (ou depois), o infinitivo flexionado tolera-se, todavia, se, pela interposição de dizeres mais ou menos extensos, ficar o verbo principal um tanto longe do seu auxiliar.

Tal é o caso se, por exemplo, um mesmo auxiliar tiver de servir, sem ser novamente mencionado, para dois ou mais verbos principais, seguidos dos respectivos complementos. O último infinitivo terá flexão. Escasseiam os exemplos na linguagem concisa e elegante (não os encontramos nos *Lusíadas* nem nos *Cancioneiros*), enquanto se nos deparam mais a miúdo nos períodos e orações complexas e alentadas de certos prosadores.

Castilho Antonio escreveu: *Deviam-no trazer todos vocês nas palmas das mãos, dar mil graças aos céus, e acabarem de crer* (Tart. 11).

Em Herculano se lê: *Mas a selva já começa a rarear, e os ginetes a resfolegarem com mais violência* (Eur. 227). E nos períodos estirados de Zurara há vários exemplos como este: *E aaquelles que ali nom vierom podeis-lhes notificar vossa tençom, pedindo-lhes conselho e ajuda... e des y ordenardes per bom espaço como la vades com entençom de morrer ou vencer*. Chr. D. P. Men. 482.

Nessa crônica de D. Pedro de Menezes, cujos exemplos examinei, observa-se um fato filológico interessante. É que há aí um número respeitável dessas passagens de longo fôlego, com frases campanudas e infinitivos arrojados, mas (excetuando-se talvez dois casos) somente quando o autor procura reproduzir o falar bravo e rude de certos personagens. Se é o próprio cronista quem fala, vê-se que ele acha a linguagem literária digna de ser mais cuidada e polida.

Nada custa, de fato, evitar semelhantes construções e, com elas, a flexão da forma nominal; e, se não quisermos modificar muito a redação do pensamento, bastará repetir o verbo auxiliar (que também poderá ser substituído por palavra de sentido equivalente), sendo então obrigatória a eliminação da desinência pessoal do infinitivo.

Vem aqui a propósito lançar um pouco a vista sobre o estranho argumento de que se utiliza o autor da mais extravagante teoria que já se inventou sobre o infinito pessoal. Pretende o Sr. Rui Barbosa que, no português antigo, a forma nominal flexionada se usava sem discernimento, ainda quando se tratasse de infinito próximo de seu auxiliar modal. É inexato. Não há nenhuma prova disso, absolutamente nenhuma. Nem a exhibe quem tal afirma, nem a poderia exhibir; mas, entre citações numerosas e alheias ao caso, encrava o Sr. Rui Barbosa um exemplo, diante do qual o leitor é forçado a estacar um momento: *não podem serem em um acordo* Azurara, Chr. de D. João I, cap. 5.

Ora, uma andorinha não faz verão, e aquele solitário exemplo, a ser verdadeiro, não é o bastante para servir de base a uma doutrina nova e original. Mas o citador faz cabedal do seu achado, e a ele torna mais de uma vez, avivando-nos por esse modo a atenção. É caso de confrontarmos a cópia com o original a ver se, pelo menos, o contexto nos explica a esquisitice: *não podem serem*.

Não é, porém, exatamente isso o que está na primeira (e única, diz Inocêncio) edição da *Crônica delrey D. Joam I*, 3ª parte composta por Gomez Eannes d'Azurara, Lisboa, 1644. Leio aí no cap. 5 bem nitidamente: *ca Elrey he em mui piquena idade, por cuja rezaõ todo seu Reyno se rege por tutores, os quaes continuamente nam podem ser em hum acordo*.

Logo, na citação *não podem serem*, por *não podem ser*, o que parece haver é simplesmente um pequenino enxerto moderno. Que o cronista não tinha o hábito de maltratar a língua vê-se ainda no próprio capítulo 5, onde, além do citado exemplo, de infinitivo impessoal com o verbo *poder*, se encontram ainda os seguintes: *já agora os nossos mercatores poderam ir seguramente por toda Hespanha; de que nos poderam trazer muitas nobres cousas; correm as nouas polas cidades e villas as quaes continuamente não podem ser alegres; para que possamos cobrar saluaçam para nossas almas; com que poderão fazer grande empecimento a seus imigos*.

O Sr. Rui Barbosa diagnosticou algures amaurose em quem não alcança a clareza de certas argumentações. De que moléstia de olhos, cruel e atroz, não deverá então sofrer aquele que não consegue enxergar essa enxurrada de exemplos em um capítulo de 4 páginas de texto impresso em letras garrafais!

De um exemplo relativo ao auxiliar *soer*, *soem ellas fazerem-se*, encontrável em Bernardim Ribeiro, que mais poderemos dizer, pois outros exemplos nos falecem, senão que o aparecimento de uma única ave de arribação nada exprime? Mormente quando, longe de ser prenúncio de estio, parece, antes, o primeiro sintoma de outono de uma vida literária a intrincada contextura do período em que o caso se nos depara.⁹⁴

E não seria mais avisado, antes de aventurar qualquer conclusão, atentar também nos demais casos em que o mesmo autor emprega o verbo *soer*?

⁹⁴ N.A.: O período é este: *Nas maguas que as lagrimas tem feitas no vosso rosto (que para esse efeito parece que não foi dado) entendo eu quam dada deveis ser aos cuidados, que não soem ellas fazerem-se de balde* (Men. e moça cap. III). Elas quem? mágoas ou lágrimas? Pelo sentido parece mágoas, mas a redação não é boa.

Ao lado daquele duvidoso e único *ellas soem fazerem-se* não haviam de ficar mal os corretíssimos exemplos de *soer* com infinitivo impessoal: *sobiamos a passar* (Men. e moça p. 20); *sobiam fazer* (ib. p. 24); *sobiam gentes andar nelles* (ib. p. 36); *soem trazer* (ib. p. 89); *soem ellas às vezes vir* (ib. p. 105); *soem levar* (Eglog. p. 297); *sobieis de pascer* (ib. p. 301); *soem os tristes pastores... desabafar* (ib. p. 312); *não sobias assim ser* (ib. p. 336).

Nem aproveitam à sintaxe histórica dois exemplos, um inexistente, o outro inconsistente, nem é justo já agora preconizar regras de que a prática dos escritores zomba a valer. Sem contar que o dilema (ou sujeito diverso, ou sujeito igual) deixa ficar sem resposta os casos em que o infinitivo se acha independente de outro verbo, é interessante ver como Soares Barbosa na prática é o primeiro a mostrar-nos o bom caminho: *Todas as gramáticas... têm em comum de serem uns sistemas analógicos* (Soares Barb. Gram. Fil. XI); *assim as palavras, para representarem estas relações mútuas, tomavam ou diferentes formas ou diferentes proposições* (ib. VIII); *são determinados a fazerem a segunda pessoa* (ib. 148); *estas expressões, além de serem impróprias, são de natureza ambíguas* (ib. 161).

E, assim, muitos outros ainda se poderiam mencionar, provando a contradição que mais forte do que o preceito fantasioso, arbitrário, é sempre o sentimento da linguagem.

Podem existir anomalias; podem ocorrer, de longe em longe, irregularidades e exageros neste como em outros fatos linguísticos; mas o sentimento de linguagem é comum aos escritores, e o critério que para o emprego das duas formas infinitivas tem presidido desde os mais antigos tempos da língua até os mais modernos, reduz-se em substância ao seguinte:

Infinitivo SEM FLEXÃO:

1º) sempre que o verbo indicar a ação em geral, como se fora um nome abstrato, ou quando não se cogita da pessoa, ex.: *estudar* (=o estudo) aproveita. É o caso mais comum.

2º) nas linguagens compostas e perifrásticas, sendo apenas lícita a flexão no caso de vir o infinitivo afastado de seu auxiliar a ponto de tornar-se obscuro o sentido se esse auxiliar não for lembrado novamente pela flexão.

Infinitivo FLEXIONADO:

1º) sempre que o infinitivo estiver acompanhado de um nominativo sujeito, nome ou pronome (quer igual ao de outro verbo, quer diferente). Como nas formas finitas, pode o sujeito pronome deixar de vir expresso por se achar suficientemente revelado na flexão do verbo.

2º) sempre que se tornar necessário destacar o agente e referir a ação especialmente a um sujeito, seja para evitar confusão, seja para tornar mais claro o pensamento. O infinitivo concordará com o sujeito que temos em mente.

3º) quando o autor intencionalmente põe em relevo a pessoa a que o verbo se refere.

Por outros termos, determinam o uso do infinito flexionado: a presença do nominativo sujeito e, portanto, a *simples concordância* obrigatória; o *realce necessário* do sujeito para facilitar a compreensão (inf. de clareza) e, finalmente, o *realce intencional* para pôr em relevo a pessoa de quem se trata (inf. enfático).

Se o sujeito do infinitivo for um nome ou pronome em caso oblíquo e, portanto, simultaneamente objeto de outro verbo, a lei da concordância obrigatória não o atinge. A flexão em tal caso só será empregada por motivo de realce.

Esse princípio – verdadeira lacuna nos compêndios gramaticais – encontro eu confirmado no *Canc. da Aj.:* *Vej'eu as gentes andar* (e não *andarem*) *revolvendo... os corações* (435), e bem assim o infinitivo sem flexão em todos os mais exemplos (160, 352, 358, 398, etc.) desse cancionero e do de D. Diniz (861, 1310, 2242 etc.). Zurara (chr. de D. P. Men.) contribuiu-me com 51 casos de *ver* + inf. impessoal e um único de infinitivo flexionado. Em Bernardim Ribeiro, há 10 casos sem flexão e 3 de flexão. Nos *Lusíadas*, ocorrem 5 exemplos de *ver* + inf. pessoal, mas, por outro lado, existem aí 12 exemplos de caso contrário (*vi tantos vir daquelles cães* (V, 35); *verão morrer... os filhos...; verão os cafres... tirar...* (V. 47; cf. ainda V, 18; VI, 60; X, 23; X, 36; X, 102 etc.)

Largo uso do realce, ao lado da forma mais simples, faz Herculano com os verbos *ver* e *sentir*. *Sentiu... lágrimas... traspasarem-lhe* (M. I, 18) – mas: *sentia-os parar* (ib. 266).

Com o verbo *ouvir* só tenho colhido casos de infinitivo sem flexão; mas os exemplos rareiam, é possível que os haja também com o infinitivo flexionado.

M. Said Ali

1911

QUESTÕES DE PORTUGUÊS⁹⁵ ⁹⁶

O *Problema da Colocação de Pronomes*, assim se intitula um livro de cerca de 400 páginas, publicado em 1909, em Lisboa, e que o autor, o Sr. Cândido de Figueiredo, recomenda como suplemento às gramáticas portuguesas. É título convidativo e toda a obra que trate de semelhante assunto desperta sempre interesse.

O saber colocar bem os pronomes ainda continua a ser aspiração suprema de muitos dos que precisam de exprimir-se em nossa língua ou procurar defeitos na linguagem dos outros.

Folheando-se o livro do Sr. Cândido de Figueiredo, salta aos olhos a coleção de exemplos com que encheu bom número de páginas; e, como o exemplo convence mais do que a simples regra, esta parte do livro tem o seu lado simpático, ao menos para os que não examinam os textos. O valor desse trabalho colecionador acha-se, todavia, grandemente diminuído pela falta de tino e paciência para perscrutar devidamente os textos apurados e as condições em que aparecem.

A exemplo de certos colecionadores de curiosidades, que muito se preocupam com o enriquecimento de seus museus, mas pouco entendem do valor histórico ou artístico de cada um dos objetos, o autor de *O Problema* deixa-se deslumbrar em demasia pela materialíssima questão de número. Soma promiscuamente textos lusitanos e brasileiros, seiscentistas e modernos, e, obtida assim qualquer maioria em favor de certa colocação de pronome, passa a considerar a minoria como construção anormal.

Vemos, por esta forma, a linguagem de Alencar ao lado da de Bernardes e, ao ouvirmos proferir os dois nomes de um só fôlego, sentimos como que um inusitado cheiro de incenso em torno do nosso estimado escritor. Nem por isso se nos oblitera da memória que foi justamente a linguagem do nosso Alencar que deu origem à longa disputa sobre colocação de pronomes.

Para que simular desconhecimento quanto à profunda divergência entre o lusitano e o brasileiro? Referindo-me a Gonçalves Dias, demonstrei (*Dif. da Língua Port.*, p. 56) que o nosso poeta, apesar de ter estudado em Coimbra, não perdeu o seu brasileiroismo, nem mesmo nas admiráveis *Sextilhas de Frei Antão*. O Sr. Cândido de Figueiredo, que confessa haver lido o meu trabalho, ignora, não sei com que interesse, a incontestável argumentação, e afirma, sem hesitar, que em Gonçalves Dias só se enxergam exemplos impecáveis e à portuguesa. Menciona alguns que lhe servem, mas passa em silêncio outros, que não lhe convêm.

⁹⁵ N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista Americana*, n° 1, p. 175-189, em 1911. Disponível em: <<https://bit.ly/44WRKqB>>.

⁹⁶ N.O.: A primeira parte deste artigo foi reeditada por Evanildo Bechara na primeira e na segunda edição de *Investigações filológicas*, publicadas, respectivamente, em 1975 e 1976. Somente a partir da terceira edição, de 2006, a segunda parte do artigo passou também a compor a obra. Por se tratar de uma reedição com pouca circulação, se comparada às duas primeiras, optamos por trazer as duas partes do texto na íntegra novamente aqui. É possível também encontrar duas das edições de *Investigações Filológicas* no acervo do projeto “Arquivos de Saberes Linguísticos”. Disponível em: <<https://bit.ly/3R3zCWq>> (2ª edição) e <<https://bit.ly/3R1FP52>> (3ª edição).

Certamente, não é preciso “o telescópio de Herschel para se descobrir e deduzir” qualquer regra de colocação, quando se adota processo tão simples e tão cômodo para descobri-la e deduzi-la.

Como José de Alencar e Gonçalves Dias, há outros escritores entre nós, desses a que o autor de *O Problema* qualifica, e com razão, de primaciais. Alguns chegam a oferecer legiões de textos contrários à construção lusitana. O Sr. Cândido de Figueiredo foge de consignar esse fato, refere-se, quando muito, a um ou outro caso de “anormalidade” e forceja por colocar em evidência que os mesmos autores *também* empregaram a construção normal.

Esse argumento me parece especioso, precário e incompleto. Em primeiro lugar, nunca, jamais se sustentou que escritor algum brasileiro usasse sempre, sistematicamente, construção oposta à dos portugueses. Em segundo lugar, para se compreender e admitir o argumento, seria preciso mostrar, por sua vez, que *também* os bons autores portugueses usaram frequentemente e usam a construção anormal nossa. Enquanto, porém, não se conseguir – e não se conseguirá – apontar textos lusitanos rigorosamente paralelos a – *se fujo, se mostro-me inconstante; da morte me queixo, que vejo e não vê-me; que, sendo-nos vizinho, não acudia-nos* – exemplos que o autor de *O Problema* deverá conhecer – entendo que o estudo dos textos brasileiros há de constituir um trabalho à parte. Trata-se de um fenômeno linguístico novo, estranho a Portugal, não de uso exclusivo nem isolado, mas de ocorrência muito comum entre nós.

Façamos conta que, no livro *O Problema*, não existam textos de Alencar nem referências a outros escritores nossos. Ainda assim, está longe de ser impecável o método posto em prática em toda a obra. Com o plano adotado, a princípio, o autor assumiu uma responsabilidade grande. Tentou acumular material para um vasto edifício, mas cedo esmoreceu, deixando a outros o cuidado de prosseguir a empresa. Noto-lhe principalmente essa grave deficiência quando se contenta com qualificar de anormais ou excepcionais casos tão numerosos que, parece, estão a sorrir-se das regras estatuídas. Menos avultadas que fossem as exceções, não se haviam de despachar com um superficialíssimo golpe de vista.

Muitas vezes, é certo, nada há que dizer contra os textos colecionados, porque vêm apenas corroborar princípios de colocação já apurados por investigadores que se ocuparam do assunto muito antes do Sr. Cândido de Figueiredo. Quando, porém, o autor aplica os seus textos a regras conhecidas, mas contestadas, ou se abalança a formular doutrina nova, observa-se logo que os prós e os contras não foram meditados longamente, maduramente, e é então que as anormalidades surgem abundantes e sem explicação.

Demoremo-nos um pouco a examinar a interpretação dada aos termos *atração, atrair*, com que, bem ou mal, se designa o fato de se deslocar o pronome complemento para antes do verbo. Supunha-se até agora que certos vocábulos produziram ou pela sua categoria gramatical, ou pelo modo de os pronunciar, ou por uma intenção qualquer, esse curioso deslocamento do pronome. Segundo o Sr. Cândido de Figueiredo, essas razões não bastam para explicar o fenômeno.

Imagina que várias palavras, em virtude de sua significação, se identificam com a matéria e a força no sentido físico, e assim obrigariam o minúsculo pronome complemento a procurar a sua vizinhança.

O autor está convencido da existência dessa atração especial, pois que a define em termos bem claros:

Há vocábulos e locuções, que têm alguma coisa de privilégio e que *por sua natureza*, como diriam velhos rétores, atraem os pronomes pessoais atônicos. Estão neste caso *Deus, Jesus, Senhor, Cristo, Nossa Senhora*, mormente em proposições optativas. Exerce a mesma atração, especialmente em linguagem culta ou enfática, o nome de pessoas ou coisas, que anda ligado a grandes personalidades históricas ou lendárias, a ideias sobrenaturais, aos grandes mistérios da natureza.

Há, aí, uma observação, mas uma só, indiscutivelmente justa. Nas orações optativas com sujeito claro, o pronome, por via de regra, vem próximo do sujeito. É determinada essa colocação pelo modo peculiar com que as proposições optativas se proferem. Mas nenhuma influência exerce nem poderia exercer a ideia encerrada no vocábulo sujeito. Quer se relacione com o que vai lá pelos vastos intermúndios, quer se refira ao que há de mais prosaico e humilde cá na terra, de qualquer maneira, desde que a proposição é optativa, o sujeito terá o pronome junto de si.

Nas orações não optativas, é impossível provar que haja nomes privilegiados, por sua significação ou natureza, para atrair pronomes pessoais átonos. O autor de *O Problema* atribui tal virtude magnífica, v. g.⁹⁷ aos vocábulos *Deus* e *Cristo*; mas seria porventura incorreto isto do padre Vieira: *Cristo sentia-se do cuidado que mostrava Pedro?*, ou teria errado o autor do *Eurico* e do *Monge de Cister*⁹⁸ ao escrever: *Deus chamou-o para si; Deus amaldiçoou-me; o Salvador abre-te os braços?*

Dos nomes de personalidades históricas ou lendárias se desprende igualmente, na opinião do Sr. Cândido de Figueiredo, esse mesmo fluido magnético, a que pronomes enclíticos são incapazes de resistir. Quer isso dizer que temos o Vieira novamente a cochilar: *Isaac oferecia-se a ficar sem vida*. Ou não estará, “neste exemplo, o nome de uma pessoa ligado a um grande mistério da natureza”?

O derradeiro dos parágrafos supracitados do livro *O Problema* deixa-nos, com todo o seu misticismo, sérias dúvidas. Despido de sua nebulosidade, apresenta, me parece, entre outras, esta face interpretativa: nome de indivíduo notável atrai pronome átono.

Sendo assim, nosso espírito será levado a completar o pensamento: nome de indivíduo vulgar repele o mesmo pronome átono.

Teses desse gênero não se demonstram nem se defendem. A série de exemplos apensa à afirmação do autor do livro prova coisa muito diversa. Não é por uma força imanente, por uma virtude ou natureza especial

⁹⁷ N. O.: Abreviatura do latim *verbi gratia*, traduzido contemporaneamente como *por exemplo*.

⁹⁸ N.O.: Faz-se referência aqui ao escritor português Alexandre Herculano (1810-1877).

do sujeito que nos exemplos aduzidos os vocábulos *coração, paz, cão, mulher, soldados, entendimento, viga, afrontas* reclamam a próclise pronominal. Nem *Saul* é mais potente do que *Isaac*, nem tão pouco influi *Lamentor* mais do que *Pedro* sobre os pronomes, e nada nos obriga a distinguir: *Lamentor se apeou* ou *me enganou* e *Pedro enganou-me* ou *apeou-se*.

Se melhor refletisse, havia de chegar o autor a uma conclusão diferente, porém verdadeira: todos os substantivos, todos sem exceção, podem atrair os pronomes átonos. E estudando as condições da próclise, veria que ela depende de uma causa extrínseca e ocasional. Nos casos de ênfase, nos casos em que, para o escritor, o sujeito representa a ideia dominante da oração, nesses casos, não havendo pausa entre sujeito e predicado, dá-se relevo à tonalidade do substantivo, pospondo-lhe um vocábulo átono. Como as formas oblíquas dos pronomes pessoais permitem essa construção, aí temos a razão da próclise, descoberta sem necessidade de mistérios.

Quando, porém, consideramos ideia dominante a da predicação, é o verbo⁹⁹ que requer o pronome após si; e o mesmo sujeito, o mesmo nome, o mesmo vocábulo, que em certa proposição parecia atrair fortemente como um imã, já agora passa a exercer a ação exatamente contrária; ou, antes, a ação desse vocábulo é perfeitamente nula.

Tão correto é o exemplo de Bernardes – *Saudades do meu Jesus me penalizam*, como o é este outro de Herculano: *Uma saudade indizível atraía-me para o mar*. Creio também que ninguém porá em dúvida a correção de linguagem neste trecho do *Eurico*: *Por algum tempo os dois exércitos conservaram-se em distância um do outro*. Entretanto, a julgar por dois exemplos citados pelo Sr. Cândido de Figueiredo, os substantivos que soam belicosamente deveriam padecer do furor da atração.

O autor do livro *O Problema* tem o sestro de atirar para o monturo das anomalias tudo o que não se acomoda às suas afirmações. Nunca nos instrui sobre o como e o porquê do aparecimento dessas anomalias. Uma informação clara e precisa, uma linha de demarcação por onde se pudesse saber quais os nomes que não puxam e quais os que arrancam o pronome átono do lugar que lhe competia depois do verbo, é coisa que não se encontra em parte nenhuma do livro. Os exemplos apresentados nada esclarecem; embaraçam, antes, o leitor. Cães, vigas, florestas, Lamentores, mulheres e pecados... não há meio de nos capacitarmos da sua influência sobre a colocação dos pronomes. Só por inadvertência teriam vindo figurar na lista dos argumentos.

*
* *

⁹⁹ N.A.: Suponho aqui a oração na ordem direta. O objeto, como parte do predicado, e o adjunto predicativo, quando colocados no começo, podem por sua vez requerer a próclise.

Outra observação viciosa é a que se refere aos numerais. Supõe o autor do nosso livro que eles atraem normalmente os pronomes átonos. Não poucos exemplos parecem favoráveis à regra formulada; mas, como surgissem três outros a contradizê-la, não houve dúvida em os classificar de “algumas, poucas, formas anormais, que deixam prevalecer a regra”.

A linguagem lacônica e categórica com que os três casos são deitados à margem dá a entender que nem valia a pena de citá-los. Não passam, ao que parece, de três incorreções ou lapsos respigados, sabe Deus com que dificuldade, em três bons escritores.

Ora, é perfeitamente inexato o que pensa o autor de *O Problema*. Deitou-o a perder ainda desta vez a preocupação de descobrir nos vocábulos certa força misteriosa. É o inconveniente de tomar muito ao pé da letra o sentido das metáforas, e o Sr. Cândido de Figueiredo leva à quinta essência, como sabemos, a acepção literal disso a que, convencionalmente e por comodidade, se chamou a atração dos pronomes átonos.

No tentame de organizar uma lista de tudo quanto possuísse a aptidão de chamar a si as formas pronominais oblíquas, o autor concentrou as suas vistas no primeiro termo, ou melhor, nas primeiras palavras da oração, anteriores ao verbo, e esqueceu-se justamente do próprio verbo, o qual no fim de contas é, ao menos na linguagem hodierna, elemento tão formidável que não deixa o pronome afastar-se para longe, quer na ênclise, quer na próclise.

É certo que, achando-se no primeiro termo um numeral, tem cabimento, em muitas proposições, a próclise; mas não são nem erros, nem anomalias, nem raridades as passagens em que bons escritores se serviram da colocação contrária. Na linguagem de Herculano respigou o Sr. Cândido de Figueiredo um só exemplo rebelde à tal regra de atração; mas é exatamente no mesmíssimo Herculano que os podia encontrar com fartura: *os dois contendores esquecem-se de tudo quanto os rodeia* (Eur. 100); *os dois exércitos conservaram-se em distância um do outro* (ib. 96); *os dois cavaleiros acometeram-se com toda a fúria de rancor estranhável* (ib. 103); *os doze guerreiros seguiram-no maquinalmente* (ib. 183); *os outros oito imitaram-no* (ib. 249). Bem perto do exemplo *um dos cavaleiros afastou-se* (Eur. 208), consignado pelo Sr. Cândido de Figueiredo como coisa rara, estavam outros dois, e admira que estes lhe pudessem escapar: *as duas decanias afastaram-se para os lados* (Eur. 209); *os três fugitivos encaminharam-se para o lado do campo* (ib. 205). Nas *Lendas e Narrativas* ocorrem, entre outros, os seguintes: *os dois cavaleiros ergueram-se* (I, 70); *os dois campeadores voltaram-se* (I, 100); *os dois cavaleiros seguiram-lhe a pista* (II, 71); *os dois contendores viram-se* (II, 91); *os dois amavam-se como loucos* (II, 146); *uma fritada de... três ovos (um botou-se, porque estava goro)* (II, 234).

“Quando fala o Herculano é perigoso erguer a grimpa”, ponderou algures muito judiciosamente o Sr. Cândido de Figueiredo. Creio que ainda é desse parecer; creio que não tentaria redigir melhor do que o respectivo autor as passagens que acabo de mencionar; creio que se convencerá de que a sua observação quanto aos numerais é inexata.

Confrontando os exemplos com outros em que a colocação dos pronomes é diferente e examinando de cada vez o contexto, encontraremos a causa que determinou o nosso escritor a preferir ora uma, ora outra

colocação. Tomemos estas passagens: *duas flechas lbes sibilaram então por cima das cabeças* (Eur. 210); *três vultos montados se dirigiram para ali* (ib. 208); *uma cena horrorosa se passava* (ib. 218, citado por C. F.); *um punhal enterrado na garganta até o punho lbe cerrara para sempre os lábios* (ib. 208). Em qualquer desses casos o sujeito é enfático. Anuncia-se uma coisa nova e inesperada para o leitor. A ideia encerrada no sujeito sobrepuja, em importância, a do verbo ou a do complemento. Ora, um sujeito enfático realça-se por meio da entoação. Nos exemplos citados o autor fez sobressair a pronúncia de acordo com a lei do contraste, pondo um vocábulo átono logo em seguida ao sujeito.

Circunstâncias bem diferentes ditaram os trechos em que Herculano coloca o pronome átono depois do verbo. Aí, o sujeito não é enfático. Não vem surpreender o leitor. Basta o artigo em *os dois contendores, os dois cavaleiros, as duas decanias*, para mostrar que já anteriormente se fizera menção desses sujeitos. Semelhantemente, em *um dos cavaleiros* entende-se que é um dos cavaleiros de que já se falou. Estando em plano secundário o sujeito por encerrar ideia já conhecida, a novidade que o autor comunica acha-se na predicação, no verbo ou no complemento, ou num e noutro. E se alguma coisa há a realçar só poderia ser a predicação. É isto o que explica a colocação em: *os dois amavam-se como loucos; os dois cavaleiros acometeram-se com toda a fúria; os doze guerreiros seguiram-no maquinalmente*.

Merece alguns momentos de atenção o exemplo por mim colhido no *Eurico: os outros oito imitaram-no*. Contrária de uma assentada duas teses do livro *O Problema*. Aliado ao numeral vem aí o vocábulo *outro*, e este, na opinião do Sr. Cândido de Figueiredo, influi na disposição dos pronomes pessoais. Não se tenha dúvida sobre o sentido dessa influência; os exemplos que se seguem à afirmação são todos destinados a provar que a palavra *outro* atrai o pronome.

Dois ou três dos textos em que o autor se apoia fazem ao caso. Os restantes provam, não o contrário, mas coisa muito diversa do que ele queria. Podiam ser substituídos por citações mais conformes. Em uma ponderação final, o autor mais uma vez insiste na influência do *outro* – naturalmente atrativa – sem acrescentar a habitual ressalva quanto a formas porventura “anormais”.

Se fosse tão segura a força de *outro* e se o numeral também a possuísse, as duas coisas reunidas deveriam exercer uma força dupla. Mas aí está o texto *os outros oito imitaram-no* para desmentir juízos precipitados. Não é, aliás, o caso único em que, depois da palavra *outro*, como sujeito, deixa de haver próclise. *Uns fogem, outros agacham-se* (Herc. *Lendas e Narr.* II, 45), *os outros seguiram-no* (Herc. *Eur.* 272), são proposições corretas, por onde poderemos modelar, sem receio, milhares de outras, quando quisermos dar vulto, não já ao sujeito, mas antes à predicação.

Existe, além disso, um caso notável, em que *outro* aparece, por assim dizer, como um corpo indiferente. Cândido de Figueiredo, para quem a afinidade de *outro* pelo pronome átono é coisa muito séria, não reparou, de certo, em semelhante hipótese. Refiro-me à expressão *e outros* quando acrescentada a um sujeito determinado, v. g. *os indivíduos Pedro, Antônio e outros, estes e outros, leões, tigres e outros animais*. Aí o termo *outros*, quer na forma

portuguesa, quer na expressão latina *et cetera*, não vale nem mais nem menos do que os anteriores a que vem ligado e não atrairá o pronome átono se eles o não atraírem. Nesse caso, seguramente, a influência do vocábulo *outro*, considerada de per si, é absolutamente nula.

*
* *

Normal, regular e corrente é, na opinião do Sr. Cândido de Figueiredo, o dizer-se e escrever-se: *O que se não diz – Porque não falas? – Quando te não vejo – É para se não esquecer* – e, assim por diante, antepondo sempre o pronome à negativa *não*. As mesmas frases com a colocação contrária são “anormais, excepcionais ou irregulares”.

Essas duas proposições, uma, complemento da outra, põem remate à longa série de argumentos com que se teceu um curioso capítulo do livro *O Problema*. O assunto era digno de estudo sério; nesse capítulo, porém, partiu-se de um pressuposto assaz discutível, e no argumentar e nas conclusões falhou o necessário discernimento. Que se tente reabilitar uma forma algo esquecida ou desprezada, nos modernos tempos – mais, talvez, no Brasil do que em Portugal –; que se reclame para ela a mesma circulação que tem ou vai tendo a forma contrária, compreende-se perfeitamente. Tentativas destas se fazem e se fizeram muitas vezes, embora nem sempre o êxito lhes dê razão. Mas insinuar que não se diga o que realmente está em voga em muito boa linguagem literária parece-me um grave absurdo.

A tamanho exagero se deixou arrastar o Sr. Cândido de Figueiredo pelo decidido amor que vota à posposição de *não* ao pronome em todos os casos semelhantes aos exemplos supracitados. Vejamos bem. No seu livro acoima de anormais, excepcionais ou irregulares as formas pelas quais ele, individualmente, sente repugnância ou desprazer. Ora, haverá aí alguém que em boa consciência afirme que só excepcionalmente tenha ouvido ou lido: *E isto o que não se diz – Quando não te vejo?* Estará efetivamente convencido de que isso não é linguagem corrente? Estará seguro de ter lido com mais frequência, com mais regularidade: *Quando te não vejo – O que se não escreve – Por que nos não disseste a verdade?* Ou não lhe soarão antes essas últimas linguagens como coisa já hoje um tanto estranha, anormal ou excepcional?

Entre as afirmações que iniciam o capítulo e as conclusões finais medeia uma longa distância. No começo, ficamos sabendo que “há divergência na prática corrente, e há divergência na prática dos mestres”. É a pura verdade. Castilho dava a precedência ao pronome; Herculano, ao contrário, preferia colocar primeiro a negativa. Dos 22 exemplos que encontrei em todo o *Eurico*, apenas seis têm a construção *lhes não, se não* etc. No *Monge de Cister*, a mesma colocação ocorre 23 vezes, mas o tipo contrário *não lhes, não se* aparece nada menos de 57 vezes.

Machado de Assis, a julgar pela obra *Brás Cubas*, citada pelo Sr. Cândido de Figueiredo, só o posso qualificar de eclético. Os poucos exemplos respigados pelo autor de *O Problema* fazem é verdade pender a balança fortemente num sentido; mas no exame minucioso a que submeti o *Brás Cubas* verifiquei que os exemplos se distribuíam assim: 59,75% com precedência de pronome e 40,25% com precedência da negativa. Ou pouco mais de metade num sentido, pouco menos de metade no outro¹⁰⁰.

Muito instrutivo é o seguinte confronto entre Herculano e Camilo. Dois dos volumes do *Monasticon* dão-nos um total de 70 casos. Em um romance de Camilo, *Estrelas Funestas* (obra consultada por Cândido de Figueiredo), verifiquei um total de 68 casos. Temos, portanto, aproximadamente o mesmo número em um e no outro escritor. Pois bem, pela anteposição da negativa ao pronome decidiu-se Herculano 45 vezes (cerca de 65%) e pela construção inversa apenas 25 vezes (cerca de 18%)¹⁰¹. Camilo, muito ao contrário, recorreu à segunda forma 56 vezes (cerca de 82%) e só 12 vezes (cerca de 18%) preferiu a outra. Não pode haver maior desacordo entre escritores, e escritores conspícuos e muito respeitáveis.

Ora, se os mestres divergem e a prática corrente não é uniforme, o que era natural se aconselhasse aos estudantes seria o emprego tanto de uma como de outra forma. Não é caso de preceituar severamente, de propor o curso forçado de uma e a supressão ou quase supressão da outra. É tão gabada a liberdade de construção na língua portuguesa; para que procurar tolhê-la em um caso como este, em que os próprios mestres fazem o que bem entendem? Apontam-nos eles duas estradas a seguir, igualmente boas. Decidimo-nos pela que se nos figura a mais trilhada hoje. Deverá alguém dissuadir-nos de prosseguir a marcha, por dar pessoalmente preferência à outra?

As conclusões finais do capítulo, terminantes, categóricas, em dissonância com a tese do começo, da qual parecia transpirar um espírito mais indulgente, foram determinadas pela ilusão funesta dos algarismos. E essa ilusão nasceu de uma estatística feita pelo Sr. Cândido de Figueiredo, trabalho interessante, mas pouco metucioso, em que figuram como parcelas da mesma espécie textos respigados em épocas diferentes e em autores cujas tendências não são as mesmas.

É a coleção de exemplos significativa somente para a linguagem dos seiscentistas e a de Bernardim Ribeiro. A colheita não pequena de textos seiscentistas, extraídos principalmente de Bernardes e Vieira, acusa, de feito, notável maioria em favor da linguagem preferida pelo autor de *O Problema*. Não temos dúvidas sobre tal preponderância e, de qualquer modo que fosse feita a seleção de exemplos da era de Bernardes, o resultado deveria ser aproximadamente o mesmo.

Pela sua propensão arcaizante, em matéria de colocação pronominal, como em várias outras coisas, pode ser acrescentado ao número dos seiscentistas um escritor do século XIX. Falo de Castilho, o qual não

¹⁰⁰ N.A.: Esses algarismos, como os que se lhes seguem, não têm a pretensão a rigor absoluto. Pode bem ser que me escapasse um ou outro exemplo.

¹⁰¹ N.O.: Parece haver aqui uma gralha, já que a referência deveria ser 35%.

somente empregava em geral a colocação *se não* – e creio que com certa teimosia desconhecida dos próprios seiscentistas –, mas ainda imitava os antepassados da época de seiscentos até em casos onde, na própria opinião de Cândido de Figueiredo, a atração do pronome já não constitui, nem constituía um fato normal¹⁰².

O autor de *O Problema* alude à regularidade com que Castilho propunha a negativa ao pronome átomo. Ajuntada essa observação à lista de exemplos de falar antigo, era chegado o momento de dar por fmda a primeira parte da estatística, passar um traço por baixo e fazer a soma respectiva dos casos com um e outro aspecto.

O estudo dos escritores modernos reclamava uma estatística em separado, pois se fazia mister demonstrar particularmente essas duas teses especiais que se desenglobam das asserções de pág. 169 e de cuja justeza duvidamos mais que muito:

- I. É certo que a grande maioria de bons escritores modernos antepõem, naqueles casos [precedência de *que, porque, quando* etc.], ao *não* o pronome atônico.
- II. Não é nesses bons escritores modernos que a cada passo se nos deparam frases como: *O que não se diz quando não te vejo*¹⁰³.

Já sabemos que essas asserções brigam com outra anterior, a qual reconhecia a divergência na prática dos mestres; sabemos ainda que, entre os modernos, há escritores de primeira água, como Herculano, a quem as duas teses absolutamente não podem referir-se. Céticos sem o querermos ser, exigimos, pois, argumentos que ao menos nos elucidem.

Colheu o Sr. Cândido de Figueiredo um número regular de exemplos em autores dos séculos XIX e XX, mas os distribuiu pela sua estatística geral. Desencravando essas passagens modernas e reunindo-as de novo para uma estatística à parte, obtemos o seguinte: 37 casos em que a negativa tem a precedência e apenas 59 casos em que tem a precedência o pronome átomo. Ora, não é precisamente com um diminuto excesso de 20% que as supramencionadas duas teses se demonstram.

Os escritores brasileiros preferem, na maioria, a forma capitulada de “anormal”. Explica-se isso facilmente, diz Cândido de Figueiredo, pela vulgar diferenciação fonética entre os dois países irmãos. Mas como se explica então a mesma preferência quando observada em escritor português? Em Herculano, por exemplo?

Dos moldes em que foi vazado o livro *O Problema* se vê que seu autor não é doutrinário intransigente que nos mande acompanhar os seiscentistas em tudo e por tudo. Demos de barato que o houvéssemos de fazer no caso da concorrência de um pronome átomo com a negativa. Topamos logo com uma dúvida. Em que

¹⁰² N.A.: No livro *O Problema* a págs. 265 e 296 diz-se com muito acerto que as conjunções *e* e *mas* hoje não atraem normalmente o pronome pessoal atônico. Isso já era regra no século XIX, entretanto Castilho: *A ciência da natureza... engolfa-se como água por céus e céus, colhe no voo os cometas e os planetas; e lhes toma o peso e a medida; distingue... fluidos, e os senboreia* (Felicidade pela agricultura).

¹⁰³ N.A.: Como se vê, temos aí a antecipação ou, talvez melhor, a variante prévia da sentença final: “casos de *o que não se, quando não te*, nos bons escritores, antigos ou modernos, são anormais, excepcionais ou irregulares”.

circunstâncias teria cabimento a chamada forma anormal? Segundo o Sr. Cândido de Figueiredo, a coisa é possível quando antes da dita forma há ênfase, intenção, entoação ou pausa. Por outros termos, o vocábulo precedente há de ser, pelo menos, um substantivo ou pronome tônico.

Se assim é, pergunto: Que explanação nos restará para algum dos exemplos colhidos em Vieira, em Bernardes, em Frei Luis de Sousa? *E ainda vos parece que não lhe bastam? – Monstro, ... que não se governa por verdade – Cegos são eles, se não se veem – Um meio certo por onde não se desapeguem dos seus vícios – Advertimos ao leitor que não lhe faça dívida.*

Foram copiados do livro *O Problema*.

Aos átonos *que, se* e ao relativo *onde* é impossível, nessas passagens, seguir-se pausa. Não podem eles ser enfáticos e, quanto à intenção, ou é muito remota, ou é de todo inapreciável. Continua, portanto, de pé a questão: ignoramos as circunstâncias em que possa ter cabimento ou seja mesmo preferível o emprego da forma qualificada de anormal.

Não são desvarios a que o acaso conduzisse a Frei Luís de Sousa, a Bernardes, a Vieira e aos muitos escritores que vieram depois e que, a cada passo, como diz o autor de *O Problema*, zombam daquilo que supõe ser a verdadeira norma. Há divergência na prática corrente, e há divergência na prática dos mestres. Para achar a ligação entre essa diversidade de fatos é preciso conhecer um pouco a história da construção portuguesa.

Na linguagem antiga, os pronomes pessoais oblíquos costumavam ser colocados próximo do relativo *que, quem*, das conjunções *que, se* (e outras mais), e das preposições; e por tal forma que precediam os demais objetos, os advérbios e até mesmo o sujeito da oração. Assim em Fernão Lopes: *muitos que se com ele foram; que lhe não gerasse; da guisa que vos eu digo; para travar em qualquer aridez que lhe a mão vier*. Mais tarde, o pronome tende a avizinhar-se do verbo; porém, em João de Barros ainda temos: *se me Deus não decepar as mãos, mandeis... que os não mate; perigo que os muito afadigava; exortações que lhe o mesmo Tristão Vaz fez*. De Camões é assaz conhecido o exemplo: *nomes com quem se o povo néscio engana*.

No século XVII, a aproximação entre o pronome átono e o verbo é fato consumado na linguagem literária. Em vez das construções *que lhes ele daria, para que a eu saiba, em que se a natureza uniu, em que se Deus mais agradaria*, encontramos em Antônio Vieira o seguinte: *comessem de outro melhor pão que ele lhes daria; para que eu a saiba; a união hipostática em que a natureza divina se uniu com a humana; qual seria a profissão em que Deus mais se agradaria que ele o servisse; o último atributo de que o verbo se despiu*, e assim por diante¹⁰⁴.

É a esta tendência de colocar o pronome átono junto do verbo, de uni-lo intimamente com o verbo, que se devem os primeiros exemplos da precedência da negativa. Procedeu-se instintivamente, por analogia. Mas ao passo que o sujeito, o objeto, os advérbios em geral se transpunham com facilidade para antes, o vocábulo *não só* em parte seguiu a mesma corrente. Ao lado desta, persistiu e em certa época prevaleceu a

¹⁰⁴ N.A.: Restos da construção antiga perduraram, todavia, até hoje na linguagem popular de Portugal.

tendência oposta de manter a negativa como que presa ao verbo. Tem isso, a meu ver, uma explicação psicológica. A linguagem procurou provavelmente traduzir com fidelidade a nossa concepção de um fato negativo. *Não fazer* é uma noção simples, indecomponível, inseparável. É meramente o oposto de *fazer*.

Como quer que seja, hoje esse sentimento de inseparabilidade já não transluz com tanta nitidez na linguagem. Interveio a atração sempre crescente do verbo pelo pronome átono. A nova construção faz parte do falar corrente e correto ao lado da primitiva. Adotamos uma e outra e, se alguém usar a anteposição da negativa com mais frequência do que a posposição, “advertimos ao leitor que não lhe faça dúvida”.

Apela o Sr. Cândido de Figueiredo para Bernardes e para Castilho. Podem os brasileiros apelar para Herculano e para Camões, cuja linguagem, creio, não será considerada menos castiça do que a daqueles escritores, enquanto os rios para o mar correrem. Nem o autor do *Eurico* nem o dos *Lusíadas* condenam o nosso *quando não te vejo*. O primeiro emprega mais vezes a nossa construção; o segundo tanto se serve dela como da que é aconselhada pelo Sr. Cândido de Figueiredo¹⁰⁵.

O cantor dos *Lusíadas* decidia-se por qualquer das duas construções conforme as exigências do ritmo, como se pode ver no verso: *Que não no empregue em quem o não mereça* (*Lus.* VII, 83). Mas não foi isso inovação camoniana, nem a liberdade era só para a poesia. Em João de Barros, autor mais antigo que Camões, se me depararam não poucos exemplos, em que a negativa precede o pronome átono. A seguinte passagem das *Décadas* mostra que o autor admitia sem dificuldade qualquer das duas formas: *mandou diante um catur com recado... que o não recebessem com festa... e também que não lhe falassem por senhoria que não se contentava com coisas emprestadas* (*Dec.* 3, 9, 3.). Também, em Gil Vicente ocorrem, com bastante frequência, exemplos do gênero de *que não lhe* etc.; o que, por sua vez, prova que esse modo de colocar não é nenhuma invenção erudita.

M. Said Ali
(Continua.)

¹⁰⁵ N.A.: Não desejo enfastiar aqui o leitor com a indicação de todos os textos, que será oportunamente publicada. Para se entender a minha referência a Camões, convém, porém, observar que encontrei em todo o poema *Os Lusíadas* 53 casos, dos quais 23 são de anteposição da negativa ao pronome. O excesso de sete casos não tem a mínima importância linguística. É meramente fortuito. Se a minha contagem tivesse parado no fim do canto VII, eu teria obtido coisa muito próxima de um equilíbrio, a saber: 21 casos de uma parte e 19 da outra.

QUESTÕES DE PORTUGUÊS (CONCLUSÃO)^{106 107}

Para que se fique sabendo qual seja a colocação dominante do pronome átono junto ao infinitivo, regido de preposição, distribui o autor do livro *O Problema* uma série de textos, para tal fim colecionados por nove parágrafos ou listas, cada qual abrangendo exemplos de uma só preposição. Assim, temos uma relação especial para *a*, outra para a partícula *para*, a terceira para *por* e, assim por diante, para *de*, *com*, *sem*, *em*, *até*, sendo a nona, finalmente, para *segundo*, *conforme*.

Na verdade, excetuando o caso especialíssimo da preposição *a* (consulte-se a esse respeito *Dificuldades da Língua Portuguesa*, pág. 40), não vejo de que poderia servir todo aquele discriminar, quando de nada mais se cogita senão da posição do pronome “na maioria dos casos”. Cifra-se nisso a análise que Cândido de Figueiredo se propôs fazer. Abstendo-se de ir mais longe na sua pesquisa, bem podia também suprimir-nos o aparato do esmiuçamento preparatório. Nada perderíamos com a falta.

“Em época de constitucionalismo, a maioria é quem governa” (*O Problema*, pág. 326). Se essa facécia é realmente aplicável ao estudo da colocação pronominal, não é menos certo que o autor podia ignorar, desprezar, sufocar ou anular à vontade a representação dos exemplos em minoria, sem aquela arrancada prévia e sem destacar forças para todos os lados. Os seus textos sobre preposições, dispersados por diferentes grupos (salvo o da preposição *a*), levam à mesmíssima conclusão a que chegaria se os considerasse promiscuamente.

A resenha, relativa a *conforme*, *segundo*, tem de ser eliminada ou vir incluída em outro capítulo. Os exemplos são todos do gênero *segundo se admite*, *conforme me pintais*. Visivelmente não se trata de preposição.

Reduzidas assim as listas a *sete*, não há dúvida que acusam invariavelmente a próclise como ocorrência mais frequente. Coincide essa observação com o que eu, quinze anos antes, apurei, utilizando-me de um material bem mais modesto, e assim defini: – As preposições, pelo fato de serem vocábulos átonos ou de acentuação fraca, tendem a deslocar o pronome oblíquo átono para antes do verbo.

Divergimos, é verdade, em um ponto essencial. Aos casos de ênclise, não nego eu de forma alguma o direito de existência; acho, antes, muito justificável o seu emprego por motivos de ordem fonética. O Sr. Cândido de Figueiredo pensa ao contrário, que só o fato de estarem em minoria é o bastante para que devam ou possam ser repudiados.

Não discuto se o autor veio confirmar conscientemente, porém a seu modo, a minha doutrina, ou se o fez, como no-lo assevera, convencido de que estava desbravando terreno inculto, onde não achara antecessores que o orientassem e o auxiliassem. Lamento apenas que, havendo eu atribuído a princípios de eufonia os casos

¹⁰⁶ N.A.: Conclusão do artigo começado no número I, de janeiro de 1911, ano II, da *Revista Americana*.

¹⁰⁷ N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista Americana*, nº 6, p. 152-168, em 1911. Disponível em: <<https://bit.ly/452dhyb>>.

de ênclise, falecesse ao Sr. Cândido de Figueiredo, por completo, a curiosidade de averiguar se os tais casos excepcionais admitiam uma explicação qualquer, ainda que diferente da que eu havia proposto. Não era de supor que nascessem do acaso.

Dizer que são anormalidades é recorrer a um termo inofensivo e sem responsabilidade, é falar como o oráculo de Delfos. Os leitores de um livro de vulgarização, como o de Cândido de Figueiredo, não entendem essa diplomacia nas investigações linguísticas. Menos cautelosos na escolha de nomes, têm em conta de erros, deslizes ou lapsos quaisquer exemplos que se afastem da regra ou norma e cuja aplicação confessemos desconhecer. Não querem saber de eufemismos.

Seria, talvez, justa a ilação se se tratasse de formas ou expressões, vulgares hoje, mas encontráveis nos bons escritores tão raramente como os cometas no firmamento estrelado. Mas não é isso o que pretende o autor de *O Problema*. Para ele, tanto vale que a inferioridade numérica seja de 1 a 2% como de 20 a 30 ou 40%. A maioria, de qualquer modo que apareça, decide tudo. Não se procede a segundo escrutínio, nem se discutem as condições da votação. O que se quer é obter a tal maioria, “que governa em época de constitucionalismo”.

Uma forma geralmente usada ocorre, suponhamos, com frequência nos escritores, porém, por circunstâncias ainda por estudar, menos vezes do que outra forma equivalente. Num caso desses, o Sr. Cândido de Figueiredo não hesita. Qualifica de pouco exemplares os respectivos textos. Que lhe importa que centenas desses textos se nos deparem nos melhores autores clássicos? Que importa que, citando os mesmos autores a cada passo, insista implicitamente em recomendar a sua linguagem como modelo de correção? São normas do bem falar... inçadas de defeitos.

A doutrina me parece um tanto abstrusa e contraproducente. Deus nos livre, ao menos, de vermos aplicado esse processo primitivo e brutal, condenatório ou eliminatório da minoria, a todos os fatos da linguagem sem distinção, à gramática, ao vocabulário e, até, à liberdade de estilo! Que de vocábulos e frases e formas não teriam de sumir-se por prevalecerem em número outras expressões equivalentes!

Dispõe de um material bastante volúvel e elástico quem comete o erro de empregar o método dos algarismos sem examinar escrupulosamente os dados concretos e sem procurar saber as causas da variação. Tudo se acomoda facilmente à vontade, fantasia ou preconceito do analista. Tomemos o caso da colocação do pronome átono junto ao infinitivo regido da partícula *de*. Cândido de Figueiredo escolheu os seus autores; escolhemos nós os nossos. Sejam eles Camões, Herculano e Camilo.

Nos *Lusíadas*, vem a posposição pronominal com a preposição *de* 18 vezes contra sete de próclise. Seria, portanto, a ênclise a “forma normal”, dado que a língua de Camões pudesse decidir a questão. No *Eurico*, de Herculano, predomina ainda a mesma colocação nove vezes contra sete; mas já no *Monge de Cister*, vol. I, ocorre, ao contrário, a próclise 22 vezes contra 12. Logo, a “forma normal”, para a colocação do pronome átono junto ao infinitivo precedido da partícula *de* é a ênclise no Herculano (*Eurico*); mas esta mesma construção é anormalidade ou forma pouco exemplar no Herculano (*Monge de Cister*). Camilo, nas *Estrelas Funestas*, oferece 42

casos de próclise contra 23 de ênclise (o Sr. Figueiredo não viu nessa obra um único exemplo de posposição!); afina, portanto, pelo Herculano do *Monge* (não o do *Eurico*) e despreza o Camões.

Ora, a estatística do Sr. Cândido de Figueiredo a respeito da preposição *de* conclui dizendo que “tudo nos leva a ter em somenos conta construções como estas: *o prazer de visitá-lo, fugir de aproximar-se...* e a preferir sem a menor dúvida a forma *normal...* que é esta: *o prazer de o visitar, fugir de se aproximar...*”

“Ou eu me engano muito”, termina o Sr. Figueiredo, “ou não haverá duas opiniões a tal respeito”. Vê-se que há mais opiniões e o engano é grande. Comparando os seus resultados numéricos com os meus, parece até que andamos a jogar a cabra-cega.

Se examino o caso do infinitivo regido de *em*, verifico que os meus três autores, nas obras citadas, são acordes em dar preferência quase absoluta à ênclise. Seria, portanto, essa a forma normal. O Sr. Cândido de Figueiredo descobre, ao contrário, que é justamente a construção pouco exemplar.

Quanto à preposição *para*, mostra o cantor dos *Lusíadas* decidida preferência pela posposição do pronome átono ao infinitivo (18 casos contra 9); Camilo parece indiferente (o número dos casos de ênclise é pouco inferior ao dos exemplos de próclise), e Herculano, finalmente, excetuando um outro caso, é partidário incontestável da anteposição do pronome átono. Eis-nos chegados, desta vez, a uma situação embaraçosa. Parece reinar plena anarquia. Como resolver entre as suas construções, cada qual tão bem representada?

Cândido de Figueiredo, mais feliz do que nós, consegue, afeiçoando-se a alguns dos autores de que se serviu, determinar uma construção dominante para esse mesmo caso da preposição *para* e, por isso, julgando resolvido o problema, exclama: “Em época de constitucionalismo, a maioria é quem governa”.

É para evitar essa série de destemperos e contradições resultantes da contagem pura em que nada mais se enxerga do que algarismos e nada mais se sabe do que somar e subtrair; é para não condenar peremptoriamente casos em minoria, mas em circunstâncias especiais, é para não ensinar, em suma, a errar, a corrigir o que está certo, que o espírito crítico intervém ou tem de intervir, se o método estatístico se aplica com o intuito de obter resultados, não enganadores, mas verdadeiros e rigorosos.

Quem o adota já não tem o direito de esquivar-se a uma tarefa penosa, mas essencialíssima, já não pode declarar-se tão abastémio como o quer ser o autor de *O Problema*. O argumento de algarismo, falaz muitas vezes, é sempre sedutor, e, desprezada a análise crítica dos casos em minoria, os leitores a quem o livro se destina são inevitavelmente arrastados a conclusões inexatas.

Não quero dizer que todo o exemplo de construção enclítica com o infinitivo preposicionado tenha explicação fácil ou obedeça a regras fixas. Saber tirar partido da sonoridade depende do bom ouvido e do bom gosto dos escritores. Se a ênclise ocorre em proporção notável nas obras de Bernardes e, nas de Vieira, rareia

ou falta, como acredita o autor de *O Problema*, é que os dois prosadores apreciavam de modo diferente o efeito dessa posposição pronominal¹⁰⁸.

Às vezes também, ou por não se oferecer oportunidade, ou por sistema ou capricho do autor, não encontramos tal construção em certas obras; Garrett não a usou no drama *Frei Luís de Sousa*, mas, em *Viagens na minha terra*, empregou-a em *é difícil de explicar-se* (II, 50), *em dizer-lhe* (II, 153), *digna de juntar-se* (II, 227), *para fundar-se* (I, 158). Nos trabalhos mais antigos, *Catão* e *Camões* vêm borbotando, quer em prosa, quer em verso, exemplos desse gênero: *o trabalho de contá-los* (*Cat.*, 22); *em separá-los* (*Ib.*, 27); *não deixa de chamar-lhe* (*Ib.*, 28); *para cortar-lhe o fio* (*Ib.*, 153); *admira-te de ouvir-me* (*Ib.*, 138); *de ouvi-los* (*Ib.*, 61); *de vê-lo se acordam* (*Cam.*, 9,9); *de guardar-se* (*Ib.*, 5,12); *de vê-la* (*Ib.*, 5,2); *para salvar-lhe a fama* (*Ib.*, 3, 21); *para esquecer-lhe os crimes* (*Ib.*, 3,18).

Quanto a Antônio Castilho, há coisa mais notável. O Sr. Cândido de Figueiredo, que lhe conhece a colocação pronominal unicamente através do livro *O Outono*, insinua não haver nesse escritor um único exemplo de construção enclítica com o verbo regido de *para* e *de*. Não é tanto assim. Escaparam-lhe de certo *de falar-te* (pág. 136), *de salvar-vos* (pág. 145), *de criá-la* (pág. 195).

Mas isso não importa. Caso digníssimo de nota (palavras do Sr. Figueiredo) seria, sem dúvida, o excessivo uso da próclise em Castilho se ele nada mais houvesse escrito senão aqueles antigos opúsculos reunidos sob o título *O Outono*.

Na tradução do *Fausto*, obra mais moderna, e de muito esmero, em que, segundo o autor confessa no prefácio, se deu à linguagem toda a vernaculidade possível, como era “para desejar em obra destinada por sua natureza a estudo e meditação de muita e boa gente”; na tradução do *Fausto*, digo, Castilho desmoraliza e desfaz a favorável opinião que dele forma o autor de *O Problema*, a respeito de próclise com as preposições *de* e *para*. Lá se encontram nove exemplos de *para* com ênclise ao lado de 15 com próclise; e com a preposição *de* – caso muitíssimo digno de nota – há quase igualdade de uma e outra construção: 16 exemplos de ênclise e 18 de próclise.

Muita indiferença devia ter o tradutor do *Fausto* por uma doutrina como a de Cândido de Figueiredo para exprimir-se assim: *folgam de nos ouvir para burlar-nos*; (*Fausto*, 81); *é para logo conhecer-lhe as manhas* (*Ib.*, 94); *levantando-se para arredar-se* (*Ib.*, 148); *de enganá-lo é que eu não gosto; gostava de ouvir-lhe um pouquinho* (*Ib.*, 139); *para descartar-me de cobiças* (*Ib.*, 110); *incapaz de cumprir-me um desejo* (*Ib.*, 111) etc. etc.

*
* *

¹⁰⁸ N.A.: Para evitar repetições ociosas, que teria de fazer a cada passo, advirto desde já que nas considerações seguintes me refiro sempre ao infinitivo sob a forma impessoal (ou não flexionado), regido de partícula e construído com um só pronome átomo, salvo onde explicitamente falar de outras condições de construção infinitiva.

Labora em deplorável equívoco o Sr. Cândido de Figueiredo supondo existir nas preposições, como em outras palavras, uma espécie de força magnética, a tal ponto poderosa que exerceria a sua ação à distância, indiretamente, saltando por cima de outros vocábulos ou atravessando-os.

Assim, não compreende a próclise em *com alguma arte lhe disse que...* senão pela força derivada de *com*. Não vê neste exemplo ou em outros semelhantes a causa única e exclusiva na locução adverbial toda, anteposta por ênfase ao verbo, e que na ordem direta se colocaria depois. Nem lhe acode sequer substituir *com alguma arte* por *artisticamente*, a fim de averiguar se a construção se alteraria com o desaparecimento da partícula.

Ora, o certo é que as preposições só têm que ver com a palavra que regem; na questão de próclise e ênclise entra, portanto, em linha de conta somente a preposição com o infinitivo¹⁰⁹ e aqui facilmente se demonstra que a imaginária força está muito longe de subsistir. Primeiro porque por maioria de razão nunca a partícula deixaria de atrair o pronome, que se acha o mais perto possível; hipótese categoricamente desmentida pelo avultado número de exemplos que já conhecemos.

Em segundo lugar, observa-se que numa sucessão de infinitivos, acompanhados respectivamente de um pronome completamente claro, a preposição pode determinar a próclise no primeiro verbo; mas a partícula, se não for repetida, será impotente para evitar a ênclise nos verbos seguintes. É um fato positivamente certo na linguagem corrente. Exemplos: *Para de novo se revirar, desbarretar-se e curvar-se* (Herc., M. I, 191); *ver vir... a morte para me dar a mão e... arrastar-me ao abismo* (Herc., lb., 269); *para te pôr um pé sobre os peitos e calcar-te e cuspir-te nas faces* (Herc., M. II, 60); *para atirar à veia do regalo e segui-la com a vista* (Herc., lb., 141).

Sucedo até o contrário do que seria de esperar se a doutrina de Cândido de Figueiredo fosse correta. Em vez de se harmonizar a segunda construção infinitiva com a primeira, é esta quem muitas vezes despreza a influência da preposição e se põe de acordo com a do verbo subsequente. É como que uma assimilação (sintática) progressiva: *apto para mandá-los e regê-los* (Cam., Lms., 4,24); *não para defendê-lo nem guardá-lo* (Cam., lb., 7,6); *arrepiam-se as carnes e o cabelo a mi e a todos só de onvi-lo e vê-lo* (Cam., lb., 5,40); *seria a transição para vê-la e amá-la* (Camilo, E. F., 171); *com o intento de repreender-lhe as impaciências e confortá-la com palavras esperançosas* (Camilo, lb., 185).

Analogamente, mantendo-se o mesmo verbo, sem repetir a partícula, a primeira construção se harmonizará com a ulterior: *por vingar-me e vingar a minha pobre Beatriz* (Herc., M. I, 134); *expediente único de salvar-me e salvá-la de maiores dores* (Camilo, E. F., 13). Ou ainda: *pelejava eu... para livrá-lo a ele e a terra da pátria do estranho domínio* (Herc., M. I, 14).

No *Monge de Cister*, vol. II, pág. 13, há este trecho: *Dois pajens em pé, cada um com sua tocha apagada na mão, parecia... esperarem que ele quisesse retirar-se, para as acenderem de novo e precederem-no, conforme a etiqueta daqueles tempos*. Esse exemplo, digno de toda a atenção, mostra, ainda melhor do que os anteriores, a inaptidão da partícula para

¹⁰⁹ N.A.: Uma preposição apenas, *em*, rege também o gerúndio, e, nesse caso, usamos a próclise.

atrair ao longe. Teria o autor escrito com toda a certeza *para as acenderem de novo e para o precederem*, se houvesse preferido repetir a partícula.

Com toda a certeza, porque ao infinitivo preposicionado, desde que tenha desinência pessoal, repugna a construção enclítica do pronome átono – exceto se estiver oculta a preposição.

Tornemos, porém, a partícula *com*. Diz o Sr. Cândido de Figueiredo que dela é que vem a força atrativa para a locução *com alguma arte*. Esqueceu-lhe demonstrar previamente a existência da dita força na própria preposição. Três únicos textos de Vieira e Bernardes opostos a um de Bernardes nada provam. Seria bom dizer-nos primeiro se se devem corrigir, e como se corrigem, esses textos que lhe escaparam: *castigá-los assim com expô-los ao geral desprezo* (Cast., *Out.*, 125); *com encerrá-la por castigo num convento* (Camilo, *E. F.*, 139). Acrescentem-se ainda: *assanhava-se com ouvi-lo* (Herc., *M. II*, 350); *de quem se ganba a vida com perdê-la* (Cam., *Lus.*, 6,83).

Sobrepondo à metáfora já admitida o sentido próprio, físico e técnico, da palavra “atrair”, foi o autor de *O Problema* arrastado a generalizações impossíveis. O equívoco perturbou o olhar do colecionador paciente e impediu-o de ver em seus textos as coisas que realmente exprimem. Nem de outro modo se compreende como poderia o Sr. Cândido de Figueiredo ter achado para a questão do pronome átono junto ao infinitivo solução tão fácil, tão pronta, como a que oferece v. g. o caso do mesmo pronome unido ao verbo finito nas orações subordinadas.

Creio que fiz ver o perigo que há em confundir as duas questões ao formular uma regra prática com esta restrição: “contanto que [a sintaxe] a cinja a orações de *verbo finito*” (*Dificuldades da Língua Portuguesa*, pág. 58). Não aproveitou ao Sr. Cândido de Figueiredo o aviso; mas os autores que consultou e vários textos que exibiu não nos iludem sobre a grave violência a fazer à mesma língua portuguesa, se pretendermos aplicar o preceito ou, antes, lei da atração, como vem definida no livro *O Problema*.

Muito ao contrário do que esse livro insinua, certos textos são não somente exemplares, mas exemplaríssimos. *Umas vezes por apartá-la de mais; outras, por atordoá-la com os balanços* – escreveu Camilo, nem podia deixar de assim escrever. Segundo a doutrina de *O Problema* o regular seria: *Umas vezes pela (ou pola) apelar de mais; outras, pela atordoar com os balanços*.

Se isto assim emendado é que é o direito e se a construção empregada por Camilo é coisa muito extraordinária, como se depreende do que lemos a págs. 330 e 327 de *O Problema*, eu só queria que me dissessem em que parte do mundo se está agora escrevendo com tanto esmero e acabamento. Em todo o Brasil e, não será temerário afirmar, em qualquer parte de Portugal, os professores e mestres de escola ainda não emendam, em trabalhos escritos dos meninos, frases como *por apertá-la, por atordoá-la*, não aconselham, que me conste, a substituir *forcejava pelo irritar a forcejava por irritá-lo* (Herc., *M. II*, 39) ou a dizer *pelos lisonjear* de preferência a *por lisonjeá-los* (Herc., *Ib.*, 298).

A contração de *por* e antigo *per* com as formas pronominais *o, a, os, as* pertence ao número das formas arcaicas, de que se encontram ainda restos na linguagem popular de Portugal. É imprópria da linguagem culta de hoje, e, se

ocorre – o que é muitíssimo raro – em algum escritor moderno, deixa-nos logo a impressão de um estilo afetado. Não provêm exemplos dessa espécie do uso geral nem podem servir de norma para o falar correto.

É frequente, sim, a próclise quando o verbo vem regido de *por* e o pronome complemento é uma das formas *me, te, lhe, se, nos, vos, lhes*. Mas muitas vezes é preferível a construção contrária: *tua filha repeliu o seu amor por obedecer-te* (Herc., *Eur.*, 284); *vem combater por salvar-me, tu, o mais valente dos meus filhos* (Herc., *Ib.*, 75); *por mais segurar-se os deuses vão* (Cam., *Lus.*, 5,58). Ou terão de ser retificadas pela doutrina Figueiredo essas frases e todas quantas por elas se modelarem?

Examinemos a construção com outras partículas. Herculano escreveu: *Que havia de fazer para aquietá-la?* (*M.*, I, 92). É notória a passagem, porque o autor do *Monasticon* em geral costuma empregar a próclise com a preposição *para*.

Não se originou esse exemplo de um descuido. Instintivamente, creio, e guiado pelo ouvido ou pela maior facilidade de expressão, qualquer fará a mesma pergunta com a mesmíssima ênclise. Em *para a aquietar* não viria bem à tona a pronúncia do pronome, salvo se se fizesse o esforço – hipótese pouco provável em fim de discurso – de proferir a vogal *a*, devagar e distintamente, três vezes a seguir.

Se intencionalmente deixamos em plano secundário a noção de pessoa, procurando dirigir a atenção para o verbo, para um novo complemento ou um advérbio posposto ao verbo, então diremos: *para a aquietar, para a aquietar mais depressa*. Aí, sacrifica-se de propósito a pronúncia do pronome; mas no *Monge de Cister* a intenção da personagem de cujos lábios saía aquela pergunta foi, ao contrário, pôr em evidência a pessoa a quem se referia.

Exemplo brilhante em que próclise e ênclise se casam a um tempo, admiravelmente, com uma intenção dupla, fornece-nos ainda o mesmo *Monge de Cister* (II, 320). No célebre diálogo final, em que o desvairado frade tortura com injúrias pungentes a sua desgraçada vítima, revela ele o intento de vingar-se proferindo estas terríveis palavras: *Foste maldição perpétua enredada na leia da minha vida. Preciso DE TE DERRIBAR, DE ESMAGAR-TE, para ao menos ler uma hora de paz antes de topar com o sepulcro*.

Devia o frade gritar o *preciso de te derribar* de modo rápido, num ímpeto de cólera, concentrando os sentidos na ação. Refletiu um momento. Deixara de pôr em destaque a personalidade da vítima. Precisava de torturá-la mais, por isso corrige a falta no já agora mais ponderado *de esmagar-te*. O efeito não se fez esperar. Prova-o o espanto com que Fernando Affonso interrompe o seu cruel algoz.

Como Herculano, também Castilho justapõe, com uma e mesma preposição, as duas contrações para obter dois efeitos diferentes: *Viver já sem te ver, sem repetir-te que só, sem ti, querida, me é todo o mundo um exílio* (Out. 134)¹¹⁰.

Nas passagens seguintes, a próclise usada em lugar da ênclise desfaria o intuito do autor: *Jura-lhe que tua filha repeliu o seu amor por obedecer-te* (Herc., *Eur.*, 284); *desgraçado do nazareno que se lembrasse de amar-te depois que*

¹¹⁰ N.A.: Advirto que as negativas *não, nem, nunca, sem*, quando pertencem a um verbo no infinitivo, não exigem necessariamente a próclise.

Abdulaziç te chamou sua (Herc., *Ib.*, 197); *lembrei-me de buscar-vos* (Herc., *M. I.*, 56); *vem combater por salvar-me, tu, o mais valente dos meus filhos* (Herc., *Eur.*, 75); *respondia-lhe sem fitá-lo* (Camilo, *E. F.*, 110); *ela, para aquietá-lo, prometeu pensar em menos perigosa evasiva* (Camilo, *Ib.*, 151); *a filha fugiu de encará-la* (Camilo, *Ib.*, 88); *pensava o inviolável funcionário em autná-la* (Camilo, *Ib.*, 192); *cuidaram damas e cavalheiros em tranquilizá-la* (Camilo, *Ib.*, 213).

Esses e outros exemplos nos ensinam, também, que à necessidade de pôr em relevo o pronome pessoal podem estar associadas razões de eufonia. Penso que não seria muito de gabar o ouvido e o gosto de quem desse a primazia a *em a autuar, respondia sem o fítar*, ou a *por me salvar tu...*, enfiando por mero prazer, neste último caso, duas sílabas fortemente acentuadas uma atrás da outra.

Que a sonoridade não é fator alheio à construção, sabemos-lo pelo caso da partícula *a*, a qual na linguagem moderna passou a usar-se definitivamente com o pronome posposto ao verbo (Veja-se *Dificuldades da Língua Portuguesa*, págs. 39 e 40). Para as demais partículas, a colocação do pronome é antes questão de estilo do que de gramática.

O pronome interposto entre a preposição e o infinitivo (sem flexão) corre o risco de ser sacrificado na pronúncia; logo essa mesma construção proclítica deve convir naturalmente à linguagem mais animada, ao falar acelerado, sobretudo onde não se faz pausa, ou seja, entre o infinitivo preposicionado e um vocábulo, ou seja, o que é mais comum, entre ele e um termo que venha depois: *Sentia dignações de lhe ir à mão* (Herc., *M. II.*, 76); *tendes razão de me odiar mortalmente* (Herc., *Ib.*, 304); *esquecendo de vos restituir a chave* (Herc., *Ib.*, 46); *somente serviria de lhe excitar as fúrias* (Herc., *Ib.*, 195); *para os guiar à morte* (Cam., *Lus.*, 1,94); *para se desfazer uma alta serra* (Cam., *Ib.*, 3,51).

A construção enclítica, ao contrário, adaptar-se-á melhor à linguagem mais lenta e pausada, à composição oracional em que se obedece antes à harmonia e ao ritmo e em que os grupos expiratórios, de extensão menos desigual, venham separados por uma pausa bem sensível.

Isso em termos gerais. Às vezes, parece não prevalecer tal critério. Em todo o caso, um bom ouvido faz a distinção. Soam-lhe bem frases como as há pouco mencionadas; mas soam-lhe igualmente bem frases como as seguintes: *Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar onde a afeição se assentava* (Herc., *Eur.*, 15); *o mar cessou de agitar-se e gruir* (Herc. *Ib.*, 51); *não tardou em espalhar-se na povoação e nos lugares circunvizinhos que Eurico era o autor...* (Herc., *Ib.*, 17).

O cantor dos *Lusíadas* é mestre no emprego da posposição do pronome, em grande parte, com certeza, em atenção ao ritmo. Excetuando exemplos com a partícula *por*, não há a mínima dúvida de que em todo o poema se deu decidida preferência a isso a que o Sr. Cândido de Figueiredo chama “anormalidade” ou coisa pior. Como explicará ele a predileção do poeta, justamente, por um modo de construir condenável? Ou ignoraria o Camões a língua portuguesa?

Julgue o autor de *O Problema* com a sua mania de atração como muito bem lhe aprouver a linguagem dos *Lusíadas*; eu por mim entendo que o que é “pouco exemplar” e devemos “ter em somenos conta” é a mudança de qualquer destas passagens para construção proclítica, ainda mesmo fazendo abstração do verso:

Musas, de engrandecer-se desejosas (1, 11); *até que venha o tempo de mostrar-se* (10, 11); *se pretendes... de vingar-te de minha temerária confiança* (3, 38); *a quem para perdê-la não fez erro* (3, 128); *tanto bem não é para esconder-se* (6, 21); *o que deu para dar-se a natureza* (9, 76); *...guerras do começo, que, sem sabê-las, sei que são de grande preço* (2, 109); *tiveram longamente na cidade, sem vender-se, a fazenda os dois feitores* (9, 1).

Outro caso deixou de ser examinado no livro *O Problema*. Dois infinitivos com preposição empregados, não como sequência ou enumeração de ideias, mas em frases diferentes, indicando uma contraposição, um contraste de pensamentos, também dão lugar à construção enclítica: *Para servir-vos, braço às armas feito; para cantar-vos, mente às musas dada* (Cam., *Lus.*, 10, 155); *senão és para dar-lhe honroso estado, é ele para dar-te um reino rico* (Cam., *Ib.*, 10, 25); *desejo saber... não pera usá-lo mas pera sabê-lo* (Gil Vic. 1, 311); *mais porei eu em contá-lo que eles em furtar-me tudo* (Gil Vic., 3, 239); *não tanto para prendê-la como para subtraí-la à mãe* (Camilo, *E. F.*, 33).

Vejam agora a hipótese de um advérbio entre a preposição e o verbo: *a probabilidade de ali o encontrar* (Herc., *M.*, II, 8); *depois de assim o olhar* (Herc., *Ib.*, 177); *exigiu de mim o juramento de também lhe perdoar* (Herc., *Ib.*, 303); *para se aqui deter não vê razão* (Cam., *Lus.*, I, 44). A próclise nesses textos parece fundada na analogia (confrontem-se: *assim o olha, também lhe perdoa, aqui se detém* etc.). Todavia, semelhante construção não é observada com muito rigor para o verbo no infinitivo, como o prova a passagem camoniana *por mais segurar-se os deuses vão* (*Lus.*, 5, 58).

A construção enclítica torna saliente, dissemos, a personalidade. Será, porém, supérflua essa posposição, se, após o verbo, repetirmos pleonasticamente o pronome complemento sob a forma tônica. Justificam-se, pois, os textos: *crer na possibilidade de lhe suceder a ele* (Herc., *M.*, II, 51); *tratava de a matar a ela* (Camilo, *E. F.*, 142). Excetua-se, porém, o caso de vir o pronome complemento ligado por conjunção a outro complemento: *para livrá-lo a ele e a terra da pátria* (Herc., *M.*, I, 14).

Dando-se ao infinitivo um sujeito (nome ou pronome), será este o vocábulo a realçar e não o pronome complemento: *São dez horas: as horas de sua mercê se retirar* (Herc., *M.*, II, 28); *está certo de eu lhe dizer* (Camilo, *E. F.*, 141); *sem lho ela dizer* (Camilo, *Ib.*, 141).

Se o sujeito, em vez de se achar expresso, vier representado simplesmente pela desinência pessoal acrescida ao infinitivo, deixa-se igualmente de realçar o pronome objeto. Por outros termos: o infinitivo flexionado regido de preposição requer a próclise do pronome átono. Dizemos ou podemos dizer: *para servir-vos, para mandar-lhe, em ligar-se, em persuadi-lo*. Mas será preciso construir: *para vos servirmos, para lhes mandarem, em se ligarem* etc. (e não: *para servirmos-vos, para mandarem-lhes, em ligarem-se* etc.).

Aplica-se esta regra ao infinitivo regido de uma das partículas *para, sem, até, em, de* (e bem assim *antes de, depois de, em vez de*). Com a preposição *por*, excetua-se, a meu ver, a hipótese das formas pronominais *o, a, os, as*. Diz-se hoje *por verem-no, por terem-no visto* de preferência a *pelo verem, pelo terem visto*, evitando a homonímia da contração da partícula *per* com o artigo.

Quanto ao infinitivo regido de *com*, é linguagem pouco usada atualmente. Examinando várias obras, página por página, até o fim, encontrei dois ou três exemplos por volume. Em outras, nem isso. Nos *Lusiadas* cheguei a contar até seis casos. Em português moderno não se me depararam textos a não ser com o infinitivo sem flexão.

Registremos, para terminar, essa parte do nosso estudo, ainda um caso linguístico interessante. Repugna-nos, como é sabido, pospor ao infinitivo, ainda que não flexionado, as combinações *no-lo*, *vo-lo*. Diz-se *para no-lo oferecer*, *de vo-lo mostrar* (e não: *para oferecer-no-lo*, *de mostrar-vo-lo*). Evita-se aí a formação de grupos expiratórios esdrúxulos. Obedece-se a uma tendência mais geral do que poderia parecer à primeira vista.

Observa-se com alguma atenção o discurso português e notar-se-á este fato: predominam grandemente os grupos expiratórios graves; depois vêm os agudos. Os esdrúxulos, em sensível minoria, condizem menos com a índole da língua.

Terá concorrido, talvez, a mesma causa para fixar-se mais depressa a próclise do pronome átono, quando tem desinência pessoal o infinitivo regido de preposição.

*
* *

Da análise feita nas páginas precedentes se vê que um indivíduo que sofra de má colocação de pronome e tenha localizada essa moléstia em algum ponto especial, indo a consultar o livro *O Problema* nos capítulos respectivos, corre o risco de voltar envenenado.

Entre as páginas 52 e 56 oferece o autor, é certo, sob o rótulo *intenção e entoação*, o antídoto para qualquer caso de intoxicação; mas em termos tão vagos, que nunca o paciente saberá fazer uso da nova receita.

Parece intuito do Sr. Figueiredo não tanto servir os consulentes como ostentar que descobriu uma novidade... já por outrem descoberta. Baralhando fatos e invertendo a ordem cronológica, fácil lhe é dirigir-se nesse tom a leitores presumivelmente ignorantes desses mesmos fatos: “Estou desbravando terreno inculto, onde não achei antecessores, que me orientassem e me auxiliassem”. Vejamos essa história.

Em 1895, se publicou na *Revista Brasileira* um estudo linguístico sobre colocação de pronomes¹¹¹. Era uma questão já muito debatida, mas o novo estudo devia oferecer algum interesse. Ninguém, até então, se havia lembrado de examinar atentamente o problema à luz da fonética.

Vieram, as pesquisas do autor, mostrar a grande importância da entonação, da pausa, da ênfase. A diversidade desses fatores no falar espontâneo de Portugal e do Brasil era, segundo o autor, também a causa imediata da divergência, entre os dois países, quanto à colocação espontânea dos pronomes.

¹¹¹ N.O.: Said Ali refere-se ao artigo de sua autoria intitulado “Estudos da Linguística: A colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente”. Ver nota 55.

Como toda doutrina nova, é possível que as conclusões ao estudo linguístico fossem um tanto heréticas para sectários de antigas crenças; mas as referências feitas àquele trabalho, de então para cá, por outros estudiosos do mesmo assunto, parecem deixar fora de dúvida que o artigo da *Revista Brasileira* se tornara, pelo menos, um *fermentum cognitionis et cogitationes*¹¹².

Incorporou o autor a doutrina no seu livro *Dificuldades da Língua Portuguesa*, saído a lume em 1908, livro em cujo prefácio se adverte expressamente: “As conclusões a que cheguei, fruto de pesquisas próprias, tenho-as revelado em livro ou em revistas diversas. Pouco diferindo, em substância, dos artigos de outrora, esses estudos, reunidos agora em volume, receberam o desenvolvimento que a princípio o gênero da publicação não lhes permitia...”.

Diante dessa declaração, quem quer que houvesse, recentemente, por seus próprios esforços, chegado a resultados semelhantes aos meus, não deveria arrogar-se a prioridade da descoberta sem primeiro examinar, em sua edição primitiva, os estudos a que eu aludia.

Não pensa assim o Sr. Cândido de Figueiredo. Calando o passado, insere, no seu livro *O Problema*, à pág. 52, esta curiosa nota:

Escrevia eu isto em 1906, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Dois anos depois, em 1908, publicou-se no Brasil um livrinho, em que um professor, o Sr. Saíd Ali, já se refere à influência da *pronúncia*, da pausa natural, na colocação de pronomes. Em alguma coisa o autor me havia de dar razão, embora me não citasse. Citou-me, porém, noutras passagens de seu livro, para discordar de mim. Obrigado.

Difícilima coisa, ali se exige. Reconhecemos antecipadamente como fonte de conhecimentos aquilo que alguém vai dizer dez anos depois de publicado um estudo nosso é humanamente impossível. Mimosarmos a alguém por arrogar a si a originalidade de uma doutrina que julgamos pertencer-nos a nós, parece demasiado sacrifício.

Dois investigadores, desconhecendo um ao outro e seguindo caminhos diferentes, podem chegar a resultados idênticos. Mas no caso do Sr. Cândido de Figueiredo foi tão tardio o encontro, que é lícito nutrir fortes suspeitas a seu respeito.

Bem podiam os argumentos do artigo de 1895 terem caído em solo fértil. Com o tempo, temos visto assimilar-se indiretamente, inconscientemente, muita doutrina que a princípio parecia subversiva.

O autor do artigo da *Revista Brasileira* de 1895 ocupara-se com certa insistência dos fatores: pausa, ênfase, entonação. O Sr. Figueiredo, em 1906 e 1909, refere-se a eles vagamente sem nos esclarecer, como convinha,

¹¹² N.O.: Do latim, literalmente, *um fermento de conhecimentos e pensamentos*.

de que modo chegou a verificá-los; e nunca o seu espírito conseguiu apagar o antagonismo que há entre esses fatores e o célebre conceito da “atração”.

Mais cômodo do que examinar as causas com atenção e esforço é tomar o binóculo pelo avesso e aventurar a supramencionada nota. Nem podia o autor dela alegar impossibilidade de colher dados sobre a existência do estudo linguístico de 1895. Além do prefácio do livro *Dificuldades da Língua Portuguesa*, havia onde obter informações claras e precisas.

A gramática de João Ribeiro, tão conhecida, estudada e mais de uma vez citada pelo Sr. Figueiredo – as próprias páginas do livro *O Problema* atestam que o autor consulta com frequência as opiniões desse filólogo –; a gramática de João Ribeiro menciona à pág. 205 (Curso superior, ed. de 1901) entre “os trabalhos de valor sobre a colocação de pronomes o de Said Ali na *Revista Brasileira* de 1895”.

O artigo de José Veríssimo, que o Sr. Figueiredo transcreve como magnífico apenso ao seu livro, igualmente se refere ao mesmo estudo linguístico. No próprio livro *O Problema*, pág. 383, se esqueceu o autor de deixar de transcrever as palavras do crítico brasileiro: “não obstante as excelentes razões argumentos do Sr. Said Ali...”

Essas razões e argumentos não se podem referir ao livro *Dificuldades*, que por esse tempo ainda não estava publicado. Umas reticências pouco antes das mesmas palavras, ainda na pág. 383, indicam que o Sr. Cândido de Figueiredo julgou conveniente omitir alguma coisa do artigo do Sr. Veríssimo. É justamente a passagem que dá acuradas notícias sobre a existência do meu trabalho de 1895. Restabeleço aqui a passagem suprimida:

Com maiores desenvolvimentos e, por isso mesmo, talvez com maior clareza didática, a tese do Sr. Paulino de Brito é a mesma que, antes de ninguém, creio, sustentou o Sr. professor Said Ali, no seu magnífico artigo sobre a questão na *Revista Brasileira*, tomo I, pág. 301, em 1895.

O estudo do Sr. Said Ali é um modelo de precisão, sobriedade e clareza de exposição e de perspicácia filológica. Para ele, a deslocação do pronome é uma lei fonética, que formulou assim: os pronomes pessoais complementos *me, te, se, lhe, o, a*, etc. deslocam-se para antes do verbo quando este é precedido de qualquer palavra que não admite pausa depois de si. A pronúncia brasileira, demonstra-o ele, exige menos que a portuguesa essa deslocação.

Vê-se, portanto, que, quanto à observação de pág. 52 do livro *O Problema*, manda a probidade que restituia o Sr. Figueiredo o seu a seu dono; e a gloriola avocada à pág. 56, essa devia apagar-se quando tantos elementos se conspiravam para convencer o mesmo Sr. Figueiredo do seu engano.

(Rio, 1911.)

M. Said Ali

1914

CORREÇÕES INJUSTAS¹¹³

Dos problemas de linguagem, nenhuns insistem mais em ter uma explicação satisfatória do que aquelas formas gramaticais em duplicata que surgem, por assim dizer, a cada passo no correr da conversação. Se há identidade, não se percebe por que se deva manter a demasia, e urge então decidir qual a forma preferível. Sé há diferença, por sutil que seja, cumpre explicá-la.

Não é propriamente por um sentimento de economia, por aversão ao supérfluo que desejáramos ver, na primeira hipótese, expungida uma das formas, pois que então negaríamos aplausos ao uso de sinônimos e abuso de termos com que se exprime ou pinta uma só ideia, ou ainda, ideia nenhuma.

Mas esses têm ao menos o mérito do possível acúmulo ou superfetação para efeito decorativo, ao passo que, diante das duplicatas gramaticais, forçoso é tomar um partido. Uma das formas, pensamos, vale menos que a outra. No ponto em que a estrada se bifurca, um caminho é certo, o outro errado. Que depois de se apartarem venham a convergir, que se possa tomar tanto um rumo como o outro, é conjectura que raro nos acode e hipótese que o nosso espírito repele quase sempre.

Tentemos elucidar um desses curiosos casos de duplicata: *Todo e todo o*. Segundo o que modernamente se tem admitido, mais em teoria do que na prática, trata-se aqui das coisas gramaticalmente distintas, devendo-se atentar no duplo sentido do vocábulo “todo”. Se significar “inteiro”, diremos *todo o*; se equivaler a “qualquer”, eliminaremos o artigo.

Essa distinção, inquestionavelmente simples e engenhosa, esteia-se com bons exemplos escolhidos em nossa literatura, e muito bem fundada estaria se fosse impossível opor a esses mesmos exemplos outros muitos de igual valor e procedência.

Desde que se apela para a autoridade dos clássicos, seria conveniente apurar esse ponto. Isso nunca se fez como se deveria. E, contudo, pode-se afirmar que entre os clássicos jamais se pôs a vida ou morte do artigo junto a *todo* em rigorosa conexão com a supracitada alternativa.

Nos casos de *todo* equivalente a “qualquer”, toda a verdade a que se consegue chegar é que em certa época reinou indecisão ou indiferença quanto ao artigo, em outra – e isso principalmente a partir dos cientistas – predominou a forma *todo o*.

Vamos exemplificar e não tardaremos a convencer-nos de que a propensão dos clássicos, depois da fase de incerteza, é o contrário do que a suposta regra pretende sustentar.

¹¹³ N.O.: Texto originalmente publicado no *Anuário do Colégio Pedro II*, 1º ano, p. 267-276, em 1914. Encontra-se disponível para consulta no acervo do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), do Colégio Pedro II.

Tivesse a distinção como firme alicerce a autoridade que invoca, e difícil, senão impossível, seria apontar nas obras de quinhentistas e seiscentistas *em toda a parte, por toda a parte*, etc., locuções nas quais o sentido é, não de parte inteira, mas de qualquer parte.

Argumenta-se, é certo, com o trecho camoniano: *Cantando espalharei por toda parte*. Mas o valor dessa citação neutraliza-se facilmente com esta outra: *Um mesmo rosto por toda a parte tem, e em toda a parte começa e acaba enfim, com divisa arte*. (Lus. 10, 78). Confrontemos, todavia, entre si, para sermos mais exatos, todos os dez exemplos congêneres existentes nos *Lusíadas*. O resultado, ainda assim, será este: de uma parte, cinco exemplos com artigo (3,51; 3,79; 9,79, 10,78 duas vezes); da outra, cinco sem ele (1,2; 4,25; 4,84; 8,89; 10,67). Claro está, pois, que por mais que se conte com o parecer de Camões, desta vez lhe é forçoso abster-se de votar.

Já na linguagem de Antônio Vieira o que parece constituir regra é justamente a conservação do artigo. Assim lemos: *a toda a parte* (Sermões, 8444); *de toda a parte* (ib. 5,425; 5,465); *por toda a parte* (ib. 8,257; 8,354; 8,54); *em toda a parte* (ib. 5,412; 5,337; 5,225; 5,250; 5,250; 8,58; 8,100; 8,170; 8,359; 8,360; 8,375; 8,379; 8,416; 8,423; 8,471). E semelhantemente Manuel Bernardes.

Na esteira dos seiscentistas foram Castilho, Herculano e Garrett. No *Fausto*, no *Eurico*, nas *Lendas e Narrativas*, no *Catão* encontram-se diversas vezes as locuções *por toda a parte, em toda a parte*, mas em nenhum caso falta o artigo.

O que se dá com o nome *parte* sucede também com outros substantivos. Nos *Lusíadas*, há a mesma vacilação e casos bastantes por onde se vê que pode muito bem subsistir o artigo, quando na palavra “todo” a acepção “qualquer” é claríssima. Epifânio, um dos melhores conhecedores da língua de Camões, indica algumas destas passagens.¹¹⁴

Quanto ao que se atribui a outros clássicos, o que eles, de fato, ensinam é, não a observância estreita do preceito em questão, mas que se lhe dê somente o apreço que as fórmulas belas e engenhosas merecem quando originadas de pura fantasia.

Nos sermões de Antônio Vieira, não há dúvida de que se topam exemplos como *todo cristão, todo homem*. Porém, o número desses casos é bem pequeno em comparação de outros, nos quais, pelo contrário, o artigo figura, não por descuido, mas como que sublinhado com particular intenção. Sirvam os seguintes de reconforto aos estudiosos desnorteados por teorias fantasiosas:

Toda a república em todo o tempo há mister paz, e a nossa no tempo presente dobrada paz (Sermões, 2, 403).

Todo o homem neste mundo deseja melhorar de lugar (ib. 5, 194).

Todo o lugar mais alto que os outros está sempre ameaçando a própria ruína (ib. 5, 211).

Todo o estudioso douto nas Escrituras (ib. 165).

¹¹⁴ N.A.: Veja-se *Os Lusíadas* comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias, Tomo II, pág. 341.

Todo o homem que tem fé e entendimento (ib. 5, 435).

Com o latim ao lado, bem claramente, diz Vieira, e diz Bernardes:

Maledictus omnis qui pendet in ligno... *Todo o homem*, que acaba a vida pendurado de um pau, é maldito (Vieira, Sermões 2, 420).
Está fundado naquela sentença do Psalmista: *Omnis homo mendax*; *todo o homem* é mentiroso. (Bern. Nova Flor, 5, 222).

E não desapareceu essa maneira de dizer depois que passou a era dos seiscentistas. A tradição conservou-se, e os melhores escritores modernos continuaram a exprimir-se assim. Nada menos instrutivas do que as precedentes são estas sentenças de Herculano:

Todo o ministro enquanto não cai é grande (Monge de Cister, 2, 230).
Todo o Regras tem um Bugalho, alguns têm dois: outros têm trinta (ib. 232).

Muitas vezes, em poucas páginas e, ainda, em poucas linhas, se agrupam, se repetem, – dir-se-ia de propósito – frases com *todo o* significando “qualquer”, “cada”. No sermão dos ossos dos enforcados (Vieira, Sermões 2, págs. 402–427), o *nomen super omne nomen* do Apóstolo vem trasladado por *nome sobre todo o nome*; e, com aquela insistência característica do estilo de Antônio Vieira, essa expressão aparece repetida, repisada, sempre com o artigo, duas, três, quatro e cinco vezes. A obra do Senhor é ao mesmo tempo considerada como boa e livre de *todo o respeito* e defeito humano, e a sua misericórdia pura e limpa de *toda a outra atenção*, e nua, como a verdade, de *todo o respeito* e limpa de *todo o interesse*.

Acrescente-se ainda que é nesse mesmo sermão dos ossos dos enforcados que o pregador chama maldito a *todo o homem* que acaba a vida pendurado de um pau.

Ocupemo-nos agora da outra acepção da palavra *todo*. Depois que vimos que os clássicos, na hipótese precedente, só algumas vezes suprimiram o artigo, resta saber ao certo qual a norma por eles adotada quando usavam *todo*, no seu sentido próprio de “inteiro, completo”.

Tem-se dito que, nesse caso, conservavam o artigo sempre. Tem-se dito e redito que esta regra, ao menos, não dá lugar a dúvidas; e, contudo, nem os que nela creem, nem os clássicos a praticam com o pressuposto rigor. Infringem-na poucas vezes, é certo; mas infringem-na. Obedecem, inconscientes, à força mais poderosa do que a lei que imaginam, ainda que a não saibam definir por uma fórmula correta.

Deixemos por um momento em repouso as páginas instrutivas dos escritores e comecemos por dois exemplos banalíssimos, os quais, de aquém e de além Atlântico, têm proferido milhentas vezes todos os lábios que sabem a nossa língua. Por que é que se diz, e sempre se disse, *todo o Brasil* e, contudo, *todo Portugal*, num caso

com artigo, noutro sem ele? Onde está o rigor, a impecabilidade da famosa regra? Ou não se trataria, numa e noutra expressão, de país inteiro?

O segredo dessa contradição da parte de todos nós não o procuremos no determinativo, mas no modo de designar os países, nos mesmos nomes próprios. *Portugal* usa-se sem artigo; o *Brasil*, pelo contrário, figura entre aqueles que nunca o dispensam. E o povo muito naturalmente, antepondo ou pospondo a palavra *todo*, há de dizer assim: *todo Portugal* ou *Portugal todo*; *todo o Brasil* ou *o Brasil todo*.

Em poucas palavras: o artigo pertence ao substantivo. É este o seu legítimo proprietário, e não o vocábulo *todo*. Usa-se ou omite-se conforme a exigência do nome. Como a maioria dos nomes reclama o artigo, compreende-se a presença dele ao lado de *todo* quando anteposto. A fórmula relativa a *todo o* igual a *inteiro* deveria ao menos reparar na impossibilidade da equivalência *todo o Brasil* e *Brasil todo o*, o que seria deslocar o artigo e desapossar dele o substantivo competente.

E agora, para termos a certeza de que a prática popular é abençoada por escritores os mais insignes, basta chamar a atenção para estes trechos ditados sem dúvida pelo mesmo sentimento de linguagem que acabamos de explicar.

Hoje se pratica em *todo Portugal* (Vieira, Serm. 8, 162)

Em qual destes lugares ou tempos estava mais aplicado *todo Xavier*? (ib. 8, 324)

Este é o primeiro Afonso, disse o Gama, que *todo Portugal* aos mouros toma (Cam. Lus. 8, 11)

Cabeça ali de *Europa toda* (ib. 3, 17)

O mar todo (ib. 10, 29)

Todo o mar (ib. 10,28)

O mundo todo (ib. 10,83)

Em todo o mundo (ib. 2,55)

Toda a Índia (ib. 10,37).

Há hesitações, mas essas nada têm a ver com o determinativo *todo*, significando “inteiro”. O seu estudo há de fazer-se em outro lugar: no capítulo sobre emprego e omissão do artigo. Os clássicos não escreveriam umas vezes *de toda a Europa*, outras simplesmente *de toda Europa*, nem *todo o seu exército* ao lado de *todo seu exército*, se o uso não vacilasse entre *da Europa* e *de Europa*, entre *o seu exército* e *seu exército*.

Liquidada, segundo creio, essa parte relativa à aceção “inteiro” do nosso determinativo, resta saber que ponto de contato haverá entre tal caso e a hipótese de *todo* significando “qualquer”. À primeira vista, nada se descortina e parece não caber aqui o que dissemos sobre o artigo. *Todo* — “qualquer” não estaria na dependência dele, e os clássicos teriam praticado abuso de marca maior e muito lamentável por concitarem outros a praticá-lo também.

Mas a convivência, aparentemente impura e abominosa, de *todo* com o artigo não se fez nem se consagrou por desrespeito e ultraje ao modo de sentir e pensar. Funda-se numa razão histórica. A princípio, não

foi propriamente a noção “qualquer” a dominante no termo *todo*. O que, no caso que aqui particularmente nos interessa, se praticou foi tomar o indivíduo pela espécie, pela classe inteira, ou uma das partes pelo conjunto delas, o singular, em suma, pela pluralidade, pela totalidade de pessoas ou coisas da mesma classe. *Todo o homem está por todos os homens, toda a parte por todas as partes*.

Em plena consciência dessa substituição, que inegavelmente antecedeu a qualquer outra diversificação de sentido, o eliminar o artigo ante o nome no singular, ao mesmo passo que ante o plural se mantinha por necessário, era coisa de costa arriba para a índole da língua portuguesa. A analogia reclamava que viesse ele expresso numa forma como noutra.

A noção “qualquer” é secundária. Designar o indivíduo pela espécie inteira parecia o mesmo que dizer qualquer indivíduo dessa espécie. Gerado e desenvolvido o sentimento da sinonímia, equivalência e mútua substituição possível dos termos *todo* e *qualquer*, começa essa outra noção, criada de pouco, a contraminar a resistência e defesa do artigo.

Das duas tendências opostas não consta que a mais recente chegasse em alguma época a ter sobre a outra notável supremacia. Certo é que o artigo nunca desapareceu por completo do substantivo pela só razão de poder “todo” sugerir a ideia “qualquer”. Os quinhentistas, pelo menos, segundo vimos, não se esforçaram por extingui-lo; tinham, antes, por indiferentes as duas maneiras de dizer.

A partir dos seiscentistas, a atitude define-se melhor; reage-se fortemente contra o amputar o artigo ao substantivo e de toda a parte surge *todo o*, que séculos depois, em nossos dias, em nome de uma regra muito discutível, se tem procurado desprestigiar novamente.

Apesar de proclamada a altas vozes e tão a miúdo como rigorosa e exata, e, porventura, por isso mesmo que, pelo seu exclusivismo, contraria a verdadeira índole da língua, não a observaram, como seria de esperar no século 19, nem Castilho, nem Garrett, nem Herculano. Dir-se-ia, antes, que zombavam dela sempre que o podiam fazer.

Se alguma coisa podemos inferir da prática dos clássicos desde Camões, é que *todo o* como *todo* tem seu lugar onde o sentido for igual a *qualquer*. Não haverá argumentos bastantes para reprovar a omissão do artigo, mas os há ainda menos para condenar a sua manutenção.

Em certas locuções que ocorrem a cada momento podemos, sem nos preocuparmos da significação dos determinativos, ajuntar sem receio a minúscula palavra *o* ao nome: *em todo o caso* (Vieira, Serm. 8, 205; Herc. Lendas e Narr. 2, 134); *de todo o gênero, todo o gênero de* (Vieira, Serm. 8, 205; 8, 23; 8, 22; 8, 371; 8, 379 8, 360; Herc. Lendas e Narr. 2, 20; 2, 189; 2, 301), ao lado de *todo gênero* (Vieira, Serm. 8, 262; 8, 379); *a toda a pressa* (Vieira, Serm. 2, 181; Bernardes, Nova Flor. 1, 210; 1, 255; 1, 273; 1, 415); *a toda a hora* Herc., Lendas e Narr. 2, 42; Castilho, Fausto III; Bernardes, Nova Flor. 1, 270); *tudo o mais* (usa-se sempre com o artigo e dispensa citações).

Agora, para terminar, digamos duas palavras a propósito de *todo o que, tudo o que*. O relativo aqui refere-se ao demonstrativo *o*, e não — a *todo, tudo*. Suprimir a palavra *o*, como hoje a miúdo se vê fazer, é estrangulação

cômoda e simples, mas é também uma forte bofetada em toda a tradição da língua. Fernão Lopes, Zurara, Castanheda, Camões, Barros, Vieira, Bernardes, Herculano, aí estão com legiões de exemplos a protestar contra o insistir em semelhante abuso. São tantos e tão fáceis de encontrar esses exemplos, que não vale a pena indicá-los ainda ao leitor. Só nos Sermões de Vieira encontrará, por vezes, dois e três em uma só página.

M. Said Ali
Professor de Alemão do Externato do Colégio Pedro II

1921

VERBOS TRANSITIVOS E INTRANSITIVOS¹¹⁵

Definido o verbo como palavra que exprime ação ou estado, não se conclui daí que essa significação se deva conter toda somente no verbo. Para que isso fosse possível, seria necessário possuir nosso idioma uma textura morfológica extremamente complexa. Muitos verbos requerem o acréscimo de um termo que lhes complete o sentido.

Chama-se *transitivo* o verbo cujo sentido se completa com um substantivo usado sem preposição ou ocasionalmente com a preposição *a*, como nestes exemplos:

Amar o estudo – Amar a Deus – Feriu o pé – Antônio feriu a Pedro – Deus criou o mundo
– O ourives fez um anel – A terra produz trigo.

O termo que integra o sentido do verbo transitivo tem o nome de *objeto direto* ou *acusativo* e toma a partícula *a*, quando denote ente animado e convenha por essa forma tornar bem clara a função objetiva do substantivo.

Examinando o papel semântico do objeto direto nos citados exemplos, notaremos que *a Pedro* e *o pé* postos em seguimento a *feriu* exprimem a pessoa ou coisa que recebe a ação; porém *o mundo*, *um anel*, *trigo*, que completam o sentido de *criou*, *fez* e *produz*, denotam o produto da ação. Num caso o acusativo significa um ser cuja existência é anterior à da ação verbal; no outro caso, o ser aparece ulteriormente como resultado do ato que se pratica. Diferente dessas duas hipóteses é a significação do acusativo ou objeto direto de *amar*. Denota o ponto para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado pelo dito sentimento. Exemplo típico:

Otelo ama a Iago, e Iago odeia a Otelo.

Certos verbos transitivos, tais como *dar*, *entregar*, *pedir*, *mostrar*, *dedicar*, *ceder*, *transferir*, *restituir* e outros, posto que se lhes acrescente o objeto direto, continuam, todavia, com o sentido incompleto. Requerem ainda outro substantivo que designe o ente a quem a ação se destina. Esse segundo termo, precedido sempre da preposição *a*, denomina-se *objeto indireto* ou, particularizando, objeto *dativo*; e com ele não pode concorrer o acusativo senão desprovido de partícula. Assim, diz-se:

¹¹⁵ N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista de Língua Portuguesa*, nº 11, p. 61-72, em 1921. Disponível em: <<https://bit.ly/3QYVSR5>>. Foi, posteriormente, reeditado, em 1998, no nº. 20 da *Revista Idioma*.

Entregar o prisioneiro ao general – Mostrar o escravo ao rei – Restituir o filho à mãe etc.

Substituído o substantivo pelo pronome pessoal da 3ª pessoa, caracteriza-se o acusativo pelas formas *a, os, as*, e o dativo pelas formas *lhe, lhes*.

O dativo também pode ser usado para designar o ente a quem a ação aproveita ou desaproveita. Será então um termo necessário para alguns verbos, porém acessório para outros. Algumas vezes, confunde-se com as noções de lugar, posse etc.

Verbos que não admitem acusativo chamam-se *intransitivos*. Aqueles que, como *viver, morrer*, não necessitam de complemento algum são os intransitivos puros ou absolutos. Os que não se usam senão com um termo complementar preposicionado, como *depende de alguma coisa, precisar de alguém ou de alguma coisa, concordar com uma opinião*, são os intransitivos relativos.

A esse termo regido de preposição, com que se completa o sentido de verbos intransitivos, dá-se de ordinário o nome de objeto indireto. Por ter alguma semelhança com as circunstâncias expressas pelos advérbios, poderemos denominá-lo objeto indireto circunstancial.

A expressão preposicionada que, sem ser exigida pelo verbo, se lhe acrescenta como explicação acessória – e este é o caso em *viver do ganhado, morrer de fome* – classifica-se como locução adverbial.

Posto que em geral não se confunda o verbo transitivo com o intransitivo, a linha de demarcação nem sempre pode ser rigorosa. Assim, se transitivos são os verbos *comer* e *beber* em *comer carne, beber vinho*, não há dúvida que esses mesmos verbos vêm empregados intransitivamente em expressões como *o doente não come nem bebe*, ou quando se usa o verbo *beber* sem objeto algum no sentido de “entregar-se à embriaguez”. *Ouvir*, significando “não ser surdo”, *engolir, sonhar, ver* ou *enxergar*, na acepção de “não ser cego”, *mastigar, pensar, meditar* e outros, quando usados sem objeto algum para denotar apenas o funcionamento ou privação de um ato fisiológico ou psicológico, tornam-se verbos tão intransitivos como *dormir, andar, manquejar, endoidecer, tossir* e *expectorar*. O próprio verbo *falar*, um dos que mais frequentemente ocorrem na linguagem cotidiana, não pode gabar-se de pertencer a um tipo definido. Transitivo em *falar uma linguagem, ouvir o que alguém fala, falar verdade, sem falar outra palavra*, emprega-se, contudo, as mais das vezes como verbo intransitivo.

Casos há também de sério embaraço para a classificação e análise determinado pelo fato de considerar-se como instrumento da ação o que se deverá ter como objeto direto. Assim, em vez de *atirou-lhe a pedra*, pode-se dizer *atirou-lhe com a pedra*, e isto não somente na linguagem familiar, mas também na literária:

Atirou este homem a um pobre com um pão de esmola (Bern., N. Flor. 1, 410).

No primeiro caso, é claríssima a análise e o sentido; no segundo, os complementos instrumental e locativo desabonam a transitividade de *atirar*.

Arrancar e *sacar* apresentam todos os requisitos de verbo transitivo nas frases *arrancar árvores*, *arrancar dentes* ou *cabelos*, *sacar proveito* e outras similares, em que é inadmissível o uso de qualquer preposição antes do nome integrador do sentido verbal. Se, porém, o substantivo exprime arma ou instrumento, e ao conceito verbal se associa o de segurar este instrumento, ou servir-se dele, diz-se *arrancar da espada*, *sacar do revólver*, destruindo-se assim o caráter do verdadeiro verbo transitivo. A presença da preposição *de* é devida provavelmente ao duplo contágio das noções de instrumento e de lugar de onde procede a ação. Posto que não seja comum usar-se a partícula *de* na primeira dessas acepções, há, entretanto, provas evidentes dessa possibilidade, como se vê em exemplos com outros verbos:

Iam-lhe *dando das espadas* chãs muito grandes feridas (S. Graal, 119) – *Feriram* todos os cavalos *das esporas* (Zur. em In. 3, 22) – O qual ele *constrangia das esporas* (ib. 21) – *Dei* rijamente *da vara* ao palafrém (Barros, Clar. 1, 97).

Além do conhecido passo camoniano *arrancam das espadas de aço fino*, encontra-se, muitas vezes, *arrancar da espada* em Barros, Clarimundo, onde também ocorre *arrancou muito raivoso de um terçado* (1, 274).

Puxar torna-se igualmente intransitivo, quando seguido de nome que denote instrumento ou arma, construindo-se não somente com *de*, mas ainda com a preposição *por*, devido a novo contágio qual o do conceito de lugar por onde: *Todos* puxam pelas armas (Vieira, Serm., 11, 182). *Tirar*, empregado na acepção de “puxar”, pode ser verbo transitivo, ou intransitivo seguido da partícula *por*:

E *tirando pela campainha*, acudiu a porteira (Barros. Clar. 1, 19) – *Tira pela espada* (Vieira, Serm., 2, 164) – *Tirando a espada* (ib. 5, 90) – Os que *tiram por esta carroça* (ib. 9, 1760) – Uma carroça dourada *pela qual tiravam* uma ovelha e um leão (ib. 9, 175) – Moisés com todo aquele amor, desce do monte, convoca os Levitas, *tira pela espada* e matou naquele mesmo dia vinte três mil homens (ib. 11, 136).

Pegar, verbo transitivo em *pegar o ladrão*, o inimigo etc., tornando-se intransitivo, tem o luxo da construção com as partículas *de*, *em*, *por*:

Pegou da tesoura (Bern., N. Flor. 1, 328) – *Pegando-lhe das rédeas* (ib. 403) – *Pegou de um pão* e lhe atirou com ele (ib. 408) – *Pegando-lhe por outros cabelos* (ib. 405) – O anjo lhe disse que *pegasse no peixe pela barbatana* (Vieira, Serm. 2, 318) – *Pegou na taça* (Herc., M. de C. 179) – *Pegando em uma escudela* (Her. L. e N. 1, 293) – *Pegando numa lanterna* (ib. 2, 136) – O senhor de Biscaya *pegou* então *de um osso* com sua carne e medula (ib. 2, 12).

Quando não concorram os conceitos de instrumento ou lugar, *pegar* é verbo transitivo, como no citado *pegar o ladrão* etc., ou intransitivo com a partícula *em*, como *pegar no sono*. Esse uso hodierno difere da antiga linguagem, que se valia da preposição *de* em:

Querendo *pegar do sono* (Bern., N. Flor. 3, 492) – E *pegando dele* (mancebo) o procurava mergulhar como por zombaria (ib. 1. 404) – Ainda o Senhor não quis que tão depressa *pegassem dele* (Jesus), mas com toda a brandura falou aos Príncipes dos Fariseus (Th. de Jes., Trab. 2, 30) – O qual (Malcos) querendo-se desmandar *pera pegar primeiro do Senhor* (ib. 2, 31).

O verbo *obedecer*, seguido de seu termo integrante, era tratado, na linguagem dos séculos XVI e XVII, não somente como intransitivo, mas ainda como transitivo:

Lhe havia de *obedecer* (Barros, Dec. 2, 5, 11) – *Obedecer-lhe* (Arr., 357) – Não só ofendiam a Antônio, mas o *obedeciam e reverenciavam* (Vieira, Serm. 3, 193) – Lançou bando que todos os súditos do seu império... *lhe* viessem oferecer sacrifício público, sob pena da vida e da sua indignação aos que assim *o não obedecessem* (ib. 11, 14) – Todos a *obedecê-la* concorriam (Castro, Ulys. 5, 22).

Resistir usou-se amplamente como verbo transitivo a par da construção com o nome preposicionado, servindo neste caso ora a partícula *a*, ora *contra*:

Crês tu que já não foram levantados contra seu capitão se *os resistira* (Cam., Lus. 5, 72) – Eu vi que *contra os Minyas...* todos *resistiram* (ib. 6, 31).

É de notar como Antônio Vieira, naqueles sermões onde repete o verbo frequentemente, varia a construção, utilizando-se das três maneiras de dizer:

Para esperar e *resistir os assaltos* de tão bravo... inimiga (Serm. 8, 118) – Não *resisto estes unguentos* da Madalena (ib. 8, 125) – *Resistiu contra o pecado* (ib. 8, 117) – *Resistiu contra a morte e contra a honra* (ib. 8, 127) – É contudo *resistir-lhe* com tanta violência (ib. 8, 127) – Dá nas velas um vento tão forte em popa para Japão, que não o podendo *resistir* nem o navio, nem o piloto, nem o demônio, foi tomar terra e dar fundo em Congoxima (ib. 8, 308) – (Deus) não consentirá jamais que sejas tentado sobre o *que* podeis *resistir* (ib. 9, 22) – Como pode ser que *lhe* pudesse *resistir* (ib. 9, 33) etc.

Comprazer, agradar e desagradar aparecem pela mesma época, ora como verbos transitivos, ora como intransitivos:

Por *lhe comprazer* (B. Cruz, Seb. 1, 156) – Querendo alguns fidalgos *comprazê-lo* e contentá-lo (ib. 2, 67) – Tal era o amor de todos de desejarem servir el rei e o gosto de *o agradarem*, que não havia quem sentisse gastos e custos pera este fim (ib. 2, 23) – Por *lhe parecer* que como vassalos o queriam *comprazer* com esta oferta (ib. 2, 188) – Chorem vossos olhos diante de seus pés, e *agradá-lo-eis* (M. Pinto, 3, 29) – (Estas impurezas) tanto ofendem a Deus e o *desagradam* (Vieira, Serm. 9, 357).

Muito numerosos são os exemplos da dupla construção *socorrê-lo* e *socorrer-lhe* em escritores quinhentistas. Vieira constrói o verbo em geral com o acusativo. Mencionaremos os seguintes passos de uma e outra época.

O vento não servia para *lhes* poder *socorrer* a tempo (Barros, Dec. 3,3, 6) – A nau *lhe* podia *socorrer* (ib.) – Viestes logo a *socorrê-lo* em tempo que ele disso tinha necessidade (H. Pinto, 2, 234) – Sem terem conta com a lei da amizade que é fazer bem ao amigo que *lhe* fez, e *socorrer-lhe* em sua necessidade, podendo-o fazer (ib. 2, 270) – Amoesta a seu amigo, e *socorre-lhe* no tempo da necessidade (ib. 2, 314) – Pedindo-lhe *o socorresse* naquela perplexidade (Vieira, Serm. 7, 406) – Assim *o socorreu* Deus (ib. 7, 406) – Não tinha outra coisa com que *os socorrer* (ib. 7, 444) – Pois se *os* ia *socorrer* (ib. 3, 531) – Foi o divino Mestre desde a praia a *socorrê-los* (ib. 3, 531) – Nem com as migalhas que *lhe* caíam da mesa *o socorria* (ib. 7, 329).

O verbo *tocar* pode ser transitivo ou intransitivo (*tocar em*). Repare-se nos seguintes passos, em que Heitor Pinto, exprime o mesmo pensamento, construindo esse verbo ora com acusativo, ora com o objeto preposicionado:

Entre as cerimônias que guardava uma era que não podia *tocar hera nem fava*, Blondo... diz que não podia ele *tocar em hera*; mas da fava não faz menção; e pelo contrário Gaudêncio Merula... diz que não podia *tocar na fava*, mas não faz menção da hera. (2, 543) – O que agora desejo saber é porque causa era vedado àqueles sacerdotes *tocar hera de favas* (ib.) – Quem quiser vida tranquila não *toque favas* (ib. 2, 545) – Mandavam que os sacerdotes diais não *tocassem hera nem favas* (ib. 2, 547) – Vedes aqui a causa porque os sacerdotes diais não *tocavam hera nem fava* (ib. 2, 549).

Igualar ocorre nos *Lusíadas* já como verbo transitivo, já como intransitivo:

Tal há de ser quem quer com dom de Marte imitar os ilustres e *igualá-los* (Lus. 8, 89) – A terra de Bengala, fértil de sorte que outra não *lhe iguala* (ib. 7, 20).

Em Vieira encontram-se estes passos:

Lúcifer... não aquietou naquele lugar, e quis *igualar o seu* com o do mesmo Deus (Serm. 5, 194) – Que podem os homens fazer ações tão heroicas e levantadas que comparadas com as suas, *as igualemente*, e ainda as excedam (Serm. 8, 124) – A grandeza do Panteão de Roma *não iguala os maiores templos* da Cristandade (ib. 8, 438) – A fortuna nunca *igualava os desejos* dos homens; mas se houvesse uma fortuna tão grande, que não só *igualasse*, mas vencesse e excedesse *os desejos*; esta seria a maior fortuna que se pode imaginar (ib. 2, 16).

É certo que o verbo *igualar* pode ter mais de uma acepção; mas, como se vê pelos exemplos precedentes, nenhuma das construções corresponde a uma cambiante de sentido definida. Há, além disso, a forma pronominal *igualar-se* com uma variedade de complementos:

A branca areia as lágrimas banhavam, que em multidão *com elas se igualavam* (Cam., Lus. 4, 92) – Numa camilha jaz, que não *se iguala de outra alguma* no preço e no valor (ib. 7, 57) – Nenhum gentio... *se lhe igualava* nesta idolatria (Vieira, Serm. 8, 273, etc.).

Aos verbos *investir* (na acepção de “acometer”, “atacar”), *encontrar*, *topar* e *cumprir* ajunta-se o termo integrante ou diretamente ou mediante a preposição *com*. Exemplos com o verbo *investir*:

Investir um (navio inimigo) (Couto, Dec. 8, 37) – Tornou a *investir o inimigo* (ib.) *Investiu com ele* (ib.) – *Investiu os inimigos* e começou a cortar orelhas (Vieira, Serm. 5, 479) – Eis que o (i. e. Tobias) *investe* um grande peixe com a boca aberta, em ação de que o queria tragar (ib. 2, 318) – (Aristeu) com grande clamar *o investe* e algema-o sem dar azo a que se possa erguer (Castilho, Georg. 279) – Como há de *com os polos investir* (Castilho, Metam. 69).

Quanto ao segundo desses verbos construíveis com a partícula *com*, há manifesta identidade de sentido em *uma vez um asno encontrou com um porco montês* (Es. 16) e *um dia aquele asno o encontrou no caminho* (ib., 29). O termo integrante preposicionado empregou-o Vieira em *e tomando eu nas mãos o livro do mais diligente, abri e o primeiro passo com que encontrei foi este* (Serm., 8, 3). Hoje dizemos *encontrar alguém* ou *alguma coisa*, e *encontrar com alguém*, ou, antes, *encontrar-se com alguém*, forma reflexa também usada, a par das outras, na linguagem arcaica. Desconhece a forma reflexa o sinônimo *topar*, o qual no falar hodierno continua a ser empregado com a mesma indecisão de outrora:

Toparam naquele golfam *uma nau grande* (Castanh. 2, 83) – *Toparam dois milaneses* (ib. 2, 21) – *Toparam com Lucas da Fonseca* (ib. 2, 31) – *Topou com uma nau pequena* (ib. 2, 15) – *Se o topasse* (ib.) – *O topou* (ib.) – *Topou com a caravela* de Álvaro Gonçalves (Barros, Dec. 1, 1, 11) – *Topou uma nau muito grossa* (ib. 1, 5, 9) – *Vá logo topar com a pior enfermidade* (Vieira, Serm. 2, 170).

Data de longe a dicção *cumprir com* e são inúmeros os passos em que ela ocorre, alternando com frases onde o mesmo verbo aparece sem a partícula. Basta atentar nos seguintes exemplos, entre os quais se acham muitas expressões familiares ao nosso falar cotidiano:

Cumprem com sua palavra (Barros, Dec. I, 10, 1) – *Mas tu me dá que cumpra*, ó grande rainha das musas, *com que quero* à nação minha (Cam., Lus. 19, 9) – *Cumprissem com sua palavra* (Barros, Dec. I, 8, 7) – *Não cumpria sua palavra* (ib. 1, 5, 9) – *Por cumprir sua palavra* (ib. 2, 3, 8) – *Quão mal cumpria a promessa* (Castanh. 1, 38) – *Cumprir com minha obrigação* (Herc. L. e N. 1, 116) – *Costumo cumprir as minhas promessas* (ib. 1, 125) – *Cumprir com o seu dever* (ib. 2, 138) – *Como quem tinha cumprido com seu ofício* (Vieira, Sermon. 8, 357).

A linguagem *cumprir com* é aplicável, tanto como *cumprir* simplesmente, quando o termo integrante exprime coisa íntima ou própria do sujeito do verbo, como dever, obrigação, palavra, promessa. Tratando-se de coisa exterior ao indivíduo, costuma-se omitir a preposição, apesar de exemplos em contrário na linguagem quinhentista:

Cumprir ao pé da letra o que o rei seu senhor mandasse (Castanh., 2, 92) – *Cumprir o mandado* (ib. 2, 93) – *Jurou Meliquiaz de cumprir as condições de paz* (ib. 2, 101) – *Cumpri com o regimento* (Barros, Dec. 1, Prol.) – *Cumprir com o regimento* (ib. 1, 1, 6) – *O qual regimento ele cumpriu* (ib. 1, 7, 2) – *Cumprir degredos* (ib. 2, 1, 1) – *Ambos cumpriram o preceito de seu capitão* (ib. 1, 10, 3).

Facilmente podemos distinguir, segundo o exposto à pag. 147 e seg.¹¹⁶, as noções de objeto direto, ou acusativo, e indireto, ou dativo, quando se trate dos termos necessários para completar o sentido de *trazer*, *dar*, *dizer* e muitos outros verbos do mesmo gênero. Outro tanto não sucede se nos acharmos em presença do verbo *ensinar* e, ainda, de mais alguns daqueles que em latim se constroem com duplo acusativo. O nome da criatura a quem se ensina vem representado pelo acusativo, se se calar o nome da coisa ensinada, como em *ensinar os animais*, *havemos de ensiná-los*; converter-se-á, pelo contrário, em dativo, desde que se mencione o nome da coisa ensinada por meio de um substantivo, ou pronome, ou um termo substantivado ou oração substantiva, dizendo-se:

Ensinei-lhe o alfabeto, a música – *Ensinei-lhe isso* – *Ensinar o Padre Nosso ao vigário* – *Cristo, principalmente nos ensinou... o fazer a sua vontade* (Vieira, Sermon. 9, 65) – *Ensinou-lhe que havia Deus* (ib. 9, 56).

¹¹⁶ N.O.: Não foi possível identificar a que páginas se refere o autor, já que o seu texto foi publicado na *Revista de Língua Portuguesa* da página 61 à página 72.

Sendo, porém, o nome da coisa ensinada expressa por um infinitivo regido da preposição *a*, o nome da pessoa se dirá indiferentemente no dativo ou no acusativo. Exemplos de diversas épocas:

Ensinaste-o a servir ao Deus alheio (S. Josaph. 27) – Quando o (sabujo) primeiro começam *a ensinar a achar* (L. de Mont. 88) – O andar ao monte *lhe ensina a ter* bom tento na terra (ib. 28) – Quando *o ensinam a andar* na trela (ib. 68) – E nesta reputação *os mandam ensinar a ler e escrever* (Mend., Jorn. 2, 100) – A boa sabedoria *lhe ensina a passar* avante (H, Pinto, 1, 270) – *Ensinar os homens a fugirem* da sensualidade (ib. 1, 171) – Quase sempre estava calado, *ensinando* ele *a falar os outros* (ib. 2, 589) – O sabedor calando *ensina os outros a falar* (ib.) – Um Deus que *lhe ensina a desprezá-los* (ib. 2, 66) – A necessidade inventora dos remédios *lhe ensinou a favorecer* as boas letras (ib. 2, 234) – *Ensinou-o* (a Aristóteles) Platão *a nadar* (ib. 2, 486) – *Ensinando-lhe a distinguir* e conhecer em si mesmo o grau heroico da virtude (Vieira, Serm. 14, 126) – E que pudessem (os meninos) estar no palácio do rei, para que ele *os ensinasse a escrever e a falar* a língua dos caldeus (Fig. Dan. 1, 4) – E *os ensinaste a santificar* o teu sábadó (Fig. II Esdr. 9, 14) – *Alumiaste os povos e a ser seis os ensinaste* (Fil. Elysio 3, 142) – *Ensinando-lhes a pedir* beijos a todas as mulheres (Camilo, Boh. do Esp. 434).

Enuncia-se, hoje, como dativo o nome do indivíduo a quem se faz pergunta, quando se empregue o verbo *perguntar* e explícito venha, como acusativo, aquilo que se deseja saber. Não era geral essa prática no português da Idade Média, em que também se usava, e a princípio com muita frequência, o nome da pessoa como acusativo, sendo, portanto, o verbo suscetível de dois objetos diretos. Exemplos de uma e de outra construção:

Perguntaram-na que demandava (S. Graal, 1) – *perguntou-o* se era chagado (ib. 35) – *Perguntou-o* que homem era (ib. 37) – *Perguntou-lhe* que faria (ib. 50) – *Perguntou-lhe* quem matara aquele cavaleiro (ib.) – O padre *o perguntou* que enxeco houvera (ib. 53) – *Perguntou-lhe* se viram a besta desassemelhada (ib. 68) – *Perguntava-o* se lhe fazia mister alguma coisa (S. Am. 514) – *Perguntou-lhe* coma havia nome (ib. 518) – *Perguntou-o* como havia nome (S. Graal 45).

Esse mesmo hesitar entre a aplicação do acusativo duplo e a diferenciação deste em acusativo de coisa e dativo de pessoa aparece também nas construções com *rogar*; mas com esse verbo teve sempre vida mais longa o uso do acusativo de pessoa, de que se encontram até exemplos na língua da Renascença:

Rogaram-no por deus que lhe dissesse daquele sonho (S. Graal 109) – *Rogou-lhe* que lhe perdoasse (ib. 127) – *Rogou-o* muito afincadamente que lhe mostrasse o santo (S. Josaph. 43) – *Rogou-lhe* amaro por deus que o benzesse (S. Am. 511) – E este rouxinol *o rogava*, quanto podia, que lhe desse o seu filho (L. de Es. 31) – *Rogaram-no* que lhe desse um senhor (ib. 46) – Vendo (quem o não conhece) que vós, Senhora, sendo quem sois, *o rogais* (i. e. a Cristo),

assim como até agora *lhe* confessava o ser humano, já *lhe* não pode negar o Divino (Vieira, Ser. 9, 86) – Enquanto Mãe, porque o gerou; enquanto intercessora, porque *a roga* (ib. 9, 87) – Se forçado da fraqueza do espírito *a rogardes*, descobris amor para azo de maior sujeição (Ulyss. 55).

São transitivos os verbos *fazer*, *ver* e *ouvir*, e, completando-se *lhes* o sentido por um nome ou pronome, será esse vocábulo sempre um objeto direto. Nem o anunciaremos por outra forma naquelas frases mais complexas em que esse mesmo termo sirva, por sua vez, de sujeito ao infinitivo de um verbo intransitivo, ou de verbo usado intransitivamente:

Quando as outras *os vissem andar*, neste cuidado (Zur. P. M. 275) – *Viam ir os barcos* para ela (ib. 312) – *Fizeram-nos encalhar* (E. Lopes, D. J. 308) – No desejo de *o ouvir* (H. Pinto 1, 311) – Por vezes *o ouviram falar* cos demônios (ib. 3, 237) – *Os denses faz* *descer* ao vil terreno, e os humanos subir ao céu sereno (Cam., Lus. 9, 20) – A cobiça do proveito... *o faz obedecer* e ter respeito ao capitão (ib. 8, 77) – *Ouve mugir os bois* (Castilho, Goorg. 125) – Euro *as fez cair* naquele mar tão vasto (ib. 227) – Nem isto *as fez calar* (Castilho, Mis. 103) – Cartas de Madalena! Era quase *ouvi-la falar*, prazer a que já tinha renunciado (Din. Morg. 2, 246).

Achando-se pelo contrário os verbos *fazer* e *ouvir* combinados com o infinitivo de um verbo transitivo acompanhado de seu próprio objeto direto, enunciar-se-á então o agente desse infinitivo sob a forma de objeto indireto:

Lhe fez perder o sem e *lhe fez perder todo o coração* (S. Graal, 99) – O homem bom quando *lhe ouviu dizer*, que todavia *queria pôr* mão em tal feito, foi tão ledado, que mais ser não pode (F. Lopes, D. J. 12) – E quando *lhe tal razão ouviu dizer*, ficou um pouco como torvado (ib. 60) – *Fez a afeição escrever a alguns* em favor do Rei de Castela da guisa que não aconteceram (ib. 250) – *Fez logo aos prisioneiros que lhe beijassem a mão* como a seu senhor (ib. 199) – *Lhe fizeram crer que* as coisas... *eram* bem diferentes (Barros, Dec. 1, 6, 2) – *Lhe fazia saber que* (ib. 1, 6, 4 bis) – Para *o fazerem saber ao Camorim* (ib. 1, 7, 9) – *Lhes fazia perder a vista* (ib. 1, 8, 5) – *Fazem-lhe a lei tomar* com fervor tanto, que pressupôs de nela morrer santo (Cam., Lus. 7, 33) – A mim lembra... que *lhe ouvi* eu *louvar uma vez aquela sentença* de Thales (H. Pinto 1, 410) – É fazendo oração... *lhe ouviram dizer* com um grande suspiro: ó Jesus Cristo, amores de minha anima, põe, Senhor meu, os olhos em ti (F. M. Pinto, 3, 208) – *Fizeram-lhe perder a constância, fizeram-lhe perder a paciência, fizeram-lhe perder a conformidade*, e até a consciência *lhe fizeram perder* (Vieira, Ser. 1, 825) – Muitas vezes *ouvi ao confessor da Rainha nossa Senhora estas palavras formais* (ib. 13, 17) – Ao que devia cem cântaros de azeite *fazia-lhe escrever oitenta* (ib. 2, 232) – Pode ser que esteja neste auditório quem *lho ouviu* (ib. 8, 151) – O espanto de D. Dorotéia, quando *lhe ouviu dizer que* as ceias não *entravam* nos seus hábitos, foi tal qual *lhe tirou* o ânimo de rejeitar (Din. Morg. 1, 31).

Se se usar *ver* como verbo regente da combinação com infinitivo transitivo, o vocábulo denotador do indivíduo que é visto praticar a ação virá expresso de ordinário pelo acusativo se for substantivo e, pelo dativo, se for pronome pessoal:

E como *lbe vira matar* patrides (S. Graal, 99) – Percival foi todo espantado do *que lbe viu fazer* aquele tempo e àquela hora (ib, 134) – *Viu-lhe ter uma espada* muito limpa e bem corregida (F. Lopes, D. J. 63) – Quando *lbes viram apanhar os mortos* (Zur. P. M. 275) – *Verão os cafres... tirar à linda dama seus vestidos* (Cam., Lus. 5, 47) – *Vê* na água salgada *ter* o Tigres e o *Eufrates uma entrada* (ib. 10, 102) – *A mesma sorte virá ter a* muitas suas *vizinhas* (ib. 3, 89) – E *vereis ir cortando o salso argento os vossos Argonautas* (ib. 1, 18) – Coisas... de alto espanto *ver as nuvens* do mar, em largo cano, *sorver nas altas águas* do Oceano (ib. 5, 18).

O verbo *deixar*, acompanhado de infinitivo de verbo transitivo com o competente objeto direto e, tendo a aceção de “permitir”, constrói-se como esse outro verbo com o dativo de pessoa *lbe*:

Davam graças a Deus pela mercê que lhes fizera em *lbes deixar ver gente* daquela qualidade (D. de Gocs, D. Man. 1, 55) – No outro (dia) entretinha os curiosos da sua terra *deixando-lhes entrever os tesouros* da experiência adquirida a custa de muitos anos de fadiga (Din. Morg. 1, 106).

Com um infinitivo intransitivo dir-se-á:

Que a deixem morrer e ao desamparo (Din. Morg. 3, 263).

Serve também a forma pronominal *lbe* para denotar a pessoa a quem se ordena que faça alguma coisa nas construções do verbo *mandar* com infinitivo transitivo, tendo este seu complemento expresso:

Qualquer coisa *que lbes mandar fazer* o moço (L. da Mont. 233) – E com isto não devem a atender que seu senhor *lbe mande fazer* (i. e. servir em todas as outras coisas) (ib. 47) – Deixe que naquelas coisas *que lbes mandarem fazer*, que as não errem se as fizerem como lhes ele mandar (ib. 204) – Apareceu Deus na sarça a Moisés e *mandou-lhe descalçar os sapatos*. Solve calceamenta de pedibus tuis (Vieira, Sermon. 2, 380).

Causa primordial de se substituir, em certos casos, o dativo ao acusativo foi a necessidade da clareza. Exprimindo-se pela mesma forma pronominal tanto a pessoa como a coisa, teríamos, a permanecer rigorosa a construção dos dois acusativos, a duplicação confusa do pronome em *perguntou-o-o* por *perguntou-lh'o*, *ensinou-o-os* por *ensinou-lh'os* etc., e pouco lúcidas deveriam parecer aos antigos portugueses dicções como *fê-lo*, *crê-lo*, pela circunstância de atrair o verbo regente muitas vezes o objeto do verbo regido. Sem dúvida que nos exemplos

lhes fazia perder a vista, lhe fizeram crer que..., quando lhes viram apanhar os mortos, quando lhe ouviu dizer que..., pode ser que esteja neste auditório quem lhe ouviu, há outro fenômeno a considerar além da mudança da forma pronominal. Nas orações assim constituídas, *lhe*, *lhes*, não se referem a um vocábulo isolado, mas ao conjunto da expressão predicativa. E desta mesma maneira se entende o objeto indireto nos seguintes passos:

Aos seus almoxarifes mandou fazer toda a despesa (F. Lopes, D. J. 129) – Não cumpria o que o Rei...
lhe mandava fazer sobre isto (Barros, D. 1, 6, 3).

Pronunciada ao acaso, e sem ligação com outros pensamentos, uma frase como *mandei-lhe escrever a carta* deixa, por certo, dúvida sobre o verbo a que se há de referir o termo *lhe*; mas isso não sucede no discurso, em que pelo contexto, pela situação, se esclarece sempre a referência.

Posto que a integração de sentido, em grande parte dos verbos que a exigem, não seja possível ou usual senão por meio do substantivo (ou vocábulo substantivado) e do pronome, casos há, contudo, em que pode igualmente ser expressa por um infinitivo. Somente não se deve ter por tão seguro aqui o critério da ausência ou presença da preposição para decidir se o infinitivo funciona, ou não, como objeto direto.

Complemento de verbo intransitivo é por certo todo o infinitivo preposicionado que fizer as vezes de um nome igualmente preposicionado, como em *desiste de combater* e *desiste do combate*. Complemento é, além disso, o infinitivo expresso com partícula e dependente de verbo intransitivo cujo sentido não se integre por outro vocábulo senão pelo infinitivo preposicionado. Tratando-se, porém, de verbo que pede objeto direto, i. e., de um verbo regente transitivo, deveria esperar-se que as frases se construíssem sempre paralelamente: o infinitivo, posto em lugar do nome, ou do pronome *o*, havia de aparecer por toda a parte sem partícula alguma. Entretanto tem restrições esse princípio. Assim é que, sendo regente um dos verbos *desejar*, *prometer*, *propor*, *jurar*, *determinar*, *esperar*, *procurar*, *pretender*, *merecer*, *resolver*, vemos como no fato não raro, mas usual, em português antigo e quinhentista e até seiscentista, a preposição *de* anteposta ao infinitivo-objeto, podendo essa linguagem alternar com a da eliminação da partícula, sem prejuízo do sentido:

Depois que eu conheci Jesus Cristo e *mereci de ser* seu servo (S. Josaph. 39) – Em tal guisa que *mereçamos ser* contados (ib. 49) – Tétis... *deseja de comprar-vos* para genro (Cam., Lus. 1, 16) – Qualquer dos cortesãos aventureiro *deseja ser* com fervida vontade (ib. 6, 51) – Eu *desejo* há muito *de andar* terras estranhas (ib. 6, 54) – *Procuramos*, como próprios da terra, *de habitá-la* (ib. 1, 54) – Se *pretendes*, rei alto, *de vingar-te* (ib. 3, 38) – Só de segui-lo o exército procura (ib. 3, 67) – Elas *prometem... de ser* no Olimpo estrelas (ib. 4, 85) – *Determinei* de assim nos *embarcarmos* (ib. 4, 93) – *Tirar* Inês ao mundo *determina* (ib. 3, 123) – *Determinei* por armas *de tomá-la* (ib. 5, 53) – A que novos desastres *determinas de levar* estes reinos (ib. 4, 97) – *Determinam* *matá-lo* em fim de tudo (ib. 10, 116) – *Prometiam de o fazer* (Vieira, Serm. 8, 407) – Nova lei que o rei não só promulgasse, mas *jurasse de a cumprir* (ib. 8, 232) – Eu vos *prometo de vos compor* um cântico

novo (ib. 9, 427) – *Resolveu de acabar* com o homem e tirá-lo da face da terra (ib. 9, 239) – *Tinha resoluto de não tratar* mais daquele convento (ib. 9, 191) – Nem (sei) que conta *esperam de dar* a Deus (ib. 9, 471) – Eu te *prometo de te favorecer* toda a vida (Bern., N. Flor. 3, 8) – *Jurou de nunca* mais vestir armas (ib. 3, 196) – Hás de *jurar de não descobrir* isso a pessoa alguma (ib. 1, 410) – Eu *proponho de a guardar*, ajudando-me vós com vossa oportuna graça, e *de fazer* quanto em mim for, porque todos os homens a guardemos (Bern., L. e C. 432).

Reconhecendo-se a inutilidade da partícula entre o verbo transitivo e o infinitivo-objeto, foi esta desaparecendo do uso, em uns casos mais cedo, em outros mais tarde, até que por fim se fixou a linguagem hodierna, a qual, depois de qualquer dos mencionados verbos, só emprega o infinitivo puro como equivalente do objeto expresso por substantivo ou pronome.

Com o verbo *começar*, igualmente transitivo, prevaleceu pelo contrário, a prática das construções discordantes dizendo-se *começo o trabalho* e *começo a* (ou *de*) *trabalhar*, sem haver alteração semântica no verbo comum às duas frases. Que à linguagem de outrora já deveria parecer dispensável a partícula, verifica-se por vários exemplos do português antigo e pelos muitíssimos passos de João de Barros:

Começa singrar esta noite (S. Amaro 510) – *Começou fazer* suas orações (S. Josaph. 31) – *Começou fazer* vida solitária (ib. 37) – *Começo servir* Nosso Senhor (ib, 48) – *Começou tirar e dar* com sua espada grandes golpes (L. de Es. 54) – *Começando descobrir* (Barros, Dec. 1, 1, 13) – *Começam lograr* as novidades (ib. 1, 1, 7) – *Começou todo correr* (ib. 1, 1, 11) – A gente *começou entrar* (ib. 1, 7, 5) – *Começou ventar* os poentes (ib. 1, 7, 4) – *Começaram despender* sua palavra (ib. 1, 7, 11) – Já *começávamos chegar* às portas do mar Roxo (ib. 1, 8, 1), etc.

Sem dúvida que a par destes exemplos ocorrem outros, em número muito maior, de *começar de* e *começar*

a.

M. Said Ali

1924

“LIÇÕES DE PORTUGUÊS”¹¹⁷

A propósito do seu livro *Lições de Português*, tem o prof. Sousa da Silveira, nosso prezado colaborador, recebido diversas cartas, de algumas das quais tiramos os seguintes tópicos:

“Com a leitura desta nova obra veio reavivar-se – nem esperava eu outra coisa – a impressão que me deixaram seus trabalhos anteriores: método rigoroso de estudo e apreciação justa dos fatos da linguagem, contrariando embora, em seus excessos e fantasias, o dogmatismo da chamada corrente purista.

Aplaudo, e muito, o citar trechos de autores brasileiros, autores a que os gramáticos da antiga escola negavam o direito de votar. Eu pessoalmente não há dúvida que pouco os tenho citado em meus trabalhos; mas é claro que estudando, como estudo, os fatos historicamente, se não tratei desenvolvidamente do falar brasileiro, é que ainda não cheguei a esta fase mais moderna da linguagem.

O que se lê à pag. 186 e 187 sobre o emprego do artigo indefinido está de acordo com a tradição da língua. A eliminação sistemática da palavra *um* é modernice, filha dessa crença segundo a qual se deve executar tudo quanto tenha parecença com o francês. Quanto à sua dúvida, em nota final, sobre o exemplo de Herculano, posso informar-lhe que nas *Lendas e Narrativas*, 2ª edição (1859), se lê: ‘Dizei-lhe isto e vereis esse engenho, que credes moribundo, atirar-se como um tigre ao meio dos juizes’”.

.....

E, aqui, termino repetindo: o livro *Lições de Português* foi escrito com boa orientação e compreensão dos fatos da linguagem e, sobretudo, com muito escrúpulo”.

M. Said Ali

¹¹⁷ N.O.: Texto originalmente publicado na seção “Bibliografia” da *Revista de Língua Portuguesa*, n. 31, p. 223, em setembro de 1924. Disponível em: <<https://bit.ly/3yylfmp>>.

1936

I - Classificação dos versos

Nas línguas românicas a especificação e denominação dos versos regulam-se pelo número de sílabas contadas segundo regras métricas, algo diferente do que a usual análise fonética nos ensina.

Adapta-se um só critério de contagem para as linhas com diferença de uma ou duas sílabas por terminarem em palavra oxítona, paroxítona ou proparoxítona. Diz-se então que o verso é agudo, grave ou esdrúxulo, sem prejudicar a especificação de pentassílabo, hexassílabo etc.

O verso esdrúxulo nada influi na contagem, visto que, segundo convenção antiga que prevalece tanto para o português como para o espanhol e o italiano, em proparoxítono posto no fim da linha contam por sílaba única as duas que se seguem à tônica. O verso esdrúxulo é tratado como se fosse verso grave.

Em língua francesa, finalizam os versos, de acordo com a acentuação própria do idioma, ou em sílaba tônica, ou em tônica seguida de *e* mudo, possibilidades essas que se designam com os nomes de rimas masculinas e rimas femininas. É de regra alterná-las, podendo a estrofe conter umas e outras em igual número. E os versos franceses classificam-se segundo os da primeira espécie.

As outras línguas românicas, de prosódia tão diferente, regulam-se pelo verso grave, forma preponderante, como em geral são mais numerosos os vocábulos de final átona. É por isso que o alexandrino, verso de doze sílabas para os franceses, introduzido na poesia castelhana, adquire nova definição: “Verso alexandrino à la francesa, verso que consta de *trece* sílabas”. Em espanhol, como em italiano, consideram-se formadas de 5, 7, 11 sílabas linhas que para os franceses não teriam senão 4, 6, 10.

Dante em *De vulgari eloquentia* chama pentassílabo, heptassílabo e hendecassílabo aos versos graves que contenham respectivamente 5, 7, 11 incluindo a átona final. Não faz conta do verso agudo. Compõe a *Divina Comédia* com o soberbo hendecassílabo, desdobrando, por diérese, em duas sílabas *ai, oi, ei, ou*, quando se acham no fim das linhas, e usando, na mesma posição final, com o intuito de preencher a undécima, as formas *tree, èe, fue, giùe, piùe*, em lugar de *tre, è, fu, giù, più*, únicas empregadas no interior e no começo dos versos. Em todo o poema não se apontam mais de 32 linhas com terminação aguda (hendecassílabos reduzidos).

¹¹⁸ N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista de Cultura*, volume 20, p. 181-195, 1936. Disponível para consulta no acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

¹¹⁹ N.O.: Embora os textos sobre versificação portuguesa produzidos por Said Ali tenham sido editados em obra de título homônimo pelo Instituto Nacional do Livro em 1949, esta reedição dos artigos publicados em duas partes na *Revista de Cultura*, em 1936 e 1937, se justifica pelo fato de haver algumas diferenças entre as duas versões. A versão publicada em livro faz parte do acervo físico do projeto “Arquivos de Saberes Linguísticos”. Disponível em: <<https://bit.ly/3wUbqPj>>.

Petrarca não é menos favorável ao verso grave. Em suas composições não chegam a meia dúzia os versos oxítonos.

A predominância considerável dos versos de terminação paroxítona não é privilégio do idioma italiano. No poema *Os Lusíadas* não se desdobram ditongos no fim das linhas; não se supre a falta da undécima com vogal paragógica. Ainda assim, entre os 8816 versos figuram somente 471 agudos; quer dizer, não chegam a 6%.

A terminação em sílaba átona dá-nos a impressão de um movimento rítmico perfeito, que suavemente desce e acaba no ponto onde deve. Sentimo-nos, pelo contrário, como que forçados a uma parada súbita, antes do tempo próprio, quando chegamos ao fim de algum verso agudo interposto entre os graves. Usado de quando em quando na poesia séria, agrada como elemento de variedade. Presta-se, no entanto, à poesia jocosa, onde às vezes aparece seguidamente para aumentar o efeito cômico.

Poetas, gramáticos, retóricos, quer em Portugal, quer no Brasil, tomaram o verso paroxítono como critério para a especificação. Os 94% (desprezando a fração) dos versos graves dos *Lusíadas* foram considerados como hendecassílabos imperfeitos, desfalcados de uma sílaba.

A. F. de Castilho, no *Tratado de Metrificação Portuguesa*, propôs a troca e inversão das normas até então seguidas, estribando-se em argumentos sibilinos e confusos. Deveriam contar-se, a seu ver, as sílabas somente até a última tônica; primeiro porque “chegado à acentuada, já se acha preenchida a obrigação”. Como se o poeta estivesse desobrigado de compor versos graves. Para que então recomendar-lhe, em outra página, que lhes dê ampla preferência?

Em segundo lugar, “porque é absurdo qualificar de hendecassílabo o verso que conta somente dez sílabas”.

E será menos absurdo chamar, por sua vez, decassílabos aos versos largamente preponderantes, que constam de onze sílabas bem contadas?

Provavelmente, não foram bem as razões alegadas que induziram o autor a propor a novidade; mas, antes, o sistema arbitrário que usou de dividir as linhas em metros, devendo estes fechar sempre em sílaba tônica. Claro é que dessa maneira cada verso acusa uma sobra que fica suspensa no ar sem fazer parte de metro algum, sobra a que se pretende fazer vista grossa com a nova contagem.

Sabemos que os poetas muitas vezes compõem estrofes que encerram linhas destoantes do tipo geral pelo número menor de sílabas, com o propósito de dar impressão de estacada ou parada prematura; mas não compreendemos a ficção do eclipsamento da átona terminal justamente nos versos mais numerosos e considerados capitais, nem a necessidade de acomodar a metrificação a um sistema forçado, contrário à índole da poesia portuguesa, como espanhola e italiana.

O alvitre proposto por autor de tanto renome tem sido ultimamente aceito sem exame nem discussão quer entre nós quer entre os lusitanos. Nas páginas que se seguem tornaremos ao critério antigo. Hendecassílabos (e não decassílabos) são para nós os versos dos sonetos e dos *Lusíadas*; completos os que acabam em sílaba

átona, incompletos os que param na décima. Em octossílabos (e não heptassílabos) se escreveram *Minha terra tem palmeiras*, *Oh que saudades que tenho*, em decassílabos *Oh guerreiros da taba sagrada* e assim por diante.

II - Contagem das sílabas

Na contagem das sílabas do interior do verso fundem-se frequentemente em sílaba única a terminação vocálica átona e o início vocálico da palavra imediata. Costuma-se dizer que houve “absorção” ou “elisão”, exigida pela técnica versificatória, como se o fenômeno fosse alheio ao falar de todos os dias.

Se absorver, elidir, significam eliminar, suprimir, ou incorporar uma coisa em outra, não se dará isso senão em caso de serem as vogais em contato iguais ou parecidas. Não há *com qu’amor, led’e cego, porqu’as as mãos* senão por hipótese. Ninguém lê verso diferentemente da prosa comum, absorvendo vogais em cada linha. Nem há jeito de dar sumiço a algum dos fonemas em *já a luz, no assento e os barões* etc. E apesar de tudo isso, sem fazermos violência à expressão usual, os versos soam com o número exato de sílabas e o desejado movimento rítmico.

Examinemos o caso à luz da moderna fonética. Duas ou mais vogais sucessivas, proferidas destacadamente, isto é, fazendo vibrar de novo as cordas vocais para cada qual, valem por outras tantas sílabas ou elementos silábicos. Proferidas, porém, com uma só emissão de voz, portanto ligadas, produzem ditongos, descendentes ou ascendentes, e tritongos, combinações que valem por uma sílaba ou parte de uma sílaba.

É este o nosso caso. Achamo-nos em face do fenômeno da ditongação ou tritongação resultante do contato e pronúncia rápida de vogais pertencentes a palavras distintas. *Uá, uã*, (como em *qual, atual, ritual, quanto*) aparecem (tanto em poesia como em prosa) em *do alto, rosto, alvo, prado amplo; ué, uê, uê* (*sueto, doente*) em *do ermo, fraco ente; uó* em *o homem; uai* (*quais, iguais*) em *do airoso* etc. E átono (que se aproxima de *i* átono) pode combinar-se com outra vogal, formando ditongo descendente, como em *ferre-o*, ou ascendente *iú, iá*, ou talvez, passará e átono a semivogal: *de um* (*diúm*) e *os* (*iús* ou *yús*).

A pronúncia fraquíssima de vogais átonas em contato permite certas combinações de que não há paralelos no interior dos vocábulos.

Se ocorrem em versos as sequências *aá* (*a alma*) e *áa* (*já a*), como elementos silábicos, é porque se proferem com a mesma emissão de voz, modificando apenas a disposição do tubo bucal para a transição do fonema abafado e fraco ao *a* aberto e forte, ou vice-versa. Há aqui o fenômeno da ditongação, com a diferença de que os ditongos propriamente ditos resultam de vogais dissemelhantes.

O desdobramento de *ao* (preposição + artigo) em duas sílabas *a o*, praticado às vezes na poesia antiga, denuncia pronúncia ocasional ou regional da época. Exemplos bastantes de Cristóvão Falcão e Camões reúne

Sousa da Silveira em suas copiosas e excelentes anotações ao poeta Crisfal¹²⁰. Atribuo a uma ou outra dessas causas *so-e* por *soe* (Falcão) e *sa-e, ca-e* por *sae, cae*, algumas vezes, nos *Lusiadas*.

Parece também que em alguns lugares de Portugal soava a terminação *ía* sem inserção de *y*: *Ma-ria* (duas sílabas), *a-le-gria* (três sílabas), a partir dos frequentíssimos *Ma-ri-ya* (três sílabas), *a-le-gri-ya* (quatro sílabas).

Muito conhecidas são as hesitações *san-da-de* e *sa-u-da-de*, *pie-dade* e *pi-e-da-de*.

A leitura rítmica do verso permite a ligação das vogais, embora em palavras separadas por sinais de pontuação. Por outro lado, uma pausa intencional do poeta, não indicada por sinal gráfico, pode separar vogais de ordinário unidas, passando estas a funcionar como sílabas ou elementos silábicos distintos.

A regularidade da união fonética de vogais em contato pertencentes a dois ou mais vocábulos pressupõe leitura algo acelerada e persistência desse movimento em todos os versos do poema. Casos há, entretanto, que demandam leitura mais vagarosa, de que poderá resultar hiato, isto é, separação das vogais.

O gênio poético de Camões sentiu por vezes ser necessário sobrepor-se à usual e mecanicista contagem de sílabas. O *lento* ou *adágio* que requerem os versos:

Ela por onde passa, o ar e o vento
Serenos faz, com brando movimento (IX, 24)

estende-se ao verso imediato

Já sobre / os Idálios montes pende.

A segunda linha de

Um Brâmene, pessoa, preeminente
Para / o Gama / vem / com passo / brando

escreveu-a o poeta para ser lida com andamento lento em harmonia com os passos vagarosos dados no ato solene.

Seria de mau gosto recitar apressadamente a descrição do fenômeno crepuscular, em que o sol pouco a pouco se vai sumindo no horizonte. Daí o *lento* em

Levava / aos antípodas o dia.

¹²⁰ N. O.: Said Ali refere-se a uma série de artigos publicados sob o título "Crisfal" - Égloga de Cristóvão Falcão" por Sousa da Silveira na *Revista de Cultura* entre 1933 e 1934.

Contraste de pensamentos e contraste na maneira de ler os versos em Lus. X, 57-58. Ao *alegro*

Abrolhos férreos mil, passos estreitos,
Tranqueiras, baluartes, lanças, setas,
Tudo fico que rompas e sometas

sucede o *adágio*

Mas na / Índia / cobiça / e ambição
Que claramente põe aberto o rosto
Contra Deus e justiça, te farão
Vitupério nenhum, mas só desgosto.

O nosso Casimiro de Abreu magistralmente se serve da pausa em

Meu Deus, eu sinto e tu bem sabes que eu morro
Respirando / este ar.

Parece que as palavras acompanham o gesto da respiração dificultosa.

Guerra Junqueiro, muito de propósito, porque a situação requer enunciação lenta, usa em *Regresso ao Lar* esse estribilho:

Minha velha | ama, que me estás fitando

A metrificação rotineira vê nos casos apontados, e outros semelhantes, descuido ou inabilidade do poeta.

Estão ainda por estudar as pausas intencionais, independentes de vogais em contato. Em geral, não influem na contagem das sílabas. Algumas vezes, porém, preenchem o lugar de uma sílaba; outras vezes, desfazem a colisão desagradável de duas acentuadas.

Supre a pausa uma sílaba fraca neste dodecassílabo de *Seus Olhos* (Gonçalves Dias).

Às vezes, oh, sim, | derramam tão fraco

Consta a poesia de 60 versos dodecassílabos, sendo o segundo e o último de cada estrofe reduzido a um só hemistíquio: o ritmo é rigorosamente formado com o metro anfibraco, quadruplicado em cada verso completo. O mesmo metro nos versos curtos, que vão até a sílaba quinta (anfibraco completo + anfibraco

inacabado). Não se pode imaginar maior apuro em compor versos tão formosos. Só de propósito deliberado usaria o poeta a pausa em lugar de uma sílaba. Seguiu Shakespeare e Milton, que frequentemente se servem da pausa nas mesmas condições.

Confronte-se ainda o hendecassílabo

Basta! | clama o chefe dos Timbiras (*Y-Juca-Pirama*)

Em alguns versos de Castro Alves, talhados para a declamação, a pausa separa perfeitamente sílabas acentuadas consecutivas:

‘Stamos em pleno mar!... | Doida borboleta
Albatroz, albatroz! | águia dos mares
Albatroz, albatroz, | dá-me estas asas

III – Ritmo

Ritmo é movimento que nos impressiona pela sua repetição frequente com intervalos regulares. Condição essencial desse conceito é que os nossos sentidos possam perceber com facilidade a reiteração dos movimentos. A noção de ritmo não abrange outros movimentos de cuja periodicidade regular, ou por muito espaçada, ou por demasiado rápida, só nos certificamos à custa de reflexão e esforço intelectual. Os olhos notam ritmo no andamento do pêndulo, na marcha de um batalhão, e não o percebem na carreira veloz nem no rastejar. O ouvido sente-o no tic-tac do relógio, nas pancadas das horas, no ruído da locomotiva, e não o nota no tilintar do tímpano eletrônico, no zunir dos motores nem em sons que se repitam com intervalos certos de horas ou dias.

Produzem a sensação do ritmo reiterações superiores a 30 por minuto e inferiores a 140, e entre esses limites folgados, nos quais a percepção já se torna difícil, determinamos as gradações que, segundo terminologia musical, se chamam grave, lento, adágio, andante, alegreto, allegro etc., correspondentes à extensão maior ou menor dos intervalos.

Nos exemplos apontados e outros semelhantes, o ritmo é manifestamente positivo. Podemos também observá-lo sob forma negativa: silêncio, pausas, interrupções, isto é, falhas de movimentos que se repetem com intervalos iguais...

Na linguagem métrica usada nos versos, o ritmo positivo pode recair na qualidade, na demora, ou na intensidade dos fonemas.

O primeiro caso aparece nos versos aliterantes (por exemplo, na poesia do alemão antigo). O ritmo fundado na demora, conhecida pelo nome de quantidade, é próprio da versificação do grego e latim clássicos,

que divide as unidades métricas em breves e longas, conforme o menor ou maior tempo que demandam para serem pronunciadas.

As modernas línguas europeias substituíram tal sistema pelo ritmo baseado nas sílabas tônicas, quer dizer, nas que sobressaem por se proferirem com maior intensidade. Em harmonia com essa prática, dividimos as sílabas do verso em fortes e fracas, abandonando as antigas designações de longas e breves que ofendem já agora o rigor científico e dão lugar a confusões. Os vocábulos franceses *bascule*, *nature*, por exemplo, têm, ambos, acento tônico na segunda sílaba; num, entretanto, a vogal soa rápida (ou breve), noutra demorada (ou longa).

Não se realiza o movimento rítmico unicamente nas linhas das estrofes. Ao contrário de Mr. Jourdain, devemos reconhecer que fazemos versos todos os dias, a toda hora, sem darmos por isso. A diferença está em que raramente se seguem com o mesmo número de sílabas, nem se demarcam com as ligeiras pausas do fim das linhas que compõem a estrofe. São versos sem rima, pentassílabos, hexassílabos, heptassílabos etc. esparsos sem ordem entre a prosa comum.

As sílabas constitutivas do ritmo, isto é, as fortes, distam em geral uma das outras pela interposição ora de uma, ora de duas fracas. Podem estas elevar-se a três, permanecendo inalteradas em virtude de pausa depois da primeira ou segunda. Proferidas ligeiramente, uma delas, quase sempre a intermédia, soa como semiforte por contraste, valendo no verso como forte propriamente dita.

Quando, pelo contrário, colidem duas sílabas fortes de vocábulos diferentes, sem pausa separativa, atenua-se a intensidade da primeira, que terá valor de sílaba fraca.

Indicando com o sinal ' a forte, e a fraca, em falta de símbolo melhor, com a curva \smile , podemos reduzir a esquemas os diversos ritmos empregados na versificação. A fórmula mais simples é a do ritmo alternadamente, com que se podem fazer versos de qualquer extensão, começando com a forte ' \smile ' \smile ' \smile ... os parissílabos, e os imparissílabos com a fraca \smile ' \smile ' \smile '... Duas séries a que, guardadas as restrições de que falaremos daqui a pouco, podemos aplicar a denominações clássicas, respectivamente, de trocaicas e iâmbicas.

Mais realce adquirem as tônicas e, portanto, o ritmo, quando as separa espaço de duas átonas. Esquemas:

- a) ' \smile ' \smile ' \smile ' \smile ou ' \smile ' \smile ;
- b) \smile ' \smile ' \smile ' \smile ...;
- c) \smile ' \smile ' \smile ' \smile ...;
- d) \smile ' \smile ' \smile ' \smile '.

O movimento datílico do esquema (a), que no hendecassílabo poderia prosseguir até a 9ª sílaba – e assim se encontra frequentemente em Gil Vicente –, não vai, depois que se adotou o sistema italiano, além do

início do referido verso a fim de permitir a acentuação da 6ª sílaba e acabamento do verso em ritmo alternante: *Talhas lbe punham d'uma e d'outra banda* (Cam.).

O movimento anapéstico do esquema (b) chega até a 6ª do eneassílabo, do hendecassílabo, do alexandrino, prosseguindo, nesse último, às vezes até a 12ª. Nas estrofes formadas de decassílabos, usam muitos poetas o ritmo anapéstico até a 9ª sistematicamente desde a primeira até a última linha.

A série métrica do esquema (c) é própria dos versos de seis e doze sílabas.

Fazendo abstração dessa série e do verso decassílabo, parece, de um modo geral, que a versificação se funda no ritmo alternante, iâmbico ou trocaico. O mudar-se muitas vezes esse andamento em outro na parte inicial dos versos corresponde talvez ao tom diferente reclamado pela ênfase, pela antítese, ou simples necessidade de evitar a monotonia.

Expliquemo-nos quanto às denominações *iambo*, *troqueu* etc. A metrificação latina e grega dividia o verso em pés ou metros, a que, atendendo à quantidade ou demora, chamava troqueu ou coreu (longa + breve), iambo (breve + longa), dáctilo (longa + breve + breve), anapesto (breve + breve + longa), anfíbraco (breve + longa + breve) e outros que não nos interessam.

Aos antigos serviam as suas regras de metrificação como meio prático de verificar a perfeição dos versos. Se já naquele tempo soubessem explicar os segredos fonéticos com rigor científico que se aplica às línguas faladas hoje, as regras seriam formuladas de outro modo e permitiriam apreciar melhor as formosas linhas de Homero e Virgílio. Lidas com expressão e naturalidade, certamente não deixavam no ouvido a impressão de mosaicos compostos de fragmentos de uns vocábulos unidos a fragmentos de outros.

Pode-se adaptar às línguas vivas a divisão dos versos em pés ou metros e aplicar a estes a terminologia antiga, contanto que se entenda serem os metros formados agora de sílabas acentuadas e inacentuadas, e não de longas e breves.

Na análise métrica, importa evitar o mais possível o quebrantamento dos vocábulos e levar em conta, podendo ser, as delimitações naturais dos grupos expiratórios. Os tratados de metrificação, infelizmente, não se preocupam com isso. As enfiadas de sílabas destinadas a demonstrar os metros apresentam-se em geral como quebra-cabeças aos olhos de quem lhes tem de indagar o sentido, mormente se a pessoa de antemão não estiver familiarizada com o verso.

Troqueu, iambo, anfíbraco, dáctilo, anapesto admitem-se igualmente como entidades em teoria; na prática, porém, os compêndios só fazem caso dos pés que começam ou acabam em sílaba acentuada. Para que retalhar em verso em *Teus ó | lhos tão né | gros tão pú | ros tão bé | los*, se o bom senso e a pronúncia reclamam a divisão em *Teus olhos | tão negros | tão puros | tão belos?*

Na realidade, a linguagem falada, quer em prosa, quer em verso, não isola as palavras como a escrita. Profere-as sem lhes prejudicar a integridade, nem o ritmo, em grupos expiratórios separados pelas pausas que o sentido e a necessidade de tomar fôlego requerem.

Os versos não deixariam de subsistir como movimento rítmico se se escrevessem seguidamente do mesmo modo que qualquer trecho em prosa. Demandaria, porém, em caso de não haver rima, certo esforço para percebermos onde terminam uns e começam outros. A genial ideia de os dispor em linhas não só acabou com esse inconveniente, mas ainda obriga ao breve silêncio que os separa, igual ao tempo que os olhos gastam em correr do fim de uma linha ao início da outra.

É rítmico esse descanso da voz entre as unidades da estrofe, descanso que nem o *enjambement* pode impedir.

Se a poesia recitada de viva voz, ou cantada com acompanhamento de instrumento músico, nasceu, como parece, antes da poesia escrita, com ela também se originou o sentimento de que não basta compor versos semelhantes, em métrica, uns aos outros, mas que é essencial demarcá-los um por um com a pausa que o ouvinte deve sentir. A rima veio pôr a delimitação em evidência.

No interior dos versos de certa extensão notam-se, entre as interrupções do movimento ondulatório ditadas pelo sentido e pela necessidade de respirar, as cesuras ou pausas regulares em pontos certos, difíceis de apreciar às vezes, outras vezes tão nítidas que dividem ou parecem dividir o verso em duas partes. Ocorrem ora após a final acentuada de vocábulo oxítono, ora após a inacentuada de palavra paroxítona (ou depois das duas inacentuadas de vocábulo proparoxítono).

Os hendecassílabos, exemplo típico, localiza a cesura mais frequentemente após a 6ª sílaba do verso, terminação de palavra aguda, e após a 7ª, terminação de palavra grave. Outras vezes, prefere pospô-la, *mutatis mutandis*, à 4ª e 5ª sílabas:

Não somos roubadores, || que, passando
Pelas fracas cidades || descuidadas,
A ferro e fogo as || gentes vão matando (Cam.)

Manda mais um || na prática elegante,
Que co rei nobre as || pazes concertasse (id.)

O vento geme || no feral cipreste,
O mocho pia || na marmórea cruz (S. de Passos)

Alma gêmea da minha || ingênua e pura
Quis mostrar-me que o bem || bem pouco dura (J. de Deus)

O arco sotoposto ao sinal de cesura indica que esta não impede a junção, por abaixamento da voz, de vogais pertencentes a palavras diversas. Separação absoluta se dá quando as vogais se proferem destacadamente.

Verso de sentido suspenso (*enjambement*) exige, além da breve pausa própria do fim da linha, outra mais nítida na linha seguinte logo depois da palavra ou frase completadora do sentido:

Desfez-se a nuvem negra, e c'um sonoro
Bramido || muito longe o mar soou.
Eu, levantando as mãos ao santo coro

Dos anjos, || que tão longe nos guiou,
A Deus pedi que removesse os duros
Casos || que Adamastor contou futuros (Cam.)
Eram já neste tempo meus irmãos
Vencidos || e em miséria postos (id.)

As noções de cesura e pausa dominante podem falhar de todo. Em versos como os seguintes há várias pausas todas de igual valor:

A naufrágios, a peixes, ao profundo (Cam.)
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses (id.)

IV - Sílabas fortes e sílabas fracas

A determinação das sílabas fortes e fracas depende do acento vocabular, da união das palavras em grupos expiratórios e do acento oracional e subordinação de uns vocábulos a outros.

Toda palavra não proclítica nem enclítica tem uma sílaba de acentuação forte, em relação à qual são fracas as restantes. Posto que pareçam, à primeira vista, nivelados quanto à escassez de intensidade, é certo que há várias gradações nas sílabas fracas. Apura-as o exame fonético; e o ouvido leigo, prestando atenção, distingue em geral uma tendência alternante de fraca e semiforte: *tépidò, magníficò*.

Os poetas, naturalmente, não sabem ou não têm ideia clara da lei que rege esses cambiantes de pronúncia. Aplicam-na instintivamente e com acerto, tomando por guia o ouvido. É por isso que vemos valer como semiforte a oitava sílaba dos versos seguintes:

No berço destes pelagòs profúndos (C. Alves)
Repousa lá no céu etèrnamente (Cam.)
Doce abrigo, santíssimà guarída
De quem te busca em lágrimàs banháda (Boc.)

Pode, por sua vez, enfraquecer-se a tônica de certos vocábulos quando *precedem* outro que requeira maior realce e a que estejam ligados pelo sentido. João de Deus compôs a poesia *Amores, amores* em hexassílabos segundo o esquema $\underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad}$. Repare-se na instabilidade de acentuação de certos vocábulos nas linhas seguintes, aliás como na prosa comum:

Eu tenho um moreno,
 Tenho outro de cor;
 Tenho um mais pequeno,
 Tenho outro maior.

 Eu tenho um moreno
 Tenho um de outra cor

Tenho conserva o acento próprio na primeira e sexta linhas; perde-os nas outras por enfatizar-se a palavra imediata. Varia a pronúncia de *um, outro* de acordo com a seguinte regra, que, não havendo intercorrências, se observa geralmente:

Os determinantes (possessivos, demonstrativos etc.), os quantitativos (numerais definidos e indefinidos) e os qualificativos soam como palavras átonas quando antepostos aos nomes. Usados, porém, em segundo lugar ou sem substantivo expresso, conservam o acento tônico.

Quanto aos qualificativos, basta lembrar a pronúncia usual de *bom amigo, filho mau, casa rica, belo país* etc. Na verificação pode essa intensidade crescente falhar por ser polissílabo qualquer dos vocábulos ou por assim o exigir a disposição rítmica.

Em versos, decassílabos de movimento fixo segundo o esquema $\underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad}$, evidencia-se muitas vezes o enfraquecimento de qualificativo anteposto a substantivo, assim como o de verbo anteposto ao sujeito:

Rouca voz começou-me a chamar (G. Dias)
 Falam deuses nos cantos do piaga (id.)

Nas combinações verbais *tem visto, pode ser, quer dar, faz ouvir* etc. recai a intensidade de voz no verbo principal, enfraquecendo-se a acentuação do auxiliar ou modificativo que o precede.

Também perdem o acento *ser, ter, fazer, dar* e outros imediatamente seguidos de adjetivo ou substantivo que lhes completa o sentido. Essa regra juntamente com outras atrás explicadas mostra os movimentos ondulatórios $\underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad}$, $\underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad} \underline{\quad}$ respectivamente dos versos

Tem o Tarragonês que se fez claro
 Sabe também dar vida com clemência

A quem para perdê-la não fez erro.

Em *fez claro, dar vida, fez erro* outra razão influi ainda no atenuamento: evitar a colisão de duas sílabas igualmente fortes. A regra falharia com formas verbais mais longas: *faríamos, dissemos* etc.

Duas sílabas fortes consecutivas, porém, pertencentes a palavras diversas, conservam o acento normal em qualquer hipótese, desde que medeie entre elas uma pausa:

Que co braço dos seus | Cristo peleja (Cam.)
Caminho da virtude, | alto e fragoso
Mas no fim | doce e alegre (id.)

Albatroz, albatroz, | dá-me estas asas (C. Alves)

Stamos em pleno mar, | Doido no espaço
Brinca o luar, dourada borboleta (id.)

Nas combinações, sem pausa, de substantivo e adjetivo ou adjetivo e substantivo, o movimento rítmico não suporta a colisão de suas sílabas fortes proferidas com intensidade rigorosamente igual. Ou há ênfase no segundo vocábulo, logo disparidade de pronúncia, *rei mouro, lei certa, mar alto*, ou recuo, por liberdade poética, da acentuação final da primeira palavra para uma ou duas sílabas atrás, conforme as exigências do ritmo. Esse fenômeno pode dar-se em combinações de várias espécies. Dante recuou o acento em *pur li* (justamente ali):

Percontevansi incontro, e poesia pur li
Si rivolgea ciascun, voltando a retro,
Gridando: “Perchè tieni?” e: “Perchè? burli?” (Inf. 7, 28)

Igualmente em *O me*:

E'l capo tronco tenea per le chiome
Pesol col mano, a guisa di lanterna,
E quel mirava noi, e dicea: “O me!” (Inf. 28, 123)

Em português, a clássica construção do verso decassílabo com o metro anfíbraco pode servir de pedra de toque para a verificação da anomalia. Gil Vicente compõe as linhas de 12 sílabas regularmente com a série ◡ ◡ ◡ ◡ ◡ ◡ ◡ ◡; às vezes, porém, a lerem-se as palavras com a acentuação do costume, nosso ouvido sente – o do poeta não o sentiria menos – quebra do ritmo em determinado ponto.

Restabelece-se o ritmo certo recuando o tom, como Gil Vicente o teria feito:

Aqui achareis o temor de Deus
Que é já perdido em todos estados
Aqui achareis as chaves dos céus
Muito bem guarnecidas em cordões dourados. (Auto da Feira)

Contra o princípio geralmente observado de rematar o verso com ◡ ' ◡, fraca + forte + fraca, iria o seguinte trecho dos *Lusíadas*, se o acento de *nação* não se deslocasse, sendo a linha composta segundo o esquema ◡ ◡ ' ◡ ◡ ' ◡ ◡ :

E acabou de oprimir a nação forte.

Menos fácil de interpretar é o segundo verso do primeiro canto dos *Lusíadas*:

Que da ocidental praia lusitana

Pelo que acabamos de expor, deveria ler-se como paroxítono o adjetivo *ocidental*. Por outro lado, porém, devemos lembrar-nos de que o poeta fazia questão de dar relevo ao qualificativo, soberbo contraste com o ponto de partida do herói da *Eneida*. *Ocidental*, deve, pois ser enfático, mantendo a sua acentuação, embora se exalte ainda mais a expressão *praia lusitana*.

V - Limites do verso. Linhas de três, quatro sílabas

O verso pode ser curto ou longo. Há cerca de 60 anos atrás, podia-se considerar como limite superior das formas mais em voga o verso de 12 sílabas, de posição, aliás, modesta, comparado com o estimadíssimo hendecassílabo. Mal se começava por essa época a apreciar o alexandrino, que hoje tanto senhoreia nas composições poéticas como o clássico verso heroico.

Linhas mais longas, de 14, 16, 18 sílabas, linhas que podem ser uma união de versos menores (7 + 7, 8 + 8 etc.), de que nos legou exemplos notáveis da literatura medieval (v. g. as Cantigas de Santa Maria por Afonso X, o sábio) deixaram de ser usadas na poesia da era clássica e de então para cá, por não se harmonizarem com os novos ideais rítmicos, já pela grande distância das pausas separativas de verso a verso, já pela dificuldade de bem distribuir a acentuação e as pausas internas, sem que as linhas pareçam junção gráfica de versos menos longos.

Linhas excessivamente curtas, de uma ou duas sílabas, aparecem às vezes com o valor de eco, refrão etc., no fim ou no meio de outras mais longas que caracterizam o tipo métrico da estrofe. Tais elementos secundários não se prestam a, por si só, constituírem estrofes apreciáveis.

O verso menor, capaz de plenamente satisfazer a esse requisito, é o trissílabo com a disposição rítmica ◡'◡ igual à terminação de qualquer verso grave de maior extensão silábica. É de uso raro. Casimiro de Abreu serviu-se dele na poesia imitativa *A Valsa*. Na música o icto cai no começo do compasso; na linguagem métrica, a sílaba forte tem de ocupar o segundo lugar. Consta a referida composição de cinco estrofes de 31 versos cada uma, com as elegantes pausas de palavra oxítona nas linhas décima, vigésima, vigésima sexta e na última. Lembraremos aqui os primeiros versos:

Tu, ontem,
Na dança
Que cansa,
Voavas
Co' as faces
Em rosas
Formosas
De vivo
Lascivo
Carmim;

Se os versos graves rematam, como ficou dito, com a sequência de sílabas fraca + forte + fraca, é claro que o verso tetrassílabo deverá construir-se segundo os esquemas ◡◡'◡ e '◡◡. A primeira dessas fórmulas existe em teoria; na recitação do verso, nota-se que o ritmo exige se intensifique a primeira sílaba, ainda quando fraca por natureza. A manutenção da atonicidade implica recitação demasiado rápida. Faça-se experiência com as linhas seguintes:

Quem diria
Que a sereia
Que te enleia
Já tão cedo
Fugiria.

Mais comprido que o trissílabo, o verso de quatro sílabas nem por isso tem melhor valia para, por si só, formar estrofes. Aparece, entretanto, com frequência nas composições de versos mistos.

M. Said Ali
(Continua.)

1937

VERSIFICAÇÃO PORTUGUESA (CONCLUSÃO) ¹²¹ 122

Verso de cinco sílabas

Começa o pentassílabo ou por fraca + forte ou por forte + fraca, dando lugar a estes dois esquemas:

— — — e — — —

Foram-lhe algozes
Os seus extremos;
Mortais, amemos,
Mas não assim. (Garção)

Se o peito morto
Doce conforto
Sentisse agora
Na sua dor,
Talvez nest'hora
Viver quisera
Na primavera
De casto amor. (C. de Abreu)

Virgem das Dores
Vem dar-me alento,
Neste momento
De agro sofrer. (C. Alves)

Folha revolta
Que anda no chão,
Lágrima solta
Do coração;
Corpo sem vida
Haste sem flor,
Folha caída

¹²¹ N.A.: A primeira parte saiu publicada no número de outubro de 1936, desta Revista.

¹²² N.O.: Texto originalmente publicado na *Revista de Cultura*, volume 22, p. 94-122, em 1937. Disponível para consulta no acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Retificações dessa parte foram publicadas no mesmo volume (*Revista de Cultura*, vol. 22, 1937, p. 199-200). Nesta versão, as retificações foram incorporadas ao texto.

Do meu amor. (J.de Deus)

Deixai pesares,
Cantai louvores,
Ornai de flores
Os seus altares. (Id.)

Verso de seis sílabas

Nas estrofes da poesia *Horas Vivas* usou Machado de Assis versos de seis sílabas alternando com linhas curtas de quatro (verso grave) e três (verso agudo). Compôs os hexassílabos, excetuados dois, com a forma trocaica ' ' ' ' ' ' ' ':

Mãos em mãos travadas
.....

Vão aquelas fadas,
.....

Soltos os cabelos
.....

Puros, louros, belos.

A primeira linha da primeira estrofe é variante da série anfibraca ' ' ' ' ' ' ' ' , forma usada com predileção por muitos poetas. A pausa entre as sílabas do começo permitiu trocar em forte a fraca inicial, ' / ' ' ' ' ' ' ' ':

Noite: abrem-se as flores.

Na linha

Anos após anos

da quarta estrofe colidem, sem pausa, duas sílabas fortes segundo a acentuação vocábular, mas *após* é preposição, e as preposições usam-se muitas vezes com pronúncia atenuada.

A João de Deus serviram as palavras “Lágrima Celeste” de tema para uma poesia de igual nome, cuja primeira estrofe é a seguinte:

Lágrima celeste,
Pérola do mar,
Tu que me fizeste
Para me encantar?

Lida com movimento um tanto acelerado e tendo em vista a acentuação vocabular, a forma aqui empregada seria ' — — ' — . Com leitura lenta e levando em conta que costuma soar como semiforte a fraca interposta entre duas fracas, podem-se considerar tais versos como subordinados à forma alternante trocaica ' — ' — ' — .

Nas outras estrofes da mesma poesia encontramos não somente linhas como as apontadas, mas também, entremeadas com elas, versos com as formas rítmicas — — ' — ' — e ' — — — ' — .

Essa última, anfíbracos duplicados, usam-na os poetas muitas vezes com exclusão de qualquer outra, em todas as estrofes de uma composição. Assim [o faz] João de Deus na graciosa poesia *Amor* e na humorística *Amores, Amores, amores*. Lembrarei de uma e outra apenas:

Não vês como eu sigo
Teus passos, não vês?
O cão do mendigo
Não é mais amigo
Do dono talvez!

Amores, amores
Deixá-los dizer

.....
Não sou eu tão tola
Que caía em casar.

Gonçalves Dias usou o mesmo metro nas quatro estrofes em hexassílabos de *Sonho de Virgem*:

Que sonha a donzela,
Tão vaga, tão linda,
Benquista e bem-vinda
Na terra e no céu?

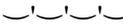
Tirou o nosso poeta, partido desse ritmo, sobretudo na poesia imitativa. O índio livre cantando os seus feitos aos sons do boré; o índio prisioneiro fazendo ouvir a sua bravura no canto de morte, servem-se do mesmo ritmo singelo, em harmonia provavelmente com o movimento da dança do selvícola.

Na canção do Tamoio é o pai que nina o filhinho na rede. Acompanham as palavras o ritmo do embalar:

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos,
Só pode exaltar.

E assim por diante nas 10 estrofes dessa linda *berceuse*¹²³, que o exprime sentimentos e esperanças do valente Tamoio.

Verso de sete sílabas

A métrica usual do heptassílabo obedece ora ao esquema do verso alternante iniciado por sílaba fraca , ora ao esquema  com inicial forte e espaço de duas fracas até a forte seguinte, assemelhando-se, pois, ao pentassílabo a que se juntassem duas sílabas. É comum, no verso de sete sílabas, valer por contraste como forte a fraca por natureza interposta entre duas outras fracas:

Sabes que eu nunca tive
Um pensamento vil,
Sabes que esta alma livre
Por ti curvou-se escrava. (C. Alves)

Tu já mataste a sede,
Mata-me a sede a mim:
Se em nuvem piedosa
Te refrescaste, Rosa! (J. de Deus)

Ah! Sempre que descrevas

¹²³ N.O.: Do francês, canção de ninar.

A órbita que levas,
Confia-me o que escrevas
De quanto vês nas trevas,

Que a luz do sol encobre...
As vítimas, que escutas,
De traças mais astutas
Que as dessas feras brutas...
E as lágrimas, as lutas
Da órfã e do pobre! (Id.)

Fluxo e refluxo eterno
De alma contraditória,
Que após contínua glória
Anda em contínuo inferno. (Id.)

A pausa depois da palavra *luz* permite o emprego do dácilo como segundo metro neste verso do mesmo poeta:

Oh luz, / órfã do dia.

Verso de oito sílabas

De todos os versos o que mais se usa é o de oito sílabas. As três últimas seguem naturalmente a ordem $\text{—}'\text{—}$, como nos versos graves em geral. Sobre a acentuação e métrica das precedentes, os tratados de metrificação nada esclarecem. Se o poeta aprendiz não tem ouvido que o ajude, pouco lhe aproveitarão as possibilidades que lhe oferecem à escolha. Castilho, ao cabo de regras, várias e embaraçantes como as de metrificadores mais recentes, põe-se a salvo da crítica declarando que em um poema de versos octossílabos (ou heptassílabos, como lhes chama) não só é cômodo para o autor, mas agradável ao leitor, que os haja de todas as contexturas.

Donde se conclui que o princípio de fixar sílabas de acentuação obrigatória faz bancarrota diante do verso de uso mais frequente.

Examinando o movimento rítmico das diferentes contexturas, chegamos às seguintes fórmulas:

1ª) Alternância uniforme de sílaba forte e sílaba fraca ou série trocaica: $\text{'—}'\text{—}'\text{—}'\text{—}$.

Exemplos se encontram em qualquer poesia. Lembrarei aqui somente algumas linhas de estrofes que todo o leitor conhece:

Livre filho das montanhas,
Pés descalços, braços nus.

.....

Diz o povo à boca cheia:

.....

Vai seguindo a juriti.

2ª) Modificação do tipo precedente, passando a primeira sílaba a fraca ou podendo ser considerada como tal: ◡'◡'◡'◡'.

Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá
Não permita Deus que eu morra

3ª) Modificação desse segundo tipo permutando a segunda fraca com a terceira forte: ◡'◡'◡'◡'.

Série rítmica muito estimada, tem dado versos famosíssimos:

A terra de aroma cheia,
As ondas beijando a areia,
E a lua beijando o mar

.....

À sombra das bananeiras
Debaixo dos Laranjais

.....

Rufando alegre o pandeiro
Envolta nas simples galas
Cantando canções formosas

.....

As aves que aqui gorjeiam

.....

Eu quero marchar com os ventos
Ginete dos pensamentos

4ª) Difere da fórmula 2ª em trocar os metros iniciais, anapesto e iambo, respectivamente pelos contrários, dáctilo e troqueu: '◡◡'◡◡'◡◡'.

Segue depois seu caminho
Pelas pedrinhas saltando
Quando tu passas n'aldeia
.....
Ilha de atrozes degredos
Bate, arrebenta, assobia

5ª) Começa por anfibração seguido de troqueu: ◡◡◡◡◡.

Cansado doutros esboços
.....
O seu rebanho de vagas
.....
Que tens tão belo semblante
Que vives sempre a brincar
.....
Co'as tranças presas na fita
Tu ontem vinhas do monte
.....
Responde a virgem sentida
Que estava triste a pensar.

Linhas compostas com qualquer dessas séries rítmicas entrelaçam-se nas poesias octossílabas de vários modos e sem regularidade de estrofe a estrofe. Demonstram variedade; mas não é provável que tudo se deva ao propósito de mudar a técnica. Haverá às vezes motivo mais profundo para a passagem a linhas diferentes que parecem exprimir as ideias com toda a naturalidade. O poeta satisfaz ao impulso de assim se expressar, sem preocupar-se da variedade, e sem saber dar outra razão, senão que o verso lhe soa bem aos ouvidos.

Verso de nove sílabas

O verso de nove sílabas é o pária das formas métricas. Até meados do século findo, e ainda depois, os poetas geralmente não o consideravam digno de ser contemplado em suas composições. As tentativas de um ou dois escritores para valorizá-lo não encontraram imitadores. Modernamente, empenham-se os poetas em cultivar com carinho o alexandrino dos franceses, a par do octossílabo e do hendecassílabo; mas ninguém morre de amores pelo verso de nove sílabas. Se o vemos usado com firmeza em algumas composições, é que o autor quer provas de destreza em manejar versos tanto dessa espécie como das outras mais comuns. Guerra Junqueiro

compôs em eneassílabos *Ao Luar*, as numerosas estrofes de *Vala Comum* e uma ou outra poesia mais. Das duzentas e tantas poesias de Olavo Bilac, duas foram compostas em versos de nove sílabas. Nas estrofes da primeira — prefacial do livro — que tem por título *Profissão de Fé*, alternam as linhas completas (1ª e 3ª) com outras que vão até cinco sílabas. Nas poesias de Machado de Assis figura o eneassílabo duas vezes; nas de Raimundo Correia uma vez.

Quanto à técnica da versificação, notamos

I. — — — — —. Tipo alternante fundamental, comum a versos de qualquer extensão:

Não quero o Zeus Capitolino

.....

Talhar no mármore divino (Bilac)

No verso de ouro engasto a rima (id.)

O infante dorme, o infante sonha (R. Correia)

Demônios mil, que, ouvindo-as, digam (id.)

Verás num longo rosto humano (M. de Assis)

II. — — — — —. Movimento anapéstico até a 6ª sílaba:

Sabes tu de um poeta enorme (M. de Assis)

Com o riso de um deus enfermo (id)

Toda casta de bestas feras (id)

III. — — — — —. A frequente pausa depois da 4ª dá ideia de um tetrassílabo a que se acrescentasse um pentassílabo:

Vive às vezes na solidão (M. de Assis)

Poupa a raiva furacão (id)

Vagalumes e borboletas

Roxas, brancas, rajadas pretas (id.)

IV. — — — — —. Difere do esquema precedente em ser forte a 4ª em vez da 3ª:

Alto, porém, tão alto soa (R. Correia)

Que outro, não eu, a pedra corte (Bilac)

O alvo cristal, a pedra rara (id.)

Cinge-lhe ao corpo a ampla roupagem (id.)

corre, desenha; enfeita a imagem (id.)

Verso de dez sílabas

A forma clássica do decassílabo obedece ao esquema $\sim\sim\sim\sim\sim\sim\sim\sim\sim\sim$, movimento anapéstico até a penúltima do verso grave:

Compreendo esse amargo sorriso
Sobre as ondas correr eu quisera...
E de pé, sobre a rocha, indeciso

Eu lhe brado: não fujas, – espera!
Mas o vento já leva ligeiro
Esse sonho querido d'um dia
Essa virgem de rosto fagueiro,
Esse rosto de tanta poesia!... (Cas. de Abreu)

Essa regularidade rítmica, em todas as linhas da estrofe, permite utilizar-se o decassílabo na poesia imitativa. No *Hino do Trabalho*, composto por A. F. de Castilho, as palavras parecem acompanhar o ritmo das pancadas do martelo na bigorna:

Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
É riqueza, é virtude, é vigor;
Dentre a orquestra da serra e do malho
Brotam vida, cidades, amor.

A acentuação da sílaba terminal de cada metro (3^a, 6^a e 9^a do verso) sobressai, consideravelmente, a ponto de soarem como relativamente fracas as antecedentes, embora, consideradas fora do verso, tenham valor de sílabas fortes. Exemplos bastantes no *Canto do Piaga* de Gonçalves Dias:

Oh guerreiros da taba sagrada,
Oh guerreiros da tribo tupi,
Falam deuses nos cantos do piaga,
Oh guerreiros, meus cantos ouvi,

Esta noite era lua já morta,
Anhangá me vedava sonhar,
Eis na horrível caverna que habito
Rouca voz começou-me chamar.

Abro os olhos, inquieto, medroso,
Manitós, que prodígios que vi!
Arde o pau de resina fumosa,
Não fui eu, não fui eu que o acendi.

Poetas modernos mostram que se podem compor versos de 10 sílabas sem respeitar a regra do movimento anapéstico. Guerra Junqueiro escreveu *Os pobrezinhos* em 27 dísticos formados com as séries '—'—'—'—'—' e '—'—'—'—'—' (combinações de dois pentassílabos), como vemos por estas amostras.

Pobres de pobres são pobrezinhos,
Almas sem lares, aves sem ninhos...

Passam em bandos, em alcateias
Pelas herdades, pelas aldeias.

É em Novembro, rugem procelas...
Deus nos acuda, nos livre delas

Vêm por desertos, por estevais,
Mantas aos ombros, grandes bornais

Raimundo Correia em *Plenilúnio* divide as linhas em hemistíquios segundo os esquemas —'—'—'—' e '—'—'—'—'—':

Também outrora, num mar de lua,
Voguei na esteira de um louco ideal;
Exposta aos euros a fronte nua,
Dei-me ao relento, num mar de lua,
Banhos de lua que me fazem mal.

Verso de onze sílabas

Gil Vicente entremeia, como veremos adiante, os dodecassílabos dominantes em algumas de suas *Obras de Devação* com numerosas linhas de 11 sílabas, formadas umas segundo o movimento datílico '—'—'—'—', outras segundo o ritmo '—'—'—'—'. Destacando alguns exemplos do contexto, apontaremos:

a)

Coisas que hão de ser feitas para manhã

.....

Como dormia debaixo da lousa

.....

Junto do termo de Vila Real

.....

Segue-se logo se Cristo é Messias

.....

Não nas estima, nem dá, nem promete

.....

Câmara cheia de Espírito Santo

.....

Ser esta feira de maus compradores

.....

Fazem as compras na feira de Deus

.....

Sejam notórias a Vossas Altezas

.....

Feito de nada por tanto compasso

Tens pés e não andam; mãos e não palpam

.....

O sol escurece, e a terra tremeu

.....

Pois só de levar a cruz tão pesada

.....

Chacota na mão, fender os ouvidos

.....

A troco de coisas que hão de trazer

.....

Aqui achareis as chaves dos céus

.....

Não vinha a fartar os corpos de mel

Em outros poetas quinhentistas deparam-se-nos apenas vestígios dessas estruturas:

Dentre tão altas, tão grossas paredes (Sá de Mir.)

Posto que todos Etíopes eram (Cam.)

Quando daqueles que Cesar mataram (id.)

Julgam por falsos ou mal entendidos (id.)

Doce repouso de minha lembrança (id.)

Em Camões notam-se ainda, contrariamente ao uso corrente:

Tratar branduras em tanta aspereza

.....

Lhe andar armando, que põe em ventura

Em todos esses versos estranhemos, hoje, o ficarem compreendidas entre as sílabas fortes a 4^a e 7^a, ou a 5^a e 7^a. Essas formas rítmicas tiveram de ceder o lugar a outras com a introdução, em português, do soneto e das normas clássicas da versificação italiana, segundo as quais a estrutura do hendecassílabo deve ser tal que entre as fortes figure a 6^a (e não a 5^a) e a 8^a (em vez da 7^a).

Gil Vicente é notável, sobretudo, pela naturalidade e espontaneidade da expressão. Seus versos de 11 sílabas representam tradição antiga na península ibérica, derivando dos decassílabos dominantes, por processo que mostramos ao tratarmos dessa outra espécie.

As novas regras rítmicas cuja aceitação geral fez cair em desuso essas duas formas deixam margem para seis séries rítmicas diferentes até a 6^a sílaba. Da 7^a em diante, conservam os hendecassílabos modernos a alternância —'—', sendo a 8^a, senão forte por natureza, pelo menos semiforte, isto é, fraca, porém valorizada pela sua situação entre fracas. A 7^a e 9^a são necessariamente fracas, uma em virtude da regra, outra por contraste com a 10^a. Passamos de largo pelo pleonástico mandamento de acentuar a penúltima do verso grave e última do verso agudo.

Quanto à anomalia da sucessão de duas sílabas acentuadas (terminação de um vocábulo e começo de outro), já dissemos o bastante ao tratarmos de sílabas fortes e fracas em geral.

Esquemas e explicações das séries rítmicas normais:

I. —'—'—'—'—'—'. Série alternante:

Sem ver o fim daquilo que deseja (Cam.)
Que má tensão, que peito que em nós se sente (id.)
Aqui enquanto as águas não refreia (id.)
Se vão da lei da morte libertando (id.)
A mim nasceu-me o sol, rompeu-me o dia (J. de Deus)
Encheu o céu da minha primavera (M. de Assis)
Não sei que fogo interno me impelia (id.)
Fechou à minha Elvira a esquiua porta (id)

Confrontam-se estes versos com outros semelhantes em espanhol e italiano:

Teniendo siempre vuelta la cabeza (Campoamor)
Su rostro el más hermoso parecía (id.)
Di cui la fama ancor nel mondo dura (Dante)
E più d'onore ancora assai mi fenno (id)

II. ˘ ˘ ˘ ˘ ˘ ˘. Compõe-se a primeira parte de anfibraco + anapesto, seguindo-se depois ritmo alternante. Ligeira pausa após o anfibraco evita a colisão da átona terminal com duas átonas imediatas. Devem ser incluídos aqui versos que, com leitura exageradamente lenta, pertenceriam ao esquema I: *Repousa / lá no céu / eternamente e não Repou / sa lá / no céu*:

As obras com que Amor matou de amores
Aquele que depois a fez rainha (Cam)
Os olhos, porque as mãos lhe estava atando (id)
As armas e os barões assinalados (id.)
Nas asas do ligeiro pensamento (id.)
Esta alma que sedenta em si não coube
No abismo vos sumiu dos desenganos (Bocage)
Se eu tenho de morrer na flor dos anos (Cas. De Abreu)

Confronto com outros idiomas:

E donna mi chiamò beata e bella (Dante)
La prima di color di cui novelle (id.)
Del alma, que consagro en tu memoria (Campoamor)
Tan rubia como el sol, de blanca frente (id.)
And losing her my friend has found that lost (Shakesp.)

III. —'—'—'—'. Não pode o movimento anapéstico inicial do hendecassílabo ir além do segundo metro. O elemento acentuado do terceiro incidirá na antepenúltima sílaba do verso, que necessariamente deve ser fraca:

Não te esqueças daquele amor ardente (Cam.)
Para o céu cristalino alevantando (id.)
Em lugar de Rachel lhe deu a Lia (id.)
Do tropel das paixões que me arrastava (Boc.)
Waterloo, Waterloo, lição sublime (Mag.)
Como a flor virginal da laranjeira (R. Correia)
O perfume dos verdes pessegueiros (M. de Assis)

De outras línguas:

Disperato solor che il cuor mi preme (Dante)
Udirai e saprai se m'ha offeso (id.)
Sus metálicos tímbrs dan al viento (Campoamor)

III.a

—'—'—'—'. Variante de esquema III. A primeira será tônica se forçar a voz em atenção ao acento vocabular. Carregando-a, porém, na terceira, em leitura mais acelerada, o que parece corresponder à intenção do poeta, fica prejudicada a tonalidade inicial e o movimento rítmico desses versos identifica-se ao tipo III:

Alma minha gentil que te partiste (Cam.)
Roga a Deus que teus anos encurtou (id.)
Vendo o triste pastor que com enganos (id.)
Dí e notte chiamando il vostro nome (Petr.)

IV. —'—' —'—'. Os versos desta espécie têm pausa depois da 4^a ou 5^a terminações, respectivamente, de palavra oxítone ou paroxítone:

Talhas lhe punham duma e doutra banda (Cam.)
Certo não tinhas um melhor amigo (M. de Assis)
Quis alcançar os cimos elevados (id.)
Ganhe um momento o que perderam anos
Saiba morrer o que viver não soube (Boc.)
Tingem-se as águas de um rubor de sangue (Bilac)

Comparem-se:

Colpa d'Amor, non già diffeto d'arte (Petrarca)
Tutti lo miran, tutti onor gli fanno (Dante)
Grandini grossa, e acqua tanta, e neve (id.)

V. ˘ ˘ ˘ ˘ ˘ ˘. Nos versos feitos de acordo com esse esquema a 6ª sílaba é átona, ao passo que é acentuada no esquema precedente. Começa o segundo hemistíquio com anapesto, contrariamente ao primeiro, iniciado por dátilo:

De África as terras e do Oriente os mares (Cam.)
Serras e serras de fervente água (Boc.)
Paz entre homens! Os vencidos dormem (R Correia)
Pobre ludibrio de cruéis enganados (Cas. De Abreu)
Ouvem-se gritos... o chicote estala (Castro Alves)
Canto nesta hora como o bardo antigo (id.)

Comparem-se:

Vidi quel Bruto che cacciò Tarquino (Dante)
Tenne la terra che il Soldan corregge (id.)

VI. ˘ ˘ ˘ ˘ ˘ ˘. O segundo hemistíquio é igual ao do tipo V. O primeiro começa por iambo em vez de troqueu:

Amei outrora com amor bem santo
Os negros olhos de gentil donzela (Cas. De Abreu)
O vento geme no feral cipreste
O mocho pia na marmórea cruz (S. de Passos)
Sacode as asas, Leviatã no espaço (Castro Alves)
Em manto impuro de bacante fria
.....
O grande nada dos heróis que tombam
Do vasto pampa no funéreo chão (id.)

Comparem-se:

Canzone, i sento già stancar la penna
 Del lungo e doce racionar com lei (Petrarca)
 Chi questa bestia per la qual tu gride (Dante)
 Templando el fuego que en su pecho ardía (Campoamor)

Dodecassílabo

O verso de doze sílabas obedece, na sua forma tradicional, a uma métrica uniforme, de extraordinária melodia. Não se ajusta com o gosto atual, que, em matéria de versos longos, prefere a variedade que lhe proporcionam o hendecassílabo e o alexandrino.

Poetas, nossos mais antigos, cultivaram-no com amor e carinho e nos legaram, no gênero, composições lindas e inesquecíveis.

Resulta o verso em questão da sequência de anfibracos —'—'—'—'—', duplicação do hexassílabo como este o é do trissílabo.

A agradável sonoridade podia ser razão bastante para o emprego dessa forma poética; muitas vezes, porém, era ela sugerida por alguma frase ou combinação de palavras com a cadência —'—', *leitmotiv* ou ponto de partida das ideias que se desenvolvem no poema, hemistíquio inicial da primeira estrofe, e que se reiteram em estrofes subsequentes. O ritmo da expressão *Gigante de pedra* (—'—') deu origem aos dodecassílabos das séries I, III, V da célebre composição do nosso Gonçalves Dias. Em outra poesia do mesmo autor, foi a frase *Seus olhos tão negros*, de igual cadência, início da primeira estrofe e repetida nas estrofes 2^a, 3^a, 5^a e 11^a, que motivou o uso do mesmo ritmo em todas as linhas. Semelhantemente, sugeriu a Castro Alves o leitmotiv *A tarde morria* o emprego de decassílabos na composição *Crepúsculo Sertanejo*.

Nas sextinas de introdução aos sucessos narrados em *I-Juca-Pirama* não há leitmotiv como nos casos precedentes. Preparativos e entrada do Timbira. O que aqui ouvimos é música antecipada, prelúdio em hexassílabos duplicados do canto de morte que pouco depois ouviremos em vigorosos hexassílabos simples.

Em tom suave e movimento lento a série rítmica de anfibraco harmoniza-se com o embalar compassado de rede ou berço.

De Casimiro de Abreu:

Dormia deitada na rede de penas,
 O céu por docel,
 De leve embalada no quieto balanço
 Qual nauta cismando num lago bem manso
 Num leve batel!

Do mesmo autor:

No berço pendente de ramos floridos,
Em que eu pequenino feliz dormitava,
Quem é que esse berço, com todo o cuidado,
Cantando cantigas alegre embalava?

Com esse ritmo no ouvido, compôs o nosso poeta as seis delicadíssimas estrofes a que deu por título *Minha Mãe*.

O andamento em boa recitação dos versos compostos exclusivamente com o metro anfibraco está na razão inversa do comprimento das linhas: lento ou adágio no decassílabo, andante no hexassílabo, alegre no trissílabo. Neste sentido se devem ler as três estrofes da poesia *O Baile na Flor* de Castro Alves:

Que belas as margens do rio possante,
Que ao largo espumante campeia sem par!...
Ali das bromélias nas flores douradas
Há silfos e fadas, que fazem seu lar...
E em lindos cardumes
Sutis vagalumes
Acendem os lumes
Para o baile na flor.
E então nas arcadas
Das pétalas douradas
Os grilos em festa,
Começam na orquestra
Febris a tocar...
E as breves
Falenas
Vão leves,
Serenas,
Em bando
Girando,
Valsando
Voando,
No ar!...

Poetas de tempos mais chegados a nós, que ainda compõem versos de doze sílabas, não se julgam obrigados a usar o metro clássico. Guerra Junqueiro em *A moleirinha*, imitando o ritmo do trotar miúdo e

acelerado do jumento, a que segue em igual passo a moleira, escreveu as estrofes linha por linha segundo o esquema '◡◡◡◡◡◡

Pela estrada plana, toc, toc, toc¹²⁴
Guia o jumentinho uma velhinha errante
Como vão ligeiros, ambos a reboque,
Antes que anoiteça, toc, toc, toc,
A velhinha atrás, o jumentinho adiante.

O mesmo ritmo, em *Retorno ao Lar*, porém com andamento lento, bem lento, relembra à velha ama o embalar do berço e as doces cantigas que o acompanhavam:

Trago d'amargura o coração desfeito,
Vê que fundas mágoas no embaciado olhar!
Nunca eu saíra do meu ninho estreito...
Minha velha ama, que me deste o peito.
Canta-me cantigas para me embalar!...

O verso de 12 sílabas não foi contemplado, nem o podia ser, nas obras de Camões e outros poetas que, seguindo a orientação italiana, viam no hendecassílabo a forma ideal e perfeita do verso longo; deu-lhe, entretanto, atenção Gil Vicente, inspirando-se na tradição popular.

Na realidade, o verso de 12 sílabas com seu ritmo característico constituído com o metro anfíbraco, e usado tanto em português como em espanhol, remonta à Idade Média. O *Cancioneiro de Baena* contém numerosas poesias compostas com esse verso. No *Cancioneiro Geral* português vemo-lo aproveitado em lindas cantigas de amigos, barcarolas e acompanhamento de bailados.

Por aquela época, porém, o dodecassílabo não chegou a cristalizar-se nesse tipo único com que se apresenta em composições modernas. Trocava-se, às vezes, um metro por outro: omitia-se uma, duas sílabas, e a linha descia a 11, 10 sílabas, ou deixava-se passar um elemento além da conta, e a linha extravasava-se para verso de 13 sílabas.

Gil Vicente, em algumas de suas *Obras de Devação*, oferece-nos material bastante para o estudo dessas particularidades.

O ultradodecassílabo – não ousa especificá-lo, na poesia antiga, como alexandrino, por não gozar ele de vida independente para por si formar estrofes – é de rara ocorrência. Entre 716 versos longos do auto *História*

¹²⁴ N.A.: Deve-se pronunciar *toque, toque, toque*.

de Deus aparece apenas 30 vezes, pouco mais de 4%, determinado quase sempre pelo movimento anapéstico que o poeta dá a um ou a ambos os hemistíquios.

O infradodecassílabo, resultante da falta de uma sílaba ora no começo – o verso abre logo com sílaba tônica – ora no centro, no fim de um ou início de outro hemistíquio, surge, pelo contrário, a cada passo entre as linhas de formação completa, principalmente o que, por omissão no começo, adquiriu movimento datílico. Não é acentuada a 6ª de qualquer desses hendecassílabos, e sim a 4ª ou 5ª e a 7ª.

Linhas reduzidas a 10 sílabas são menos frequentes, porém não raras. Têm ritmo semelhante ao dos versos de 11 e procedem como estes do dodecassílabo perfeito.

Comum a todas estas formas é, na versificação antiga, a frequente desunião de vogais em contato, sobretudo na cesura, e a não menos notória deslocção de acento exigida pelo ritmo.

Verso alexandrino

Clássico na literatura francesa, o verso de 13 sílabas – segundo nossa contagem – ou alexandrino, não logrou acolhida dos poetas de Portugal e Brasil senão de meados do século findo para cá. Cultivam-no hoje com grande amor, reconhecendo-lhe predicados que o tornam apto a rivalizar com o hendecassílabo e até excedê-lo em força e riqueza de expressão. Sonetos já se fazem em versos de 13 como de 11 sílabas. Noutras composições, timbram os poetas em mostrar por meio de versos numerosos a habilidade de manejar o alexandrino. Muitas são apreciadas pela pompa do estilo; outras, menos aparatosas, fulguram, entre as mais soberbas joias da poesia objetiva.

Alguns tipos de movimento rítmico reduzem-se a esquemas que diferem do hendecassílabo em terem mais duas sílabas alternantes no final da linha; porém a usual cesura, mantida após a 6ª tônica (ou 7ª átona), põe em equilíbrio a extensão silábica dos hemistíquios, o que não sucede com o hendecassílabo, cujo segundo elemento fica prejudicado por ser mais curto. Dessa igualdade ou quase igualdade numérica de sílabas, no alexandrino, resulta cesura bem mais sensível que no verso de 11 e, ao mesmo tempo, facilidade de tratar o segundo hemistíquio com o mesmo vigor de expressão que o primeiro.

Esquemas e exemplos:

I. — ' — ' — ' — ' — ' — ' — ' .

Inquieto, seminu, sinistro, o cavaleiro
Bradou como um trovão: Envergam-me a loriga (G. Crespo)
O fraco aos pés do forte, o bom lançado às feras (id.)
Quedou-se a meditar as magras mãos cruzando (Bilac)
E espalham tanto brilho as asas infinitas (id.)

Tu és o meu amigo, e eu sou o teu irmão (G. Junqueiro)
No céu azul brilhava a luz etérea e calma (id.)

II. —'—'—'—'—'—'.

E as onças a seus pés tombaram como escravas (Bilac)
De súbito um tremor correu todo o arvoredo (id.)
Que andava pelo mundo a combater os maus (G. Crespo)
E havia nessa voz tamanha heroicidade (id.)
Os choupos do seu rio, os plácidos casais (id.)
Perdendo as ilusões também perdeste a vida (R. Correia)
E o nada que me abriu no peito, e feito imenso (Antero de Quental)

III. —'—'—'—'—'—'.

E no punho cerrado a fronte reclinando (G. Crespo)
E vibrava em redor a imaginária lança (id.)
Como a faixa de luz que o povo hebreu guiava (Bilac)
Mas verei com pesar e com remorso infindo
Esquecidos de mim os outros que esqueci (R. Correa)
Juvenal que marcou com ferro em brasa o ombro (M. de Assis)
Companheiros leais, heroicos puritanos
Dividindo igualmente as privações e as dores (G. Junqueiro)
Percorria de noite os bairros da miséria (id.)

IV. —'—'—'—'—'—'. O alexandrino, além de poder começar por dois anapestos, como o verso heroico, avanta-se a este na facilidade de prosseguir com o mesmo metro até a 12^a ou penúltima sílaba:

Sobre as ondas oscila o batel docemente (Bilac)
E apertando nos meus os teus dedos gelados (id.)
E à procura de Deus, vão subindo essa escada (id.)
Que mergulha no abismo, e caminha no assombro (M. de Assis)
Da saudade que punge, e do amor que lacera (id.)
E no mar que se rasga à maneira de abismo (id.)
Como o ar para o som, como a luz para a cor (R. Correia)

V. ' _ ' _ ' _ ' _ ' _ ' _

Jorra do teu olhar um rio luminoso (Bilac)
Sentes a cristação da terra que te invade (id.)
Riem ao pé da fonte as frescas raparigas (G. Crespo)
Juntam-se brandamente as vozes e as cantigas (id.)
Contam-lhe o frio horror dos cárceres sem luz (id.)
Logo depois caiu no respaldar do leito (id.)
Solto do chão abrindo as asas luminosas (M. de Assis)
Quero sentir-lhe a vaga em mim tumultuar (Ant. de Quental)
Hei de afinal rever, cansado e velho já (R. Correia)
Fulva e madura esplende, e espanada ao sol (id.)

VI. ' _ ' _ ' _ ' _ ' _ ' _

Às turbas o favor e os desdêns cruciantes (Antero de Quental)
Pois para batizar essas almas em flor (Bilac)

VII. ' _ ' _ ' _ ' _ ' _ ' _

Morto, tendo no lábio um riso de criança (G. Crespo)
Beija-o, fala-lhe, ri; abraça-o, mas o herói (id.)
Peito a peito lutou com as fulvas onças bravas (Bilac)

Rima

A rima, sendo coisa diferente de ritmo, deve, entretanto, considerar-se como seu complemento. Num caso, repete-se a acentuação, de espaço a espaço, no mesmo verso; noutra reiteram-se sons do fim das linhas. Poetas gregos e latinos da antiguidade, desconhecendo ainda o efeito maravilhoso da rima, não a podiam empregar conscientemente.

Como intencional, documenta-se pela primeira vez na Europa sob a forma de rima interna na literatura monástica medieval. Reconhecida a vantagem de dar maior prazer ao ouvido com a transposição da homofonia para o fim dos versos, introduziu-se a rima final em cânticos e hinos da igreja.

As poesias vernáculas devem a rima final aos trovadores provençais que, na Idade Média, a cultivaram com amor e vivacidade. Faltam documentos que esclareçam se a descobriram independentemente dos hinos religiosos latinos e gregos.

Forma rudimentar da rima é a assonância, aquela se limita a igualar a vogal tônica. A rima perfeita requer identidade tanto nessa vogal como nos fonemas seguintes. Pratica-se, por via de regra, em palavras diferentes. Se se estende – uso hoje raro – a palavras iguais com significações diversas, chamar-se-á rima por homônimos.

Inclinamo-nos geralmente a atribuir esses casos sem variação a falhas ocasionais do engenho poético. Não há razão para isso. O soneto XIV de Petrarca (p. 42 da ed. Sonzagno, Milão) de rimas somente homônimas é prova segura de propósito deliberado. Esses e outros fatos semelhantes que agora nos causam estranheza são vestígios que ficaram do gosto, muito em voga em épocas mais remotas, pelas repetições finais.

Basta ver as poesias que se conservaram do provençal antigo, francês antigo e italiano anterior a Dante. Oferecem-nos, entre outras, numerosas e longas composições com uma só rima para todas as linhas; nas rimas, ora vocábulos distintos, ora a mesma palavra sustentada não só com intervalos, pequenos ou grandes, mas ainda em duas e mais linhas sucessivas. Ou, para variar, as composições dividem-se em estrofes, e séries estróficas, cada qual caracterizada por uma terminação especial para todas as suas linhas. Produziam muito folgar e alegria nas cortes, onde os jograis cantavam com acompanhamento de instrumentos musicais.

O entusiasmo passou. Os exercícios ginásticos de repetição contínua tornaram-se incompatíveis com ideais estéticos dos clássicos modernos. Mais profundidade e conexão mais íntimas dos pensamentos requeriam variedade e outra disposição dos finais homófonos. Nem as linhas emparelhadas, diferentes de duas em duas, realizavam perfeitamente o desiderato. Davam a impressão de uma sucessão frouxa de dísticos. Recorre-se, e com êxito, ao cruzamento (*abab*), ao abraçamento (*abab*¹²⁵) e a outras combinações em que a expectativa da rima se suspende pela interposição de uma ou mais linhas diferentes, entre as quais podem ocorrer, como no caso do abraçamento, rimas sucessivas. É dentro dessas modalidades que modernamente se costumam compor as estrofes.

Ultrapassam a definição vulgar do termo *rima*, mas resultam do mesmo motivo psicológico – dar prazer ao ouvido pela repetição periódica – o retorno a frases inteiras, a pensamentos completos, com estribilho ou refrão, e as linhas ou partes de linhas retomadas de estrofes anteriores e seguidas de novo desenvolvimento. Aparecem algumas vezes na poesia lírica, como outro elemento de beleza a par da rima habitual.

Verso sem rima. Versos soltos

Na Europa da Idade Média, compunham-se poesias vernáculas caracterizadas ora pela aliteração (rima das consoantes iniciais), ora pela assonância, ora pela rima final. No século XIV, vigorava por toda a parte somente esta última forma, menos na Espanha, onde a assonância resistiu durante bastante tempo. O gosto

¹²⁵ N.O.: Na versão em livro publicada em 1949, substituiu-se *abab* por *abba*.

pelos estudos humanistas fez crer a alguns poetas que o ideal da métrica estaria nos antigos versos latinos. Não há rimas em Horácio, nem em Virgílio. Logo, condenavam eles tal escravidão. Invertiam esses anseios de independência a ordem cronológica. Os latinos não usaram, isto é, intencionalmente, nem podiam discutir coisa de invenção posterior.

Fascinados pelos modelos clássicos, os renovadores da poesia moderna trataram de libertá-la das cadeias entregando-a – ilusão não rara na vida humana – à nova espécie de cativo. Compuseram versos sem rima, submetidos à métrica quantitativa dos antigos. Chegaram a criar, diz notável conhecedor, portentos de fealdade.

Deixado o exagero, prosseguiu a campanha a favor dos versos não rimados, conseguindo algumas vantagens, por exemplo, nos gêneros épicos e dramáticos, sem, contudo, poder triunfar de todo. Nem é possível aplicar a inovação a certos gêneros de poesia. Soneto sem rima não é soneto.

A poesia não rimada requer elevação de ideias, vigor de expressão, inversões e outros artifícios que permitam realçar bem certas sílabas acentuadas, sem o que os versos mal se distinguirão da prosa chata.

Em 1525, publicou-se um poema didático italiano, em que seu autor, Giovanni Rucellai, realizou o seu propósito de escrever “*Con verso Etrusco dalle rime sciolto*”. Daí veio o chamarem-se *versi sciolti* às imitações que guardavam a mesma forma e medida. É o hendecassílabo iâmbico sem rima. Na Inglaterra, poetas eminentes cultivaram o verso de cinco batimentos chamando-lhe *blank verse*. Modernos tratados de metrificação não especificam. Consideram como versos soltos ou brancos em geral os que não têm rima.

O ouvido moderno, apesar de tudo quanto se tem alegado e praticado em contrário, não se conforma com a carência de reiteração dos sons finais das linhas. Reclama a rima como beleza natural e essencial da poesia. Se Shakespeare, Milton, Leopardi, Carducci e outros merecem todo o nosso respeito e admiração, é porque suprem com outras belezas, extraordinárias, geniais, a falta do prazer da rima. Não pretendem os poetas em geral imitá-los na potência e expressão artística, e muito menos cogitam de tomá-los para exemplo na versificação branca ou solta, que deixa o ouvido insatisfeito, privando as composições do índice a que estamos acostumados e pelo qual facilmente distinguimos a poesia da prosa.

Importa ainda acrescentar que muitos dos que usaram versos soltos cultivaram também os rimados. Shakespeare escreveu os seus 154 sonetos sem discrepar das tradicionais regras de repetição dos sons finais; e Heine em inúmeros dos seus deliciosos *Lieder* manteve-se igualmente fiel ao uso dos versos rimados.

Estrofes

As poesias constam ora de uma série de versos longa e sem limite certo, repartida às vezes em subséries do mesmo gênero, ora se formam de grupos de poucas linhas, os quais tomam o nome de *estrofes*.

Em rigor, não há limite máximo para o número dessas linhas, mas costuma-se designar como estrofes os grupos até dez versos, sendo certo que, quanto mais se eleva o número, menos claramente o ouvido percebe a divisão da poesia em grupos menores.

São estrofes simples as que se formam de linhas todas da mesma extensão silábica, equiparando aos versos graves os agudos ou faltos da átona final, e os esdrúxulos com sobra de sílaba. São compostas aquelas em que a versos mais longos se seguem outros de medida menor. Predominam, por via de regra, os primeiros; há, contudo, composições, que, pelo contrário, se caracterizam pelas linhas curtas, interrompidas de espaço a espaço por versos longos.

A disposição em linhas de medidas diferentes tornou-se extensiva, sobretudo modernamente, a composições indivisas formadas de dezenas e dezenas de versos. Variam as linhas irregulares, conforme o gosto do poeta, em extensão, número e distribuição.

Nas estrofes em que a poesia se divide, usa-se, por via de regra, da mesma espécie de verso, octossílabo, hendecassílabo ou outro, já como forma exclusiva, já como predominante. Algumas composições, no entanto, como *I-Juca-Pirama* e *Gigante de Pedra*, reúnem vários sistemas: uma série de estrofes em octossílabos, outra em hendecassílabos etc.

Se os versos obedecem a ritmo fixo, como os de 12 sílabas formados do metro anfíbraco, as linhas menores devem harmonizar com esse movimento:

Seus olhos tão negros, tão puros, tão belos
De vivo luzir,
Estrelas incertas que as águas dormentes
Do mar vão ferir.

Os versos curtos, estranhos à contextura geral, postos no centro e no fim aparecem já na poesia lírica antiga. Deve-se ao costume de cantar as estrofes com acompanhamento de instrumento músico. Aos breves arpejos desferidos de lira, cítara ou viola nas pausas e paradas de canto principal, respondiam, no mesmo tom e andamento, frases curtas e, não raro, expressões onomatopaicas sem sentido.

Ainda hoje se cantam estrofes assim, embora em menor escala que em outros tempos. Confronte-se este trecho de um *Drama Cômico* de Castro Alves:

Sylvia (a meia voz acompanhando-se na guitarra)

Dizem as moças galantes
Que as rolas são tão constantes...
Pois será?
Que morrendo-lhe os amantes

Morrem de fome arquejantes;
Quem dirá?

Amadores de tais composições, recitando-as de leitura ou de memória, sentiram que, ainda sem pensar em canto nem acompanhamento, os versos curtos davam singular prazer ao ouvido pela variedade, pela súbita parada do andamento rítmico, pelas rimas antes do tempo esperado.

Resultou daí cultivarem-se também essas formas irregulares em quadras e sextilhas em composições de muitas linhas. Do *staccato* e vivacidade com que se tangia no arpejo, a nota de remate ficou vestígio na frequente e estimada rima aguda dos versos menores, 2^a e 4^a da quadra, 3^a e 6^a da sextilha.

As estrofes usuais tomam nomes correspondentes ao número de linhas: *dístico* (do grego *distichon*, dois versos) ou *parelha*, *terceto*, *quadra*, *quintilha*, *sextilha*, ou *sextina*, *oitava e décima*. Faltam denominações especiais para as estrofes de sete e nove versos.

O dístico, largamente conhecido pelos adágios populares, máximas, epigramas etc., em forma rimada, tem aplicação em composições de maior fôlego. Guerra Junqueiro rima aos pares e separa as linhas duas a duas em *A Lágrima*, de que citamos:

Manhã de junho ardente. Uma encosta escalvada,
Seca, deserta e nua, à beira de uma estrada.

Terra ingrata, onde a urze a custo desabrocha,
Bebendo o sol, comendo o pó, mordendo a rocha.

Sobre uma folha hostil de uma figueira brava,
Mendigo que se nutre a pedregulho e lava

A aurora desprende, compassiva e divina,
Uma lágrima etérea, enorme e cristalina.

Lágrima tão ideal, tão límpida que, ao vê-la,
De perto era um diamante e de longe uma estrela.

Mas o sentido, muitas vezes, não permite separação e os versos são tratados como rimas emparelhadas de uma só estrofe. Assim em Raimundo Correia:

Nirvana um dia a enorme desmedida goela
Escancarou na sombra; e eis a empolgar-se nela
Tudo que então vivia e o que viveu após...
Como um mar que, embocando impetuoso a foz

De um rio, de roldão arrasta nesse impulso
Tudo que encerra à flor e no amago convulso:

.....

No terceto em poesias formadas somente desta espécie de estrofe é de regra rimam o primeiro e o terceiro verso; com o segundo vem rimar o primeiro e o terceiro da estrofe imediata, e assim por diante:

Tagarela e sorri... como não há de
Rir e gargalhar, se és tão risonha,
Oh primavera da primeira idade;

Da vida a rota é árida e enfadonha,
E enquanto a nós a raiva nos abrasa
E nos devora a cólera, — ela sonha!

Da tua filha, amigo, a débil asa
Nunca te falte: é teu broquel: — Luiza
E o anjo tutelar da tua casa.

Como é fraca, entretanto: quase a pisa
Quase a machuca o matutino e leve
Sopro de leve e matutina brisa (R. Correia)

Como forma complementar de outras poesias, podem, no entanto, os tercetos diferir dessa disposição.

A *quadra* comporta duas rimas diferentes, mas pode limitar-se a uma só, que recairá nas linhas segunda e quarta. Simbolizando com as primeiras letras do alfabeto as linhas rimantes, e as não rimantes com n , n' , n'' , a estrofe regular terá uma destas disposições: $a b a b$, $a b b a$, $n a n' a$. Quadras com as linhas pares mais curtas que as ímpares regulam-se pelos tipos $a b a b$ e $n a n' a$.

O número ímpar dos versos que compõem a *quintilha* obriga a deixar um deles, geralmente o primeiro, como verso solto, ou a dar-lhe terminação igual a de outra linha. Fórmulas $n a b a b$, $n a b b a$ ou substituição nas mesmas de n por a ou b .

Estrofes de seis versos, *sextilhas* ou *sextinas*, compunham-se nas cantigas populares antigas, com a homofonia final de menor esforço, rima única e alternante que abrangia os versos 2^a, 4^a e 6^a, e variável de estrofe em estrofe. As *Sextilhas de Fr. Antão* por Gonçalves Dias dão-nos excelente ideia da linguagem, forma e estilo antigos.

Basta lembrar as seguintes:

Era ali na pedra rasa
O senhor rei Dom João,
Ante o velho sacerdote
Fazia a sua oração,
As mãos em cruz sobre o peito,
Joelhos postos no chão.

Armas que sempre cingia
Todas as tinha despido;
Não tinha sedas nem joias,
Mas peito de aço batido:
Era qual homem vivente
Em férrea prisão metido.

Sextilhas de rima única, semelhantes a estas na forma aparecem ainda em composições modernas:

Trimestre como a tulipa
Batida do vento frio...
Inspiraste como a folha
Da brisa ao doce cicío...
E abriste os olhos sorrindo
Às águas quietas do rio (Cas. de Abreu)

E se essa mulher formosa
Que me aparece em visão
Possuísse uma alma ardente
Fosse de amor um vulcão:
Por ela tudo daria...
A vida, o céu, a razão! (id.)

Não é rima fácil, a trilha geralmente seguida por Casemiro de Abreu, Gonçalves Dias e outros poetas de renome. Pelo contrário, todos timbram em compor sextilhas de três rimas diferentes, dispostas de várias maneiras, a mais comum das quais, é também a mais antiga, é *a a b c c b*; estrofe composta, paroxítonos e dominantes os versos de rima emparelhada *a a e c c*, e menores quase sempre oxítonas e sempre rimantes entre si as linhas 3^a e 6^a, centro e final da estrofe.

Essa espécie de sextilha se originou da junção de duas estrofes (dísticos), quando os versos se cantavam, correspondendo os versos menores aos arpejos do instrumento acompanhante.

Esquecida a origem, os poetas não viam razão para se cingirem somente à forma tradicional. Compuseram também estrofes simples com versos de centro e fim ora agudos ou graves. Acabaram por várias

a distribuição das rimas. Apesar de tudo, continua a usar-se a estrofe composta e disposição primitiva de preferência a todas as modificações. Não a superam em elegância e firmeza de expressão.

Exemplificações:

Um dia a taba do Tupi selvagem
Tocava alarma... embaixo da folhagem
Rangera estranho pé...
O caboclo da rede ao chão saltara,
A seta herdava o arco recurvava ...
Estrugia o boré. (Castro Alves)

Quando tu passas na aldeia
Diz o povo a boca cheia:
– Mulher, mais linda não há!
Ai, vejam como é bonita
Com as tranças presas a fita
Com as flores no samburá!

A tua cor é mimosa,
Brilha mais da face a rosa,
Tem mais graça a boca breve,
O teu sorriso é delírio...
És alva da cor do lírio,
És clara da cor da neve. (id.)

Mão benfazeja,
Se porventura
Encontra um dia...
Com que alegria
Com que ternura
Ela a não beija (João de Deus)
A minha irmã, não sei dela!
Ao avistar, de uma estrela,
Um filho no colo da mãe...
Uma graça como aquela,
Só contemplando-se bem...
E a minha irmã, não sei dela (id.)

Estrofes de *sete versos* não se empregam com frequência. Falta-lhes feição característica. Gonçalves Dias compôs em *A mangueira* a maioria pelo tipo *a b a a b a b*, uma estrofe segundo *a b a b c a c* e outra segundo *a b a*

a c c. Casimiro de Abreu incluiu em *A Vida* três estrofes, cada qual com outra disposição de rimas. Diferem destas as que o mesmo autor adotou em *Ontem à Noite*.

Oitavas e *décimas* desenvolveram-se parte da ampliação do número de rimas alternadas e emparelhadas, parte da combinação de estrofes menores.

O tipo de oitava *a b a b a b c c* dos *Lusíadas* repete-se em outros poemas épicos, e também em Castro Alves *Coup d'étrier, A Tarde, A S. Francisco, A Cachoeira*.

Das oitavas formadas de outro modo, as mais comuns buscam rimar o verso do meio com o último. Tipos: *n a a b n' a c b; n a n' a b b b a; a a a b c c c b; Meus oitos anos*, de Casimiro de Abreu, *O nadador, O voo do Gênio, Hino ao Sono*, de Castro Alves, seguem a primeira destas formas; *Minha Terra* e *Saudades* do poeta das Primaveras têm por modelo *n a n' a b b b a; Poesia e Amor* do mesmo autor assim como *Nas Fontes e Saudações a Palmares* de Castro Alves e *Meu Casto Lírio* de João de Deus escreveram-se segundo a terceira disposição.

Justaposição de duas quadras, tipo *a b a b/c d c d é Segredos*, em dodecassílabos, linda composição de Casimiro de Abreu. A variante *n a n' a n "b n "b* torna menos aparente a combinação. É a forma usada por Castro Alves em *Adeus meu canto* (1ª parte) e *Quem dá aos pobres empresta a Deus*.

Estrofes de dez versos, ou *décimas*, que se reduzem aos esquemas *a b a b c c d c c d e n a n' a b b c d d c* denunciam união de quadra com sextilha. *O Fantasma e a Canção, O livro e a América* de Castro Alves são exemplos típicos.

Podem, também, compor-se *décimas* de rimas encadeadas, esquema *a b a b c b c d c d*. Assim [são]¹²⁶ as *Loas à Senhora do Cabo* (em parte), recitadas alternadamente, composição de João de Deus.

Outra espécie de *décima* consiste em enquadrar rimas emparelhadas entre a primeira e a última linha: *a b b c c d d e*. Com *e* da estrofe inicial rima o primeiro verso da estrofe seguinte. É a disposição adaptada por João de Deus na poesia *Enlevo*.

M. Said Ali

¹²⁶ N.O.: Inserção nossa.

1945

OS VOCÁBULOS: ESPÉCIES, FORMAS E SIGNIFICAÇÃO¹²⁷

A parte da gramática que estuda os vocábulos denomina-se *lexeologia*. Difere da fonética em considerar os sons combinadamente e denotando ideais e relações. No exame das palavras verifica serem estas geralmente formadas de duas partes: o *radical*, parte mais ou menos estável e de significação própria, e *afixos*, elementos variáveis, de significação relativa, isto é, de valor semântico somente na combinação com o radical. Palavras há que não apresentam mais que o radical, por ter desaparecido o elemento variável em que terminavam.

Os afixos, divididos em prefixos, sufixos, terminações e desinências, dão ao vocábulo a diversidade de formas. Daqui o costume de se chamar *morfologia* ao estudo desses elementos e de suas relações com o radical. Essa feição particular que se dá à lexeologia tem fundamento na gramática de línguas como o latim e o grego; com desenvolvido sistema de declinação e conjugação, e também na gramática das línguas românicas quando se mostra como as formas latinas se mudaram nas destes idiomas modernos. Porém, vem menos a propósito o termo morfologia, e promete mais do que tem para dar, quando, posto em lugar de lexeologia, se propõe estudar a evolução das palavras em língua moderna já constituída.

Não examina a lexeologia as palavras sem primeiro dividi-las em um pequeno número de grupos de acordo com certos caracteres comuns. Base dessa classificação é o sentido geral das palavras, inquirindo-se se denotam seres, qualidades, ações, relações etc.; e daí, a divisão em nomes, pronomes, verbos etc., que, por sua vez, se subdividem, atendendo sempre a caracteres de ordem semântica, como veremos em seu lugar.

Nomes em geral

As palavras com que se designam os seres e seus atributos chamam-se simplesmente *nomes*. É o termo mais desprezioso e mais acertado de toda a nomenclatura gramatical. Fazendo-se como se faz, distinção entre as denominações dos seres propriamente ditos e as denominações dos atributos de dimensão, tamanho, cor, consistência etc., pelos quais os diferenciamos uns dos outros, torna-se necessário dividir os nomes em *substantivos* e *adjetivos*.

Os atributos, posto que sejam inerentes aos seres, são considerados muitas vezes como se existissem separados deles, como se fossem outras entidades. Os substantivos que os representam chamam-se *abstratos*; são

¹²⁷ N.O.: Texto publicado na *Revista de Cultura*, vol. 38, fasc. 223, p. 29-51, em 1945. Disponível para consulta no acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

concretos os nomes de referência direta aos seres. *Alegria, tristeza, formosura, probidade* são substantivos abstratos; *casa, mulher, jardim, homem* são nomes concretos.

Dá-se ao substantivo o qualificativo *comum* se é nome aplicável não somente a um ser, mas a todos aqueles que tiverem os mesmos caracteres; chama-se substantivo *próprio* o nome com que se distingue algum indivíduo dentre outros congêneres desprezando os caracteres genéricos.

Uma ou mais unidades se assinalam pelos números, *singular* e *plural*; várias unidades em conjunto se dizem por meio de termos usados no singular e chamados *coletivos*.

Os substantivos têm gênero: *masculino* ou *feminino*.

Os adjetivos têm formas de singular e plural e gênero de acordo com o substantivo. De alguns podem-se formar aumentativos e diminutivos. Peculiar aos adjetivos são os graus de comparação.

Nomes diminutivos

Querendo significar que certo ente possui dimensões notavelmente inferiores às que deveria ter segundo o conceito médio que formamos de outros seres congêneres, dizemos o respectivo nome seguido de um qualificativo apropriado ou ajuntamos ao nome um sufixo de função diminutiva: *mesa pequena, mesinha; jardim pequeno, jardimzinho*.

Nomes derivados de outros por meio de tais sufixos chamam-se *diminutivos*. O sufixo *-inbo/-inba* acrescenta-se diretamente ao vocábulo terminado em consoante (*lugarzinho*), e, se o substantivo terminar por vogal pura átona, esta será previamente suprimida (*livrinbo*). Não serve este sufixo para as palavras terminadas em vogal nasal, em vogal pura tônica ou em ditongo. É necessário substituí-lo então por *-zinho/-zinha* (pode grafar-se depois de vogal *-sinbo/-sinba*); *jejumzinho, pásinba, liçãosinba, paisinbo, mãisinba*¹²⁸. Pode-se usar esse sufixo *-zinho* também para os demais substantivos, a que se ajunta diretamente, e é em geral, a forma preferida.

Em linguagem familiar, substituem-se, mais em Portugal que no Brasil, os mencionados sufixos, não raro por *-ito, -ita, -zito, -zita*.

Noção diminutiva exprime também *-ola* nas palavras seguintes, ao passo que em outras tem sentido diferente: *aldeola, bandeirola, portinbola*. Limitado é o emprego de outros sufixos para derivar puros diminutivos, como em *ilbeta, naveta, maleta, baleote* etc.

¹²⁸ N.O.: Mantivemos aqui a grafia das palavras conforme consta no original por implicar uma observação ortográfica própria da época em que o texto foi escrito. Hoje, tais diminutivos são grafados com *-z-* (respectivamente, *jejumzinho; pazinha* – diminutivo de *pá* –; *liçãozinha; paizinho* – diminutivo de *pai*; *paisinbo* é como se grafa o diminutivo de *pais* –; e *mãezinha*), ficando o sufixo com *-s-* restrito a casos em que tal letra já está presente na última sílaba do radical da palavra (Ex.: *pais* > *paisinbo*; *pises* > *pisesinbo*; *lapis* > *lapisinbo*).

À percepção de seres pequenos, como crianças, crias de animais, objetos de uso comum, delicados e de pequenas proporções, associa-se facilmente o sentimento de carinho, e daí resulta dizerem-se muitas vezes, tão somente para despertar esse sentimento, sob a forma diminutiva, os nomes de seres que na realidade não são pequenos e estender-se esse uso aos adjetivos: *mocinho*, *bonzinho*, *bonitinho*, *amiguinho*, *tolinho*, *grandezinho*, *pobrezinho* etc.

Em alguns casos, o adjetivo em *-inho* é usado com o valor de superlativo: *bolsa cheinha*, *prato limpinho* (= perfeitamente limpo) etc.

O emprego, tão estimado na linguagem familiar de hoje, de adjetivo com a terminação diminutiva *-inho*, *-zinho*, ocorre, de alguns séculos a esta parte, também em linguagem literária, faltando naturalmente esse sinal de tom carinhoso ao estilo rude e seco do português antigo. Em Fr. Luis de Sousa, Vieira e Bernardes, para não mencionar outros autores, topam-se exemplos análogos ao falar de hoje:

Este *esfarrapadinho* inocente ensina a Fr. Bertolomeu a ser arcebispo (Sousa, Arc. 1, 97). – Notou... a paciência do *pobrezinho* (ib. 1, 96). – Tomavam da terra, lançavam-na sobre a cabeça... Fazia o *surdinho* outro tanto (Sousa, S. Dom. 118). – Belchior, porque era *pretinho*, ficasse em Belém por escravo (Vieira, Serm. 4, 533). – E estes degradados... são os *santinhos* que lá se mandam (ib. 4, 538). – Aquela lesma tão *tenrazinha* (Bern. N. Flor. 1, 284). – E não somente fazer-se homem, mas menino, *pobrezinho* entre palhas, *enfaxadinho* em panos... e tomando o peito da Virgem Mãe, para se fazer mais carinhoso, meigo e acessível (ib. 1, 242). – Contradizem-me a mim e me perseguem em meus filhos *pequeninos* (ib. 1, 146). – Viu um *velhinho* (ib. 1, 308). – A *pobrezinha* Roma (ib. 2, 144). – Não porque... se mostre ser *maiorzinho* o benefício (ib. 2, 145). – Era tão *baixinho* que uma vez para ser ouvido se atrepeu a um cepo (ib. 3, 196)¹²⁹.

Nomes aumentativos

Diz-se que está na forma aumentativa todo o nome (substantivo ou adjetivo) marcado de certa terminação por meio da qual se denota ir extraordinariamente além do comum a noção expressa pelo radical. A terminação pode ser: *-aça*, precedido de outros fonemas, como em *fatacaça* (= fatia grande), *ladravaça* (= grande ladrão); *-aço*, como em *ricaço*, *ladroaço* (*alguns deles não são só ladrõeszinhos, se não ladroaços*; Bern. N. Fl. 4, 271), *pecadoraço* (Bern. N. Fl. 4, 340) e outros; *-il*, como em *corpanzil*, ou, finalmente, a mais usual de todas, *-ão*, que também pode ocorrer, conforme o vocábulo, desenvolvida em *-arão*, *-arrão*, *-eirão*, *-zarão*, *-alhão*, *-gão*.

¹²⁹ N.A.: O próprio advérbio *cedinho* na forma diminutiva, não é nenhuma criação dos nossos tempos: *Ai de ti, oh terra cujos governadores almoçam cedinho* (Bern. N. Flor. 1, 28).

Quanto ao emprego e formação do aumentativo em *-ão*, continua-se em português, posto que com vocábulos novos, a história dos substantivos latinos em *-o*, gen. *-onis*, designativos de pessoas, os quais pertenciam, explica Lindsay, em geral à linguagem plebeia ou familiar e tinham sentido depreciativo. Derivavam-se de adjetivos, de substantivos e verbos.

Do aumento exagerado ao ridículo não é grande a distância; e assim se usam por ironia *valentão*, *sabichão*, *santarrão*, aumentativamente. Nem é por elogio que chamamos *solteirona* à mulher que, carregada de primaveras, não se casou.

Francamente depreciativos são *comilão*, *beberrão*, *chorão*, *besuntão*, *trapalhão*, *pedinchão*, *pedintão*, *babão*, *brigão*, *resmungão*, *mandão*, *mandrião*, derivados de verbos para denotar a pessoa que pratica a ação com frequência ou insistência.

Alguns aumentativos designam atos violentos: *empurrão*, *empuxão*, *trambolhão*, *bofetão*, *carapetão*, *escorregão*, *esfregão*, *mergulhão*, *apalpão*, *apertão*, *beliscão*, *arranhão*. *Comichão* exprime sensação viva de prurido (= alguma coisa que come).

Substantivos femininos designativos de coisas concretas passam a masculinos se se transformarem em aumentativos: *a casa*, *o casarão*; *a vaga*, *o vagalhão*; *a parede*, *o paredão*. Em vários desses termos em *-ão* operou-se a especialização de sentido. *Florão* não é qualquer flor grande, mas certo ornato de *arquitectura* em forma de flor; *portão* não é necessariamente porta grande, o de um gradil até pode ter dimensões bem pequenas; *garrafão* chama-se certa vasilha avantajada própria para aguardente; *facão* é utensílio diferente da grande faca de mesa; *palavrão* se diz de termo empolado e também de palavra obscena; *boqueirão*, aumentativo de *boca*, usa-se como termo geográfico; *pulgão* é inseto diferente de *pulga*.

Aumentativos de sentido especializados, e também vários outros, podem tomar sufixo diminutivo: *portãozinho*, *caixãozinho*, *facãozinho*. Comparada com a derivação aumentativa pela maior variedade e de formas, mas ao mesmo tempo pela sua extraordinária deficiência. Pode-se geralmente acrescentar *-inho*, *-zinho* a qualquer substantivo, mas é relativamente diminuto o número de vocábulos a que é possível ajuntar *-ão* ou alguma das suas variantes: *cabecinha*, *vestidinho*, *peninha*, *cadeirinha*, porém *cabeça grande*, *vestido comprido*, *pena grande*, *cadeira grande* etc.

Os diminutivos, além disso, têm fácil acesso à linguagem elevada, ao passo que os aumentativos se usam antes no estilo cômico, na prosa faceta e na linguagem familiar. Sá de Miranda nas comédias empregou *toleirão*, *fricirões* (2, 92); *cachoparrão* (2, 85); *beliguinaç* (2, 101); A. Ferreira na comédia de Bristo: *velbancão* (2, 312); *doudarrão* (ib.); *mansarrão* (2, 322); *rafianaç* (2, 357); *ladravaç* (2, 358); F. Manoel de Mello, em Ap. Dial. 101: *o simplalhão do abade Gabriel*; em Fid. Apr. 22: *queres sempre ser princesa e eu seja madraceirão*. Nada disso aparece nos *Lusíadas*. Nem haveria lugar para *moleirão*, *asneirão*, *mocetão*, *pobretão*. Em compensação: *eu o vi certamente – e não presumo que a vista me enganava – levantar-se no ar um vaporzinho* (Cam., Lus. 5, 19); e em Vieira, Serm. *bordãozinho* (11, 269); *corpozinho* (11, 223); *fradinho* (11, 362) etc.

Substantivos coletivos

Seres da mesma espécie aparecem aos nossos sentidos, ou à nossa imaginação, ora como indivíduos dispersos, ora como indivíduos agrupados. Designam em especial essa segunda situação nomes chamados *coletivos*, como *multidão*, *colecção*, *exército*, *banda* e outros.

O caso mais simples é o do coletivo dual, em que serve o termo *casal* para dois seres de sexo diferente, e *par* significando dois objetos que costumam andar juntos, como *par de luvas*, *par de sapatos*, ou duas partes similares de um objeto que constituem o todo, como *par de óculos*.

Coletivos de pluralidade referentes a animais são: *manada* (de animais de certo vulto); *rebanho* (de ovelhas); *fato* (de cabras); *vara* (de porcos); *cardume* (de peixes); *matilha* (de cães de caça); *enxame* (de abelhas, vespas ou outros insetos); *cáfila* ou *corja* (de camelos).

Essa distinção que hoje se faz era menos rigorosa na antiga linguagem; pois que se podia dizer:

Fizeram presa em dois *fatos de vacas* (F. Lopes, D. J. 163) – Elefantes... quase em manadas, como *fatos de vacas* (Barros, Dec. 1, 10, 1) – Grande *fato de ovelhas* (ib. 1, 1, 11) – *Cardume de rãs* (Vicira, Serm. 8, 52) – Lobo voraz que na *manada das ovelhas* entrou (Castro, UI. 6, 62) – Um *rebanho de vacas* vê defronte (ib. 2, 66)

Figuradamente, aplicam-se bem a pessoas algumas dessas expressões. Não é raro por exemplo o termo *cardume* em Barros e Couto para denotar massa compacta de gente. No mesmo sentido usam esses escritores as metáforas *pinha*, *peso*:

Logo acudiu um grande *peso de gente* (Barros, Dec. 2, 2, 1) – Logo que viu [ao ilhéu] feito uma *pinha de gente* (ib. 2, 2, 1) – Remetiam os elefantes ao *cardume de gente* (ib. 6, 4).

Não menos frequentes são: *golpe*, *ramo* e *manga*:

Ajunta dos *seus um bom golpe* para ir sobre os nossos (Castanh. 3, 106) – E dali mandou um *ramo de gente* miúda ao passo de Agacij (Barros, Dec. 2, 5, 4) – A entrada dele foi com *golpe de gente* (ib. 2, 3, 6) – Foram dar com um *golpe de Rumes* (ib.). – Três *mangas* de arcabuzeiros (B. Cruz, Seb. 2, 65).

Cáfila, no árabe, de onde o importamos, significa o mesmo que caravana. Essa noção não a haviam perdido os portugueses, quando aplicavam o termo a pessoas, navios etc. que caminham uns atrás dos outros:

Veio uma grande *cáfila de gente* a pé toda preta (Barros, Dec. 2,1 2) – Despediu Fernão Rodrigues de Carvalho para Barcelor com *uma cáfila de navios* de mercadores (Couto, Dec. 8, 37).

Diversamente usado vem o coletivo em Castilho (Metam. 133): *açulam a cáfila* (de cães) bravia.

Às vezes, pode-se formar o coletivo por simples sufixação, como em *boiada, cavallada, carneirada, casaria, fradaria, gritaria*. Por meio da terminação *-al* obtêm-se nomes que designam porção de vegetais da mesma espécie plantados ou que crescem em certa extensão de terreno: *bananal, feijoaal, trigal, laranjal, seringal, faial, rosas, pinhal* (ou *pinheiral*), *cafezal* etc.

Plural dos substantivos

Forma-se o plural dos substantivos acrescentando *-s* à terminação vocálica, e *-es* à terminação consonantal: *rio-s, pena-s, mar-es, cruz-es*. Palavras terminadas em vogal nasal simples em que se representa a nasalação pela letra *m*, mudam essa letra em *-n* ao passarem para o plural: *homem, homens; jardim, jardins*.

Vocábulos não oxítonos terminados por sibilante, com *oásis, ourives*, conservam-se, segundo a linguagem hodierna, inalterados no plural. Em português antigo, dizia-se, porém, *ourivezes*, de que há muitos exemplos no *Livro Verm.* (Ined. 3, págs. 428, 448, 449, etc.) e ainda em escritores quinhentistas. Do plural *alferezes* dão testemunho: *Alferezes volteiam as bandeiras* (Cam., Lus. 4, 27). – *Então se chegaram os alferezes às bandeiras* (Sousa, Arceb. 2, 375).

Das palavras em *-l* seguem rigorosamente a regra geral *mal, males* e *cônsul, cônsules*. No plural dos demais nomes dá-se o desaparecimento de *l*: *dedais* (por *deda(l)es*); *lençóis* (por *lenço(l)es*). Em port. ant. *sol* conservava a consoante no plural: *se o sol tomasse outra mulber, faria outros filbos que seriam soles e dariam tanta quentura de si* (Livro de Esopo 14). Nas Ord. D. Man 1, tit. 45 usa-se ainda *roles* como plural de *rol*.

Real formou, segundo a regra, *reais* no plural. Aplicando o termo à moeda portuguesa, o plural *reais* ao cabo de certo tempo degenerou completamente em *réis*, apesar do voto de Fernão d'Oliveira: “*real reais* assim quando é substantivo como adjetivo. E não digamos dois réis, três réis”.

Nos vocábulos em *-el*, desaparecendo a consoante ao formar-se o plural, entram em contato duas vogais semelhantes. Dissimila-se a segunda, ficando *-eis* por *-ees* (de *-e(l)es*): *anel, anéis; papel, papéis*. O antigo *meles*, plural de *mel*, resistiu por muito tempo a alterações. Castilho ainda usou esta forma em *espremia aos panais os meles espumantes* (Georg. 241); mas em outros passos (Georg. 19, 227, 235, 245, 251, 257, 295) emprega já o plural *méis*.

No plural dos substantivos em *-il* houve, pelo contrário, assimilação e final absorção da segunda vogal, resultando *-is* de *-iis* < *-ies* < *-iles*: *covil, covis; ardil, ardis*.

Os substantivos em *-il* são oxítonos. *Reptil*¹³⁰, apesar da origem latina, não se usa em português como adjetivo; toma, por analogia dos outros substantivos, acentuação na sílaba final, e o seu plural *reptis*, formado igualmente por analogia, acha-se documentado em Castilho (Misant. 18); em Garret (Viagens 2, 112): *esмага os reptis que te corroem*; em Herc. (M. de C. 2, 251): *os reptis mais extravagantes*; e em Fil. Elísio (14, 68): *mudados canta os numes, varões mudados em reptis, em aves*.

Nas mesmas condições se acha *projetil*, que, não se usando senão como substantivo, deve ser oxítono com o plural *projetis*. Em Portugal dizem, contudo, *projéteis*. Fóssil, pelo contrário, tanto substantivo como adjetivo, conserva a acentuação latina e tem o plural em *-eis*, *fósseis*, como os demais adjetivos paroxítonos.

Inúmeros são os substantivos terminados em *-ão*. Como procedem, salvo poucas exceções, uns por filiação direta, outros por criação analógica, de nomes latinos em *-o*, gen. *-onis*, formam naturalmente o plural em *ões*. Manteve-se aqui a regularidade do plural, ao passo que a antiga terminação do singular *-ō* (que também se grafava *-om*) se alterou em ditongo. Em *-ões*, dos velhos códices, o segundo *o* sem til representaria o prolongamento fonético da primeira vogal, coisa que hoje não se percebe; *oraçom, orações; entencom, entenções; coraçõ, corações; razõ, razões; deleitaçom, deleitações; condiçom, condiçõ, condições; nações; perfeiçõ, perfeições; disposiçõ, disposições; tentações; cuidações* etc.

A regra geral do plural em *-ões* vigora para a linguagem moderna, sendo aplicada naturalmente a quaisquer termos novos: *civilizações, vagões, salões, montões, felicitações, estremeções* etc. Desse oceano de substantivos em *-ão*, mal tiramos umas duas dúzias de vocábulos com plural diferente, a saber:

a) Com a terminação *-ães*: *pão, pães; cão, cães* e, do mesmo modo, *capitão, capelão, charlatão*¹³¹, *escrivão, bestião* (Herc., M. de C. 2, 247), *catalão, alemão* (também adjetivo), *guardião*¹³², *sacristão*¹³³, *sultão*¹³⁴, *deão*¹³⁵.

b) Com a terminação *-ãos*: *cristão, irmão, pagão*¹³⁶, *mão, chão, cidadão, alão*¹³⁷, *grão, cortesão*¹³⁸, *romão* (port. ant.), *vão* (e o composto *desvão*). Acrescentem-se a estes os paroxítonos em *-ão*: *acórdão, órfão, sótão, órgão* e outros. A mudança de acentuação deu lugar a que a palavra *benção*¹³⁹, cujo plural era *benções* (assim usado ainda pelo padre

¹³⁰ N.O.: Manteve-se a grafia original aqui porque a grafia contemporânea causaria estranhamento em relação à pronúncia descrita pelo autor, apesar de, no Brasil, hoje a pronúncia com a sílaba inicial tónica seja mais comum.

¹³¹ N.O.: Hoje, também se aceita charlatões. O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra ainda a forma antiga *charlatãos*.

¹³² N.O.: Hoje, também se aceita charlatões. O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra ainda a forma *guardiões*.

¹³³ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *sacristãos*.

¹³⁴ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também as formas *sultões* e *sultãos*.

¹³⁵ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também as formas *deões* e *deãos*.

¹³⁶ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *pagões*.

¹³⁷ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *alões*.

¹³⁸ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *cortesões*.

¹³⁹ N.O.: Said Ali refere-se aqui à pronúncia, hoje mais comum no Brasil, como paroxítona: *bênção*. O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra as duas formas e seus respectivos plurais.

Vieira) viesse a fazer *bênçãos*. Inversamente, *zangão*, tornado oxítono, tem hoje o plural *zangões* (em vez de *zangãos*¹⁴⁰).

Nos seguintes, posto que passem por ter plural duvidoso, tende a fixar-se a forma regular em *-ões*: *aldeão*, *aldeãos* e *aldeões*¹⁴¹; *ancião*, *anciãos*, *anciães* e *anciões*; *vilão*, *vilãos* e *vilões*¹⁴²; *truão*, *truães* e *truões*.

Entre os escritores antigos e, ainda, entre quinhentistas e seiscentistas, eram em maior número as exceções e oscilações. *Cidadãos* (ocorre ainda em Sá de Miranda, vol. 2, págs. 105, 139 e 140); *gaviães* (Couto, Dec. 4, 7, 10); *anãos* (Bern., N. Flor. 1, 402); *cidadões* (Bern., N. Flor. 2, 114); *ermitãos* (Arr. 440); *ermitães* (em port. Ant. e Vieira, Serm. 8, 403); *pãaos* (= pavãos, L. de Esopo 23); *cirurgiães* (Bern, L. e C. 334); *peães* (frequente entre os quinhentistas).

O plural do antigo *diamã* ou *diamão* (= diamante) era *diamães*.

Os termos em *-ane* e *-anu*, donde se originaram os plurais em *-ães* (port. ant. *-ães*) e *ãos* (port. ant. *-ãos*), recebidos do latim, foram muito poucos em comparação da onda de nomes em *-one* com que se enriqueceu o idioma português; e teria havido menos dificuldade em formar o plural desses diversos nomes se no singular as terminações *-om*, *-am* e *-ão* houvessem permanecido sempre distintas entre si. Ao contrário disso, principiaram elas cedo a confundir-se na pronúncia, e daí o embaraço não somente para o plural de vocábulos de filiação latina, cuja etimologia era obscura ou esquecida, mas ainda para os termos que novamente se cunharam ou importaram do estrangeiro.

Certos nomes, hoje, usados no singular diziam-se antigamente no plural. Assim *peitos*, por influência do sentido especial de *seios*, *mamas*, *narizes*, por tomar-se também na acepção de ventas, e *queixadas* (= maxilares) denotando queixo:

Pela boca e pelos *narizes* (S. Graal 6) – Chegou-lhe às *queixadas* e logo o vazou com uma estocada (Castanh. 5, 17) – Puseram-lhe um punhal nos *peitos* porque se calasse (ib. 2, 122) – Onde rosto e *narizes* se cortava (Cam., Lus. 3, 41) – Obrigou a que o anjo ao passar por ele tapasse os *narizes* (Bern., N. Flor 1, 232).

Costas, a princípio mero plural de *costa*, significando o mesmo que o hodierno, “costela”, continua a usar-se no plural, esquecida esta significação, como equivalente de “dorso”.

Nomes de matéria, empregados atualmente quase sempre no singular, podiam dizer-se outrora com a forma de plural:

¹⁴⁰ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra as duas formas.

¹⁴¹ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *aldeães*.

¹⁴² N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *vilães*.

Açucares, meles, manteigas (Pina, D. J. 2º, 116) – Todos os *arrozes* que vieram de fora (Castanh. 3, 72) – Quisesse trocar carnes por *azeites* e *vinhos* (Castanh. 5, 18).

Igualmente, alterados na terminação eram os nomes de ventos *levante*, *ponente* para exprimir o cursar frequente:

Como já os *levantes* cursavam fez muito pouco caminho (Castanh. 5, 19): – Ora com *ponentes*, ora com *levantes* chegou a vinte léguas de Judá (ib. 5, 11) – E tornando os *levantes* havia de tornar a Judá (ib. 5, 11).

Dizemos, hoje, em dia tanto *gema* como *clara de ovo*, porém Diogo de Couto:

Este de um ovo, que pôs um galo, formara o mundo todo, da gema os céus, e das *claras* os elementos (Dec. 5, 8, 12).

Não costumamos pluralizar certos termos como *vontade*, *cabeça* e outros referidos a diversos indivíduos, ao contrário de antigo uso nestas frases:

Homens, mulheres e meninos metidos na água com as *cabeças* de fora, (Vieira, Serm. 7, 818). – Lá escrevo aos Pautagatins e regedores que lhe acudam com alguma esmola: fazei que seja por suas *vontades* e não por força (ib. 8, 288).

Gênero dos substantivos

Apelativos que designam seres humanos tomam o gênero naturalmente de acordo com o respectivo sexo: *o homem, a mulher; o genro, a nora; o padre, o padrinho, o compadre; a mãe, a madre, a madrinha, a comadre; o padraсто, a madraста.*

Raros são os casos como os exemplos precedentes, em que o feminino é vocábulo muito diverso do masculino. Basta em geral alterar a terminação, sendo característica do feminino a vogal *-a*: *filho, filha; noivo, noiva; menino, menina*. Semelhantemente *irmão*, pronunciado a princípio *irmã-o*, deu no feminino *irmãa*, isto é, *irmã-a*, hoje reduzido a *irmã*. *Avô* e *avó* resultam respectivamente de *avoo, avoa*, tornando-se aberta a vogal *o* do feminino por influência da terminação *-a*. *Rei, rainha* procedem do latim *rex, regina*.

Rapaz faz no feminino *rapariga*.

Certos nomes de títulos de nobreza e dignidades formam o feminino com as terminações *-issa*, *-isa*¹⁴³, *-essa*, *-eza*: *sacerdote*, *sacerdotisa*; *diácono*, *diaconisa*; *prior*, *prioreza* (também *piora*); *abade*, *abadessa*; *conde*, *condessa*; *príncipe*, *princesa* (em lugar de *príncipeza*); *barão*, *baronesa*; *duque*, *duquesa*¹⁴⁴.

Nomes em *-e* não compreendidos nesta categoria resistem em geral à mudança, tornando-se comuns de dois, como *amante*, *estudante*, *berege*, *agente*, *cliente*, *protestante*, *viajante*. Usam-se, porém, com a característica *-a*: *freira*, feminino de *freire* ou *frade*, *parenta*, *mestra*, *monja*, *hospeda* e *infanta*.

Tornou-se o falar hodierno, nesse ponto, mais sóbrio que a linguagem quinhentista e seiscentista, onde se encontram:

Casado com uma *naira* cristã (Castanh. 2, 28) – Duas *cafras* (ib. 2, 6 e passim) – Esta *giganta* era rica (Barros, Clar. 164 e passim) – Uma *comedianta* (Vieira, Cart. 2, 180) – Gracejando com as *farsantas* (Bern., N. Flor. 2, 314) – Uma *comedianta* (ib. 5, 248).

Não estariam, entretanto, grandemente convencidos os quinhentistas da correção dessa linguagem se já hesitavam entre a *infante* e a *infanta*, como facilmente se vê na Crônica de D. Manoel por Damião de Góes. A forma *infanta* tornou-se, contudo, a preferida por Vieira e outros e prevaleceu.

Feminino de *herói* é *heroína*. Os nomes de origem estrangeira *landgrave*, *margrave*, *czar* fazem respectivamente *landgravina*, *margravina*, *czarina*.

Dos apelativos em *-or* formam *embaixador*, *imperador*, *ator*, o feminino em *-triz*: *embaixatriz*, *imperatriz* (o povo português dizia *emperadora*), *atriz*. Desconhecia-se esta formação na fase primitiva da linguagem portuguesa; devem-se tais vocábulos à influência erudita ou à importação direta do estrangeiro. Vieira, posto que empregue *emperatriz* (entre a *emperatriz* e *Catarina*, Serm. 11, 571, *emperatriz da Alemanha*, ib., app. 23), faz, todavia, concessão à linguagem popular quando diz: *rainha sobre todos os reis*, e *emperadora sobre todos os imperadores* (Serm. 11, 239).

Verdade é que a intenção aqui é dar relevo não tanto ao título, como à efetividade do ato de imperar. Fala-se da Virgem Maria. No mesmo sentido se emprega o termo em G. Vic. 1, 144: *Deus te salve, Emperadora*.

O próprio processo de acrescentar *-a* ao substantivo em *-or* só com o tempo conseguiu generalizar-se. Assim vemos o termo *senhor* usado nos Cancioneiros ainda como substantivo comum de dois.

Em lugar da formação regular, usam-se, em certos casos, femininos em *-eira*: *varredeira*, *vendedeira* (Livro Verm. ap. Coll. Ined. 3, 480 e 482), *tecedeira*, *cerzideira*, *carpideira*, *arrumadeira* e outros. Nenhuma relação morfológica há entre esses femininos e os masculinos em *-or*. Prendem-se, sim, aos derivados em *-eiro*, designativos de indivíduos que exercem certos misteres ou profissões; e sendo várias ocupações exercidas, desde tempos remotos,

¹⁴³ N.O.: No original, comparece *-issa* duas vezes. Os exemplos, porém, não confirmam essa terminação. Por isso, optou-se por realizar a adaptação.

¹⁴⁴ N.O.: Manteve-se a grafia do sufixo *-eza* e dos seus respectivos exemplos conforme o original. Todos os exemplos hoje são grafados com *-s*-, respectivamente, *princesa*, *baronesa* e *duquesa*.

principalmente pela mulher, fixou-se, em tais casos, a forma feminina em *-eira*, antes que se criassem os respectivos termos masculinos, para os quais o uso preferiu muitas vezes palavras terminadas em *or*.

Posto que se assinalem com a terminação *-a* os nomes femininos, não se infere daqui que femininos sejam, por sua vez, todos os nomes terminados por esta vogal. Assim, denotando varões, não podem deixar de ser masculinos *monarca, heresiarca, patriarca, pirata, agiota, jesuíta, homicida, nauta, camarada, espíritoista* e muitos outros. Vários destes nomes podem-se aplicar a mulheres, ficando então inalterados, exceto *poeta, profeta* que fazem *poetisa* e *profetisa*.

Para os nomes em *-ão*, dispomos de três maneiras de formar o feminino. Seguem o tipo *irmã*, fem. de *irmão, aldeã, anã, anciã, castelã, charlatã, cidadã, cirurgiã, foã* (S. de Usque, 2, 129), *cortesã, peã, sacristã*; e também *cristã, pagã, cintrã, coimbrã, comarcã, catalã, bretã, alemã*, femininos de palavras usadas ora como substantivos, ora como adjetivos. *Romã*, adjetivo, é o feminino do antigo *romão* (= romano). Nada tem que ver com *romã*, substantivo, de origem árabe. *Sultão* faz excepcionalmente *sultana*.

Põem a terminação *-oa* em lugar de *-ão*: *abegoa, beiroa*¹⁴⁵, *bretoa* (também se diz *bretã*), *ermitoa*¹⁴⁶, *horteloa, patroa, rascoa, viloa* (ou *vilã*). Do substantivo tabelião formou-se o adjetivo *tabelioa*¹⁴⁷. *Ermitão*, como adjetivo, faz *ermitã*. *Japão*, usado outrora em lugar de *japonês*, fazia, *japoa: aos Japões à Japoa* (Vieira, Ser. 8, 164). De *capitão* usou-se outrora o feminino *capitóa: Esta foi eleita por capitóa de todas* (Couto, Dec. 6, 2, 2); *nau Capitóa*.

O terceiro modo, finalmente, consiste em mudar *-ão* em *-ona*. É, sobretudo, nos aumentativos que se usa esta forma: *bonacheirona, chorona, figurona, mandriona, besuntona, fanfarrona, porcalbona, resmungona, trapalbona, solteirona, valentona, santarrona, pedinchona, sabichona* – há também o fem. em *-ã*: *as vossas velbas sabichãs* (Mello, Ap. Dial. 229) –, *feianchona, parlapatona*.

Importa notar que até o século XVI reinava ainda bastante incerteza quanto ao feminino dos nomes em *-ão*. Diz o gramático Fernão d'Oliveira assim: “Estes nomes eu não os pronunciaria nesta forma *cidadoa, capitóa, viloa, rascoa, aldeoa*; mas pronunciá-los-ia assim: *aldeã, vilã, cidadã*; verdade é que *rascã* nem *capitã* não são muito usados; e, contudo, [pronuncia-se]¹⁴⁸ *zamboa* e *padoa* e quaisquer que o costume consentir”.

Palavras em *-eu* fazem *-éa* no feminino: *européu, européa, plebeu, plebéa, hebreu, hebréa*¹⁴⁹. Diz-se, contudo, *judia* de *juden*, *sandia* de *sanden*, *ilhoa* de *ilbén*, e *ré* de *réu*.

¹⁴⁵ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *beirã*.

¹⁴⁶ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *ermitã* como substantivo feminino.

¹⁴⁷ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra também a forma *tabelã*.

¹⁴⁸ N.O.: Inserção nossa.

¹⁴⁹ N.O.: Manteve-se aqui a grafia das formas femininas conforme o original. Hoje todos os nomes da lista são grafados com *-eia*: *européia, plebeia, hebreia*.

NOMES DE COISAS – Masculinos são todos os nomes de coisas terminados em *-o* átono, e femininos os que terminam em *-a* átono, excetuando as denominações de letras do alfabeto, que como os demais nomes de letras são do gênero masculino (*o alfa, o jota, o kappa* etc.), *dia, tapa* e os vocábulos de origem grega, quer vindos através do latim, quer tirados diretamente do grego, e que nesse idioma tomariam o gênero neutro. Tais vocábulos são masculinos em português: *drama, tema, teorema, axioma, aroma, idioma, emblema, clima, problema, lema, dilema, cosmorama, panorama*, os compostos de *-grama* (*diagrama, epigrama, telegrama, monograma* etc.), *diafragma, sintagma, magma, clisma, prisma, aneurisma, sofisma* etc.

De alguns vocábulos de origem grega tem variado o gênero.

Em outros, altera-se o gênero incoerentemente, como a *cataplasma*¹⁵⁰, porém *o plasma, o protoplasma, o neoplasma*.

Ordem e *margem* (lat. *ordo, margo*), masculinos em latim, passaram a termos femininos em português. Esse mesmo gênero têm os demais nomes em *-gem* (*a imagem, a vagem, a viagem, a ferrugem* etc.). *Linguagem* e *linhagem* também se usaram no masculino.

Nomes abstratos em *-ião*, como *legião, opinião, ocasião, região, rebelião*, são femininos conforme a regra dos nomes latinos em *io*. Tomam o mesmo gênero os inúmeros termos abstratos em *-ção, -são, -ção*, filiados a palavras latinas em *-tio, -sio* (*condição, razão, fusão, produção, ambição, dicção, apelação, ampliação* etc.) ou criados por analogia, de expressões verbais modernas, como *mastreção, estagnação, civilização, vacinação, amalgamação* etc. São ainda femininos: *multidão, solidão, fortidão* e outros, que se prendem com a formação latina em *-tudo* (*multitudo, solitudo*¹⁵¹ etc.).

Usam-se, pelo contrário, no masculino os nomes concretos em *-ão*, excetuando *a mão*, por exemplo: *chão, grão, alcatrão, algodão, agrião, bastão, bordão, diapasão, feijão, pilão, pirão, pistão, latão, galão, limão, melão, pulmão, sabão, torrão, coração, tostão, turbilhão, violão, verão, bastião, pavilhão, botão, galeão, trovão* etc.

No masculino também se usam os aumentativos em *-ão, -arão, -eirão*, ainda que procedam de vocábulos femininos: *garrafão, carroção, casarão, boqueirão, caldeirão, pranchão, salão, florão, portão, barracão, caixão, palavrão* etc.

São femininos *grade, cidade* e todos os nomes abstratos (*amizade, verdade* etc.) em *-ade*, em *-ice* e *-ez*, derivados de adjetivos e substantivos (*altivez, solidez, velhice, macaquice, meninice* etc.), e os abstratos em *-ude* (*saúde, virtude, altitude* etc.). Acrescentem-se ainda a esta série de vocábulos, por serem de igual gênero, *vez, fraude*, e os termos concretos *fez, tez, torquez, cegude* e *incude*. Outros nomes em *-ez* e *-ude* são masculinos (*pez, revéz, jaez, arnez, calcez, convez, pavez, gurupéz, grés, viez, envez*¹⁵²; *açude, alaúde, ataúde, almude, embude, grude, talude*).

¹⁵⁰ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra *cataplasma* como substantivo de dois gêneros.

¹⁵¹ N.O.: O *Grande Dicionário Houaiss on-line* registra *multitude* e *solitude*.

¹⁵² N.O.: Manteve-se aqui a grafia de todas as palavras conforme o original. *Revéz*, hoje, está registrado no *Grande Dicionário Houaiss on-line* como substantivo feminino; a forma masculina é *revés*. *Arnez, calcez, convez, pavez, gurupéz, viez* e *envez* grafam-se, respectivamente, *arnês, calcês, convês, pavês, gurupês, viês* e *invês*.

Pondo de parte os nomes abstratos em *-ão* e os femininos em *-ez* a que acabamos de nos referir, são em geral masculinos os nomes oxítonos: *chá, tafetá, pé, dó, nó, pó, cipó, café, fubá, maracujá, gral, mal, sal, rubi, anel, mel, ar, lar, altar, lugar, chapéu, céu, calbau, grau, sarau, pau, som, dom, jardim, sol, lençol, funil, buril, barril, papel, tonel, vergel, anzol, cinzel, dossel, cordel, batel, ardil, redil, covil, canil, farol, paiol, cafetã, iatagã, tapinboã, afã, ademã, armazém, desdém, harém, vintém, trem, bergantim, espadim, anexim, estopim, capim, tamborim, alecrim, festim, flautim, nariç, país, matiç, tamis¹⁵³, chafariç* etc.

Excetuam-se dessa regra:

- a) um nome em *-á*: *pá*.
- b) os seguintes em *-é*: *fé, sé, galilé, galé, maré, polé, ralé, libré*.
- c) os seguintes em *-ó*: *enxó, filbó, ilbó, mó*.
- d) um nome em *-al*: *cal*. Por subentender-se algum termo feminino, tomam esse gênero os substantivados *bacanal, saturnal* (festa), *pastoral, credencial* (carta); *inicial* (letra); *catedral* (igreja); *diagonal, horizontal, vertical* (linha) e outros.
- e) um nome em *-er*: *colher*.
- f) três nomes em *-or*: *cor, dor, flor*.
- g) os seguintes em *-an*: *can, chan, lan, roman, gran, maçan, manban, avelan, sertan, hortelan, barbacan, milhan¹⁵⁴*.
- h) um nome em *-au*: *nau*, e os de ditongo *-ei*: *grei, lei*.
- i) os seguintes em *-iç*: *boiç, cerviç, cicatriç, matriç, raiç*.
- j) os seguintes em *-oz*: *foz, noz, tardoz, voz*.
- k) dois nomes em *-uz*: *cruz, luz*.
- l) três nomes em *-az*: *paç, tenaç, agua-raç¹⁵⁵*.
- m) um nome em *-em*: *cecém*.

Das palavras em *-e* átono, são do gênero feminino, além das já mencionadas:

1) as que terminam em *-ede, -ide* (exceto *cabidê*) em *-ave* (menos *conclave*), *-eve, -ede*; em *-ase, -asse, -ace* (exceto *desenlace, passe* e compostos); em *-ese, -ece, -esse* (menos *interessê*); em *-ose*. Tais são: *parede, rede, sede, sede¹⁵⁶; vide, lide; ave, chave, trave, clave; neve, greve; plebe, sebe; base, face, fase, gase¹⁵⁷, alface; prece, messe, tese* (e compostos), *análise, catálise, diocese; dose, apoteose*.

¹⁵³ N.O.: O *Dicionário Houaiss on-line* registra como paroxítono; e *Caldas Aulete Digital*, como oxítono.

¹⁵⁴ N.O.: Manteve-se aqui a grafia conforme o original. Hoje todos os nomes da lista são grafados com *-ã*.

¹⁵⁵ N.O.: Hoje grafado *aguarrás*.

¹⁵⁶ N.O.: Com o *-e* da primeira sílaba fechado [e] e aberto [ɛ], respectivamente.

¹⁵⁷ N.O.: Hoje grafado *gaze*.

- 2) as palavras *carne, tarde, glande, lande, falange, fome, febre, laje, haste, peste, veste, fouce, mole, prole, pele, becatombe, crise, couve, gripe, sege, estirpe, eclipse, árvore, tosse, posse, hoste, ode, noite*.
- 3) os termos *glote* e *epiglote*, ao passo que são masculinos todos os mais nomes em *-ote*.
- 4) *fonte, fronte, ponte*, em oposição a *monte, horizonte* e os compostos de *-odonte*, que são masculinos.
- 5) os compostos de *-pole. metrópole, necrópole* etc.
- 6) *arte* e *parte*, sendo masculinos os demais nomes em *-arte*.
- 7) *gente*¹⁵⁸, *frente, mente, semente, aguardente, vertente*, e os substantivados em *-ente* referidos ao conceito “água” (no sentido próprio ou figurado): *nascente, enchente, torrente, corrente*; ou “linha”: *tangente, secante* etc.
- 8) os termos eruditos derivados, por meio de *-ite*, designando doenças, rochas, plantas (*bronquite, fulgurite, clematite* etc.)
- 9) os seguintes nomes em *-orte*: *sorte, morte, corte, coorte*.
- 10) os terminados em *-ie*: *efígie, série, espécie, congérie*.
- 11) *praxe* e os compostos de *-taxe* (*sintaxe, parataxe, hipotaxe*).

Levadas em conta essas restrições e casos especiais acima explicados, dá-se geralmente o gênero masculino aos nomes designativos de coisas, paroxítonos e proparoxítonos, desde que não terminem em *-a* átono. Dizemos *o caráter, o aljôfar, o açúcar, o âmbar, o órgão* etc. *Benção* (do lat. *benedictione* –) entrou na linguagem como vocábulo feminino com acento tônico na sílaba final. Essa pronúncia persistiu durante muito tempo. Hoje preferimos o vocábulo, deslocando o acento para a sílaba *ben*, mas conservando o gênero feminino¹⁵⁹.

NOMES DE ANIMAIS – Na determinação do gênero gramatical não há diferença entre os nomes dos animais e os demais substantivos, quando se trate de entes em que a distinção do sexo, ou por difícil ou por desnecessária, não costuma ser feita na vida real. Assim são femininos, simplesmente por terminarem em *-a*, *baleia, águia, formiga, pulga, onça, cobra, tartaruga*; e masculinos, por analogia de outros vocábulos, *badejo, rouxinol, gavião, salmão, sapo, tatu, rinoceronte, hipopótamo, rato, tamanduá*. Os nomes *perdiç, codorniç, serpente, rez*¹⁶⁰, são femininos à semelhança de certos nomes de coisas com a mesma terminação.

Sendo mister alguma vez determinar o sexo, acrescenta-se a esses nomes, conforme o caso, a palavra *macho* ou *fêmea*: *a águia macho* ou *o macho da águia*; *o sapo macho, o sapo fêmea* ou *a fêmea do sapo* etc.

Chamam-se em gramática *epicenos* esses substantivos que com um só gênero designam ambos os sexos; e epicenos são em geral os nomes de peixes, répteis e batráquios, de insetos e animais inferiores e, com poucas exceções, os de mamíferos e aves.

¹⁵⁸ N.A.: *Gente* é nome coletivo somente a seres humanos considerados em conjunto; mas, apesar dessa particularidade, o vocábulo é tratado em linguagem como os demais coletivos, como se fora nome de coisa.

¹⁵⁹ N.O.: O *Dicionário Houaiss on-line* registra a forma oxítona *benção* e a forma paroxítona *bênção*, ambas femininas. Ver nota 139.

¹⁶⁰ N.O.: Hoje, *rez*.

A distinção sexual impõe-se, e com ela a necessidade de vocábulos que designem o macho e a fêmea, em se tratando de certos animais domésticos, criados pelo homem para a alimentação, para a lavoura ou para outros fins. Assim, diferenciam-se, por vocábulos distintos, *boi* e *vaca*, *cavalo* e *égua*, *burro* (e *mu*) e *besta* ou *mula*, *carneiro* e *ovelha*, *bode* e *cabra*, *galo* e *galinha*, *cão* e *cadela*; e, mudando simplesmente a terminação da palavra, *gato*, *gata*; *porco*, *porca*; *leitão*, *leitoa*; *pombo*, *pomba*; *peru*, *perua*; *pato*, *pata*; *marreco*, *marreca*.

Denotam, particularmente, certos machos destinados para a reprodução estes termos: *touro* (boi); *garanhão* (cavalo); *varrão* (porco).

Querendo-se designar a espécie ou quaisquer indivíduos da espécie, emprega-se a forma masculina, *cabalos*, *cães*, *porcos*, *gatos*, *perus*, *patos*, *leitões*; mas diz-se *criação de galinhas*, *de cabras*, atendendo ao número preponderante de fêmeas. De preferência a *rebanho de carneiros* usa-se *rebanho de ovelhas*. Falando do gado bovino, o termo *vaca* ou *vacas* individualizará as produtoras de leite, criadas em geral separadamente do outro sexo.

Macho e fêmea de certos animais não domésticos que ferem a vista pela grande dissimilaridade no aspecto exterior têm designações para os dois sexos: *faisão*, *faisã*; *pavão*, *pavo*; *leão*, *leoa*; *veado*, *corça*.

Distinções que interessam particularmente a caçadores são *javardo* (javali macho), *loba* e *ursa*. Este último feminino aplica-se, fora do domínio de S. Huberto¹⁶¹, somente às constelações *Ursa maior* e *Ursa menor*.

Os quinhentistas davam também forma feminina ao termo *elefante*:

Vinham dois elefantes grandes... e uma elefanta pequena (Barros, Dec. 2, 9, 1).

NOMES PRÓPRIOS – O gênero dos nomes próprios de pessoas, nacionais ou estrangeiros, dos sobrenomes, apelidos ou alcunhas, decide-se pelo sexo das pessoas portadoras de tais nomes: *Moisés*, *Judith*, *Ezequiel*, *Rachel*, *Norma*, *Numa*, *Jugurtha*, *Cleópatra*, *João de Castro*, *a nova Castro*, *Chateaubriand*, *Lafontaine*, *a Dubarry*, *a Pompadour*, *Irene*, *Alexandre*, *o Magalhães*, *a* (senhora) *Guimarães*, *o Chora-vinagre*, *o Prata Preta*, *José*, *Salomé*, *Montesquieu*, *a Montesper*, *Apolo*, *Safo*, *Edwiges*, *Bruno*, *Juno* etc.

Certos nomes de batismo, como *Pedro*, *Adão*, *Arthur*, servem somente para homens; outros, como *Martha*, *Leonor*, só se aplicam a mulheres; outros, finalmente, usam-se para os dois sexos, fazendo-se a distinção na terminação do vocábulo: *Francisco*, *Francisca*; *Antônio*, *Antônia*; *Manuel*, *Manuela*; *Luiz*, *Luíza*; *Paulo*, *Paula*; *Valenciano*, *Valenciana* etc. Antigamente dizia-se também *Simoa* (como feminino de *Simão*) e *Julioa: a nau Julioa* (Barros, Dec. 1, 6, 3)

Essa prática, de variar a terminação, foi por vezes adotada pelos cronistas com relação a apelidos de família:

¹⁶¹ N.O: Huberto de Liège, padroeiro dos caçadores.

Não somente deu os bens dele, mas ainda de *Maria Anes Leitoa*, sua manceba (F. Lopes, D. J. 336) – Foi filha de dona *Mari Afonso Chichorra* (ib. 348) – Foi casado com D. Maria filha de Fernão Pereira Barreto, de que houve duas filhas *Dona Catarina Pereira Barreta...* e *Dona Elena Mascarenhas* (Couto, Dec. 4, 4, 1) – Casado com *Dona Mariana Coutinha*, filha de Pero de Andrade de Caminha, que foi casado com *Dona Pascoela Coutinha* filha de Vasco Coutinho (ib. 8, 28).

Aos nomes dados a animais, edifícios, navios e outros objetos ajunta-se o artigo de acordo com o gênero do substantivo comum que se tem em mente: *o (cavalo) Bucéfalo, a (égua) Swift, o (navio) Santa Catarina, o Rainha Margarida, o (palácio) Itamaraty, o (navio) Dona Clara, o (cruzador) República, o Minas Gerais* etc.

O artigo que sempre se antepõe aos nomes de rios e montes refere-se, não ao nome próprio, mas ao termo geográfico, claro ou subentendido: *o (rio) Amazonas, o S. Francisco, o Madeira, o Paraíba, o (monte) Aconcágua, o Vesúvio, o Etna, os (montes) Alpes, os Andes* etc.

Nas denominações *o Atlântico, o Pacífico* refere-se o artigo ao termo “oceano”; em *o Mediterrâneo, o Adriático, o Báltico* tem-se em mente a palavra “mar”.

Pode-se deixar de mencionar o termo “ilha” junto aos nomes *Chipre, Naxos, Chio* etc.; porém os adjetivos e pronomes irão para o feminino de acordo com o termo geográfico não expresso. Diz-se, contudo, *os Açores, os Abrolhos*.

Por motivo análogo vão referidos à palavra “cidade” os qualificativos em *Nova Iorque, Nova Friburgo, soberba Tui* (Cam., Lus. 3, 89); *Trancoso destruída* (ib. 3, 64); *submetida Bizâncio* (ib. 3, 12); *a forte Arronches* (ib. 3, 55); *vê cercada Santarém* (ib. 8, 19); *fundada Arsínoe foi* (ib. 9, 2).

Essa regra relativa aos nomes de cidades sofre notáveis restrições. Diz-se, por exemplo, *o Rio de Janeiro, o Cairo, o Havre*. Fernão Lopes emprega Londres com o gênero masculino em *a mim parece que bom Londres é este* (D. J. 40).

Londres e Paris são nomes masculinos para Fernão Mendes Pinto, que só dá o feminino aos nomes terminados em *-a* átono neste passo:

Porque se não há de imaginar que é ela [cidade de Pequim] *uma Roma, uma Constantinopla, uma Veneza, um Paris, um Londres, uma Sevilha, uma Lisboa* (ib. 2, 80).

Do mesmo gênero é *Fez* segundo este outro trecho quinhentista:

Fez é uma cidade, a maior e mais principal de toda a Berbéria, há nela duas partes, convém a saber: *Fez o novo*, que contém alcáçova, paços reais, casas de senhores, alfândegas, aduanas; e isto cercado de muitos bons muros, faz uma pequena cidade; logo junto dela, dois tiros de pedra, ladeira abaixo, está *Fez o velho*, bem murado e assentado entre alguns outeiros e chapadas (Mend., Jorn. d'Afr. 1, 112).

Camões põe no masculino:

Tangore populoso (Lus. 4, 55) – Foi tomado *Alcácer do Sal* (ib. 3, 90) – O *extremo Suez* (ib. 10, 98).

e, vacilando, escreve:

Dará *na rica Dio* (ib. 10,64) – um ergue *Dio*, outro o defende *erguido* (ib. 10, 67).

Vieira contradiz seriamente a regra neste passo:

Por *uma Jericó* vos darei *um Moçambique, um Melinde, um Socotorá, um Bassorá, um Ormuz, um Diu, um Damão, um Chaul, um Meliapor, um Jafanapatão, um Macau* (Serm. 8, 395).

Inclui o orador nessa série de nomes masculinos *Socotorá*, que é uma ilha. Comparem-se com a linguagem de Vieira os trechos camonianos:

Verás de frente estar no Roxo estreito *Socotorá* com amaro aloe *famosa* (Lus. 10, 137) – A canela com que *Ceilão é rica, ilustre e bela* (ib, 9, 14).

Para os nomes próprios aplicados a grandes extensões de terra, a países, províncias ou estados, e usados sem o termo geográfico, regula-se o gênero pela terminação do vocábulo. São femininos os terminados em *-a* átono: *América, Ásia, Europa Austrália, Noruega, Dinamarca, China, Sibéria, Rússia, Índia, Abissínia, Patagônia, Colômbia, Andaluzia, Guiana, Holanda, Espanha, Bélgica, Pérsia, Califórnia, Galizã* etc. São masculinos os que têm outra terminação: *Peru, Japão, Chile, Brasil, Goiás, Ceará, Sergipe, México, Panamá, Haiti, Marrocos, Egito, Irã, Indostão, Portugal, Aragão, Algarve, Pamir, Tibet* etc.

MUDANÇA DE GÊNERO E GÊNERO DUVIDOSO – Vários substantivos comuns têm ou tiveram gênero duvidoso:

a) Planeta (ou *praneta, preneta*, variantes em port. ant). Na linguagem pré-camoniana podia usar-se o vocábulo indiferentemente no masculino ou feminino. No Leal. Cons. cap. 39 *ocorre as pranetas, das pranetas* nada menos de nove vezes. Na obra Corte. Imp. notam-se à pág. 240 e 242 os casos seguintes de um e outro gênero:

A *planeta* que chamam Júpiter que é *uma das sete planetas* há propriedade e condição de significar fé e religião. – E *as* outras seis *planetas* – saturno é um tal *planeta* que é mais grave que *todos os outros planetas* e ele não se ajunta a nenhum dos outros *planetas* e *todas as outras*

planetas se juntam a ele – o *planeta* saturno – o *dito planeta* Júpiter – *este planeta* – *ao planeta* do Sol – quando *a planeta* Júpiter se *ajuntar* com *a planeta* que é a lua – *do planeta* mercúrio – *o planeta* Júpiter – *a planeta* mercúrio – *o planeta* mercúrio.

No século XVI, tende a fixar-se o uso da forma masculina. Em Gil Vicente ocorrem ainda:

Do vedor é necessário | saber a *planeta sua*. I *Sua planeta* é a lua (3, 254) – Ou que *planeta é aquela* | que o fez tão sabedor | para que adoremos *nela?* (ib).

Camões adota o masculino em:

Já neste tempo *o lúcido planeta* (Lus. 2, 1) – A quem fez o *seu planeta* restituidor de Espanha (ib. 3, 19).

Difícil de explicar é o passo:

Mas já o *planeta* que no céu primeiro habita, cinco vezes *apressada* agora meio rosto, agora inteiro mostrara (Lus. 5, 24).

Segundo alguns, seria um caso de silepse de gênero; mas cumpre notar que não costumava o poeta lançar mão desse audacioso recurso. Outros entendem que Camões teria escrito *Mas já a planeta*, como o permitia o uso ainda naquele tempo, e que por erro tipográfico saíria *o planeta*. Parece mais plausível a segunda explicação.

b) *Cometa*. Palavra masculina hoje, mas de gênero incerto entre os quinhentistas:

Apareceu no céu da parte do oriente *uma cometa* (Castanh. 1, 98) – Apareceu no ar *um grande cometa* com um raio... *a qual foi vista* por todo os da armada (Barros, Dec. 1, 5, 2).

Vieira, referindo-se ao cometa de 1695 (Serm. 14, 225-265), não dá ao termo senão o gênero masculino.

c) *Tribo*. Para os seiscentistas *a tribo*, como hoje usamos, era tão correto como *o tribo*:

Dando de barato a parte *das dez tribos* (Vieira, Serm. 8, 265). *De uma tribo a outra tribo* (ib. 8, 264) – Juraram todos *os doze tribos* de Israel (ib. 2, 120) – *Das doze tribos*, que juraram... *as dez* lhe negaram obediência (ib. 2, 121) – Ajuntou de *todos os tribos* que pode (ib. 9, 442)

d) *Mapa*. De gênero feminino no século XVI, passa a usar-se como masculino do século seguinte em diante:

Na mapa, (H. Pinto 1, 353; 1, 208 e passim) – O mapa (Vieira, Serm. 7), 200 (3 vezes), 202 (2 vezes).

- e) *Catástrofe*. Vocábulo outrora masculino:

O *catástrofe* da tragédia (Ser. 14, 241) – *Aquele catástrofe* admirável (ib. 9, 145) – Um famoso *catástrofe* (ib. 1, 459) – *Depois daquele catástrofe* fatal (M. Aires, 381) – Vem a ser mais *patético, veemente e horroroso o catástrofe* da tragédia (Freire, A. poet. 71).

- f) *Hipérbole*. Hoje usa-se esse termo no feminino; antigamente dizia-se *o hipérbole* a par de *a hipérbole*:

Isto é tão estranhado na História que melhor sofre *um hipérbole* (Barros, Dec. 3, prol.) – Permita-se *o hipérbole* (M. Aires, 42) – Deixo também os *empolados hipérboles* (Bern. N. Fl. 4, 267) – Não é tão mal entendida *a hipérbole* (Vieira, Serm. 4, 203) – O estilo que segui foi *uma hipérbole* às avessas (ib.).

- g) *Ametista* e *ametisto*. – Contrariamente ao uso atual, encontramos a forma masculina em:

O *ametisto* pedra preciosa tem cor de vinho (Bern., N. Fl. 4, 124) – O cálix consagrado e cálix de preciosos *ametistos líquidos* (ib.).

- h) *Fim*. Continuou a ter em português o mesmo gênero do lat. *finis* até que com a era dos seiscentistas passou a ser vocábulo exclusivamente masculino. Com esse mesmo gênero já aparece nos *Lusíadas*; autores de outras obras quinhentistas revelam tendência conservadora:

Já *na fim* de dezembro (Castanh. 2, 74) – Aquele era *o fim* para que lhe o rei dera aquela armada (ib. 2, 68) – Era *o fim* a que seus amigos faziam todas estas coisas (ib. 2, 109) – *Da fim* de agosto até *a fim* de outubro (Barros, Dec. 2, 6, 1) – *Na fim* de junho (Castanh. 1, 68) – *Na fim* de agosto (ib. 4, 42) – Como quem entendia *o fim* daquela sua viagem a Malaca (Barros, Dec. 2, 6, 2).

- i) *Linguagem, linbagem*. Em port. ant. podia dizer-se: *Em linguagem grego* (S. Josaph. 49). Dizia-se também *livro dos linbagens* (Port. M. Hist. S. 1, 143); *seu linbagem* (F. Lopes, D. J. 147, 149) a par de *a humanal linbagem* (ib. 299). Segundo a gramática de Fernão de Oliveira, *linguagem* e *linbagem* são femininos.

- j) *Personagem*. Antepõe-se-lhe tanto o artigo *o* como o artigo *a*:

Todas as grandes personagens (Vieira, Ser. 2, 217) – Aparece *uma personagem* de grande autoridade (ib. 11, 182) – *Dois personagens* (Mello, Ap. Dial. 278) – Vira a seu lado *uma veneranda personagem* em hábito sacerdotal (Bern., N. Fl. 4, 367) – As turbas que cercam *as personagens* ilustres (ib. 4, 361) – *Estas personagens* achavam-se reunidas (Herc., Lend. e Narr. 1, 186) – Salvo *as personagens* (ib. 1, 187) – As palavras *dos dois personagens* (Herc. M. de C. 2, 28) – Respondeu *o personagem* (ib. 2, 91) – Ali chegaram *os três personagens* (ib. 2, 106) – *A personagem* que dera azo (ib. 2, 115) – Diante do *nédio personagem*. (ib. 2, 229) – Deixaram ver *um novo personagem* (ib. 2, 234) – *Esta personagem* é D. Vivaldo (ib. 1, 161).

k) *Banco roto* e *bancarrota*. Desde que em português se usa a forma masculina para designar o estabelecimento de crédito, lógico parece o emprego do mesmo gênero em: *Qualquer que se fez amigo do mundo faz banco roto com Deus* (H. Pinto 1, 411). Veio, porém, a prevalecer a forma feminina, naturalmente por influência do italiano *bancarrotta* e do francês *banqueroute*, linguagens estas de acordo com o gênero de *banca* e *banque*.

l) *Baralha* e *baralho*. Tratando-se do jogo de cartas, o port. hod. diz *baralho*. Do gênero feminino, usado outrora, ocorrem à pág. 209 dos Apol. Dial. de Mello quatro exemplos. Igualmente em Vieira, Ser. 8: *As cartas não hão de ser de outra baralha, senão as mesmas* (261); as noas fossem providas... não de *baralhas de cartas* (262).

m) *Copa* e *copo*¹⁶² – Em linguagem hodierna, servimo-nos geralmente da forma masculina para designar o vaso de beber. O feminino *copa* não é de uso corrente senão para denotar coisa diversa: lugar onde se guardam mantimentos, louça etc.; a parte superior e arredondada de certos objetos (*copa de chapéu, copa de árvore*). Em port. ant. usava-se do feminino *copa* com a significação de “taça”, quer fosse de metal o vaso de beber, quer de vidro. Exemplos de *copo*, no masculino, a par de *copa*, aparecem no século XVI, e tornam-se mais frequentes dessa época em diante:

Eu bebo em taças e *copas* de ouro (L. de Esopo 24) – Cada um bebe por uma grande *copa* de ouro (M. Polo 33 r) – Dai cá a *copa* que ontem vos dei (Cam. Anfiriões) – Eis aqui a *copa* vem testemunho da verdade (Cam., ib.) – Trazia um vaso de prata dourado a modo de *copa* (Barros, Dec. 1, 6, 4) – Tinha *uma* *copa* de ouro a modo de *copa* (Barros, Dec. 1, 6, 4) – Tinha *uma* *copa* de ouro de bordas largas (G. Corr. 1, 99) – Trouxeram mais outras muitas peças, como foram pratos grandes, saleiros e *copos* também de ouro, com que a vista se deleitava muito (F. M. Pinto 1, 278) – Um envoltório em que vinham muitos *copos* e jarros de prata (ib. 2, 275) – Lançando-lhe o vinho nos *copos* (Sousa, S. Dom. 90).

No seguinte exemplo seiscentista já a palavra *copa* vem tomada no sentido de armário em que se guardam vidros:

¹⁶² N.A.: Veja-se a propósito dos dois termos o respectivo capítulo em Said Ali *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*.

A este imperador apresentaram uns embaixadores de Veneza uma *copa* de vários vidros artificiosos e esmaltados de ouro (Bern., N. Fl. 4, 267).

n) *Espinbo* e *espinha*. Os seiscentistas serviam-se indiferentemente de uma ou outra forma, em exemplos como os seguintes, nos quais o port. hod. não usa senão o masculino:

Cabeça coroada de *espinhas* (Bern. L. e C. 539) – Jesus teceu de nossos *espinhos* a sua coroa (ib. 540) – Tu foste o que açoitaste a Jesus, tu o que o coroaste de *espinhos* (ib. 570) – Uns mártires caminhavam sobre as *espinhas* como sobre flores, outros a cada passo que davam, lhes brotavam dos pés encravados tantas fontes de sangue, quantos eram os *espinhos* (Vieira, Serm. 5, 265) – O trigo que parte caiu... entre *espinhas* e parte sobre pedras duras (ib. 8, 395).

Em port. ant. dizia-se no feminino:

O leão e o pastor que lhe tira do pé uma *espinha* (Livro de Esopo 27) – Sem cardos e sem *espinhas* (S. Josaph. 12).

A forma feminina podia também designar, como hoje, osso de peixe:

A invenção desta peçonha é dos moradores da ilha *Camatra*, a qual se compõe com a *espinha* do peixe (Barros, Dec. 2, 6, 4).

o) *Teiró*. Da incerteza do gênero desta palavra dão testemunho os seguintes passos:

Ouvira o nome de Gil Eannes, a quem tinha *antigo teiró* (Herc., M de C. 1, 209) – Não obstante porém *a teiró* do donato (ib. 1, 251) – Sem saber por que, *a teiró* a ferro que tinha a Fr. Vasco sentia-se diminuir de intensidade (ib. 1, 288).

p) *Tigre, linco*. Usam-se geralmente no masculino. Alguns exemplos ocorrem, contudo, em que se tomam estas palavras no feminino:

As lincas mosqueadas (Castilho, Georg. 177) – Tigres raivosas (ib. Georg. 85) – *Tigre denegrada* (ib. 275); porém, *os tigres* apiedava (ib. 287) – *Crua tigre* faminta (Castilho, Metam. 238) – *A tigre* na selva (ib. 173).

q) *Espia, guia*. Dá-se-lhes hoje o gênero masculino em atenção ao sexo dos indivíduos que exercem o ofício de espiar ou costumam guiar os outros. Outrora atendia-se à terminação dos vocábulos:

Foi avisado por *suas espias* (Castanh. 1, 75) – *A guia* fugiu com eles (ib. 3, 151) – Como *espias domésticas* que sabiam onde estavam os ídolos tal vez escondidos – (Vieira, Ser. 8, 475).

r) *Guarda*. Usado hoje no feminino, na acepção de “ato de guardar”, e no singular no sentido coletivo de “soldados que estão de guarda”, toma, contudo, o gênero masculino quando referido a indivíduos, quer no singular, quer no plural. Contrariamente a esta regra dizia-se:

O que derrubou amortecidas *as guardas* (Vieira Ser., 7, 290) – Entrai, se vo-lo permitirem *as guardas* (ib. 31).

Vieira distingue, todavia, *guarda* (= sentinela) de *guarda* (= guardador, pastor) neste passo:

Vencendo a quatro reis só com *os guardas* das suas ovelhas (Ser. 3, 253).

s) *Língua* significando “interprete” aparece com o artigo *o* frequentemente em Castanheda. *Um bom língua* diz do mesmo modo Vieira, Ser. 1, 106. Continua a usar-se no masculino.

t) *Trombeta*, designando o soldado que toca o instrumento, ocorre em Fernão Lopes no masculino:

Mandou-lhe dizer *para o seu trombeta* (D. J. 257) – Nuno Álvarez recebeu bem *o trombeta* (ib.) – Com esta resposta se partiu *o trombeta* (ib. 258) – E em contando *o trombeta* a resposta (ib.).

No seguinte passo vem a palavra no feminino, por pensar-se menos na pessoa:

E levaram consigo *uma trombeta* que andava em companhia de um daqueles que se apartaram, e quando veio a meia noite, *aquela trombeta*, por mímica de bom aviso, começou a tanger (259).

u) *Pirames* por *pirâmides* ocorre várias vezes no masculino nas *Décadas* de João de Barros.

v) *Fantasma*. Usou-se no feminino:

A continuação tinha criado em Frei Gil ânimo para desprezar *suas fantasmas* (Sousa, S, Dom. 87) – Revestiu-se de noite de *uma fantasma medonha* (Vieira, Ser. 11, 267) – *A fantasma arremete* (Mello, F. Apr. 42) – Ainda que na verdade não seja mais que *uma fantasma* (M. Aires, 272) – *Fantasmas várias* (Castilho, Met. 275).

M. Said Ali

APÊNDICE

DUAS CARTAS INÉDITAS DO PROF. SAID ALI, POR ZDENECK HAMPEJS¹⁶³

Este ano, comemora-se no Brasil, o centenário do nascimento de um dos maiores filólogos brasileiros, Manuel Said Ali Ida. Além de vários artigos e estudos, publicados nos jornais, é este cientista autor de duas gramáticas da língua portuguesa que pertencem às melhores que foram publicadas no Brasil, de um vocabulário ortográfico, de um livro sobre o verso português, de uma gramática histórica da língua e, sobretudo, de duas obras de caráter sintático e semântico: *Meios de expressão e alterações semânticas* e *Dificuldades da Língua Portuguesa*, com as quais o Mestre se tornou o maior sintaticista deste idioma.

Para comemorar o centenário do saudoso Prof. Said Ali, publicamos duas cartas suas (ainda inéditas) que se encontram no rico epistolário do Prof. Antenor Nascentes. Enquanto as outras cartas do autor das *Dificuldades* ao autor de *O Idioma Nacional* são apenas de interesse ocasional, essas duas nos oferecem várias observações filológicas, mostrando, ao mesmo tempo, algumas opiniões do grande filólogo e a grande amizade que unia os dois insignes professores.

Das duas cartas que, a título de documento, divulgamos, cronologicamente a primeira comenta a edição escolar de *Os Lusíadas* que o Prof. Antenor Nascentes publicou em 1930, remetendo, depois da publicação do livro, um exemplar ao seu amigo, residente em Petrópolis. Eis aqui o texto da carta:

Petrópolis, 10 de janeiro de 1931.

Prezado Colega e Amigo Prof. Antenor Nascentes.

Desta vez não foi parar em mãos alheias o exemplar dos *Lusíadas*. Muito lhe agradeço o oferecimento.

Os comentários são bem-feitos, e claros e concisos, como convém aos estudantes de português.

Acudiram-me durante a leitura poucas notas e sugestões.

Refresco na linguagem dos navegantes tinha a significação concreta de provisões de boca fresca. Não diz o mesmo o termo abstrato *refrigério*.

¹⁶³ N.O.: Texto originalmente publicado no *Jornal do Comércio*, p. 1-2, 2º Caderno, em 4 de junho de 1961. Disponível em: <<https://bit.ly/3R04kj7>>.

Muitos dos latinismos encontráveis no poema são criações de Camões. Não está neste caso *ponente* que, designando vento, é forma consagrada, usada já no século XV. Conviria talvez chamar a atenção do aluno para esse fato.

Não tenho à mão a gramática de E. Pereira. Se o autor se limita, como parece, a identificar o conceito de *narizes* dos quinhentistas com o de *ventas*, semelhante interpretação deixa a desejar. O sentimento de dualidade foi naturalmente origem de *narizes*, *peitos*, o de pluralidade deu lugar a *costas*. Todavia a forma do plural passou a usar-se também nos casos em que tinha em mente um órgão único. Assim: *Puseram-lhe um punhal nos peitos*. E assim devemos interpretar *onde rosto e narizes cortava*.

Levar âncora é expressão consagrada. Usava-se também o mesmo verbo em *levar de espada* e dizeres análogos. Em *a armada se levava* há metonímia; está por *os ferros da armada se levavam*. Fora destes casos especiais, o emprego de *levar* por *levantar* é coisa rara.

Rompente em *leão rompente*, linguagem de heráldica, é aportuguesamento do francês *rampant*, como *lisonja* de *losange*, *chefe* de *chef*.

Socorrer, verbo de sintaxe dupla em toda a linguagem quinhentista. No cap. VII da 2ª p. da Dec. 10ª, temos de Diogo do Couto: *não puderam socorrer-lhe; até que lhe pudessem socorrer; todos se desfazião pelo socorrer; com uma lança na boca para lhe socorrer; ouviram chamar... que os socorressem*. E no cap. imediato: *todos trabalharem pelo socorrer*. E semelhante em Barros, Heitor Pinto etc.

Entende Gonçalves Viana que se deve inverter a ordem das acepções adotadas pelos dicionários a propósito do verbo *alagar*. O significado *aluir* seria mais antigo que o sentido *encher de água, inundar*. Consequentemente rejeita o étimo geralmente aceito *lago*, mas esbarra no penedo *lev, lie, liegen*. Que vem fazer aqui o inglês e o alemão? E por que processo fonético, processo aceitável, se gerou de qualquer desses vocábulos o português *alagar*? E que força não é preciso fazer ao nosso idioma para estabelecer a evolução semântica de *aluir a inundar*? E o derivado *alagadiço*, que não foi inventado outro dia, significa a princípio *destruidiço*? Nunca o encontrei com semelhante acepção.

As razões alegadas pelo ilustre foneticista não convencem. Ao exemplo *bei grande medo que o meu fraco hotel se alague cedo*, exemplo sem valor porque o poeta fala figuradamente, contraponho *vão outros dar à bomba, não cessando; à bomba, que nos vimos alagando* (6, 72).

Todos os navios que cruzavam o mar Oceano e se dirigiam para a Índia ou para o Brasil levavam um ou duas bombas. Nos temporais podiam inundar-se de água pelos bordos ou pelo costado, onde o tabuado facilmente se desconjuntava. Embarcações fráglimas, comparadas com a navegação moderna, e, além disso, muito pequenas. As naus alterosas, os soberbos galeões, eram, quando muito, de mil toneladas.

A ação da bomba noite e dia, às vezes sete, oito dias seguidos, tinha como causa imediata o alagamento, quer dizer, a inundaçãõ causada pelos mares.

O mestre de que fala Camões certamente não esperou que a nau se destruisse ou comesse a afundar-se para dar a ordem *à bomba*.

O alagar-se ou encher-se de água o navio, se não se lhe puser remédio, tem por efeito, bem sabemos a destruição, o afundamento. Por metonímia, nomeou-se também a

causa para designar o efeito. Daí a acepção secundária que adquiriu o termo *alagar*. E aqui está, a meu ver, o equívoco de Gonçalves Viana.

Ponho termo às minhas notas e peço disponha – do colega e amigo

Said Ali

P.S — Ainda a propósito de *alagar*, G. V. acha ambígua a significação em “bombas, lenha e água para minar, queimar e alagar as suas galerias”. Para mim, o sentido é claríssimo: bombas (para minar); lenha (para queimar); água (para alagar, i. e., inundar).

A segunda carta aqui publicada é muito posterior, data do ano de 1939. O seu texto reza assim:

Petrópolis, 23 de maio de 1939.

Caro Amigo e colega Dr. Antenor Nascentes.

Se não lhe disser palavra sobre seu trabalho, poderá pensar que eu, sensível à amabilidade sua e de outros amigos (o que é verdade), abri o livro, corri as páginas com os olhos, fechei e o guardei na gaveta como honroso e não merecido mimo de aniversário. Pois vai ver que me interessei pelo âmago.

O português em boca de estrangeiros é um campo de estudos a que deve estender a sua atividade todo o foneticista que quiser perceber certas particularidades do nosso idioma com mais clareza do que através das explicações fisiológicas dos tratadistas. Afirmo-o por experiência própria. Toda a contribuição neste sentido é preciosa, ainda quando tenha de ser completada ou melhorada depois.

Não quero ser prolixo quanto ao valor prático da fonética rigorosamente científica. Basta esta anedota. Num concurso de português do Colégio Pedro II, um examinador, professor alheio ao estabelecimento de ensino, depois de mandar o candidato escrever na pedra certas vogais, sai-se com esta pergunta: Quantas vibrações tem *a*, *e* etc.? Este examinador pronunciava *meier-libke*.

A pronúncia *sina*, observada pelo Sr. em um súdito chinês, chama novamente a atenção para o al. *Apfelsine*, pomo (laranja) da China. Foram portugueses os que tornaram o fruto conhecido na Alemanha. Ao alemão nada custava proferir o chianto. De onde viria esse *sino* com *s*?

S inicial sonoro, como pronúncia popular, é própria da Alemanha do Norte. Efetivamente já tive aluno que me fazia suar para obter dele *senbor* e não *zenbor*. Alemães do Sul não costumam sonorizar. Os colonos de Petrópolis e seus primeiros descendentes não conheceram tal coisa. Quando, vaidosos de saber um pouco o hochdeutsch, me dirigia a algum deles, desprezando o *ich hun, du bost, er hot etc.* e outras coisas dialetais, faltou-me por muito tempo coragem para afrontá-los com *zi zagen* (sie sagen) por *çi çagen*.

Uma particularidade notável é a indiferença do *s* surdo em alemão ante qualquer fonema sonoro, e em francês ante consoante sonora, ao passo que em português *s* se sonoriza por influência do segundo elemento (al. entusiaçmuç; fr. antuziaçme; port. entuziazmu ou entuziasmu). A um colega nosso, cujo idioma nativo é o francês, ouvi frequentemente *oç meçtreç, aç linguaç* etc. O alemão, antes de habituado à prosódia nossa, dirá *aç obraç, oç ultimoç, aç linguaç* etc.; o que, entre nós, o novato no idioma teutônico retribui com *daç meçer, das auge* etc.

O *r* rolado antes de vogal sabemos que é de uso geral em alemão. Nunca cuidei de indagar se a regra era infringida em algumas partes da Alemanha. Agora noto pelo rádio que alguns teutões, não sei se por afetação, ou prosódia local, reduzem tudo a *r* brando, até no começo das palavras.

“A Manhã” reproduz, muitas vezes com felicidade, o nosso falar em boca de italiano, alemão e português. Mas o que importa a essa folha é a charge. Agostinho de Campos protestou e faz-nos a injustiça de considerar “A Manhã” como reflexo de nosso modo de sentir quanto à pronúncia lusitana.

Em árabe as palavras não começam por grupo consonantal: e, quando se adota vocábulo estrangeiro em tais condições, ou se destaca o grupo inserindo uma vogal, ou, fato menos comum, antepondo um [ʔ]. Penso que isso se deve notar no português dos sírios chegados de pouco.

À cópia de fatos que o Sr. aponta sobre a pronúncia do português em boca de italiano, parece que se podiam juntar as vogais tônicas, abertas e fechadas e o que às vezes jogam as cristas nos dois idiomas em vocábulos quanto mais idênticos ou parecidos.

Dos franceses, bem numerosos no Rio de Janeiro quando eu era moço, tenho em memória o muito frequente *e* (chamado mudo). Parece-me também que a entonação cantada, sílabas puxadas umas mais que as outras era para o uso de casa, em França ou nos círculos em que se falava francês. Não se deitava fora com os idiomas da gente de *lû-bas*.

E creio que basta para mostrar que li com muita atenção e interesse seu excelente trabalho.

Accite um afetuoso abraço do sempre amigo Said Ali.

O trabalho a que se refere o autor da carta é um estudo do Prof. Antenor Nascentes, publicado na *Miscelânea Said Ali* (1938): “Português na boca de estrangeiros”.

As duas cartas vêm escritas à mão com letra miúda e caligráfica, tão própria do Mestre. A primeira está redigida em três páginas de duas folhas de papel de tamanho 14,5 x 21,5; a outra está em duas páginas de papel tamanho 26x21. Há poucas emendas no texto das cartas, atestando-se dessa maneira o grande esmero que o Autor das *Dificuldades da Língua Portuguesa* dedicava não somente às suas obras publicadas, mas também às cartas, que ele certamente nunca supunha fossem um dia dadas a lume.

**A ESCRITA DOS VOCABULÁRIOS PANO,
COM INFORMAÇÕES DE ANOTAÇÕES DE J. CAPISTRANO DE ABREU E M. SAID ALI IDA¹⁶⁴**

Ferdinand Hestermann

Tradução: Marcelo Moraes Caetano

O grandioso trabalho de *J. Capistrano de Abreu* sobre a língua Caxinauá¹⁶⁵ encaminha-se pela segunda vez à sua conclusão. Infelizmente, um incêndio em 1911 na gráfica destruiu o trabalho da primeira edição. Por isso, os estudos americanistas esperam por tanto tempo pelo trabalho mais importante sobre a língua Pano.

Um curioso infortúnio acomete as publicações sobre a língua Pano. Obviamente esse destino não causa espanto, em função do isolamento em que a América do Sul ainda se encontra em relação a nós. Ainda que, na arquivologia, *Platzmann* e *Schuller*, especificamente, tenham alcançado grandes feitos, as publicações sul-americanistas ainda permanecem quase inatingíveis. Nova etapa acaba de começar em direção a uma nova tentativa de comunicação (Bonn, Rheinland), e cabe a nós esperarmos se haverá êxito.

Entretanto, seria completamente inútil escrever a história da última publicação, e é preferível que se escreva a história das últimas Publicações mais conhecidas sobre a língua Pano. Refiro-me à Literatura, que *Rivet* recentemente publicou nesta revista (7 1910 221-42), e então do mesmo autor e de *G. de Créqui-Montfort* “Linguistique Bolivienne” na Revista *Muséon* (1913 19-78). Eu adicionarei uma anotação a essas citações em duas notas:

1. Em *Anthropos*¹⁶⁶ (8 1913 1144) tenho um apontamento aparentemente despercebido até então, trazido do catálogo de *Ludewig*, que está lá sob o título “Kechua” (já observado por *Schuller* em *Yñerre*, Rio de Janeiro, 1912, 131).

¹⁶⁴ N. O.: Texto originalmente publicado por Ferdinand Hestermann no *Journal de la Société des Américanistes*, Tome 11, 1919, p. 21-33, sob o título “Die Schreibweise der Pano-Vokabularien: Mit Benutzung von Angaben J. Capistrano de Abreu’s und M. Said Ali Ida’s”. Disponível em: <<https://bit.ly/3WQmMOP>>.

¹⁶⁵ N.O.: A língua caxinauá é a língua da nação caxinauá, caxinaua ou Kaxinawá. Trata-se de uma etnia indígena sul-americana pertencente à família linguística pano. No Brasil, habita a região do Acre, sendo considerada a mais numerosa nação indígena do local. No terceiro tomo do livro *Correspondências de Capistrano de Abreu* (1977), organizado por José Honório Rodrigues, encontram-se cartas de Capistrano para Luís Sombra e Pe. Carlos Teschauer nas quais comparecem pistas que sugerem a participação ativa de Said Ali na elaboração do “Vocabulário Brasileiro-Caxinauá” que integra a obra *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: Grammatica, Textos e Vocabulario Caxinauás* (1914), de autoria de Capistrano de Abreu. Sobre essa questão, ver: Fernandes, L. F. da S. Contribuições de Said Ali para a produção e circulação de saberes sobre línguas indígenas no/do Brasil. In: El-Jaick, A. P. et al. *Nas brechas das teorias: notas dos jovens pesquisadores do Grupo Arquivos de Língua*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2023, p. 129-148. Disponível em: <<https://bit.ly/3wUeD1e>>.

¹⁶⁶ N.O.: O Sistema Fonético *Anthropos* foi desenvolvido no âmbito da revista homônima criada pelo Padre Wilhelm Schmidt em 1906. Schmidt era membro desde 1890 da Sociedade do Verbo Divino (SVD), sociedade missionária de origem alemã que defendia que o trabalho nas missões deveria se calcar na cultura, na sociedade e na língua do povo (Regúnaga, 2023). Ele e outros missionários dessa

- Então, não sei o que pensar do anúncio a seguir no Catálogo 321 “Bibliotheca Latino-Americana” de *Karl W. Hiesermann* (d. d Leipzig, fevereiro, 1906) no número 931, e que aqui estou com o propósito expresso de reproduzi-lo na íntegra para descobrir o que significa.

Armentia, Fr. Nie, vocabulario de los dialectos Tacana, Araona, Pacaguara, Cavineño y Shipibo; á los que se agregará el Moseno: hablados por los indios Mosenos en la orilla del Béni, por los Tacanas, por los Cavineños de la misión de Cavinás sobre el río Madidi, por los Araonas en ambas márgenes del Madré de Dios, por los Pacaguaras del Béni, Madré de Dios, Mamoré y Madeira, y por los Shipibos del Ucayale y Guallaga. (Manuscrito original de VI n. 349 descrito pormenorizadamente como pequenos quartos de páginas, cujo prefácio data de La Paz, .1. Aug. 1888. [faltam 10 páginas]).

Manuscrito pronto para edição (escrito apenas na face da página) e cópia bastante legível do autor, o padre franciscano Fray Nicolas Armentia em La Paz, conhecido como um notável conhecedor das línguas brasileiras [!]. Depois de uma “Introdução” de 6 páginas dedicadas à comparação das línguas, segue um dicionário: Espanhol-Tacana, com referência simultânea muito frequente ao Araona, Pacacuara [!], línguas Cavineña e Shipibo (páginas 1-26). Em seguida um dicionário: Tacana-Espanhol (pp. 127-168) e depois muitos paradigmas de verbos Tacana e exemplos de sua aplicação (pp. 168-183). A parte Tacana [!] opta por uma agenda Tacana, ou seja, uma coleção de inúmeros textos litúrgicos e fórmulas rituais para serviços religiosos, incluindo o “Pequeno Catecismo”, “Salve Regina”, confissão, unção dos enfermos, extrema-unção, ritual de casamento etc., na tradução Tacana, assim como um pequeno conjunto de palavras (advérbios, partes do corpo humano etc.) (p. 184-200).

Segue um dicionário Espanhol-Cavineño. Infelizmente, faltam as páginas entre 200 e 210, de modo que o dicionário só começa com a palavra “Baba” (p. 211-274). Paradigmas gramaticais e partes de uma agenda Cavineño encerram o trabalho (p. 275-278). Em seguida, um vocabulário (Espanhol-) Shipibo, Dialecto del Pano, al que también pertenece el Pacaguara (p. 279-342).

O manuscrito se encerra com coletâneas de palavras e frases no Araona e na língua Pacaguara.

O manuscrito é proveniente do espólio do pastor Wilh. Herzog, em Oppau e, segundo um intermediário, ainda não foi publicado.

sociedade foram os responsáveis pela difusão desse alfabeto fonético, que, posteriormente, foi aplicado por Ferdinand Hestermann em sua edição do *Yamana-English Dictionary* (Bridges, 1933). De acordo com Regúnaga (2023, p. 159), “el Alfabeto Anthropros, principalmente utilizado por los misioneros y científicos vinculados con la revista Anthropros, convivía (entre otros que no tuvieron la misma fortuna) con el IPA, que desde 1888 proseguía ajustando detalles de su organización y presentación”. Cf. Regúnaga, M. A. El problema de la transcripción de la lengua yagán en contextos misioneros. *In: Regúnaga, M. A. et al. Diversidade Lingüística na América: línguas ameríndias*. Vol 2. Campinas: Pontes Editores, 2023, p. 116-173.

[Os !] são meus. F.H.]

Tratava-se, então, de uma padronização, ou, antes de tudo, principalmente para produzir transcrições seguras para as muitas edições. Estas eram cerca de 30 vocabulários, maiores ou menores, que eram seguramente escritos em sua maioria em espanhol. Se, agora, por um lado, pode-se ter certeza de que são obras em espanhol, precisamos admitir que apenas esse objetivo merece ser agradecido, porque não são transcrições em inglês; e, por outro lado, deve-se considerar que o espanhol também não é adequado para reproduzir relações sólidas mais difíceis do que qualquer língua de cultura. Por essa razão, muitas dificuldades sobre essas transcrições mais populares são niveladas e abordadas. Pode-se notar isso com facilidade se se comparam as palavras do pequeno vocabulário de *Martius* com os grandes espanhóis ou alemães de *Reich-Stegelmann*. Mas, com isso, vê-se que a incerteza esclarecida não cria nenhuma certeza positiva.

Por isso, assim que tomei conhecimento da obra de *Capistrano de Abreu*, entrei imediatamente em contato com ele para conseguir mais detalhes das pesquisas sobre a avaliação fonética da sua escrita, que permite pela primeira vez uma compreensão mais precisa das relações sonoras. O autor me respondeu da forma mais gentil possível, respondendo ele próprio o texto em alemão que reproduzo abaixo neste artigo. Ao mesmo tempo, o alfabeto Anthropos foi escolhido como paralelo, para então passarmos a ter uma orientação fonética mais precisa sobre o Caxinauá.

Penso que conseguiremos uma base para uma transcrição relativamente segura para todos os outros idiomas. Isso foi profundamente necessário, e meu desejo é que as próximas publicações sejam muito acuradas, pois conseguimos dominar a língua Pano a partir do trabalho de Abreu no *Diccionario Sipibo* de *Steinen* (Berlim, 1904).

Entretanto, ainda há o seguinte a considerar:

Em primeiro lugar, aparentemente as menores coleções de vocabulários foram criadas para o uso particular dos missionários. Qualquer um deles dispõe de maior iniciativa e começa o assunto até levar a cabo integralmente. Aos poucos, ele percebe que as palavras individuais adquirem sentido nas frases, de uma forma que ele ainda não sabia explicar. É dessa forma que são criadas as introduções de textos ou frases nos Vocabulários, cuja tradução e concepção se tornam inicialmente muito questionáveis. À medida que o trabalho avança, a concepção e a tradução, e também a escrita, se tornam mais precisas. No nosso caso do Sipibo, planejamos então a conclusão de um modelo mais antigo, assim podemos ver o Espanhol e o Sipibo em transcrições mais antigas e mais novas. Também uma versão alemã parece ter chegado. Seria bastante plausível, com alguma meticulosidade e até certeza, atribuir os exemplos questionáveis a aspectos desta ou daquela “faixa etária”, mas isso valeria tão pouco a pena, que podemos abrir mão deste trabalho. Vale pouco a pena tanto para a história quanto para a transcrição, principalmente no nosso caso, porque os dialetos Sipibo e Cunibo são intimamente interligados. Como já mencionado, eu já compilei a partir do *Diccionario Sipibo* da Edição Steinen os exemplos de grafias mais vicárias e mais variadas. Nem é necessário dizer que, em alguns casos, há transcrições

intencionais e erros de impressão não intencionais que eu não consigo distinguir. No final, ainda restam alguns casos listados de transcrições fonéticas mais isoladas em que o paralelo parece faltar.

	a — <i>ja</i>
5624 <i>acquia</i>	5624 <i>jacqui</i>
	u — <i>hu</i>
1318 <i>udta</i>	3903 <i>hudta</i>
	u — <i>ju</i>
1282 <i>uni</i>	1282 <i>juni</i>
	' — <i>-j-</i>
575 <i>buiusu</i>	3321 <i>buijusu</i>
	' — <i>y</i>
1411 <i>hia</i>	3751 <i>hiya</i>
	e — <i>be</i>
3753 <i>hyama ena</i>	1413 <i>hiámabena</i>
	i — <i>vi</i>
5260 <i>ipucu</i>	5260 <i>viꝑucu</i>
	y — <i>hi</i>
328 <i>ꝑoꝓuei</i>	3707 <i>hiꝑaꝓuei</i>
	au — <i>eu</i>
2031 <i>tauꝓui</i>	5126 <i>tenꝓui</i>
	i — <i>e</i>
2175 <i>tachiqui</i>	5017 <i>tacheꝓui</i>
	ee — <i>e</i>
1861 <i>mueento</i>	4128 <i>muento</i>
	u — <i>i</i>
609 <i>ubuni</i>	3062 <i>ubini</i>
	a — <i>o</i>
1179 <i>tatix</i>	5150 <i>totis</i>
	o — <i>u</i>
3465 <i>cho</i>	3465 <i>chu</i>
	a' a — <i>aba</i>
3909 <i>hudta aqui</i>	1318 <i>udta baꝓui</i>
	au — <i>abu</i>
4394 <i>auma</i>	1298 <i>abuma</i>
	i — <i>ibi</i>
5262 <i>buisti</i>	5262 <i>vibisti</i>

	<i>y — iy</i>
2045 <i>tuya</i>	5180 <i>tuiya</i>
	<i>bu — qu</i>
2207 <i>huesaqui</i>	75 <i>quexaqui</i>
	<i>b — yu</i>
171 <i>hina</i>	172 <i>yuina</i>
	<i>bui — ubi</i>
4645 <i>quebuinyamai</i>	2212 <i>quenbinyamai</i>
	<i>n — u</i>
397 <i>reucuta</i>	4795 <i>reucuta</i>
	<i>b — hu</i>
255 <i>biscunti</i>	255 <i>huiscunti</i>
	<i>b — b</i>
1293 <i>buna</i>	544 <i>hunanputo</i>
	<i>v — hu</i>
5262 <i>vihisti</i>	5262 <i>huisti</i>
	<i>b — v</i>
1936 <i>bichi</i>	5255 <i>vichi</i>
	<i>b — r</i>
3221 <i>bodto</i>	583 <i>rodto</i>
(3221 aparece em ordem alfabética)	
	<i>j — hi</i>
3926 <i>jesteraque</i>	1091 <i>hiesteraque</i>
	<i>j — b</i>
1283 <i>junibu</i>	3886 <i>hunibu</i>
	<i>y — b</i>
1051 <i>niya</i>	1063 <i>niba</i>
	<i>yu — hu</i>
1603 <i>yuaxicu</i>	1600 <i>huaxiqui</i>
	<i>jio — ju</i>
1265 <i>jiobua</i>	3928 <i>jubua</i>
	<i>j — y</i>
3956 <i>juna</i>	396 <i>yuna</i>
	— -c-
2076 <i>huai</i>	2075 <i>hucai</i>
	' — cc
2076 <i>huai</i>	2074 <i>huccai</i>
	<i>q — g</i>

4023 <i>maquei</i>	1635 <i>maguei</i>
	<i>c — g</i>
4692 <i>racnani</i>	663 <i>ragnani</i>
	<i>cu — re</i> (?)
3472 <i>cuspa</i>	4746 <i>respa</i>
	<i>caa — aca</i>
1368 <i>caai</i>	1368 <i>acabi</i>
	<i>qu — g</i>
3839 <i>hui questo</i>	93 <i>huigesto</i>
	<i>c — cc</i>
2075 <i>bucai</i>	2074 <i>buccai</i>
	<i>q — cq</i>
3459 <i>haqui</i>	612 <i>acqui</i>
	<i>nc — ng</i>
305 <i>yancun</i>	632 <i>yangun</i>
	<i>nq — mp</i>
467 <i>turanqui</i>	5194 <i>turampi</i>
	<i>g — hi</i>
458 <i>gesteraque</i>	1041 <i>hiesteraque</i>
	<i>g(e) — y(e)</i>
458 <i>gestete</i>	1081 <i>yestete</i>
	<i>g — j</i>
458 <i>gesteraque</i>	3926 <i>jesteraque</i>
	<i>g(a) — y(a)</i>
1536 <i>muegai</i>	4167 <i>mueyai</i>
	<i>c — T</i>
524 <i>cabua</i>	5083 <i>Tabua</i>
	<i>' — t</i>
233 <i>quepia</i>	4609 <i>quepita</i>
	<i>t — dt</i>
8 <i>bitai</i>	1047 <i>hidtai</i>
	<i>dt — tt</i>
999 <i>cadtuta</i>	3411 <i>cattuta</i>
	<i>tʒ — dʒ</i>
3121 <i>atʒataxu</i>	2332 <i>adʒataxu</i>
	<i>t — p</i>
5261 <i>vtasna</i>	2422a <i>ripasna</i>
	<i>p — pp</i>

5531 <i>zapue</i>	320 <i>zappue</i>
	p — b
1446 <i>pixcoqui</i>	3218 <i>biscoqui</i>
	n — nj
3204 <i>bimin pueyo</i>	2297 <i>biminjuego</i>
	' — ch
3012 <i>caai</i>	3012 <i>acachi</i>
	i — s
4203 <i>suiqui</i>	242 <i>susqui</i>
	s — sb
2243 <i>rasiqui</i>	4727 <i>rashiqui</i>
	s — ẓ
4870 <i>sappue</i>	320 <i>zappue</i>
	s — ch
3913 <i>husi</i>	111 <i>uchi</i>
	s — x
5552 <i>cunquis</i>	3446 <i>cunquix</i>
	s — sch
4459 <i>pixpachi</i>	1247 <i>pischpaschi</i>
	s — c (ç?)
3394 <i>careso</i>	5996 <i>careco</i>
	s — r
90 <i>vasus</i>	5230 <i>varus</i>
	x — ẓ
3121 <i>atzataxu</i>	2332 <i>adazatazu</i>
	x — ch
439 <i>huaxu</i>	3764 <i>huachu</i>
	x — sch
718 <i>pixpachi</i>	1247 <i>pischpaschi</i>
	ch — h
1113 <i>picba</i>	4446 <i>piha</i>
	ch — sch
718 <i>pixpachi</i>	1247 <i>pischpaschi</i>
	ẓ — y
5417 <i>zaca</i>	1697 <i>yacayamae</i>
	em — un
676 <i>zempa</i>	676 <i>zunpa</i>
	nin — nm

4509	<i>puetininas</i>	486	<i>puetinmas</i>
			<i>nt — mt</i>
2404	<i>buesuntanpa</i>	3300	<i>buesumtampa</i>
			<i>nd — nn</i>
5535	<i>canda</i>	3376	<i>canna</i>
			<i>np — mp</i>
5227	<i>unpas</i>	87	<i>umpas</i>
			<i>mp — mb</i>
3488	<i>champu</i>	5592	<i>chambu</i>
			<i>nn — nr</i>
4242	<i>rinni</i>	816	<i>rinri</i>
			<i>n — ñ</i>
1439	<i>ana</i>	5672	<i>aña</i>
			<i>n — nn</i>
2027	<i>pani</i>	2026	<i>panniqui</i>
			Escritos esparsos
			<i>csc</i>
1488	<i>ucascai</i>		<i>ngb</i>
			<i>ngs</i>
5501	<i>engbi</i>	5591	<i>engbaque</i>
			<i>ngs</i>
1657	<i>angso</i>		<i>nd</i>
			<i>ds</i>
5649	<i>yunda</i>	5535	<i>canda</i>
			<i>sb</i>
5114	<i>tepodse</i>		<i>sb</i>
			<i>sb</i>
4413	<i>parashiti</i>	5625	<i>visbiqui</i>

É necessário pensar sobre as importantes somas dos representantes para cada um dos exemplos paralelos, e então, já que o trabalho de *Steinen* possui uma edição muito exata, as possibilidades de se cometerem erros se tornarão quase impossíveis. No entanto, eu tenho a lista das discrepâncias em cada um dos detalhes e gostaria de fornecê-la para mostrar como é importante localizar os vocabulários de acordo com uma base fonética segura, se quisermos estabelecer comparações entre outros idiomas.

Este foi, igualmente, o grande esforço do breve esboço apresentado por *Said Ali*, no Rio de Janeiro, em outubro de 1912, seguindo o material que *Abreu* escreveu e disponibilizou para mim. Mais uma vez, reproduzirei aqui sua obra na íntegra.

Nas explicações a seguir, os signos que estão entre colchetes devem ser interpretados como a transcrição sonora proposta pela *Anthropos*, ao passo que o restante em itálico diz respeito ao que está na obra acima sobre o que foi utilizado como sistema de escrita Caxinauá.

Em Caxinauá, o tom recai com regularidade sobre a última sílaba, e seria muito supérfluo usar um símbolo específico para lembrá-lo desta regra quando se escrevem palavras individuais. Contudo, como também existem exemplos de ditongos decrescentes na língua, parece necessário indicar no livro esses casos usando-se o acento agudo.

No texto, frequentemente se encontram vocábulos com *ʃ' e x'*. Quando há o sinal ['] significa que ocorre uma separação perceptível entre duas consoantes. Talvez se trate de uma terceira consoante. Estou pensando no ' do alemão padrão [hochdeutsche] (in 'einem 'andern 'ort¹⁶⁷). Sinto falta da especificação desse fenômeno nas “Applications pratiques” da *Anthropos*.

O indiano¹⁶⁸ conhece as chamadas vogais abertas [e] = é, desenvolvidas no ditongo [ai]. Ela é usada no *txé* e em algumas outras palavras. O [o] lhes parece totalmente estrangeiro.

Um [e] = e, ê fechado não ocorre com muita frequência na língua. O sufixo *-ti* também é pronunciado como *-tê*. O indiano fala um breve *dōratí* e um breve *dōratê*. Estranhamente não existe nunca uma confusão entre *maní*, *bani* e outros vocábulos. Talvez devêssemos transcrever *e é* como [i].

[o] = o, ô e [u] = u, assim como [a], ocorrem com muita frequência. Em algumas palavras a pronúncia oscila entre [o] e [u].

De acordo com o sistema *Anthropos*, ö deve ser substituído por [ë], e o som nasal correspondente ð provavelmente pode ser representado por [ë̃].

Se houver duas vogais que se sucedem, então o tom cai principalmente sobre a última, no entanto *ai*, *au* às vezes formam ditongos decrescentes, assim como *ãi*, *ãu*, em que frequentemente a nasalização se estende até a vogal final.

As vogais nasais são pronunciadas em várias palavras como tal; em outras, a pronúncia varia entre vogal nasal e vogal oral [pura]. Este último caso pode ser encontrado fora da pronúncia alta de terminações de palavras conhecidas. Se se grafam por exemplo *-aki* ou *-akĩ*, isso parece

¹⁶⁷ N.T.: Em português, em ‘um ‘outro ‘lugar.

¹⁶⁸ N.O.: Hoje, diz-se, preferencialmente “indígena”.

depende exclusivamente do humor dos indianos. Deve-se notar que um *i* às vezes é transformado em *œ*, *ã* ou *a*. Nos pronomes *batô* (ele), *matô* (vós), *habô* (ela), frequentemente [ô] se transforma em [o], mas escuta-se sempre *mî* (tu) e *nû* (nós); *œ* [ê] (eu) vai contra esse princípio, e, se for falado mais rápido, se dilui em *ö* = [ë] e até em *i*.

Se o sufixo *-di* vier após o pronome, o som nasal será mantido. Mas se você acrescenta *-bö* ou *-möbi* ou transforma – o que é uma lei fonética conhecida – *-di* em *-ri*, então se usará a vogal oral [pura]. Assim como *öbö* = [ëbë], *ömöbi*, *hatobö*, *mibö*, *mimöbi*, *matödi* ou *matori*, *habödi* ou *habori*.

Se depois de uma vogal nasal vier uma vogal oral [pura], a primeira se diluirá frequentemente em uma vogal oral [pura] e *n* ou *m*.

Os sons *y*, *w* – na medida em que sua pronúncia foi examinada – provavelmente coincidem com [j] [w]. Mas deve-se notar que o autor do sistema Anthropos nas “Applications pratiques” provavelmente indica um [w] para inglês, mas, diferentemente de outros foneticistas, a partir de uma ocorrência do som em francês, e nada se menciona em outras línguas. No francês *toi*, ele vê um ditongo e lhe sugere a transcrição [toa], ao passo que Passy transcreve *toi* e pronuncia com uma “fricativa bilabial”. Jespersen dá como exemplos da consoante *w* tanto o inglês *we* quanto o francês *oui*. Em todos os casos, *w* e *y* são sons instáveis. O *w* é absorvido por um *ö* ou *u* anteriores, assim como *y* por um *i* anterior. Por outro lado, esses sons podem ocorrer de formas totalmente inesperadas. Se se deixar por exemplo *döö* ou *pia* serem falados muito lentamente, então se escutará *dö-wö*, *pi-ya*. O *d* permanece inalterado como uma consoante dental após outra consoante ou após uma vogal nasal: *tikx'da*, *yädi*. Mas se o som anterior é uma vogal oral [pura], então no discurso rápido o *d* se modifica para um *r* desenrolado. O dental permanece com o mesmo som, a menos que uma palavra como *daci* (quantidade) venha de uma palavra anterior de modo que ambas apareçam como uma única palavra, por exemplo *maniraci* por *mani daci*.

$x = [ṣ]; \zeta = [ṣ]; t\kappa = [tṣ] \text{ ou } [c̣]; t\zeta = [t\zeta] \text{ ou } [\zeta]$.

O *r* = [ṛ]; *v* inicial ocorre antes de *o* e *u* e na palavra *vari* [= *hari*, *rari*]. Ambos os sons podem ser substituídos por *h*.

*

* *

Portanto, os sinais que não concordam com o sistema Anthropos são:

$\acute{e} = [e]$

$e, \acute{e} = [e] \text{ ou } [i?]$

$\acute{o} = [o]$
 $\ddot{o} = [\tilde{e}]$
 $\tilde{a}e = [\tilde{e}]$
 $x = [s]$
 $\zeta = [\tilde{s}]$
 $tx = [is] \text{ ou } [c]$
 $t\zeta = [t\tilde{s}] \text{ ou } [\tilde{c}]$
 $r \text{ (inicial)} = [r\dots]$
 $' = ?$

Até aqui M. Said Ali Ida.

Mas, incluo agora, também, o manuscrito original de Capistrano de Abreu com um importante trabalho, que eu reproduzo parcialmente a partir do original.^{169 170}

As vogais são as cinco de nossa língua, puras ou nasaladas, mais \ddot{o} , igual ao homógrafo alemão, e $\tilde{a}e$, que é a sua nasalização.

o e u , \ddot{o} e \tilde{u} permutam-se a cada instante.

Há um i que permuta com \acute{e} e outro que permuta com \ddot{o} , e vai quase sempre figurado por este sinal.

$\tilde{a}e$ pronuncia como um francês em *chacun*.

\acute{e} resulta de ai ; \tilde{e} de $\tilde{a}i$; o outro ditongo é au , puro ou nasalado.

Faltam os sons representados por f, g, j, l, s, z .

¹⁶⁹ O seguinte texto já estava estabelecido quando os dois livros da introdução da própria obra apareceram na versão impressa. O texto, por essa razão, ainda precisaria ser corrigido.

¹⁷⁰ N.O.: Diferentemente do trecho de autoria atribuída a Said Ali, que comparece em alemão no artigo de Hestermann, o trecho referente a Capistrano de Abreu foi transcrito em português. Em função disso, impôs-se, em conformidade com o projeto editorial deste livro, que a sua grafia passasse por atualização.

ç` representa o *th* inglês em *think*; pode ser precedido de *t*, às vezes quase imperceptível; seguido de consoante, desta se distingue por ligeira pausa, indicada por apóstrofe.

d no princípio das palavras aparece de preferência a *r* brando que se usa no meio delas; de *r* forte no meio do vocábulo só há um exemplo: *a-rãi*.

t soa em geral como o nosso, mas é quase imperceptível quando precede ç, isto é, o *th* inglês; quando *tx* é substituído por *ti* pronuncia-se o *i* com muita rapidez e *t* soa com mais força; não se encontra, porém, o *t* e *tt* fortes indicados pelos missionários castelhanos do Ucayale, provavelmente devido à vizinhança do quéchua. Tampouco se encontra no caxinauá som correspondente a *cc*, *ccq* dos missionários, se esta grafia representa o gutural quéchua.

h permuta com *r* áspero e também com *v*.

r forte transformado em *r* brando encontra-se raríssimas vezes.

x = *ch* francês, *sh* inglês, *sch* alemão.

tx = *ch* inglês ou castelhano; pode ser substituído por *ti*, mas o *t* soa com maior força e enuncia-se rapidamente o *i* mais a vogal seguinte, como se fossem ditongos.

No começo das palavras o *y* e *w* dificilmente se distingue de *i* o primeiro, de *o* ou *u* o segundo.

As sílabas e também as palavras terminam por *c'*, por *x'* e por vogais, puras ou nasaladas.

Em ç' e em x' a apóstrofe indica a separação nítida, embora rápida entre qualquer das duas letras e a consoante seguinte. A separação desaparece quase quando se segue vogal, mas cumpre não a perder de vista e verificar, ao decompor qualquer vocábulo, a que sílaba ç' ou x' realmente pertencem.

Caso semelhante ao nosso *peguem-no* ocorre quando a vogal nasalada é seguida de vogal pura: aparece então um *n*, e às vezes um *m*, prolação da nasal, que nada tem com a vogal seguinte.

A vogal final tem sempre maior resistência que a inicial: *pia* pronunciado vagarosamente dá *pi-ya dô-*, dá *dô övö*: em compensação *y* e *w* podem ser absorvidas quando a sílaba precedente termina em *i* ou *ó*.

Poucas palavras começam por vogal: a exceção aparente de *i*, explica-se pela dificuldade de distingui-la do *y*.

O accento tônico incide sempre na última sílaba.¹⁷¹

Ao se buscarem mais informações além das fornecidas acima, isso poderia modificar o quadro das transcrições.

Por essa razão, abstenho-me de tirar conclusões dessas diferenças, porque estou trabalhando no preparo da introdução de um dicionário comparativo das línguas Pano, que inevitavelmente retornará a esses pontos.

¹⁷¹ Abreu, C. de. *Rá-txa hii-ni-ku-l. Grammatica, Textos e Vocabularios Caxinauás*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914, p. 11-13.

POSFÁCIO

PRESENÇA DE MANUEL SAID ALI NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA, POR RICARDO CAVALIERE¹⁷²

Considerado por muitos especialistas o mais prestigiado filólogo brasileiro do século XX, Manuel Said Ali Ida nasceu na cidade imperial de Petrópolis, no dia 21 de outubro de 1861¹⁷³. Suas relações familiares ainda estão por descortinar-se inteiramente, já que era avesso à exposição de sua vida pessoal, mesmo aos amigos mais íntimos. Foi filho do turco Said Ali Ida (1841?-1863) e da renana Katharine Buhl (1846?-1918), de cujo enlace também nasceu sua irmã Sofia Ali Ida (1862-?). Ficou órfão de pai aos dois anos de idade, razão por que sua formação moral e educacional traçou-se inteiramente pela orientação materna. Seu pai foi proprietário do Hotel Turco (ou Hotel Oriental) de Petrópolis¹⁷⁴, situado na Rua dos Artistas, atual Rua 7 de Abril, cuja administração provavelmente ficou sob responsabilidade da família após a morte do patriarca, tendo em vista haver registro documental de que Said Ali foi proprietário de um hotel em Petrópolis¹⁷⁵.

Katharine convolou novas núpcias, provavelmente em 1873, com o alemão Ernst Schiffler (1840-?)¹⁷⁶, passando a denominar-se Katharine Schiffler. Desse enlace nasceram Ernesto Henrique Carlos Schiffler (1874-1929) e Henrique Manuel Schiffler (1877-?)¹⁷⁷. Uma referência de Said Ali à irmã Sofia (1862-?) está na correspondência ativa que o linguista manteve com Capistrano de Abreu (1853-1927) entre 1913 e 1927. Na carta, datada de 27 de setembro de 1913, Said Ali informa: “Comprometi-me com minha irmã a passar o domingo lá [Petrópolis]. Voltarei amanhã mesmo. O advogado pagou em tempo a dívida, mas ficou ainda um saldo” (Rodrigues, 1977, p. 201).

¹⁷² Ricardo Stavola Cavaliere, Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, Doutor em Língua Portuguesa e ocupante da cadeira n.º 8 da Academia Brasileira de Letras.

¹⁷³ A pronúncia de Said Ali é esclarecida em um artigo da *Revista Careta*, edição de 26 de agosto de 1950, assinado pelo pseudônimo Glotófilo: “O nome do professor Said Ali é árabe: pronuncia-se Saidali”.

¹⁷⁴ Uma propaganda do hotel no *Jornal do Comércio* (9-10 de janeiro de 1858, p. 1) apregoa: “Said Ali participa que tem ainda em seu estabelecimento alguns quartos onde pôde receber as pessoas que o costumam honrar”. Segundo informação do Instituto Histórico de Petrópolis, o Hotel Oriental era “o favorito dos casais em lua de mel” (ver em <<https://bit.ly/3Kcyqfk>>. O acervo do Museu Imperial conta hoje com uma fotografia da fachada do hotel.

¹⁷⁵ Veja nota em <<https://bit.ly/4dKFcqi>>.

¹⁷⁶ Ver em <<https://bit.ly/4bvLf0z>>.

¹⁷⁷ Ver em <<https://bit.ly/4bvLf0z>>. Said Ali, em seu testamento, faz referência a duas outras irmãs unilaterais: Catarina Essinger (?-?) e Leonor Molter (?-?), a quem legou parte de seus bens. O testamento também cita os sobrinhos Max Manuel Molter (?-?) e Gertrudes Herta Yolanda Schäfer (?-?), aos quais também destinou pequena parte dos bens.

Os parcos dados biográficos de Said Ali dão conta de que cumpriu os estudos básicos no Colégio Köpke, em Petrópolis, cujo proprietário servia-lhe de tutor, e de que se casou em 28 de abril de 1900 na cidade de Bruxelas, Bélgica, com Gertrudes Gierling (1877-1944)¹⁷⁸, que passou a denominar-se Gertrudes Said Ali Ida. A vida desse notável filólogo petropolitano revela uma personalidade plural que o fez circular por distintas áreas de formação intelectual e artística. Chegou a introduzir-se no estudo do piano e aventurou-se pela pintura, mas seu futuro nessas searas não ultrapassou as marolas rasas do amadorismo. Concluídos os primeiros estudos em Petrópolis, aos 14 anos transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou inicialmente na Casa Isidoro Bevilacqua, especializada em instrumentos e partituras, e na Livraria Laemmert & Cia. Prosseguiu os estudos com o objetivo de prestar os exames preparatórios até os anos de 1882 e 1883, quando submeteu-se às provas das disciplinas então exigíveis, nomeadamente português, latim, francês, inglês, aritmética, retórica, geografia, geometria, filosofia e história, havendo sido aprovado em todas, algumas com distinção. Em 1884, ingressa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas abandonou o curso após três anos de estudos.

Da experiência na medicina, herdou o gosto pela botânica e pela história natural. Voltando a trabalhar como funcionário da Livraria Laemmert & Cia., abriram-se-lhe as portas do mundo das letras. Colaborou, no anonimato ou em textos assinados, não só na *Folhinha Laemmert*, como também em traduções de livros científicos, didáticos e dedicados à literatura infantil. Iniciou-se no magistério de línguas ministrando aulas particulares de inglês, francês e alemão, fosse em escritórios alugados no Rio de Janeiro, fosse na própria residência dos alunos. As atividades laborais no Rio de Janeiro não o afastaram da cidade de Petrópolis, onde possuía uma casa situada na Estrada da Saudade em terreno amplo e pela qual tinha especial afeição. Não foram poucas as vezes que D. Gertrudes tentou convencê-lo a mudarem-se para o Rio de Janeiro, sobretudo após o ingresso de Said Ali no magistério do Ginásio Nacional, em 30 de agosto de 1890, como professor de alemão¹⁷⁹, e da Escola Militar da Capital Federal, em 1893¹⁸⁰.

As preocupações de D. Gertrudes tinham bom fundamento, já que o mestre sujeitava-se à longa viagem semanal de Petrópolis ao Rio de Janeiro, mas os argumentos foram em vão. Em mais de uma ocasião, sucumbiu aos apelos da mulher e anunciou a venda da casa, mas sempre conseguia uma desculpa para não efetivar o negócio. Em uma de suas conversas com Evanildo Bechara, Said Ali relatou um fato pitoresco: anunciada a venda da casa, atendeu um casal de compradores desejoso de conhecer o imóvel. Chegando ao amplo quintal arborizado nos fundos, a senhora perguntou: “Professor, o senhor já encontrou alguma cobra neste matagal?” A que, prontamente, respondeu Said Ali: “Ih! Quase todo dia eu deparo com cobras escondidas sob o capim”. E mais uma venda se frustrou.

¹⁷⁸ Gertrudes, provavelmente, tinha nacionalidade belga.

¹⁷⁹ À época, o Colégio Pedro II havia sido rebatizado como Instituto Nacional de Educação Secundária, para logo depois passar a denominar-se Ginásio Nacional. Em 1911, o estabelecimento voltou a ser denominado Colégio Pedro II.

¹⁸⁰ Neste estabelecimento, ingressou com a patente de major.

Nos dias em que permanecia no Rio de Janeiro, normalmente de segunda a sexta-feira, Said Ali costumava hospedar-se em um hotel na Rua Soares Cabral, n.º 61, bairro de Laranjeiras. Após, o falecimento da mãe, conseguiu comprar dos demais herdeiros a casa onde morava em Petrópolis e lá resolveu elevar uma nova construção que habitou até o falecimento de D. Gertrudes em 1944. Ao que consta não teve filhos naturais, mas há notícia oficiosa de que o casal adotara uma jovem chamada Rosa, que viria a suicidar-se tragicamente aos 21 anos em face de um desentendimento familiar. Em carta a Capistrano de Abreu, datada de 23 de setembro de 1926, assim se refere ao fato (Rodrigues, 1977, p. 205):

Um dos golpes mais dolorosos da minha vida, e como para estes casos a minha memória é tenaz, receio que o esquecimento não fará a sua obra como em outros costuma. Rosa, cuja ternura e carinho iluminavam a nossa solidão já não existe. Envenenou-se em momento de loucura. Os dias antecedentes, a véspera, tinham sido de festas. O 21 de outubro¹⁸¹ não será aniversário de alegria, a V. sempre o abraço e com prazer.

Também na correspondência entre Said Ali e Capistrano de Abreu encontra-se a única referência preservada do mestre petropolitano ao irmão Ernesto Henrique Carlos Schiffler. Em uma missiva datada de 6 de julho de 1916, Said Ali indica-o ao amigo para empregar-se como inspetor de turma na seara da engenharia urbana: “Esqueci-me outro dia de lhe dizer o nome de meu parente de Petrópolis. É Ernesto Schiffler. O trabalho que pretende é na conservação das ruas, a que chamam serviço de turmas” (Rodrigues, 1977, p. 202). Interessante notar que Said Ali refere-se a Ernesto como “meu parente”, sem especificar a natureza da relação familiar, fato que bem confirma as reservas de sua vida íntima, inclusive aos amigos diletos. Seu relacionamento com os irmãos, decerto, era distante, claramente desprovido de intimidade e afeição fraterna. Consta, porém, que as obras de reforma na residência de Petrópolis foram administradas por um sobrinho¹⁸², fato que, afinal, faz supor um contato familiar ao menos cordial.

Não obstante tivesse um temperamento reservado, por muitos interpretado como uma postura antissocial, Said Ali com certa frequência publicava textos pitorescos nos semanários de amenidades, sem preocupar-se em recorrer ao anonimato. Conhecido por sua ascendência árabe, fato que conferia uma imagem pública peculiar, ele próprio referia-se jocosamente ao fato, conforme se lê neste soneto humorístico por ele publicado na edição de 27 de novembro de 1927 do periódico *A Manhã* (p. 15), em que imita a pronúncia árabe do português:

Brimero Abril
Ruth, minha beguena di guraçun

¹⁸¹ Said Ali refere-se à data de seu aniversário, então próxima, quando costumava receber a visita do amigo.

¹⁸² Muito provavelmente, Max Manoel Molter (?-?), que consta como legatário no testamento de Said Ali.

Dá bra Said...Ali, uma beijinial!
Bra gue num dá, sua safadinial!
Non bê gue eu móro di baixun?

Lindinial! meu anjinio, bae ... Ruth
Dá bra eu, sin, uma bijoca?...
Bra sua gausa dixei a Dondoca!
Bae...Eu bromete leva ocê bra Beyruth.

Ih! qui banita na...ceu gôr d'anill
- Ruth olhou ba cima – Eu gorreu
Deu bra ruth beijinial na gara gostoso.

Ruth diz: – Non bi nada...mandiroso
Endon diz eu bra ella: Foi mendira,
Eu enganô ocê, hoje, brimerio Abril...

Após o falecimento de D. Gertrudes, Said Ali finalmente transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro para residir com a sobrinha-neta, Josefina Resende Moreno (?-?) - à qual juntavam-se o marido João Moreno (?-?) e quatro filhas¹⁸³ – em um sobrado da Rua da Glória, n.º 32. Em 16 de fevereiro de 1949, o filólogo viria a adotar a sobrinha-neta, de tal sorte que viesse a tornar-se sua única herdeira necessária. No mesmo ano de sua transferência para o Rio de Janeiro, recebeu a visita do jovem estudante Evanildo Cavalcante Bechara, que desejava conhecê-lo após haver lido com entusiasmo juvenil as páginas da *Lexeologia do português histórico* (1921), da *Gramática secundária* (1923) e tantos outros livros publicados pelo mestre petropolitano. Foram 11 anos de contato profícuo, em que o futuro filólogo iniciou-se no estudo da língua alemã e deu os primeiros passos de uma exitosa carreira no magistério da língua portuguesa¹⁸⁴.

A atividade profissional de Said Ali no Rio de Janeiro dividia-se, sobretudo, entre as aulas no Colégio Militar e no Colégio Pedro II, além de estabelecimentos particulares, tais como o Colégio Alberto Brandão, onde lecionou latim e alemão¹⁸⁵, o afamado Colégio Abílio, o Externato da Companhia de Seguros Educadora, onde lecionou inglês e alemão¹⁸⁶ e o curso anexo de Humanidades da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1889, já se registra sua presença no corpo docente do Colégio São Pedro de Alcântara como professor de inglês, com uma turma de 11 alunos, e de alemão, em cuja aula matriculou-se apenas um aluno. Desde os

¹⁸³ Yvette Moreno (?-?), Yvonne Lia Moreno (1925-1982), Iracy Lybia Moreno (1928-?) e Hilda Terezinha Moreno (1931-1976).

¹⁸⁴ Para uma notícia mais detalhada da relação entre Evanildo Bechara e Manuel Said Ali, leia Cavaliere (2008).

¹⁸⁵ Cf. em <<https://bit.ly/3wJKzWd>>.

¹⁸⁶ Cf. em <<https://bit.ly/4bsGMM8>>.

primeiros tempos o mestre buscava complementar sua renda mensal na seara do magistério de línguas¹⁸⁷ com aulas particulares ministradas em lugares variados, entre eles a sede da Livraria Laemmert. Outros endereços constam na documentação disponível, que revela um percurso por vários bairros do Rio de Janeiro, do Centro à Piedade.

Em 1890, abre-se a primeira grande oportunidade de crescimento profissional com o concurso para professor de alemão do Instituto Nacional de Educação Secundária¹⁸⁸, em que disputou a única vaga com oito candidatos: João Sillig (?-?), que à época compunha o corpo docente do Colégio Alfredo Gomes e atuara como professor de italiano no curso gratuito noturno para o sexo feminino do antigo Colégio Pedro II, Paul Dunonchel (?-?), Adolfo Newmann (?-?), Francisco Rapp (?-?), Arand Henrich Wilhelm (?-?), Maurício Lamberg (?-?), Teodoro Peckolt Junior (?-?) e Augusto Guilherme Missick (?-?). Logrando obter o primeiro lugar, Said Ali foi nomeado para ocupar o cargo no Externato do estabelecimento em 29 de agosto de 1890. Em 1893, ingressa por concurso na Escola de Estado Maior com a tese *Teoria lógica e gramatical da preposição*¹⁸⁹. Sua aposentadoria do Colégio Pedro II ocorreu em 1934, após longo período de licença para tratamento de saúde. No dia 27 de maio de 1953, Manuel Said Ali veio a falecer em casa, vítima de insuficiência cardíaca e arteriosclerose.

*

No plano bibliográfico, Said Ali iniciou sua produção mais substancial em 1908, quando da primeira edição das *Dificuldades da língua portuguesa* (1908), obra que viria a obter uma reedição em 1919, reformulada pelo autor, e mais cinco após sua morte, a mais recente em 2008 pela Academia Brasileira de Letras. A segunda edição de 1919 registra a primeira referência a Ferdinand de Saussure (1857-1913) na literatura linguística do português¹⁹⁰. Seus primeiros trabalhos escondem-se no anonimato, como colaborador da *Folhinha Laemmert* e tradutor de livros científicos, didáticos e dedicados à literatura infantil. Por sinal, sua atividade na Laemmert, que perduraria até a falência da editora em 1911, permitiu-lhe conhecer mais intimamente alguns intelectuais da Corte, sobretudo professores vinculados ao Colégio Pedro II, que então frequentavam a prestigiosa casa editorial, entre aos quais cabe ressaltar a figura de Capistrano de Abreu, que viria a tornar-se seu mais dileto amigo e confidente.

Seu primeiro estudo publicado, segundo nos indica a pesquisa, saiu no periódico hebdomadário *A Fanfarra, Órgão Acadêmico*, dirigido por Alcindo Guanabara (1865-1918), em sua edição de 24 de março de 1886

¹⁸⁷ Não há notícia de que tenha enveredado por outra atividade profissional, embora o Almanaque Laemmert de 1911 refira-se a uma empresa de secos e molhados denominada Said Ali & Cia, sediada no Espírito Santo. Trata-se provavelmente de um homônimo.

¹⁸⁸ Denominação provisória que o governo republicano atribuiu ao antigo Colégio Imperial de Pedro II seis dias após a Proclamação, a qual seria substituída em 1890 por Ginásio Nacional.

¹⁸⁹ Esta tese de Manuel Said Ali foi publicada na íntegra no n.º 64 da Revista *Confluência*. Veja em <<https://bit.ly/4ashZq4>>.

¹⁹⁰ Leia, a respeito, Bechara (2015).

(p. 3). Intitulado *Sons e letras*, o texto discorre em plano diacrônico sobre a questão delicada da representação gráfica dos sons linguísticos em português, mormente a respeito das letras *s*, *z*. Nesse trabalho inaugural, já se percebe o espírito crítico de Said Ali quanto à produção de seus pares: “Em língua portuguesa muito se discute, muito se escreve, mas pouco se faz que tenha merecimento” (1886, p. 3).

Em 1887, começa a contribuir para o periódico *Novidades* na coluna *Questões gramaticais* com o texto inaugural *A ortografia de Alexandre Herculano: sons nasais*, talvez o primeiro que tenha logrado obter relativa repercussão. Na apresentação, assim anuncia o editorialista: “Abrimos hoje espaço em nossas columnas a um interessante artigo em que o illustrado Sr. M. Said Ali levanta uma questão de orthographia, apresentada pelos nossos distinctos collegas da *Semana*, em um dos últimos numeros dessa folha” (1887, p. 2). Mais tarde, a coluna teve o título alterado para *Prosa e verso*, por sugestão do editorialista. Nesses textos, Said Ali declara-se fiel à escola histórico-comparativa e desfere dura crítica ao trabalho de João Ribeiro (1860-1934), nomeadamente no tocante aos conceitos de quantidade e acento vocálico, a Júlio Ribeiro (1845-1890) e a José Ventura Bôscoli (1855-1919), entre outros. A franqueza da crítica e o espaço conquistado na imprensa não deixam dúvida de que, aos 26 anos, Said Ali já era considerado filólogo de respeitável opinião.

Na derradeira década do século XIX, Said Ali publica uma série de estudos sobre linguística geral nas páginas da *Revista Brasileira*, já demonstrando atualizada leitura dos *scholars* alemães, entre eles os neogramáticos. No texto *Verbos sem sujeito segundo publicações recentes*, vindo a lume em dois capítulos no ano de 1895, Said Ali adianta as teses que aperfeiçoaria no capítulo homônimo das *Dificuldades* mais de uma década depois, sob inspiração da *Syntaktische Forschungen* (1871) de Berthold Delbrück (1842-1922) e Ersnt Windisch (1844-1918). Nesse trabalho, em que denega a hipótese de um *se* apassivador em frases como “vende-se uma casa”, defende a tese do “se indeterminado”, servindo-se para tanto da teoria dos termos psicológicos que colheira emprestada a Hermann Paul (1846-1921) e Georg von der Gabelentz (1840-1893). Também nas páginas da *Revista Brasileira*, no mesmo ano de 1895, publicou *A colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente*, em que argumenta favoravelmente à toponímia pronominal típica do português do Brasil. Como epígrafe a esse trabalho, cita a conhecida asserção de Archibald H. Sayce (1846-1933) no tocante à legitimidade normativa do uso linguístico: “What is grammatically correct is accepted by the great body of those who speak a language, not what is laid down by the grammarian”. Será ainda em 1895 que publicará o ensaio *A acentuação segundo publicações recentes*¹⁹¹. Na esteira de suas publicações avulsas nas páginas da *Revista Brasileira*, Said Ali oferece ao público o estudo *Questões ortográficas* (1898), em que se posiciona contrário à denominada “ortografia histórica”, que mantém “letras mortas e dispensáveis, que se mantém só por amor da lingua classica” (1898, p. 150).

Como fruto de seu estágio em vários países europeus em 1896, mediante licença concedida pelo governo da República, Said Ali trouxe conceitos sobre a educação básica em países do primeiro mundo, de que

¹⁹¹ Os estudos *A colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente* e *A acentuação segundo publicações recentes* foram recentemente republicados pela revista *Confluência*, respectivamente em seus números 61 (2021) e 57 (2019).

resultou o artigo intitulado *Os exames de madureza na Alemanha*, publicado na mesma *Revista Brasileira* em 1996. Por sinal, dentro dessa seara educacional, ocupou-se, no mesmo ano de 1896, da tradução do *Relatório da Comissão de Estudos da Escola Secundária dos Estados Unidos*, cuja publicação foi acolhida no fascículo 12 das *Memórias e Documentos Escolares do Pedagogium Brasileiro*. Antes de consagrar-se como filólogo nas páginas das *Dificuldades*, Said Ali contribuiu com importantes textos na seara das línguas estrangeiras modernas. Publica a *Nova gramática alemã* pela Editora Laemmert (1894), adapta para o português a *Nova seleta francesa* (1897), de Carl Kühn e a obra didática *The English student* (1897), de Emílio Hausknecht (1853-1927). Também é de sua lavra a tradução da *Kurzgefasste systematische Grammatik der französischen Sprache* (1893), de Karl Ploetz (1819-1881). Ainda no século XIX, Said Ali prefacia e comenta as obras completas de Casimiro de Abreu (1839-1860), Gonçalves Dias (1823-1864) e Castro Alves (1847-1871)¹⁹².

Seu primeiro texto, de grande repercussão no meio acadêmico, conforme já aqui referido, é, sem dúvida o opúsculo *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações* (1908), em que percorre com desenvoltura sobre temas vários no campo da prosódia e da sintaxe. Importante notar que, no ambiente dos Oitocentos, e mesmo no início dos Novecentos, Said Ali era o único linguista que aplicava em seus estudos a teoria dos denominados “termos psicológicos”, disseminados na obra dos neogramáticos. Em dezembro de 1921, recebe o Prêmio Francisco Alves pela publicação de *Lexeologia do Português Histórico* (1921)¹⁹³, obra que mais tarde, juntamente com o texto *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico* (1923), comporia sua *Gramática Histórica* (1931). Na seara dos manuais didáticos sobre língua vernácula, Said Ali publicou uma *Gramática Secundária* (1923)¹⁹⁴, que receberia uma segunda edição comentada por Evanildo Bechara em 1964 pela Editora Melhoramentos, e uma *Gramática Elementar* (1923), que chegou a nove edições, a última preparada por Adriano da Gama Kury (1924-2012). De sua lavra é também o precioso *Meios de expressão e alterações semânticas* (1930), estudo dedicado às denominadas expressões de situação no texto oral¹⁹⁵, e *Versificação Portuguesa* (1948), obra menor que não obteve boa acolhida dos especialistas. Também são seus os póstumos *Acentuação e versificação latinas: observações e estudos* (1957) e *Investigações filológicas* (1975), uma coletânea de dispersos reunidos por Evanildo Bechara.

*

¹⁹² Uma referência exaustiva da obra de Manuel Said Ali, inclusive em outras áreas da investigação científica, encontra-se em Hackerott (2011).

¹⁹³ O projeto deste livro parece já haver-se iniciado em 1919, já que, em carta enviada a João Lúcio de Azevedo (1855-1933), nesse ano, Capistrano de Abreu afirma que Said Ali andava “às voltas com gramática histórica” (Rodrigues, 1954, v. II, p. 131). Sobre a Gramática histórica de Said Ali, leia Costa (2021).

¹⁹⁴ A primeira edição não traz o ano de publicação, mas infere-se ter sido publicada em 1923, já que em março desse mesmo ano, em carta enviada a Paulo Prado (1869-1943), Capistrano de Abreu afirma que Said Ali dedicava-se à redação final da obra.

¹⁹⁵ Sobre esta obra, leia Cavaliere (2000).

Os textos de Manuel Said Ali, em que o mestre petropolitano traça crítica filológica de autores consagrados renderam-lhe não poucas inimizades entre os colegas de magistério. Ademais, sua personalidade combativa, mesclada com erudição linguística incomum, contribuíram para a construção de uma imagem pública francamente desfavorável, por vezes objeto de desprezo e galhofa. A esse perfil acadêmico somava-se a fama de professor excessivamente rigoroso, a ponto de ser temido pelos alunos de alemão da Escola de Estado Maior e do Colégio Pedro II. Em uma nota na coluna do Catavento, no periódico *Rio-Nú*, edição de 14 de setembro de 1904 (p. 6), lê-se:

O Dr. Manoel (sic) Said Ali, lente da Escola do Realengo, reprovou todos os alumnos que se inscreveram para o exame de allemão.

Os reprovados não se conformaram com a coisa e fizeram seu protesto.

Vamos ver o que sai dalli...

Por outro lado, Said Ali sempre fora dotado de boa situação financeira, de que são prova as viagens anuais que fazia ao Velho Continente, fato que o obrigava a solicitar frequentes pedidos de afastamento de suas funções nos estabelecimentos em que trabalhava. As ausências periódicas também geravam reprovação perante a opinião pública, sob influência dos órgãos jornalísticos, que julgavam excessivas as regalias do mestre. Com efeito, não foram poucas as licenças que lhe foram concedidas para viagens ao exterior, conforme se verifica no afastamento de um ano que o governo lhe concedeu em 1894 para estudar a organização e método do ensino primário na França, Alemanha, Suíça e Itália, isto após apenas um ano de serviços prestados.

A primeira polêmica provocada por suas críticas, até onde nos conduz a pesquisa, diz respeito à ortografia usada por Alexandre Herculano em sua obra, mais especificamente no tocante aos critérios de registro das vogais nasais. Em artigo publicado em *A Semana*, um certo filólogo, camuflado pelo pseudônimo L., asseverara que o autor português preferia a grafia *an* para a vogal aberta nasal átona, como em *orphan* e *ã* para a correspondente tônica, como em *irmã*. Em crítica publicada nas páginas de *Novidades*, assevera Said Ali a respeito da afirmação de L.: “Ora, é simplesmente falsa essa asserção, A. Herculano não escrevia irmã, irmãs; o que se encontra constantemente em suas obras mais modernas é *irman*, *irmans*, *christan*, *van*, *lan*, *pagan*, *barregan*, etc., etc.” (1887, p. 2-3). A resposta de L. não se fez tardar (1887, p. 59):

Deante da nossa pretensa inexactidão, conclue M. Said Ali, com uma lógica dos diabos, que também de nós se póde dizer, como da *Revista* disséramos, que a orthographia que defendemos se mostra puramente arbitraria (...)

E este é o mesmo indivíduo que, linhas antes, faz troça á infallibilidade dos mestres.

Mas, sobre ser desmarcada pequice (sic), a sua razão de condemnar-nos pécca ainda como calumniosa. Desmentiu-nos por puro atrevimento o trêfego Ali. “Simplemente falsa”, não diremos, mas falsa e incivil é o que é a sua arguição.

Mesmo após atingir a maturidade etária e profissional, professor renomado do Colégio Pedro II, o mestre petropolitano não evitava a crítica ferina, como a que desferiu contra a *Gramática analítica* (1887) de Maximino Maciel (1866-1923), que considerava um trabalho menor. Maciel teria oportunidade de resposta quando do concurso para professor de alemão da Escola de Estado Maior em 1893, em que Said Ali obteve a primeira colocação. O gramático sergipano resolve atacar a tese de Said Ali, especificamente no tocante à afirmação de que “tanto em português como em alemão forma-se a voz passiva analiticamente; em português com o auxiliar *ser*; em alemão com o auxiliar *werden* (tornar-se)”. Segundo Maciel (1893),

(...) o equívoco do Sr. Said Ali provém de que a passividade não se adstringe exclusivamente ao verbo *ser*, pois outros há – os verbos *estar* e também andar que constituem expressões de sentido tão passivo como o do verbo *ser* (...) um professor da estatura e categoria em que se supõe o Sr. Said Ali nem sequer na sua proposição se refere ao verbo *sein* de que as línguas indo-germânicas não prescindem como as semíticas. Para mim que sou apenas amador da língua alemã, mas que tenho consultado algumas obras cujos auctores valem mais do que todos os Said Ali e mais alguns, a passividade alemã em que exclusivamente entra o verbo *werden* não está de todo integralizada a analyse comparada (...)

E arremata:

Ajuizem agora os leitores a sapiência suprema deste senhor que, julgando-se o primu inter pares (sic) e o summo pontifice do saber, a todos cumprimenta com ar de protecção que é sempre o apanagio dos ignorantes que se querem impor como si estivessem na Beocia ou Calabria.

As rusgas entre Maciel e Said Ali, decerto, ultrapassaram os limites da agressão verbal para chegar às vias de fato. Segundo relato de Evanildo Bechara, que tomou ciência do episódio pela própria boca de Said Ali, Maciel em certa tarde procurou o mestre petropolitano nas dependências do Ginásio Nacional. Aproximando-se, perguntou-lhe: “O senhor é o Professor Said Ali?” Ao receber resposta afirmativa, Maciel quebrou a bengala de madeira na cabeça de um atônito Said Ali, de que resultou uma briga que só terminou na farmácia próxima, situada na Rua Larga, a poucos metros do colégio. Por sinal, a agressão foi referida em um depoimento de Pinheiro Guimarães (?-?), lente de português do Ginásio Nacional, (*O Paiz*, 22 jan. 1895, p. 3), no qual comenta ironicamente as atitudes inusitadas e desrespeitosas de Said Ali nas reuniões da congregação do Ginásio Nacional:

O notavel moço, que à profissão de lente de allemão junta as de explicador de portuguez, francez, inglez, mathematicas, latim, grego, sanscrito, physica e chimica, de todas (sic) sciencias conhecidas e por conhecer, de todas as linguas vivas e mortas inclusive as do Rio Grande e as que tosam o pello do proximo, resolveu em sua alta sabença encyclopedica que nós nos afastavamos das theorias correntes, e fulminou-nos com um relatorio cuja leitura, tartamudeada e ronquenha, só póde ser comprehendida pelo Sr. Capistrano de Abreu que ao pé d'elle distrahido e somnolento se abanava com um jornal do dia.

Para, adiante, revelar:

Houve aqui no Rio de Janeiro, há tempos, uma questão tambem grammatical, em que figurou como argumento irresistivel o cacete.

Um dos contendores, o Sr. Maximino Maciel, julgou de bom aviso applicar ao outro, o Sr. Said-Ali, algumas porretadas.

O Sr. Said-Ali, em lugar de defender-se, quis que o Dr. Fausto Barreto e a congregação do gymnasio abandonassem o livro do Sr. Maximino Maciel, como manifestação de colleguismo e ultimo lenitivo às dôres que o affligiam. Manda a verdade dizer que o Sr. Said-Ali conseguiu seus fins, porque, illudindo a boa-fé dos presentes em uma congregação que não era destinada para tal assumpto, obteve a exclusão do mesmo livro sem a audiência dos lentes da cadeira, o que no minimo indica uma falta de cortezia para com seus iguaes.

Outra vítima das críticas ferinas de Said Ali foi Alfredo Gomes (1859-1924). Gramático consagrado por sua atuação no Colégio Pedro II, desde a época imperial, e na Escola Normal, Gomes viu-se subitamente objeto de severa crítica proferida pelo colega de congregação do agora Ginásio Nacional em 1895. Em plenária da congregação, Said Ali tece comentários desairosos quanto à teoria agasalhada por Gomes em sua *Gramática portuguesa* (1920 [1887]), taxando-a de ultrapassada e inservível para o ensino moderno da língua vernácula. A crítica maior repercussão atingiu devido ao fato de Gomes estar ausente na referida reunião, atitude por muitos considerada uma descortesia indesculpável. Atingido em sua honra acadêmica, Gomes resolveu responder pela imprensa (1895a, p. 3), de que resultou uma crítica contundente contra o artigo *Verbos sem sujeito*, publicado por Said Ali nas páginas da *Revista Brasileira*.

Vou provar que S.S. foi incompetente para aquilatar do meu trabalho e para isso tomo como corpo de delicto o primeiro fasciculo da Revista Brasileira, publicado em 1 de janeiro vigente. Ahí deparou-se-me um trabalho do Sr. Said Ali em que, sob a epigraphe – Verbos sem sujeito – exhibe S.S. idéas novissimas, porém inaceitaveis, em narração difusa e incoherente, cortada

de episódios desalinhavados e servida ao paladar do público em linguagem inçada de erros palmares.

Em outra oportunidade, Gomes ridiculariza a obsessão de Said Ali pela linguística alemã, por sinal pouco conhecida da maioria dos linguistas brasileiros do século XIX, ao menos no tocante à leitura criteriosa de suas teses (1895b, p.4):

Na epistola que ontem me dirigiu o Sr. Said Ali, descarrega S.S. toda a responsabilidade da doutrina que critiquei nas pessoas respeitabilíssimas dos eminentes Miklosich, Marty, Delbrück e outros.

(...)

Mas ainda bem. O Sr. Said Ali não quer duvidas e até attribue aquellas summidades *infallíveis* a applicação da descoberta grammatical á lingua que falamos.

Se assim é (do que duvido), que me resta dizer ao Sr. Said Ali? – Que o acho engraçado, pilherico e desopilante: que como sal epistolar, a história dos deuses olympicos, contada por S.S., corre parelhas, si não desbanca, a das ellipses de Sanches; que á falta de doutrina novíssima, deparei no *quítute* epistolar de S.S. um magnífico tempero de *pimentas malaguetas*?

A devoção de Said Ali à linguística germânica, decerto, constituía o principal pomo de discórdia com seus pares. No plano metalinguístico, o gramático petropolitano sequer reconhecia ou acatava termos já consagrados na literatura linguística de fundamentação latina. Em certa reunião da congregação do Ginásio Nacional chega a desconsiderar, por desnecessário, o metatermo *metaplasmo*, visto que os linguistas alemães não o usavam. Por outro lado, a excessiva intolerância com as ideias divergentes conferia-lhe certo ar de empáfia e superioridade intelectual que não escapava à crítica ferina de muitos colegas.

Por seu turno, um fato atinente às atividades funcionais de Said Ali no serviço público bem revela seu espírito combativo, de certo modo intransigente. Com a deflagração da I Grande Guerra, as aulas de língua alemã sofreram progressivo cancelamento nos estabelecimentos de ensino. No início de 1918, já no derradeiro ano da guerra, o Colégio Militar resolveu suspender as aulas de alemão, fato que atingiu diretamente a Said Ali, visto que, embora fosse lotado na Escola de Estado Maior, atuava como adido ao Colégio Militar. O mestre foi então informado de que passaria a lecionar língua portuguesa, dada sua notória qualificação nessa disciplina. Em resposta, Said Ali negou-se a cumprir a determinação, sob argumento de que era docente concursado em língua alemã, logo só admitia atuar nessa disciplina.

Criado o impasse – interpretado pelo comando do colégio como verdadeiro ato de indisciplina -, o caso foi remetido às instâncias superiores do governo, até que, em junho do mesmo ano, o Ministro da Guerra, José

Caetano de Faria (1855-1936), determina ao diretor do Colégio que respeite o direito de Said Ali a lecionar apenas a língua alemã, com a ressalva de que deveria participar de bancas examinadoras de outras línguas¹⁹⁶. A vitória de Said Ali custou-lhe bem caro: já que não mais lecionava, foi lotado na Escola de Realengo como tradutor de alemão para o português, função que lhe impunha um deslocamento diário de Laranjeiras, onde ficava o hotel em que se hospedava no Rio de Janeiro, a Realengo, bairro distante e de difícil acesso. Uma viagem de trem que demandava cerca de duas horas na ida e na volta.

No plano das ideias linguísticas, Said Ali escreveu linhas indigestas contra alguns gramáticos portugueses de expressivo prestígio. Opôs-se às teses de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) a respeito do emprego do infinitivo em português e, no que diz respeito a Cândido de Figueiredo (1846-1925), sua ojeriza era tamanha que tangenciava verdadeiro desprezo, dado o perfil excessivamente purista do filólogo lusitano. Certa vez, ao receber em sua casa o jovem Evanildo Bechara para aulas de alemão, perguntou-lhe despretensiosamente:

- O que você está lendo?
 - Cândido de Figueiredo, respondeu Bechara.
- A reação de Said Ali foi peremptória e ríspida:
- Jogue fora.

Em 1891, uma crítica à pobreza estilística das *Rapsódias*, de Coelho Neto (1864-1934), rendeu-lhe uma descompostura devastadora do escritor maranhense, que o orientou a limitar-se ensinar “aos meninos” e atribuiu a severidade das críticas “aos ratos negros da inveja”. Homem de temperamento forte, introspectivo, de difícil trato social e abatido por eventos trágicos em sua vida pessoal, mas cultuado pelo saber humanístico e pelo talento científico, Said Ali decerto erigiu uma personalidade que tanto podia usufruir a idolatria, quanto o sofrer o opróbrio de seus pares.

*

A análise da produção bibliográfica de Said Ali revela um perfil que se destaca pela consulta mais ampla às fontes teóricas que aportavam no Brasil, a partir, sobretudo, da terceira década do século XIX. Já em 1885, cita Bertold Delbrück em seu polêmico artigo *Verbos sem sujeito*, já aqui referido, revelando leitura de fontes teóricas que circulavam entre pouquíssimos filólogos brasileiros. Delbrück não só pertencia à filologia germânica – pouco presente na obra dos gramáticos brasileiros, cuja predileção pelas fontes francesas e inglesas percebia-

¹⁹⁶ Em *O Paiz*, edição de 3 jun. 1918, p. 4, sai a seguinte nota: “Ao director do Collegio Militar do Rio de Janeiro, o sr. ministro da guerra declarou que o Dr. Said Ali, professor da Escola do Estado-Maior addido ao dito collegio, só por sua vontade pôde aceitar a regencia de aulas ou turmas de qualquer lingua, mas não pôde se negar a fazer parte da commissão de instrucção e das mesas examinadoras de linguas, em vista do art. 176, paragrapho único, do regulamento vigente”.

se à primeira leitura -, como também vinculava-se ao movimento linguístico dos neogramáticos, cujas teses, no Brasil, ofuscaram-se diante da predominante presença da gramática histórico-comparativa.

Assim, o que se atesta é o perfil de um jovem linguista que, nos verdores de seus 24 anos, já tinha acesso a fontes teóricas que circulavam em grupo seletivo, no qual figuravam apenas alguns nomes como João Ribeiro¹⁹⁷ e Manuel Pacheco da Silva Júnior (1942-1900). Saliente-se, a respeito, que os linguistas franceses e ingleses, que pontificavam nas referências bibliográficas das gramáticas brasileiras, também estavam no horizonte de retrospectiva de Said Ali, bastando para tanto citar, a título de comprovação, a aplicação das teses de Henry Sweet (1845-1912) sobre a natureza do pronome nas páginas da *Gramática secundária*.

Com efeito, é rara a referência aos neogramáticos na bibliografia linguística brasileira dos Oitocentos e início dos Novecentos. Encontra-se referência direta à doutrina dos neogramáticos apenas nas *Dificuldades da língua portuguesa*, em que Said Ali toca questões sintáticas complexas, como o emprego do infinitivo pessoal e o papel sintático do *se* passivador. Nesses textos, nosso linguista se vale das teses psicolinguísticas sobre a natureza da linguagem humana para apoiar boa parte de sua descrição sintática do português. No ensaio *Verbos sem sujeito*, por exemplo, em que retoma os estudos do artigo publicado em 1885 na *Revista Brasileira*, Said Ali, servindo-se das teses de Hermann Paul (1846-1921) e Georg Gabelentz (1840-1893), assevera que a diferença entre o francês *il ya des maisons* e o português *há casas* está em que no primeiro o sujeito psicológico (conceitual) corresponde a um sujeito sintático, ao passo que no segundo o sujeito sintático não se realiza: permanece apenas o psicológico. Ou seja, o entendimento prevalente de que nessa construção portuguesa o sujeito é inexistente fundamenta-se numa análise positivista, que só enxerga o termo sintático.

Coube a Capistrano de Abreu facultar a Said Ali alguns livros de Kristoffer Nyrop (1858-1931), autor que o inspirou fortemente no ideário da *Gramática secundária* e cuja presença na produção linguística brasileira pouco se atesta. Em uma carta enviada a Capistrano, datada de 27 de setembro de 1913, Said Ali dá conta da leitura do volume sobre semântica que integra a *Grammaire historique de la langue française* (1913): “Dou-lhe notícia de que a Semântica de Nyrop é livro cheio de informações interessantes. Vou passar agora aos outros volumes” (Rodrigues, 1956, p. 201). Observe-se a leitura atualizadíssima de Said Ali, dado que a carta é datada do mesmo ano em que saiu a lume a obra magistral do linguista dinamarquês.

O conhecimento da língua árabe revela-se em alguns pontilhados de sua correspondência com Capistrano de Abreu. Em carta datada de 27 de setembro de 1913, Said Ali comenta os valores aspectuais do futuro e do presente em árabe (Rodrigues, 1956, p. 201):

Quanto à divisão de tempos do verbo, veja se lhe pode servir isto do árabe: conhecem um pretérito e um futuro. Este último serve não só para uma ação a realizar-se em relação ao momento em que se fala, mas também para indicar uma ação vindoura em relação a um

¹⁹⁷ João Ribeiro inclui o verbete “neogramáticos” em seu *Dicionário Gramatical* (1899, p. 8).

pretérito [...] O presente preciso, ação praticada no momento em que se fala, é expresso pelo particípio presente ou então por uma forma analítica, como em português “estou escrevendo”.

Em outro passo, afirma surpreender-se a cada nova leitura com a polissemia de certas palavras árabes, muito em face da convicção de que os vários significados de uma dada palavra haveriam de confluir em uma dada sincronia passada (Rodrigues, 1956, p. 202):

A língua árabe surpreende-me com termos de significações desvairadas, a que me é de todo em todo impossível descobrir a associação de ideias. Há pouco me apareceu *nábal*. Pedia o sentido que traduzisse nobre, ilustre, notável etc. O dicionário confirmou-o; porém, mais adiante, diz: “pedrinha para limpar depois de feita a necessidade corpórea”. Entre os dois extremos há ainda *seta*, *presente*. Pedirei a Isaac as suas luzes para o caso.

Mais uma prova da leitura sempre atualizada das fontes teóricas obtém-se em seu *Meios de Expressão a Alteração Semântica* (1930), cuja redação começou ainda em 1927¹⁹⁸, quando Said Ali estava às voltas com o valor semântico de palavras e expressões como: *mas, que quer, olhe* etc., conforme se lê no testemunho seguinte (Rodrigues, 1956, p. 206):

Meu trabalho deu datilografado 110 páginas. Capítulos seguidos sem passar a paginação nova. Estou emendando os erros à mão, porque a cousa feita à máquina não me agrada. Quando terminar, passo-lhe um exemplar.

O caráter inovador desse trabalho está no tratamento que Said Ali confere ao texto oral, em uma época, que só admitia corpus de textos escritos em língua literária. Tratava-se de uma questão de método, que caracteriza o período das primeiras décadas do século XX por seu perfil filológico. Por tal motivo, numa postura que busca compatibilizar a análise do texto oral com o paradigma de sua época, o filólogo petropolitano resolve servir-se de um corpus colhido ao diálogo de personagens na obra de Machado de Assis: aliava-se, pois, o necessário estudo da língua na oralidade com a metodologia de corpus em texto escrito imposta pela tradição filológica. O prólogo dos *Meios de expressão...* já dá a exata medida dos propósitos do autor com a publicação de uma obra de cunho exclusivamente descritivo: “O linguista de hoje investiga os factos sem preocupar-se com a questão do que é ou deixa de ser correcto” (1930, p. 5).

¹⁹⁸ Por tal motivo, apesar de ter sido publicado em 1930, consta na folha de rosto da primeira edição a informação de que o livro, ainda em provas datilografadas, ganhara o Prêmio Francisco Alves da ABL em 1927.

Ciente de que a análise das expressões de situação não poderia servir-se exclusivamente da teoria linguística dedicada ao sistema da língua, senão ao texto e sua construção, nosso mestre opta pelas lições de um Leo Spitzer (1887-1960) em suas investidas pelo “pensamento latente” para dar sentido, ou melhor, penetrar mais profundamente no valor semântico de palavras e expressões na arquitetura do texto.

Falar de Manuel Said Ali assemelha-se ao ato prazeroso de abeberar-se de uma fonte fértil e infindável de talentosa erudição. Está no plano restrito dos que gozaram do reconhecimento de seus pares e perpetuaram-se na história das ideias linguísticas em face da releitura constante e necessária de sua obra. Sua fortuna crítica enriquece-se constantemente, dada a percepção do caráter precursor de seus textos e de sua influência no trabalho de tantos linguistas de gerações subsequentes até os dias atuais¹⁹⁹. Não sem motivo estarão os jovens pesquisadores dedicando-se à releitura e reinterpretação de suas ideias, sobretudo descobrindo como vários dos conceitos hoje tidos como inovadores já habitavam as páginas de sua produção intelectual. Repetimos aqui o que dele disse Capistrano de Abreu ao ser solicitado a comparar o valor de sua obra com a de outros linguistas: Said Ali não é dos que se comparam, é dos que se separam.

Referências

- BECHARA, E. Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa. *In: Revista Confluência*, n. 48, 1.º semestre de 2015, p. 9-16.
- CAVALIERE, R. A pragmática de Manuel Said Ali. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Universidade Católica, v. 4, fases 1 e 2, p. 147-165, 2000.
- CAVALIERE, R. **Entrelaços entre textos**: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.
- CARVALHO E SILVA, M. de. Fontes para o estudo da vida e obra de Manuel Said Ali. *Confluência*. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 5, p. 48-59, 1993.
- COSTA, T. de A. da. Dizeres sobre Said Ali: o movimento ambíguo de significação de um autor e sua obra em textos historiográficos. *Revista Porto das Letras*, v. 6, n. 5, p. 173-199, 2020.
- COSTA, T. de A. da. Grammatica historica da lingua portugueza de Said Ali cem anos depois: considerações acerca do movimento de (res)significação de uma obra. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: v. 24, n. 48, p. 61-109, jul./dez., 2021.
- DELBRÜCK, B.; WINDISH, E. *Sintaktisch Forschungen*. Halle: Verlag der Buchhandlung, 1871.
- GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 18. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920 [1887].

¹⁹⁹ Leia necessariamente Bechara (1962), Carvalho e Silva (1993) e Costa (2020).

- GOMES, A. Questões de grammatica. **O Paiz**. Rio de Janeiro: 10 jan.1895a, p. 3.
- GOMES, A. Questões de grammatica, ao Sr. Said Ali. **O Paiz**. Rio de Janeiro: 16 jan.1895b, p. 4.
- HACKERROT, M. M. S. Said Ali e a acentuação: primórdios da linguística no Brasil. **Estudos de Linguística Galega**. n. 3, p. 51-64, 2011.
- HAUSKNECHT, E. **The English student** (O estudante inglez): Methodo pratico e natural para o estudo de lingua ingleza. Trad. e adap. ao portuguez por Manuel Said Ali. Rio de Janeiro: s/ed, 1898.
- KÜHN, C. **Nova seleta franceza por Carlos Kühn**. Notas, adaptação ao português e uma notícia sobre o ensino por Manuel Said Ali. Rio de Janeiro, s/ed, 1898.
- L. Questão d'orthographia. **A Semana**. Rio de Janeiro: v. III, 19 fev. 1887, p. 3.
- Maciel, M. O concurso de allemão da E. Militar. **A Capital**. Rio de Janeiro: p. 2, 8 mai. 1893.
- NYROP, K. **Grammaire historique de la langue française**: sémantique. Copenhagen: E. Bojesen, v. 4, 1913.
- PLOETZ, C. **Primeiras noções de grammatica franceza**. Trad. do allemão por Manuel Said Ali. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893.
- RIBEIRO, J. **Diccionario grammatical**. Rio de Janeiro, Livraria Classica de Alves & Comp. Editores, 1899.
- RODRIGUES, J. H. (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério de Educação e Cultura, v. 1 e 2, 1954.
- RODRIGUES, J. H. (org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério de Educação e Cultura, v. 3, 1956.
- SAID ALI, M. A accentuação segundo publicações recentes. **Revista Brasileira**. tomo I, p. 165-192, 1895.
- SAID ALI, M. A colocação dos pronomes pessoais na linguagem corrente. **Revista Brasileira**. tomo I, p 108-115, 1895.
- SAID ALI, M. A orthographia de Alexandre Herculano: sons nasaes. **Novidades**. Rio de Janeiro: ano 1, n. 15-19, 1887.
- SAID ALI, M. **Acentuação e versificação latinas**: Observações e estudos. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.
- SAID ALI, M. **Dificuldades da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1908.
- SAID ALI, M. Estudos de linguística: verbos sem sujeito. **Revista Brasileira**: Rio de Janeiro: ano I, tomo 1, p. 39-46, 1985.
- SAID ALI, M. **Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico**. São Paulo, Rio: Cayeiras/Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados), 1923. Bibliografia
- SAID ALI, Ml. **Grammatica historica da lingua portugueza**. 2. ed. melhorada e augmentada de Lexeologia do Portuguez Historico e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico. Rio de Janeiro, São Paulo: Cayeiras/Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

- SAID ALI, M. **Investigações filológicas**. Edição comentada e prefaciada por Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Grifo/ Instituto Nacional do Livro, 1975.
- SAID ALI, M. **Lexeologia do portuguez historico**. São Paulo, Rio: Cayeiras/Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados), 1921.
- SAID ALI, M. **Meios de expressão e alterações semânticas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.
- SAID ALI, M. **Nova grammatica alleman**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1894.
- SAID ALI, M. Os exames de madureza na Allemanha. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: tomo VI, p. 86-94, 1896.
- SAID ALI, M. Questões grammaticas: a orthographia de A. Herculano, vogaes nasaes. **Novidades**: Rio de Janeiro, anno 1, n. 15, 8 fev. 1887.
- SAID ALI, M. Questões orthographicas. **Revista Brasileira**. Rio de Janeiro: tomo III, p 148-162, 1898.
- SAID ALI, M. Sons e letras. **A Fanfara**. Rio de Janeiro: ano I, n. 1, p. 3, 1886.
- SAID ALI, M. Verbos sem sujeito segundo publicações recentes. **Revista Brasileira**. tomo I, p 39-115, 1895.
- SAID ALI, M. **Versificação portuguesa**. Rio de Janeiro: INL/Imprensa Nacional, 1948.

ARQUIVO SAID ALI

Acesse o catálogo da produção intelectual de Said Ali em:



<https://www.saberling.institutodeletras.uerj.br/producao-intelectual/>

“Manuel Said Ali Ida é uma das maiores glórias do magistério brasileiro. Depois de tentar a carreira de pintor e a de médico, acabou abraçando o magistério onde se notabilizou no ensino de alemão, de geografia e, como pesquisador de língua portuguesa, empreendeu estudos que marcaram uma nova fase de avanço entre nós. Entretanto, como os verdadeiros mestres, sua obra não se encerra nas letras impressas nos livros publicados; Said Ali plantou amizades puras e disseminou discípulos que levaram avante o bastão da grande e ininterrupta maratona da cultura. Felizes os que puderam com ele conviver, usufruir de seu convívio humano.”

Evanildo Bechara



ARQUIVOS DE
SABERES
LINGUÍSTICOS



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

